GDF

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

ANO XX Nº 135 SEGUNDA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1996 PREÇO: R$ 0,83

SUMÁRIO

SEÇÃO I	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	5761
SECRETARIA DE GOVERNO	5764
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	5766
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5773
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA	5773
SECRETARIA DE TRANSPORTES	5774
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	5774
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	5774
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5775
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	5776
SEÇÃO II	
ATOS DO PODER EXECUTIVO	5796
SECRETARIA DE GOVERNO	5796
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	5796
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	5798
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5798
SECRETARIA DE SAÚDE	5805
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA	5813
SECRETARIA DE TRANSPORTES	5813
SECRETARIA DE AGRICULTURA	5813
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	5813
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	5814
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	5814
SECRETARIA DE TRABALHO	5815
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	5815
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5815
SEÇÃO III	
SECRETARIA DE GOVERNO	5816
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	5816
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	5817
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5820
SECRETARIA DE SAÚDE	5820
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA	5821
SECRETARIA DE OBRAS	5822
SECRETARIA DE AGRICULTURA	5824
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	5824
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	5824
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	5825
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	5825
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5825
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	5825
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	5827
INEDITORIAIS	5827
ÍNDICE	5828

FELICIDADE É UM ASSUNTO DE TODOS NÓS.

Peça sempre a Nota ou o Cupom Fiscal em todas as suas compras. Assim, o Governo pode implantar todas as melhorias que fazem de Brasília uma cidade cada vez melhor.

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.526, DE 12 DE JULHO DE 1996

Fixa prazos para comercialização de vales-transporte no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal-STPC/DF e dá outras providências.

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o que dispõe o artigo 12, inciso II, da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992, decreta:

Art. 1º - Fica estabelecido o período de **15** de julho a **12** de agosto de 1996 para comercialização dos vales-transporte de séries **A-8.2, B-8.2 e C-8.2** , aos valores tarifários fixados pelo artigo 1º do Decreto nº 17.344, de 07 de maio de 1996.

§ 1º - os vales transportes das séries **A-6.2, B-6.2, C-6.2, E-6.2, A-EXTRA, B-EXTRA, C-EXTRA, E-EXTRA** e **A-13** continuarão sendo comercializados no mesmo período citado no caput.

Art. 2º - Aos empregadores que mantenham cadastrada, junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB, quantidade mensal prevista de aquisição de vales-transporte igual ou superior a 200 (duzentas) unidades, fica facultado adquiri-las em até 03 (três) parcelas, observados os seguintes períodos de aquisição e quantitativos correspondentes a cada parcela:

I - período de **15** de julho a **12** de agosto de 1996, para aquisição de quantidade igual ou superior a trinta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

II - período de **13** a **20** de agosto de 1996, para aquisição de quantidade igual ou superior a trinta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

III - período de **21** a **28** de agosto de 1996, para aquisição do restante da quantidade cadastrada.

§ 1º - No ato da aquisição da primeira parcela, o empregador deverá fornecer, por escrito, ao BRB, a previsão das quantidades a adquirir nas duas parcelas subseqüentes.

§ 2º - A opção pela aquisição parcelada na forma deste artigo, sujeitará o empregador à aquisição de vales-transporte em uma única agência, escolhida dentre um conjunto reduzido de agências indicadas pelo BRB.

Art. 3º - Os vales-transporte de séries **A-5.2, B-5.2, C-5.2, E-5.2, A-6.2, B-6.2, C-6.2 e E-6.2** bem como os de séries **A-EXTRA, B-EXTRA,C-EXTRA, E-EXTRA e A-13** adquiridos no período de 08 de maio a 26 de julho de 1996, poderão ser utilizados pelo beneficiário como pagamento da passagem devida;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1996.
108º da República e 37º de Brasília
ARLETE SAMPAIO

DECRETO Nº 17.527, DE 12 DE JULHO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 7.870.495,00 (sete milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 1º, da Lei nº 1.143, de 10 de julho de 1996, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 030.001.230/96, decreta:

Art. 1º Fica aberto, em favor da Secretaria de Educação, crédito suplementar, no valor de R$ 7.870.495,00 (sete milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para atender àS programações orçamentárias indicadas nos Anexos III e IV.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial e pelo excesso de arrecadação proporcionado pela aplicação financeira de recursos de diversos Convênios.

Art. 3º Em função do disposto no art. 1º, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma dos Anexos I e II.

Art. 4°A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada pela unidade orçamentária interessada no valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1996
108° da República e 37° de Brasília
ARLETE SAMPAIO

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

RECEITA

TESOURO

ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES			6.000.230
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.000.230	
1980.00.00 RECEITA DE CONVENIOS		6.000.230	
00484/001		TOTAL	6.000.230

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

RECEITA

TESOURO

ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES			1.870.265
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		1.870.265	
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		1.870.265	
00485/001		TOTAL	1.870.265

ANEXO III EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000 SECRETARIA DE EDUCACAO				6.000.230
(160101/00001) 18.101 SECRETARIA DE EDUCACAO				6.000.230
080420188.2232 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				6.000.230
080420188.2232.0001 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL (*)	34.90.30	032	6.000.230	6.000.230
00484/002 -200033			TOTAL	6.000.230

GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador

ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social

CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111,
Térreo. CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones:(061) 225-7803
316-4137
213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

ANEXO IV EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
18.000 SECRETARIA DE EDUCACAO				1.870.265
(160101/00001) 18.101 SECRETARIA DE EDUCACAO				1.870.265
080420188.2232 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL				1.870.265
080420188.2232.0001 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL (*)	34.90.30	021	1.272.364	
	34.90.36	021	18.653	
	45.90.52	021	579.248	1.870.265
00485/002 -200032			TOTAL	1.870.265

DECRETO Nº 17.528, DE 12 DE JULHO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 461.100,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e cem reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 138.000.946/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa IX - Ceilândia crédito suplementar, no valor de R$ 461.100,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e cem reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1996
108° da República e 37° de Brasília
ARLETE SAMPAIO

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO				298.800
(190111/00001) 11.111 REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				298.800
030070021.2017 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				168.400
030070021.2017.0001 ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.11	000	33.000	
	31.90.13	004	4.800	37.800
030070021.2017.0002 MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	020	40.600	40.600
030070021.2017.0005 SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	45.90.51	000	90.000	90.000
100580323.1099 EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO				68.400
100580323.1099.0001 EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO (ENDERECO LIMPO)	45.90.51	000	68.400	68.400
100600327.1100 AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA				36.000
100600327.1100.0001 AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	45.90.51	000	36.000	36.000
150810486.2216 CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES				26.000
150810486.2216.0001 CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES	31.90.08	000	26.000	26.000
00494/001 -200035			TOTAL	298.800

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO				162.300
(190111/00001) 11.111 REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				162.300

030070021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				34.400
030070021.2017.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	020	9.400	9.400
030070021.2017.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	45.90.51	000	25.000	25.000
100580323.1099	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO				127.900
100580323.1099.0001	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO (ENDERECO LIMPO)	45.90.51	000	107.900	
		45.90.51	004	20.000	127.900
00503/001 -200035				TOTAL	162.300

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				298.800
(190111/00001) 11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				298.800
030070021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				163.600
030070021.2017.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.36	000	15.000	
		34.90.92	000	20.000	
		46.90.64	000	8.000	43.000
030070021.2017.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	34.90.30	000	80.000	
		45.90.51	020	40.600	120.600
030070025.1055	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE QUADRAS DE ESPORTE				37.400
030070025.1055.0002	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE QUADRAS DE ESPORTE	45.90.51	000	37.400	37.400
030070025.1112	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORAMENTO DE PREDIOS, PROPRIOS E PARQUES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS				31.000
030070025.1112.0002	IMPLANTACAO DO CLUBE UNIDADE DE VIZINHANCA	45.90.51	000	31.000	31.000
030090044.2381	EXECUCAO DE SERVICOS TOPOGRAFICOS				10.000
030090044.2381.0001	EXECUCAO DE SERVICOS TOPOGRAFICOS	34.90.39	000	10.000	10.000
080460224.2399	PROMOCAO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS				4.800
080460224.2399.0001	PROMOCAO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	34.90.39	004	4.800	4.800
080480247.2382	PROMOCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS				16.000
080480247.2382.0001	PROMOCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS	34.90.39	000	16.000	16.000
100600327.1100	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA				36.000
100600327.1100.0001	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	34.90.39	000	36.000	36.000
00494/002 -200042				TOTAL	298.800

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				162.300
(190111/00001) 11.111	REGIAO ADMINISTRATIVA IX - CEILANDIA				162.300
030070021.2017	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				34.400
030070021.2017.0004	FUNCIONAMENTO DA PATRULHA MOTOMECANIZADA	45.90.52	000	25.000	25.000
030070021.2017.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	45.90.51	020	9.400	9.400
100580323.1099	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO				127.900
100580323.1099.0002	PAVIMENTACAO ASFALTICA DA QNQ QUADRAS 04,05 E 06 DO SETOR Q DE CEILANDIA	45.90.51	000	52.900	52.900
100580323.1099.0003	CONSTRUCAO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NA QUADRA 3 DO SETOR QNQ - CEILANDIA RA IX	45.90.51	000	20.000	20.000
100580323.1099.0004	ADAPTACAO DE PREDIOS E LOGRADOUROS PUBLICOS PARA DEFICIENTES FISICOS	45.90.51	000	20.000	20.000
100580323.1099.0005	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO DO SETOR QNQ E QNR DE CEILANDIA	45.90.51	000	15.000	15.000
100580323.1099.0006	URBANIZACAO COMPLETA DO SETOR QNQ INCLUINDO ASFALTO, MEIO FIO E DRENAGEM DE AGUA PLUVIAL	45.90.51	004	20.000	20.000
00503/002 -200042				TOTAL	162.300

DECRETO Nº 17.529, DE 12 DE JULHO DE 1996

Abre crédito adicional no montante de R$ 13.643.000,00 (treze milhões, seiscentos e quarenta e três mil reais)

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 1º, da Lei nº 1.145, de 10 de julho de 1996, e com o art. 41, incisos I e II, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento da Companhia Energética de Brasília crédito adicional, no valor de R$ 13.643.000,00 (treze milhões, seiscentos e quarenta e três mil reais), sendo:

I - crédito suplementar no valor de R$ 8.118.000,00 (oito milhões, cento e dezoito mil reais), conforme Anexo II;

II - crédito especial no valor de R$ 5.525.000,00 (cinco milhões, quinhentos e vinte e cinco mil reais), conforme Anexo III.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento do crédito serão financiados na forma do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Excesso de Arrecadação de recursos diretamente arrecadados com geração, transformação, distribuição de energia elétrica e exploração de outros energéticos.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita da unidade fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 1996
108º da República e 37º de Brasília
ARLETE SAMPAIO

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

RECEITA — ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

22000 - SECRETARIA DE OBRAS
22204 - COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA

DETALHAMENTO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

ESPECIFICACAO	VALOR
GERACAO PROPRIA	13.643.000
001 TOTAL	13.643.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

SUPLEMENTACAO — ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

22000 - SECRETARIA DE OBRAS
22204 - COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	8.118.000		8.118.000
	ENERGIA ELETRICA	8.118.000		8.118.000
	TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	1.293.000		1.293.000
090510267.1072	0000 TRANSFORMACAO DE ENERGIA ELETRICA	1.293.000		1.293.000
	0001 IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SUBESTACOES DE TRANSMISSAO	1.293.000		1.293.000
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	1.293.000		1.293.000
	DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	6.825.000		6.825.000
090510268.1062	0000 AMPLIACAO E MELHORIA DAS REDES DE DISTRIBUICAO	6.825.000		6.825.000
	0004 MELHORIA DE PROCESSOS DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	6.825.000		6.825.000
	NATUREZA DA DESPESA INVESTIMENTOS	6.825.000		6.825.000
002	TOTAL	8.118.000		8.118.000

ANEXO III EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

ESPECIAL ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

22000 - SECRETARIA DE OBRAS
22204 - COMPANHIA ENERGETICA DE BRASILIA

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	3.534.000		3.534.000
	ADMINISTRACAO	3.534.000		3.534.000
	ADMINISTRACAO GERAL	3.534.000		3.534.000
030070021.1061	0000 MODERNIZACAO DA EMPRESA			
	0003 OBRAS CIVIS E DIVERSAS INSTALACOES GERAIS	3.534.000		3.534.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	3.534.000		3.534.000
	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	1.991.000		1.991.000
	ENERGIA ELETRICA	1.991.000		1.991.000
	DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	1.991.000		1.991.000
090510268.1062	0000 AMPLIACAO E MELHORIA DAS REDES DE DISTRIBUICAO			
	0006 IMPLANTACAO E MELHORIA DE SUBESTACOES DE DISTRIBUICAO	1.991.000		1.991.000
	NATUREZA DA DESPESA			
	INVESTIMENTOS	1.991.000		1.991.000
003	TOTAL	5.525.000		5.525.000

DESPACHO (*)
Em 11 de julho de 1996

PROCESSO Nº : 140.000.832/95 - **INTERESSADO** : Associação dos Produtores Rurais das Quebradas dos Guimarães - **ASSUNTO** : Realização de vistoria no Instituto de Desenvolvimento Humano (IDHUM) - **DESPACHO** : Com base nas informações do processo em referência, CANCELO o despacho que concedeu a Declaração de Utilidade Pública provisória ao Instituto de Desenvolvimento Humano (IDHUM), publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 14 de março de 1994. Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, para as providências complementares.

ARLETE SAMPAIO
Governadora do Distrito Federal
Em exercício

(*) N. da DIJOF/IN - Republicado por ter saído com incorreção no DODF nº 134, de 12-7-96, pág. 5721.

DESPACHO
Em 12 de julho de 1996

PROCESSO Nº 030.004.311/96 - **INTERESSADO:** Associação Nossa Senhora Mãe dos Homens - **ASSUNTO:** Declaração de Utilidade Pública provisória - **DESPACHO:** Nos termos do que preceitua o parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 13.877, de 02 de abril de 1992, concedo à Associação Nossa Senhora Mãe dos Homens a Declaração de Utilidade Pública provisória.

ARLETE SAMPAIO
Governadora do Distrito Federal
Em exercício

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 11 de julho de 1996

PROCESSO Nº : 142.001.099/96
INTERESSADO : INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DF - IPDF
ASSUNTO : CÓPIAS HELIOGRÁFICAS DO PARCELAMENTO URBANO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 253/96 no valor de R$ 1.500,00 (hum e quinhentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Samambaia, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.001.930/96
INTERESSADO : GRUPO CIRANDA PROMOÇÃO E EVENTOS LTDA
ASSUNTO : APRESENTAÇÃO NA INAUGURAÇÃO DAS PREFEITURAS DAS QUADRAS
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 394/96 no valor de R$ 900,00 (novecentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

Em 12 de julho de 1996

PROCESSO Nº : 149.000.469/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 206/96 no valor de R$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Lago Norte, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 148.000.411/96
INTERESSADO : XEROX DO BRASIL LTDA
ASSUNTO : MANUTENÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso I do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, inclusive no que se refere ao prazo no encaminhamento para a presente ratificação. Nota de Empenho nº 129/96 no valor de R$ 1.700,00 (Hum mil e setecentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Riacho Fundo, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.523/96
INTERESSADO : BGR SONORIZAÇÃO LTDA - ME
ASSUNTO : APRESENTAÇÃO NO II ARRAIÁ DE SANTA MARIA
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 206/96 no valor de R$ 4.890,00 (Quatro mil oitocentos e noventa reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências complementares.

ADALBERTO LASSANCE DE ALBUQUERQUE
Substituto

RETIFICAÇÃO

No despacho do Subsecretário de Coordenação das Administrações Regionais, publicado na Seção I, página 4751, DODF nº 112, de 12.06.96, referente ao processo nº 132.001.011/96, da Administração Regional de Taguatinga - ONDE SE LÊ: "...a inexigibilidade de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei..." - LEIA-SE: "... a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei...."

No despacho do Subsecretário de Coordenação das Administrações Regionais, publicado na Seção I, página 5644, DODF nº 133, de 11.07.96, referente ao processo nº 139.000.213/95, da Administração Regional do Cruzeiro - ONDE SE LÊ: Processo nº 139.000.213/96 - LEIA-SE: Processo nº 139.000.213/95

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO: 133.000.241/96
INTERESSADO: JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, RECONHEÇO A DÍVIDA, autorizo a realização da despesa e determino a emissão do Empenho no valor de R$ 1.495,31 (HUM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS), em favor de JOSÉ EDUARDO DE OLIVEIRA.
Publique-se e encaminhe-se o processo à SOF/DAG, para emissão de Nota de Empenho, à conta de dotação do elemento 31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento da Administração Regional de Brazlândia
JAMIL FRANCISCO DOS SANTOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE JULHO DE 1996

O Administrador Regional Substituto de Sobradinho/RA-V, no uso das suas atribuições que lhe confere o item XXII do Artigo 53, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o disposto no Artigo 2º do Decreto nº 17.079 de 28 de dezembro de 1995, resolve:

1)-Fixar o preço público correspondente à utilização de áreas públicas no âmbito da Região Administrativa de Sobradinho, nos termos dos anexos I a IV, desta Ordem de Serviço;

2)-Os coeficientes estabelecidos nos anexos desta Ordem de Serviço têm por base a Pauta de Valores Venais de Terrenos e Edificações do Distrito Federal, segundo Lei 989, de 18 de dezembro de 1995, DODF de 19/12/95;

3)-A fonte de consulta dos valores imobiliários foram as seguintes firmas:

- JOÃO PAULO IMÓVEIS;

- MULTIPLIK IMÓVEIS;

- IMOBILAR IMÓVEIS.

4)-Os valores desta tabela serão reajustados de acordo com a Lei 1.118 de 21/06/96.

JEFERSON PAZ DAS NEVES

ANEXO I

DECRETO 17.079 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1995

OCUPAÇÃO EM ÁREAS PÚBLICAS COM FINALIDADES COMERCIAIS OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		VALORES EM REAL								
		QUADRAS / PESO								
		PESO 1 QD's : 02 , 08 (com), 14,15/17 16, CENTRAL, SOBRADINHO II			PESO 2 QD's: 1/3, 3/5, 4/2, 7/9, 8/10 9/10, 10/11, 13/12, 13/15			PESO 3 QD's: 4/6, 5/7, 6/8, 12/CENTRAL		
		DIA	MÊS	ANO	DIA	MÊS	ANO	DIA	MÊS	ANO
C/ COBERTURA (MARQUISE, TOLDOS ETC.)	M2	0,06	1,95	23,40	0,10	2,93	35,16	0,13	3,91	46,92
S/ COBERTURA	M2	0,03	0,98	11,76	0,04	1,17	14,04	0,05	1,37	16,44
CANT. OBRAS,PARQ.,CIRCUS E ETC	M2	0,01	0,24	2,88	0,01	0,27	3,24	0,01	0,29	3,48
FEIRA PERMANENTE	M2	0,13	3,91	46,92	0,15	4,39	52,68	0,16	4,88	58,56
FEIRA LIVRE E SIMILARES	M2	0,06	1,95	23,40	0,08	2,44	29,28	0,10	2,93	35,16
BANCA EM MERCADO	M2	0,13	3,91	46,92	0,15	4,39	52,68	0,16	4,88	58,56
OUT DOORS, ANUNCIOS E SIMILARES	M2	0,03	0,98	11,76	0,04	1,17	14,04	0,05	1,37	16,44
COM. OU SERV. EM VEÍCULOS										
A) CARROÇAS, BALCÕES E SIMILARES	UNID.	0.06	1,95	23,40	0,08	2,44	29,28	0,10	2,93	35,16
B)REBOQ UES,TRAILLERS,QUIOSQUE E ETC	M2	0,03	0,98	11,76	0,08	2,44	29,28	0,13	3,91	46,92
AVANÇ. DE POSTOS/SERV.(P.A.G./P.L.L.)	M2	0,01	0,24	2,88	0,01	0,27	3,24	0,01	0,29	3,48
ABRIGO DE TAXI	M2	0,02	0,73	8,76	0,03	0,81	9,72	0,03	0,88	10,56
AREAS UTIL. C/ INTALAÇÕES E										
EQUIP. P/ O DESENV. DE EVENTOS	M2	0,06	1,95	23,40	0,10	2,93	35,16	0,13	3,91	46,92
OUTRAS FINALIDADES	M2	0,02	0,73	8,76	0,04	1,10	13,20	0,05	1,47	17,64

ANEXO II

LOCAL DE OCUPAÇÃO / ÁREA OCUPADA	VALORES EM REAIS (R$) / MÊS — TERMINAL RODOVIÁRIO — PREÇO PÚBLICO
a) para os 1ºs 100 m2 ocupados	2,34
b) para os 100 m2 contíguos excedentes a área estabelecida no item anterior	1,86
c) para os 100 m2 contíguos excedentes a área estabelecida no item anterior	1,76
d) para os 100 m2 contíguos excedentes a área estabelecida no item anterior	1,66
e) para os 100 m2 contíguos excedentes a área estabelecida no item anterior	1,56

ANEXO III

ESPAÇOS OCUPADOS EM PARQUES VIVENCIAIS RECREATIVOS	VALORES EM REAIS (R$) / MÊS — PREÇO PÚBLICO
Até 100 m²	1,27
101 a 500 m²	0,83
501 a 1500 m²	0,43
1501 a 3000 m²	0,25
3001 a 5000 m²	0,16
5001 a 8000 m²	0,11
8001 a 13000 m²	0,09
acima de 13000 m²	0,06

ANEXO IV

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DESTINADOS A ATIVIDADES DENTRO DOS PARQUES VIVENCIAIS OU RECREATIVOS	VALORES EM REAIS (R$) HORA DE OCUPAÇÃO PREÇO PÚBLICO
1) eventos com cobrança de ingresso	23,43
2) eventos sem cobrança de ingresso	10,74
3) eventos filantrópicos	9,76
4) por evento (realizados por confederações, federações e entidades afins)	20,50

DESPACHOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSOS Nºs: 134.000.577/95 e 134.000.579/95
INTERESSADO: BRB-BANCO DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista o contido nos autos e o disposto na Lei Nº 4.320/64, combinado com os artigos 80 e 81 do Decreto Nº 16.098/94 e a competência expressa no inciso I do artigo 38 e incisos II e IV do artigo 39, todos do mencionado diplona legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, no elemento 349092 e determino a emissão da Nota de Empenho e o respectivo pagamento no valor de R$ 16.177,74 (dezesseis mil, cento e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos) em favor do BRB-BANCO DE BRASÍLIA S/A.

Publique-se e encaminhe-se os autos a Administração Regional de Sobradinho, para as demais providências.

Em 11 de julho de 1996

PROCESSO Nº: 134.000.578/95
INTERESSADO: MPAS-MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista o contido nos autos e o disposto na Lei Nº 4.320/64, combinado com os artigos 80 e 81 do Decreto Nº 16.098/94 e a competência expressa no inciso I do artigo 38 e incisos II e IV do artigo 39, todos do mencionado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, no elemento 349092 e determino a emissão da Nota de Empenho e o respectivo pagamento no valor de R$ 261,94 (duzentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos) em favor do MPAS- Ministério da Previdência e Assistência Social.

Publique-se e encaminhe-se os autos a Administração Regional de Sobradinho, para as demais providências.

JEFERSON PAZ DAS NEVES
Substituto

NOTA FISCAL:
O MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA BRASÍLIA.
Participe dessa construção.
Exija sempre a Nota ou Cupom Fiscal em todas as suas compras.
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
GDF

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 516, DE 4 DE JULHO DE 1996(*)

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 040.002.317/95; 040.009.742/91; 043.001.521/95; 043.002.063/95 e 043.000.173/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que tratam os Autos de Infração e Apreensão-AIA relacionados abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Hospital Regional da Asa Norte - HRAN/FHDF/SES/GDF

043.002.317/95 - AIA 34.579 - Ato Declaratório nº 153/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
02	Bichos de Pelúcia "Rei Leão"
01	Urso de Pelúcia Grande, Cor Vinho/Branco
01	Urso de Pelúcia Grande, Cor Rosa/Branco
01	Urso de Pelúcia Grande, Cor Cinza/Branco
02	Ursos de Pelúcia Médio, Cor Rosa
01	Urso de Pelúcia Médio, Cor Vinho
03	Ursos de Pelúcia Médio, Cor Branco
02	Gatinhos de Pelúcia Pequeno, Cor Branca
01	Gatinho de Pelúcia Pequeno, Cor Cinza

040.009.742/91 - AIA 24.257 - Ato Declaratório nº 157/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
08	Jogos de Lençol
10	Jogos de Toalhas
03	Jogos de Tapetes
05	Cobertores de Casal

043.001.521/95 - AIA 33.714 - Ato Declaratório nº 169/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Armário Martinucci - Ref. 2542

043.002.063/95 - AIA 34.521 - Ato Declaratório nº 170/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Conservadora THG 75 G 420 LT

043.000.173/95 - AIA 27.117 - Ato Declaratório nº 175/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Pct. de Escova Dental Leader Inf. c/12
13	Pcts. de Sabonete Lux 12x90 gr.
01	Pct. de Sabonete Palmolive 12x90gr.
03	Pcts. de Kolynos Branco 12x50gr.
01	Pct. de Kolynos Branco 12x90gr.

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.
Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enunerado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 129, de 5-7-96, pág. 5470.

PORTARIA Nº 549, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 043.000.499/95; 043.000.498/95; 043.001.045/95; 043.001.843/95; 043.000.173/95 e 043.000.369/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que tratam os Autos de Infração e Apreensão-AIA relacionados abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Departamento de Administração Geral/SEFP/GDF

043.000.499/95 - AIA 27.335 - Ato Declaratório nº 147/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
05	Caixas Água Mineral - C/ 48 Unid. Cada
06	Vasilhames de Água Mineral
20	Água Mineral - Vasilhame de 20 Litros

043.000.498/95 - AIA 30.021 - Ato Declaratório nº 148/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
300	Metros Fio Rígido - Iacom 4,00 mm^2
500	Metros Fio Rígido - Iacom 6,00 mm^2
300	Metros Paralelo Flexvolts 2x1,00 mm^2
4.100	Metros Fio Rígido - Iacom 2,50 mm^2
3.100	Metros Fio Rígido - Iacom 1,50 mm^2

043.001.045/95 - AIA 28.637 - Ato Declaratório nº 145/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Jogo de Cortinas Fascinação - 2 Peças 2,80 X 3,00 Fab: Benevides
01	Jogo de Cama de Solteiro - 3 Peças Tipo Sinfonia Fab: Benevides
01	Jogo de Cama Solteiro - 2 Peças tipo Royal Fab: Santista
01	Toalha de Mesa Nobre Fab: Teka
01	Cortina Lisa 2,80 X 3,00 Fab: Icontec
04	Tapetes de Fibra Sintética 2,80 X 3,00

043.001.843/95 - AIA 33.438 - Ato Declaratório nº 173/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
02	Sofás de 2 Lugares de Cor Predominante Marrom

043.000.173/95 - AIA 27.117 - Ato Declaratório nº 175/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
02	Caixas de Copo Americano N. Figueiredo 24 Unid.
01	Fd. de Açúcar Refinado Dolce 10x1

043.000.369/95 - AIA 30.014 - Ato Declaratório nº 176/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Cx. Copo Americano Nadir Figueiredo
11	Cx. Sabão Espumante Comum (10x5x200 gr)

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 550, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 043.001.780/95; 043.002.124/95; e 043.000.251/96, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que tratam os Autos de Infração e Apreensão-AIA relacionados abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Centro de Ensino de 1º Grau Nova Betânia/FEDF/GDF

043.001.780/95 - AIA 25.044 - Ato Declaratório nº 142/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
48	Pacotes M. Atacado 1 Kg. c/ 12 - Cx. Esp.
56	Pacotes Bisc. Leite 500 Gr. c/ 28 - Cx. Esp.
56	Pacotes Bisc. Maizena 500 Gr. c/ 28 C.E
05	Bala Prom Icebel Cereja 1 Kg.

043.002.124/95 - AIA 34.630 - Ato Declaratório nº 143/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
02	Panelas Master Cooker

043.000.251/96 - AIA 34.786 - Ato Declaratório nº 146/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
20	Colchões 78X188X0,5
03	Colchões 78X188X12 D23
03	Colchões 128X168X14 D23
01	Colchão 128X168X18 D23

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 551, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 043.001.751/95; 043.002.111/95 e 043.001.045/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que tratam os Autos de Infração e Apreensão-AIA relacionados abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Escola Classe 403 de Samambaia / FEDF/GDF

043.001.751/95 - AIA 30.742 - Ato Declaratório nº 125/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Detergente Alc. Dil. NPF2001
01	Detergente Dil FX1100 - 2001

043.002.111/95 - AIA 34.497 - Ato Declaratório nº 144/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
04	Relógios de Mesa
06	Avião Attock Helicopter
04	Relógio Transparente Square
15	Conjunto Bonecas Pequenas
02	Conjunto Bonecas Médias
06	Calculadoras Sharp EC-230
01	Bolinhas c/ 06 Unidades
06	Conjunto de Pentes
08	Conjunto Mikei, Mine
12	Telefone Celular Brinquedo
11	Carrinhos Tipo Trator
03	Três Conjuntos Bonecas Nene
23	Bonecas Bride Bolc

06	Barbie
06	Conjuntos Bonecas Grande
10	Bonecas Tipo Bebe
01	Caixa Contendo 12 Carros Fuscas

043.001.045/95 - AIA 28.637 - Ato Declaratório nº 145/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
06	Colchas Casal Floral - Ref.400 1,95 X 2,20 Fab.: Cheniltex
04	Jogos de Cama de Casal - 4 Peças Fab: Sultan
03	Jogos de Cama de Casal - 3 Peças Tipo Sinfonia
04	Jogo de Virol Casal - 4 Peças Fab: Multifabril
01	Colcha Ouro Preto Casal 2,20 X 2,10 Fab: Lanifício Resfibra
04	Relógios de Parede Tipo Exportação Fab: Santa Rita
01	Jogo de Mantimentos Reto 14 X 22 Fab: Gutlar
02	Churrasqueiras Gutlar
02	Espelhos com Moldura 0,82 X 0,39m

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.
Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enunerado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 552, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 043.002.044/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que tratam os Autos de Infração e Apreensão-AIA relacionados abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Departamento de Transporte/SEA/GDF

043.002.044/95 - AIA 34.494 - Ato Declaratório nº 152/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	Solupã (Desengraxante) - 200 Litros
01	Espumol - 200 Litros

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 553, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regulamentares, fundamentado nos termos do art. 2º, inciso VII, alínea "d", da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, e do art. 22, inciso II, §§ 3º e 4º do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs 043.001.934/95; 043.002.199/95; 043.001.458/95; 043.001.491/95; 043.001.952/95; 043.001.576/95; 043.001.115/95; 043.001.405/95 e 043.001.944/95, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação das mercadorias de que tratam os Autos de Infração e Apreensão-AIA relacionados abaixo ao Patrimônio do órgão do Governo do Distrito Federal, a seguir mencionado:

I - Administração Regional de São Sebastião/GDF

043.001.934/95 - AIA 34.333 - Ato Declaratório nº 140/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
04	Metros Cúbicos de Areia Lavada

043.002.199/95 - AIA 34.339 - Ato Declaratório nº 141/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
6.037	Unidades de Tijolos de 8 Furos 20X20X10

043.001.458/95 - AIA 33.896 - Ato Declaratório nº 150/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
04	Metros Cúbicos de Areia Lavada

043.001.491/95 - AIA 33.892 - Ato Declaratório nº 155/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
04	Metros Cúbicos de Areia Lavada

043.001.952/95 - AIA 33.947 - Ato Declaratório nº 158/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
06	Metros Cúbicos de Areia Lavada

043.001.576/95 - AIA 33.363 - Ato Declaratório nº 159/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
45	Metros Quadrados de Cerâmica Artesanal Califórnia

043.001.115/95 - AIA 28.787 - Ato Declaratório nº 160/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
1000	Tijolos de 8(oito) Furos

043.001.405/95 - AIA 33.977 - Ato Declaratório nº 165/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
05	Metros Cúbicos de Areia Lavada

043.001.944/95 - AIA 33.948 - Ato Declaratório nº 168/96-SEFP

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
04	Metros Cúbicos de Areia Lavada

Art. 2º A operacionalização da transferência dos bens relacionados no artigo anterior ficará a cargo do Departamento de Administração Geral desta Secretaria, observando o que dispõe o Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, e o Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994.

Art. 3º Fica, nos termos das disposições legais citadas, EXTINTO o respectivo crédito tributário do AIA acima enunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 557, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Fundação Educacional do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 02, de 2 de janeiro de 1996.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

FISCAL

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				7.500.000
(160201/16201)	18.201	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				7.500.000
080070021.2038		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				7.500.000
080070021.2038.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.91	030	7.500.000	7.500.000
00530/001 -200080					TOTAL	7.500.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

FISCAL

REDUCAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	18.000	SECRETARIA DE EDUCACAO				7.500.000
(160201/16201)	18.201	FUNDACAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				7.500.000
080070021.2038		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				7.500.000
080070021.2038.0001		ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.11	030	7.500.000	7.500.000
00530/002 -200081					TOTAL	7.500.000

PORTARIA Nº 558, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 030.006.219/96, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Gabinete do Vice-Governador, aprovado pela Portaria SEFP nº 02, de 2 de janeiro de 1996.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

ANEXO I — EXERCICIO DE 1996 — R$ 1,00

FISCAL

ACRESCIMO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	10.000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR				5.000
(100101/00001)	10.101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR				5.000
030070021.2199		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				5.000
030070021.2199.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	000	5.000	5.000
00528/001 -200080					TOTAL	5.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

REDUCAO FISCAL

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO			NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
	10.000	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR				5.000
(100101/00001)	10.101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR				5.000
030070021.2199		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				5.000
030070021.2199.0002		MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	000	5.000	5.000
00528/002 -200081					TOTAL	5.000

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Processo Nº : 040.009.486/96
Interessado : GAB/SEFP

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da S/A CORREIO BRASILIENSE, objetivando atender despesas com 01 (UMA) assinatura anual do Jornal Correio Brasiliense .
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 268/96 - DAT/SUREC/SEFP

Credencia técnicos habilitados a promoverem intervenção técnica nos equipamentos discriminados abaixo.
A Diretora do Departamento e Arrecadação e Tributação da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições legais e fundamentada pelo disposto nos artigos 7º a 12 da Portaria nº 750 de 21/06/95 e Decreto nº 16.102 de 30/11/94 e, ainda, o requerimento apresentado no Processo nº 040.010.195/96.
resolve:
1 - Autorizar a Firma ULTRA COMP. INFORMÁTICA LTDA-ME., inscrita no CGC/MF sob o nº 37.065.018/0001-81 e no Cadastro Fiscal do Distrito Federal sob o nº 07.314.325/001-40, estabelecida no QNL 08, Conjunto E, Casa 03 - Taguatinga - DF, a intervir tecnicamente nos equipamentos relacionados abaixo, pelos técnicos Adailton de Araujo Silva - RG 782.562 SSP/DF e Ailton de Araujo Silva - RG 914.539 SSP/DF:

Equipamentos: PDV-MF , marca ZANTHUS, modelos 6100 e 8000;
ECF-IF , marca ZANTHUS, modelos 1e, 3e, e 2e-ECF ;
ECF-PDV , marca ZANTHUS, modelo Z 6100-ECF.

ELIANA A. TORREZAN BONOMI
Diretora

DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO DO CHEFE
Em 11 de julho de 1996

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
042.000.194/96	João de Araújo Leite	ISS	312,69
046.000.296/96	Ana Maria Silva	IPTU/TLP	38,73
040.003.648/96	Cristovam de Assis Alves	ITBI	736,12

JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 5-DT/DAT/SUREC/SEFP, DE 9 DE JULHO DE 1996

A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada de que trata a OS Nº 96/95, II, "b", 2, de II/09/95, declara que o SUPERMERCADO MARATAIZES LTDA., CF/DF Nº 07.326.489/001-45, CGC Nº 26.996.165/0001-59, está autorizado a usar procedimento especial relacionado com o regime de apuração de ICMS, previsto no art. 272 do Decreto Nº 16.102, de 30/11/94, de acordo com as Portarias 605 e 121, de 12.05.95 e 06 de fevereiro de 1.996, respectivamente..

CONCEIÇÃO ALVARES TEIXEIRA DE CASTRO

DESPACHOS DA CHEFE
Em 26 de junho de 1996

INTERESSADO - COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE MORRINHOS LTDA.
PROCESSO Nº - 00040.011275/94
ASSUNTO - REFIME ESPECIAL
A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada de que trata a OS Nº 96/95, II, "b", 2, de II/09/95, decide INDEFERIR a concessão de REGIME ESPECIAL à empresa interessada, no processo em epígrafe, por incompatibilidade com a legislação tributária do Distrito Federal, no disciplinamento da matéria, no Regulamento do ICMS, consolidado pelo Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994.

Em 9 de julho de 1996

INTERESSADO - DISTRIBUIDORA DE CIGARROS REIS LTDA.
PROCESSO Nº - 00040.003388/91
ASSUNTO - REFIME ESPECIAL
A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada de que trata a OS Nº 96/95, II, "b", 2, de II/09/95, decide INDEFERIR a concessão de REGIME ESPECIAL à empresa interessada, no processo em epígrafe, por incompatibilidade com a legislação tributária do Distrito Federal, no disciplinamento da matéria, no Regulamento do ICMS, consolidado pelo Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994.

INTERESSADO - ALIMENTA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
PROCESSO Nº - 00040.005771/95
ASSUNTO - REFIME ESPECIAL
A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada de que trata a OS Nº 96/95, II, "b", 2, de II/09/95, decide INDEFERIR a concessão de REGIME ESPECIAL à empresa interessada, no processo em epígrafe, por incompatibilidade com a legislação tributária do Distrito Federal, no disciplinamento da matéria, no Regulamento do ICMS, consolidado pelo Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994.

Em 11 de julho de 1996

INTERESSADO - ELEVADORES SCHINDLER DO BRASIL S/A.
PROCESSO Nº - 00043.000308/96
ASSUNTO - REFIME ESPECIAL
A CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência delegada de que trata a OS Nº 96/95, II, "b", 2, de II/09/95, decide INDEFERIR a concessão de REGIME ESPECIAL à empresa interessada, no processo em epígrafe, por incompatibilidade com a legislação tributária do Distrito Federal, no disciplinamento da matéria, no Regulamento do ICMS, consolidado pelo Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994.

CONCEIÇÃO ALVARES TEIXEIRA DE CASTRO

DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 4-DRC-DAT-SUREC-SEFP, DE 12 DE JULHO DE 1996

A CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA, DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço nº 096, de 11 de setembro de 1995 SUREC e, fundamentada no art. 32, inciso II, alínea "d" do Decreto nº 16.102, de 30 de novembro de 1994, e no art. 24, inciso II, alínea "c" do Decreto nº 16.128, de 06 de dezembro de 1994, **DECLARA CANCELADAS**, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal, CF/DF, as inscrições dos contribuintes, abaixo relacionados, por constatar a cessação de suas atividades nos locais para os quais foram inscritos.

07.301.747/001-95	ILSA DE SOUZA ALMEIDA ME
07.303.119/001-07	CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA SOUZA
07.306.291/001-40	PANIFICADORA E CONFEITARIA RAYCY LTDA
07.306.292/001-02	A COMETA COM DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA
07.306.972/001-63	CESA CENTRAL ELÉT E REFR SANTO ANTONIO LTDA
07.306.979/001-49	EDIVALDO MENDES DOS SANTOS E CIA LTDA
07.306.983/001-61	DF PEL COM REP DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA
07.307.586/001-07	VIEIRA SILVA COM DE MAT PARA CONSTRUCÃO LTDA
07.307.938/001-33	VAREJÃO DO POVO TECIDOS LTDA
07.312.832/001-59	ARPA ARMARINHO E PAPELARIA LTDA
07.315.148/002-37	ESTRELA TINTAS LTDA
07.315.565/001-26	NAHAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
07.321.440/001-32	LUPEÇAS COM DE PEÇAS E ACESS P/ VEÍCULOS LTDA
07.325.129/001-35	EDILSON OLIVEIRA DE ABREU ME
07.325.256/001-43	EDMILSON GONÇALVES DE ABRANTES
07.326.065/001-90	ELIANA MEDINA COELI ME
07.327.604/001-08	ELTON CLAY MENDES PEREIRA ME
07.328.113/001-48	PLASTNOX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
07.328.128/001-60	JOÃO ANTONIO DE SOUZA
07.328.386/001-00	MÓVEIS GALVÃO LTDA ME
07.331.603/001-00	COFERMAC COM DE FERROS E MAT DE CONS LTDA
07.331.967/001-09	LUZIA FERREIRA FONTES
07.331.980/001-12	ÓTICAS E RELOJOARIA CEILÂNDIA LTDA
07.332.565/001-86	RETIMAR AUTO PEÇAS LTDA
07.332.709/001-02	BRASPNEUS BRASÍLIA PNEUS LTDA
07.334.437/001-77	MARA COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA
07.335.640/001-33	MALHATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO CONF LTDA ME
07.336.815/001-75	MADUREIRA & COSTA LTDA
07.339.413/001-03	OPÇÃO CONFECÇÕES E TECIDOS LTDA ME
07.342.056/001-22	OAT - SERVIÇOS TÉCNICOS EM BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS LTDA
07.342.210/001-93	PRIMO & PRIMO CALÇADOS E CONFECÇÕES
07.342.492/001-38	ROGÉRIO JOSÉ BORBA ME
07.343.845/001-44	PANIFICADORA E CONFEITARIA RECANTOS LTDA ME
07.344.808/001-53	COMERCIAL FERNANDES DE MÓVEIS LTDA
07.344.841/001-56	OLHO VIVO COM DE MÓVEIS COLCHÕES E ELET LTDA
07.345.391/001-28	ELÉTRICA E HIDRÁULICA PLANO LTDA ME
07.345.800/001-40	MÓVEIS CASTRO LTDA
07.346.431/001-12	PANIFICADORA E CONFEITARIA KELLEM LTDA ME
07.347.362/001-09	LOJA DE VARIEDADES LTDA.
07.347.363/001-54	HORIZONTES ALIMENTOS LTDA.
07.347.688/001-28	IACCINO IMPORTAÇÃO E EXP DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA
07.348.040/001-14	DISTRIBUIDORA DE FRIOS QUEIJEL LTDA.
07.351.032/001-07	ELDMILSON MOREIRA DA SILVA ME
07.354.477/002-75	EURÍPEDES ARAÚJO MIGUEL JÚNIOR
07.357.523/001-61	JOÃO RIBEIRO DA SILVA COLCHÕES ME

JAMIRA LIMA BARBOSA BRANDÃO

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Recurso de Ofício nº 188/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CLINICA VETERINARIA PETIT CHIEN LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.009168/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 335-DFE, de 31 de agosto de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 191/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CLINICA VETERINARIA PETIT CHIEN LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.009169/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 336, de 31 de agosto de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 207/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **RECAPAGEM ROYAL LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.011918/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 725-DFE, de 25 de outubro de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 282/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **RESTAURANTE E PIZZARIA NACIONAL LTDA**
Advogado : Carlos Celso da Silva e/ou

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.006783/94, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 124-DRB, de 27 de julho de 1994, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 314/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CEVAL ALIMENTOS S/A**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.001696/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26637, de 24 de fevereiro de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 316/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **NIPPON ALIMENTOS LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.000129/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 28207, de 26 de dezembro de 1991, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 318/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **JOSÉ EUSTÁQUIO CORREA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.003524/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 28074, de 11 de maio de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 319/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **GMG CARDOSO - ME**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.001367/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26635, de 19 de fevereiro de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 321/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CRUSH DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.003648/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26371, de 15 de maio de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 323/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **VALTER TETSUO KURITA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.004746/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26504, de 26 de maio de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 331/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **RODA E RODA PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.004156/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26890, de 15 de junho de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 333/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE CARNES BARBOSA E OLIVEIRA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.003526/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26647, de 13 de maio de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 336/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **MAKPEL EMBALAGENS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.012895/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 852, de 22 de novembro de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

Recurso de Ofício nº 338/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **RODOVIÁRIO UBERABA LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.001058/92, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 26634, de 4 de fevereiro de 1992, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. 1. RECEBO, POIS, O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. 2. Audiência prévia da douta Representação Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se. Brasília-DF, em 10 de julho de 1996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

TRIBUNAL PLENO

Processo nº 040.003.588/93
Recurso Extraordinário nº 004/95
Recorrente: CIEB - COMÉRCIO INDÚSTRIA ENGENHARIA BRASILEIRA LTDA.
Advogado : Carlos Celso da Silva e/ou
Recorrido : Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno
Data do Julgamento: 29 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 3/96 (6673)

EMENTA : RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO PLENO - DESATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE - DESCABIMENTO - NÃO CONHECIMENTO - É incabível o Recurso Extraordinário ao Pleno, quando sua interposição não se enquadra em nenhum dos requisitos elencados como pressupostos de admissibilidade no Artigo 36 da Lei 657/94, que rege a matéria. Impõe-se, no caso, o não conhecimento do Apelo Extraordinário.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda o Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, 11 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

ALTAMIRO ARTIAGA MORENO
Redator

1ª CÂMARA

Processo nº 141.001.849/95
Recurso Voluntário nº 221/95
Recorrente: JOÃO PEDRO MANGABEIRA

Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ I
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 27 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 73/96 (6556)

EMENTA : **ALVARÁ DE CONSTRUCÃO - INEXISTÊNCIA** - A pessoa que constrói sem o devido Alvará de Construção comete infração prevista na Legislação do DF, e deve, portanto ter a penalidade de multa a ela aplicada.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 040.002.037/96
Recurso Voluntário nº 141/96
Recorrente: GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A
Advogado : Cleone Pereira da Costa
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Sebastião Quintiliano
Data do Julgamento: 24 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 74/96 (6557)

EMENTA : **IPTU - BASE DE CÁLCULO - VALOR VENAL - VALIDADE** - São válidos os valores venais, fixados de acordo com os critérios técnico-legais, para efeito do lançamento do IPTU - **RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - ALEGAÇÕES - PROVAS** - Meras alegações desacompanhadas das provas necessárias e válidas, não são suficientes para retificar o lançamento do IPTU.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

SEBASTIÃO QUINTILIANO
Redator

Processo nº 040.002.040/96
Recurso Voluntário nº 148/96
Recorrente: GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A
Advogado : Cleone Pereira da Costa
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Sebastião Quintiliano
Data do Julgamento: 17 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 75/96 (6558)

EMENTA : **IPTU - BASE DE CÁLCULO - VALOR VENAL - VALIDADE** - São válidos os valores venais, fixados de acordo com os critérios técnico-legais, para efeito do lançamento do IPTU - **RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - ALEGAÇÕES - PROVAS** - Meras alegações desacompanhadas das provas necessárias e válidas, não são suficientes para retificar o lançamento do IPTU.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

SEBASTIÃO QUINTILIANO
Redator

Processo nº 040.002.044/96
Recurso Voluntário nº 149/96
Recorrente: GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A
Advogado : Cleone Pereira da Costa
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Sebastião Quintiliano
Data do Julgamento: 17 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 76/96 (6559)

EMENTA : **IPTU - BASE DE CÁLCULO - VALOR VENAL - VALIDADE** - São válidos os valores venais, fixados de acordo com os critérios técnico-legais, para efeito do lançamento do IPTU - **RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - ALEGAÇÕES - PROVAS** - Meras alegações desacompanhadas das provas necessárias e válidas, não são suficientes para retificar o lançamento do IPTU.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

SEBASTIÃO QUINTILIANO
Redator

Processo nº 040.001.717/96
Recurso Voluntário nº 150/96
Recorrente: GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A
Advogado : Cleone Pereira da Costa
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Sebastião Quintiliano
Data do Julgamento: 17 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 77/96 (6560)

EMENTA : **IPTU - BASE DE CÁLCULO - VALOR VENAL - VALIDADE** - São válidos os valores venais, fixados de acordo com os critérios técnico-legais, para efeito do lançamento do IPTU - **RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - ALEGAÇÕES - PROVAS** - Meras alegações desacompanhadas das provas necessárias e válidas, não são suficientes para retificar o lançamento do IPTU.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

SEBASTIÃO QUINTILIANO
Redator

Processo nº 040.001.710/96
Recurso Voluntário nº 151/96
Recorrente: GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES S/A
Advogado : Cleone Pereira da Costa
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Sebastião Quintiliano
Data do Julgamento: 18 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 78/96 (6561)

EMENTA : **IPTU - BASE DE CÁLCULO - VALOR VENAL - VALIDADE** - São válidos os valores venais, fixados de acordo com os critérios técnico-legais, para efeito do lançamento do IPTU - **RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - ALEGAÇÕES - PROVAS** - Meras alegações desacompanhadas das provas necessárias e válidas, não são suficientes para retificar o lançamento do IPTU.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

SEBASTIÃO QUINTILIANO
Redator

Processo nº 040.008.150/95
Recurso de Ofício nº 102/96
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Recorrido : ROMERO PINTO PEDROSA
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
Data do Julgamento: 18 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 79/96 (6564)

EMENTA : **RECURSO DE OFÍCIO - NÃO CONHECIMENTO - DIFERENÇA RECORRIDA INFERIOR AO VALOR DE ALÇADA** - Não há que se conhecer do Recurso de Ofício cuja diferença recorrida for inferior ao valor de alçada, correspondente a 5 (cinco) UPDFs - Art. 28 da Lei 657 de 25 de janeiro de 1.994.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Sebastião Quintiliano. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

KLEBER NASCIMENTO
Redator

Processo nº 136.001.637/90
Recurso Voluntário nº 252/95
Recorrente: DISTRIBUIDORA DE CIGARROS REIS LTDA.
Advogado : José Eustáquio Lopes de Carvalho
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 28 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 80/96 (6565)

EMENTA : **NOTAS FISCAIS DE VENDAS NÃO LANÇADAS - EXIGÊNCIA DO ICMS** - A falta de lançamento de notas fiscais de vendas enseja ao fisco a exigência do ICMS delas decorrentes. **NOTAS FISCAIS DE VENDAS - DIFERENÇA ENTRE O VALOR CONTÁBIL E A BASE DE CÁLCULO** - Demonstrado pelo fisco que a base de cálculo do imposto, declarada a menor que o valor contábil, é tributável pelo ICMS, não apresentando o sujeito passivo prova em contrário. Correta a exigência do tributo sobre a diferença apontada. **OMISSÃO DE RECEITAS - DIFERENÇA A MAIOR ENTRE O LIVRO DIÁRIO E O LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS** - Verificada a diferença a maior entre o Livro Diário e o Livro de Registro de Saídas, impõe-se a exigência do imposto incidente sobre esta diferença. **DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO** - O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado e, após a constituição definitiva do crédito, dispõe a Fazenda pública de 5 (cinco) anos para sua cobrança (artigos 73 e 74 do CTN). **RECURSO DE OFÍCIO NÃO INTERPOSTO - CONHECIMENTO - DESPROVIMENTO** - Recebido o processo em decorrência de recurso voluntário e sendo o caso também de recurso de ofício não interposto, é de se conhecer plenamente do processo, como se tivesse havido tal recurso, neste caso, para negar-lhe provimento.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, rejeitar as preliminares argüidas e, no mérito, negar provimento a ambos os recursos,

nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Sebastião Quintiliano. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 146.001.227/95
Recurso Voluntário nº 117/96
Recorrente: DANILO CARATA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XVI
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 24 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 81/96 (6666)

EMENTA : **MATERIAL DE OBRA - COLOCAÇÃO EM LOGRADOURO PÚBLICO** - O material de obra não deve ser colocado em logradouro público, sob pena de cometimento de infração prevista na legislação do Distrito Federal, devendo, portanto, a penalidade de multa ser aplicada.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 043.001.109/95
Recurso Voluntário nº 011/96
Recorrente: BALDACCI ASSOCIADOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES LTDA.
Advogada : Fabíola Cavalcante Torres Borges
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá
Data do Julgamento: 28 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 82/96 (6669)

EMENTA : **DOCUMENTOS FISCAIS - IMPRESSÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO FISCO - APREENSÃO - INFRAÇÃO - MULTA ACESSÓRIA** - Constitui infração à legislação tributária do Distrito Federal imprimir documentos fiscais (bilhetes para ingresso em eventos) sem autorização do fisco local, sujeitando-se o infrator a apreensão dos documentos confeccionados e a multa acessória prevista para a espécie.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 09 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ
Redator

Processo nº 040.009.612/95
Recurso Voluntário nº 019/96
Recorrente: PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogada : Vera Lúcia Ferolla Silva Melo
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá
Data do Julgamento: 03 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 83/96 (6670)

EMENTA : **IPTU - APRESENTAÇÃO DA CARTA DE *HABITE-SE* DO IMÓVEL ATÉ O VENCIMENTO DA COTA ÚNICA OU INTEGRAL - RETIFICAÇÃO DO VALOR DO IMPOSTO PARA O *QUANTUM* RESULTANTE DA APLICAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE 1% OU 0,30% - EXIGÊNCIA POSTERIOR DA DIFERENCA ABATIDA - RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO ADITIVO - NÃO ACOLHIMENTO PELA AUTORIDADE JULGADORA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO VOLUNTÁRIO - PROVIMENTO** - O contribuinte do IPTU que, nos termos da legislação então vigente, logrou apresentar a Carta de ***Habite-se*** do imóvel até a data de vencimento da cota única ou integral, independentemente da data de expedição do documento, e teve o valor do imposto retificado em função da aplicação das alíquotas de 1% (um por cento) ou 0,30% (trinta centésimos por cento), conforme o caso, não está obrigado a complementar a diferença entre o valor pago e o resultante da aplicação da alíquota inicialmente considerada, por ser indevida tal exigência. Recurso Voluntário que se provê para reformar a decisão recorrida, ficando insubsistente o lançamento aditivo ali consagrado.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 09 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ
Redator

Processo nº 040.010.377/94
Recurso de Ofício nº 136/96
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Recorrido : INDÚSTRIA GOIANA DE CAFÉ LTDA.
Advogada : Tânia Rocha Correia de Souza Corrêa
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 25 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 84/96 (6672)

EMENTA : **LEVANTAMENTO FISCAL - ERRO NA APROPRIAÇÃO DE VALORES - CORREÇÃO FEITA PELO AUTUANTE - DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO DE OFÍCIO - DESPROVIMENTO** - Constatado que houve erro na apropriação de valores em levantamento fiscal, correta é a decisão de primeira instância que acatou a correção feita pelo autuante. Recurso de Ofício que se desprovê.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 10 de julho de 1.996.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS

Às treze e trinta horas do dia 03 de julho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 185/96**, Recorrente SÔNIA TERTULIANA DA VEIGA MARTINS, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 258/95**, Recorrente SOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Proferindo decisão, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta de julgamento, foram conferidos os Acórdãos nºs 068, 069, 070, 071, e 072/96, relativos aos RVs 237, 291 e 265/95, 056/96 e 176/95, respectivamente. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 04 de julho de 1.996, quinta-feira, às treze horas e trinta minutos. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 04 de julho, data em que foi aprovada.

Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às treze e trinta horas do dia 04 de julho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 022/96**, Recorrente ANSANELI NAVES CONFECÇÕES LTDA., Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, à maioria de votos rejeitar a preliminar suscitada pelo Conselheiro Sebastião Quintiliano, e quanto ao mérito, à unanimidade, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Sebastião Quintiliano. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 167/96**, Recorrente AURISTELA DE FRANÇA GOMES, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/II, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro José dos Santos Moura. Proferindo decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, foram conferidos os Acórdãos nºs 073, 074, 075, 076, 077 e 078/96, relativos aos RVs 221/95, 141, 148, 149, 150 e 151/96, respectivamente. Foram também distribuídos para a 2ª Câmara os Recursos Voluntários nºs 180/95, 283, 287 e 297/96. Dos processos destinados à 1ª Câmara, foram os mesmos assim distribuídos entre os Conselheiros: ao Conselheiro Kleber Nascimento, RVs 284 e 286/96; ao Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá, RV 280/96; ao Conselheiro Sebastião Quintiliano, RV 271/96. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 05 de julho de 1.996, sexta-feira, às treze horas e trinta minutos. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 05 de julho, data em que foi aprovada.Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

As treze e trinta horas do dia 05 de julho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 111/95**, Recorrente VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA., Advogado Marcus Vinicius de Almeida Ramos, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, à maioria de votos, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Foi voto vencido o do Conselheiro Kleber Nascimento, que dava provimento ao recurso. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 065/96**, Recorrente JOSÉ MARIA ANTUNES TOLENTINO, Advogado Pedro Carrera Palmeira, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro José dos Santos Moura. Proferindo decisão, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta de julgamento, foram distribuídos para a 2ª Câmara os recursos: RVs 241, 273, 281, 293 e REOs 190, 199, 206 e 261/96. Para a 1ª Câmara, foram distribuídos os seguintes recursos: ao Conselheiro Sebastião Quintiliano, REOs 198 e 260/96; ao Conselheiro José dos Santos Moura, REO 200 e RV 327/96; ao Conselheiro Kleber Nascimento, REO 262/96 e ao Conselheiro Lirando de Azevedo Jacundá, RVs 250, 251, 252 e 253/96. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 08 de julho de 1.996, segunda-feira, às treze horas e trinta minutos. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 08 de julho, data em que foi aprovada.

Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às treze e trinta horas do dia 08 de julho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 160/96**, Recorrente COGUMELOS COMÉRCIO DE SORVETES LTDA., Advogado Adenor de Oliveira e/ou, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 168/96**, Recorrente COGUMELOS COMÉRCIO DE SORVETES LTDA., Advogado Adenor de Oliveira e/ou, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Proferindo decisão, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, foram conferidos os Acórdãos nºs 079, 80 e 81/96, relativos ao REO 102/96, RVs 252 e 117/96, respectivamente. Foram também distribuídos para a 2ª Câmara os Recursos Voluntários nºs 303, 305, 310, 312 e 326/96. Dos processos destinados à 1ª Câmara, foram os mesmos assim distribuídos entre os Conselheiros: ao Conselheiro Sebastião Quintiliano, RVs 272 e 309/96; ao Conselheiro Kleber Nascimento, RVs 304 e 311/96; ao Conselheiro José dos Santos Moura, RV 254/96. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 09 de julho de 1.996, terça-feira, às treze horas e trinta minutos. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____ , lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 09 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às treze e trinta horas do dia 09 de julho de 1.996, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Vicente de Paulo Ribeiro e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Lirando de Azevedo Jacundá e Sebastião Quintiliano, bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 187/96**, Recorrente ZIC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro José dos Santos Moura. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **REO 162/96**, Recorrente Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Recorrido METALÚRGICA PONTUAL LTDA., Advogado Juarez José de Souza, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Proferindo decisão, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta, foram conferidos os Acórdãos nºs 082 e 083/96, relativos aos RVs 011 e 019/96, respectivamente. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 10 de julho de 1.996, quarta-feira, às treze horas e trinta minutos. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____ , lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 10 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros VICENTE DE PAULO RIBEIRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, KLEBER NASCIMENTO, LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ E SEBASTIÃO QUINTILIANO; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

2ª CÂMARA

Processo nº 132.002.263/93
Recurso Voluntário nº 105/95
Recorrente: GIL ELETROPEÇAS LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Wellington Carlos Batista
Data do Julgamento: 27 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 53/96(6562)

EMENTA : **LEVANTAMENTO ESPECÍFICO - ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL - OMISSÃO DE RECEITAS - RECOLHIMENTO DO IMPOSTO - MULTA** - Apurada através de comprovação de entradas e saídas de mercadorias sem documentação fiscal, a omissão de Receitas, mediante levantamento fiscal específico, em que são consideradas as entradas e saídas de determinadas mercadorias e os estoques existentes, impõe-se o recolhimento do imposto com multa prevista para a espécie de sonegação. **PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA , FUNDAMENTADA NA LEI 657/94 - AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO NO EXERCÍCIO DE 1.993 - REJEIÇÃO** - Há que se rejeitar a preliminar de nulidade de decisão de Primeira Instância, estribada na Lei Processual 657/94, quando restar evidenciado, nos autos, que o Auto de Infração fora lavrado sob a égide da Lei nº 4.191/62.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, à maioria de votos, rejeitar a preliminar argüida e, no mérito, também à maioria de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga. foi voto vencido quanto à preliminar e quanto ao mérito o do Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga, que suscitou a preliminar e deu provimento parcial ao recurso. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 04 de julho 1.996.

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Presidente

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Redator

Processo nº 040.010.328/94
Recurso Voluntário nº 111/96
Recorrente: CCA COMPANHIA COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Wellington Carlos Batista
Data do Julgamento: 03 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 54/96(6563)

EMENTA : **APREENSÃO DE MERCADORIA - COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - AUSÊNCIA DE SONEGAÇÃO - IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO FISCAL** - Devidamente comprovado pelo sujeito passivo que o ICMS incidente sobre a mercadoria objeto da apreensão já havia sido recolhido por substituição tributária, impõe-se reconhecer a improcedência da ação fiscal.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, declarando improcedente o AIA, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 05 de julho de 1.996 .

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Presidente

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Redator

Processo nº 043.000.610/95
Recurso Voluntário nº 025/96
Recorrente: VARIG S/A VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE
Advogado : Pedro Augusto de Freitas Gordilho e/ou
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro João Alves de Oliveira
Data do Julgamento: 27 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 55/96(6667)

EMENTA : **EMPRESA DE TRANSPORTES - TRANSPORTE DE MERCADORIA DESACOMPANHADA DE NOTA FISCAL - MULTA ACESSÓRIA** - A empresa transportadora que efetuar o transporte de mercadoria desacompanhada de nota fiscal, sem prejuízo das penalidades impostas ao proprietário da mercadoria, fica sujeita à multa acessória prevista no artigo 468 do Decreto nº 16.102, de 30/11/94.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de julho de 1.996.

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Presidente

JOÃO ALVES DE OLIVEIRA
Redator

Processo nº 040.008.478/95
Recurso Voluntário nº 024/96
Recorrente: JC COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
Advogado : João Bispo dos Santos Júnior
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro Wellington Carlos Batista
Data do Julgamento: 28 de maio de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 56/96(6668)

EMENTA : **PRELIMINAR DE NULIDADE DO AIA - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - REJEIÇÃO** - É de se rejeitar a preliminar de nulidade do AIA fundada em cerceamento do direito de defesa, quando restar evidenciado nos autos a inocorrência do vício apontado. **CONCLUSÃO FISCAL - SAÍDAS OMITIDAS - MULTA** - Constatada, em conclusão fiscal, a ocorrência de saídas tributáveis omitidas na escrituração, impõe-se o pagamento do imposto com a multa prevista para a hipótese de sonegação fiscal. **NOTAS FISCAIS EMITIDAS E NÃO ESCRITURADAS - FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS - MULTA** - A emissão de notas fiscais sem a devida escrituração e recolhimento do tributo, enseja ao Fisco a imposição do seu pagamento acrescido da multa estipulada no artigo 189, inciso V, alínea "b", do Decreto-lei nº 82/66, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.316/86.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, rejeitar a preliminar argüida e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de julho de 1.996.

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Presidente

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Redator

Processo nº 040.008.569/95
Recurso Voluntário nº 259/95
Recorrente: OTHON CHOUIN MONTEIRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros
Relator : Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno
Data do Julgamento: 25 de junho de 1.996.

ACÓRDÃO Nº 57/96(6671)

EMENTA : **IPTU - APRESENTAÇÃO DA CARTA DE *HABITE-SE* DO IMÓVEL ATÉ O VENCIMENTO DA COTA ÚNICA OU INTEGRAL - RETIFICAÇÃO DO VALOR DO IMPOSTO PARA O *QUANTUM* RESULTANTE DA APLICAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE 1% OU 0,30% - EXIGÊNCIA POSTERIOR DA DIFERENÇA ABATIDA - RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO ADITIVO - NÃO ACOLHIMENTO PELA AUTORIDADE JULGADORA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - RECURSO VOLUNTÁRIO - PROVIMENTO** - O contribuinte do IPTU que, nos termos da legislação então vigente, logrou apresentar a Carta de ***Habite-se*** do imóvel até a data de vencimento da cota única ou integral, independentemente da data de expedição do documento, e teve o valor do imposto retificado em função da aplicação das alíquotas de 1% (um por cento) ou 0,30% (trinta centésimos por cento), conforme o caso, não está obrigado a complementar a diferença entre o valor pago e o resultante da aplicação da alíquota inicialmente considerada, por ser indevida tal exigência. Recurso Voluntário que se provê para reformar a decisão recorrida, ficando insubsistente o lançamento aditivo ali consagrado.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, rejeitar a preliminar argüida e, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 09 de julho de 1.996.

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Presidente

ALTAMIRO ARTIAGA MORENO
Redator

ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS

Às quinze horas do dia 03 de julho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga e João Alves de Oliveira, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 281/95**, Recorrente TRIÂNGULO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ASSIS E MEIRELLES LTDA., Advogado João Bispo dos Santos Júnior, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. (OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO ALTAMIRO ARTIAGA MORENO). Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, rejeitar a preliminar arguída e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 083/96 e REO 037/96,** Recorrentes e Recorridos CENTRO ODONTOLÓGICO DR. GILBERTO FONTOURA e Subsecretaria da Receita, Advogada Érica Saraiva, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro Wellington Carlos Batista. Após o voto do Conselheiro Relator, pediu vista dos autos o Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. Esgotada a pauta de julgamento, foram conferidos os Acórdãos nºs 051 e 052/96, referentes aos RVs 009 e 031/96, respectivamente. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 04 de julho de 1.996, quinta-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 04 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às quinze horas do dia 04 de julho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga e João Alves de Oliveira, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 282/95**, Recorrente TRIÂNGULO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ASSIS & MEIRELLES LTDA., Advogado João Bispo dos Santos Júnior e/ou, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procuradora Jaqueline Brito de Barros, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira.(OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO ALTAMIRO ARTIAGA MORENO). Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, rejeitar a preliminar arguída e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 079/96,** Recorrente TARTUCE CONSTRUTORA E INCORPORA-DORA S/A., Advogado José Gilberto Lopes Moreira e/ou, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. Após o voto do Conselheiro Relator, pediu vista dos autos o Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. (Durante o julgamento do RV 079/96, a sessão foi suspensa por 05 minutos) .Esgotada a pauta de julgamento, foi conferido os acórdão nº 53/96, referente ao Recurso Voluntário nº 105/95. Foram também distribuídos os seguintes recursos: ao Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno, RVs 180/95 e 283/96; ao Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga, RV 287/96 e ao Conselheiro João Alves de Oliveira, RV 297/96. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 05 de julho de 1.996, sexta-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 05 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às quinze horas do dia 05 de julho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga e João Alves de Oliveira, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 076/96**, Recorrente TADEU ANTÔNIO SCAFUTTO SCOTTON, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 118/96,** Recorrente JOSÉ CARLOS MASSENA, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. Proferindo decisão, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, pelo voto de desempate do Presidente, rejeitar a preliminar arguída pelo Conselheiro Wellington Carlos Batista e, à unanimidade, ainda em preliminar, declarar a nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto dos Conselheiros Altamiro Artiaga Moreno, Wellington Carlos Batista e Luiz Airton Figurelli Gorga. Foram votos vencidos quanto à 1ª preliminar os dos Conselheiros Wellington Carlos Batista e Luiz Airton Figurelli Gorga. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta de julgamento, foi conferido o Acórdão nº 054/96, referente ao RV 111/96. Foram também distribuídos os seguintes recursos: ao Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno, RV 241 e REO 199/96; ao Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga, RV 273 e REO 190/96; ao Conselheiro João Alves de Oliveira, REO 206 e RVs 281 e 293/96 e ao Conselheiro Wellington Carlos Batista, REO 261/96. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 08 de julho de 1.996, segunda-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 08 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às quinze horas do dia 08 de julho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga e João Alves de Oliveira, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 130/96**, Recorrente MÓVEIS ESTRELA LTDA., Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; e **RV 131/96,** Recorrente MÓVEIS ESTRELA LTDA., Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. Proferindo decisão: acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta de julgamento, foram conferidos os Acórdãos nºs 55 e 56/96, referentes aos Recursos Voluntários nºs 025 e 024/96, respectivamente. Foram também distribuídos os seguintes recursos: ao Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga, RV 303/96; ao Conselheiro Altamiro Artiaga Moreno, RVs 305 e 326/96; ao Conselheiro Wellington Carlos Batista, RV 310/96 e ao Conselheiro João Alves de Oliveira, RV 312/96. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 09 de julho de 1.996, terça-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Gessy Dias, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 09 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

Às quinze horas do dia 09 de julho de 1.996, reuniu-se a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Airton Nazário de Oliveira e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros Wellington Carlos Batista, Altamiro Artiaga Moreno, Luiz Airton Figurelli Gorga e João Alves de Oliveira, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Evaldo de Souza da Silva. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 293/95**, Recorrente MARIA APARECIDA STEIN TOLLENDAL PACHECO, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro João Alves de Oliveira. (OS AUTOS ESTAVAM COM VISTAS AO CONSELHEIRO ALTAMIRO ARTIAGA MORENO). Constatado o empate ao final da votação quanto à preliminar, solicitou vista dos autos o Sr. Presidente; e **RV 023/96,** Recorrente GABINETE DE CRIAÇÃO, PROPAGANDA E MARKETING LTDA., Advogado Gustavo César de Barros Barreto e/ou, Recorrida Subsecretaria da Receita, Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva, Relator Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga. Rejeitadas as preliminares arguídas e constatado o empate ao final da votação quanto ao mérito, pediu vista dos autos o Sr. Presidente. Esgotada a pauta de julgamento, foi conferido o Acórdão nº 057/96, referente ao RV 259/95. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 10 de julho de 1.996, quarta-feira, às quinze horas. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____, lavrei a presente, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 10 de julho, data em que foi aprovada.
Presentes: Conselheiros AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA (Presidente), WELLINGTON CARLOS BATISTA, ALTAMIRO ARTIAGA MORENO, LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA E JOÃO ALVES DE OLIVEIRA; Procurador EVALDO DE SOUZA DA SILVA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 8 de julho de 1996

PROCESSO Nº: 082.006751/96
INTERESSADO: Secretaria de Educação/Coordenação dos Caics
ASSUNTO : Aquisição de material
RATIFICO, fulcrado no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a presente dispensabilidade de licitação, na forma instruída pelo Departamento Geral de Administração/DMa, no valor de R$ 4.639,00 (quatro mil e seiscentos e trinta e nove reais), em favor da FECHINA - COMÉRCIO INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
A aludida dispensabilidade encontra amparo no inciso V, artigo 24 do referido diploma legal.
Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral/SE, para a emissão da respectiva Nota de Empenho.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE

PROCESSO : 101.000965/96
INTERESSADO: CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA
ASSUNTO : Abertura de convênio

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor do CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA, objetivando o atendimento a cento e trinta crianças, na faixa etária de dois a seis anos, de ambos os sexos, em regime de APOIO SóCIO-EDUCATIVO EM MEIO ABERTO/CRECHE.
A inexigibilidade de Licitação foi efetuada com base no disposto no "CAPUT" do Art. 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e documentação constantes do Processo acima referenciado.
Publique-se e encaminhe-se à Diretoria de Administração e Finanças para as providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 10 de julho de 1996

Processo: 113.000.028/96
Interessado: TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S.A.
Assunto: Serviço Telefônico
Autorizo a realização da despesa com base no "Caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ratifico nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade da licitação.
Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho por estimativa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a favor da TELEBRASÍLIA - Telecomunicações de Brasília S.A.

Em 11 de julho de 1996

Processo: 113.001.750/96
Interessado: GERAP-GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DER/DF
Assunto: Reconhecimento de dívida
Conforme Art. 80 e 81 do Decreto 16.098/94, combinado com Art. 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto n. 15.342/93, reconheço a dívida e autorizo a realização da despesa no valor de R$ 16.071,27 (dezesseis mil, setenta e um reais e vinte e sete centavos) a favor de EMIVAL JOSÉ DE PAULA E OUTROS.

HENRIQUE LUDUVICE

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 8 de julho de 1996

PROCESSO: 053.000685/96
INTERESSADO: EXPANSÃO COMERCIAL HOSPITAL LTDA
ASSUNTO: Aquisição de medicamentos
Em cumprimento do disposto no artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a DISPENSA Nº 028/96 , em favor do (a) EXPANSÃO COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.

EDSON CESAR - CEL QOBM/COMB

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 1996

REUNIÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS PROJETOS DE ESPETÁCULOS DE TEATRO E DANÇA PARA O PRÊMIO ALUÍSIO BATATA AUXÍLIO MONTAGEM/96

Aos sete dias do mês de julho de ano de hum mil novecentos e noventa e seis, às dezesseis horas, foi realizada a reunião final para avaliação dos Projetos de Teatro e Dança concorrentes ao Prêmio Aluísio Batata-Auxílio Montagem/96. Descreveremos a seguir os procedimentos adotados até então pela Comissão de Seleção. Após o encerramento das inscrições, o material foi catalogado e numerado para orientação dos trabalhos ficando assim dispostos: TEATRO: 1. ALECRIM, O SONHADOR; 2. CONJUBIM NAIÁ; 3. A FUGA DE FLOR MARGARIDA; 4. ÁGUAS EMENDADAS; 5. O MALANDRAGEM; 6. MATA A TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO; 7. ALICE, PRINCÍPIO DO FIM; 8. HEX GRAM; 9. CREPUSCULAR 60; 10. A OBSCENA SENHORA D; 11. O CALIFA DA RUA DO SABÃO; 12. O COLAR DE CONTOS; 13. UMA COMÉDIA ANTIGA; 14. DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA; 15. ARLEQUIM O BONECO; 16. AS DESVENTURAS DO CAPITÃO MALDADE; 17. AS VIRGENS DE CAPRICÓRNIO; 18. SHOW DA ECOLOGIA; 19. O VAQUEIRO E O BICHO FRÔXO; 20. A IMPERATRIZ; 21. APARECEU A MARGARIDA; 22. WOYZERCK A BALADA DRAMÁTICA; 23. HEITOR POR ELE MESMO; 24 PEDRO E O LOBO; 25. CENAS NA SACRISTIA; 26. CRISTAIS E OURO; 27. TEATRO FORMAR; 28. O ROMANCE DO PAVÃO MISTERIOSO; 29. O ESPELHO DE MEPHISTO; 30. PROMETEU ACORRENTADO; 31. A REVOLTA DOS BRINQUEDOS; 32. QUEM CASA QUER CASA; 33. 24 HORAS NO AR; 34. O VENDEDOR DE SONHOS; 35. ESTÓRIA ORIGINAL; 36. BRANCA DE NEVE; 37. UMA COMÉDIA EGÍPCIA; 38. CARTA AO PAI; 39. VIDAS SECAS; 40. VIÚVA PORÉM HONESTA; 41. LISÍSTRATA; 42. BRILHO DO MUNDO ELEMENTAIS; 43. OS 7 SEREIOS; 44. ZEN E A ARTE DE LEVAR PORRADA. DANÇA: 45. T.R.A.S.H.; 46. MIOLOS; 47. TRÊS TRILHAS; 48. SALVADOR DALI; 49. E SONHA LOBATO; 50. ZERO; 51. BRASILIDADE; 52. JOGOS DE SEDUÇÃO; 53. VARIÉTTE; 54. ENDANÇA; 55. O GRANDE DORMITÓRIO. Em seguida a Direção do Departamento de Promoções e as Assessorias de Teatro e Dança entraram em contato com os profissionais de teatro e dança pré-listados para fazerem parte da Comissão. Esta espera foi necessária para sabermos quais profissionais da cidade estavam envolvidos em projetos e quais poderiam fazer parte da Comissão. Foi acatada a sugestão da inclusão de representantes do Fórum dos Diretores Regionais de Cultura para acompanhar os trabalhos e dar subsídios e uma maior amplitude na visão global dos projetos pela Comissão, visto que boa parte dos projetos são oriundos das cidades satélites. Ficou assim estabelecida a Comissão de Seleção:. B. DE PAIVA (representante da comunidade - Teatro). DIMER MONTEIRO (representante da comunidade - Teatro). GENILSON PULCINELI (representante da comunidade - Dança). MARIA LUÍSA DELL'OSSO (representante da comunidade - Dança) MIRONILCE REGINO (assessora de Dança da FCDF). LUÍS GUILHERME BAPTISTA (assessor de Teatro da FCDF). Acompanhados por:. DÉBORA AQUINO (representante dos DRCs - Teatro). SÔNIA DOURADO (representante dos DRCs - Dança). E presidida por:. FÁTIMA DE DEUS (Diretora do DEPROM - FCDF). Para início dos trabalhos foi explicado aos participantes da Comissão como se daria o exame do material e entregue o Regulamento, lista dos inscritos e material para análise e anotações. Além disso foi comunicado verbalmente como se deu o processo de instalação do Auxílio-Montagem e as reuniões públicas realizadas com as categorias de Teatro e Dança nos meses de abril e maio. Nestas reuniões orientadas pelo Diretor-Executivo da FCDF, o Senhor Nilson Rodrigues Fonseca, foram tomadas posições de consenso. Por exemplo: devido ao montante da verba ser de R$ 100.000,00 (cem mil reais), ficou claro que a pulverização desses recursos entre muitos grupos inviabilizaria suas montagens e não atenderia aos objetivos do Projeto, sendo preferível para análise da Comissão de Seleção que os recursos contemplassem ao máximo, dentro do limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), o orçamento apresentado pelos grupos. Outro ponto consensual foi de que no estudo dos orçamentos apresentados seriam priorizados os valores referentes à compra de material, confecção, elaboração de cenários, figurinos, adereços e outros serviços pagos; Outros pontos como pagamento de pessoal e mídia teriam menor peso na análise. Obviamente esses pontos foram postos como sugestão à Comissão de Seleção e que estariam submetidos aos critérios previstos no Regulamento aprovado juntamente com o PROJETO DE AUXÍLIO MONTAGEM, pelo Egrégio Conselho Deliberativo da FCDF. Dando continuidade aos trabalhos, foi acatado pela Comissão o seguinte procedimento: os representantes da área de Dança leriam individualmente todos os projetos (em um número de onze) de sua área, o mesmo ocorrendo com os representantes de Teatro que leriam individualmente os (quarenta e quatro) projetos da área. Ficou estabelecido que ambos os grupos trariam uma lista de pré-selecionados para uma discussão conjunta de Teatro e Dança. Assim foi feito. Esta opção veio de encontro a facilitar a análise dos projetos por pessoas ligadas diretamente às áreas. A análise dos trabalhos foi feita de acordo com os critérios definidos no Regulamento, além dos documentos e dados requeridos. Após análise foram apresentados na reunião conjunta os espetáculos pré-selecionados pela área de Teatro e pela área de Dança. Na área de Teatro os representantes buscaram contemplar todas as vertentes teatrais, por exemplo: monólogos, musical, comédia, drama, trabalhos originais ou individualizados, trabalhos de pesquisa ou vanguarda, infantis, mamulengo, teatro de bonecos, circo etc. Buscou-se salvaguardar também uma divisão equânime dos recursos entre as diversas produtoras interessadas que inscreveram mais de um espetáculo; entendido, é claro, que algumas vezes a produtora só emprestava a empresa ao grupo interessado. Na área de Dança os representantes buscaram contemplar projetos que buscavam um trabalho voltado para o atendimento e beneficiamento direto de um grande numero de participantes; projetos com alcance comunitário; projetos a serem contemplados como apoio incentivo e projetos que provoquem a reflexão através da linguagem cultural da Dança e evolução através da pesquisa. Estabeleceu-se neste momento uma dificuldade prática. Os valores dos projetos que ambos os representantes de Teatro e Dança julgavam serem merecedores de apoio, superavam em muito o montante dos recursos previstos originalmente. Para chegarmos a um acordo foram feitas algumas propostas, por exemplo: Que fossem diminuídos todos os valores pré-estipulados aos espetáculos para que pudéssemos contemplar propostas que julgamos importantes; Que se fizesse uma revisão dos projetos de espetáculos indicados buscando uma avaliação mais precisa do seu orçamento; Que, especificamente em Teatro, fosse diminuído o número de espetáculos sugeridos, mantendo a priorização pela multiplicidade dos gêneros; E em último caso que fossem cortados grupos ou companhias que podem conseguir, e vêm conseguindo, um apoio maior da iniciativa privada nos últimos anos. Adotadas essas medidas, chegou-se ao consenso que apresentamos aqui: TEATRO: 2. CONJUBIM NAIÁ - com R$2.000,00 (dois mil reais); 4. ÁGUAS EMENDADAS - com R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais); 6. MATA A TEU PRÓXIMO COMO A TI MESMO - com R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); 7. ALICE DO PRINCÍPIO AO FIM - com R$3.000,00 (três mil reais); 8. HEX GRAM - com R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais); 12. O COLAR DOS CONTOS - com R$2.000,00 (dois mil reais); 14. DOIS PERDIDOS NUMA NOITE SUJA - com R$4.500,00 (quatro mil de quinhentos reais); 16. AS DESVENTURAS DO CAPITÃO MALDADE - com R$2.000,00 (dois mil reais); 25. CENAS NA SACRISTIA - com R$4,500,00 (quatro mil e quinhentos reais); 28. O ROMANCE DO PAVÃO MISTERIOSO - com R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais); 30. PROMETEU ACORRENTADO - com R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); 33. 24 HORAS NO AR - com R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); 39. VIDAS SECAS - com R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); 42. BRILHO DO MUNDO: ELEMENTAIS - com R$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).DANÇA: 46. MIOLOS - com R$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais); 47. TRÊS TRILHAS - com R$4.000,00 (quatro mil reais); 49. E SONHA LOBATO - com R$6.700,00 (seis mil e setecentos reais); 50. ZERO - com R$6.100,00 (seis mil e cem reais); 52. JOGOS DE SEDUÇÃO - com R$6.700,00 (seis mil e setecentos reais); 54. PROJETO ESCOLA/ENDANÇA - com R$8.000,00 (oito mil reais). A Comissão, soberana em suas decisões, entende e faz questão de salientar que todo processo que envolve aspectos artísticos e culturais traz obrigatoriamente valores subjeti-

vos em sua análise. Não estamos aqui julgando licitações de engenharia que envolvem cálculos matemáticos precisos, mas sim estabelecendo condições de produção e criação artísticas que passam por entendimentos de conjunturas sociais e econômicas; Além de que o custo benefício do projeto, a experiência curricular dos envolvidos, a aceitação da crítica e do público aos trabalhos já realizados, a pesquisa desenvolvida, e a continuidade da produção são aspectos importantes a serem considerados. A Comissão de Seleção declara que procurou agir no interesse do Projeto e dos grupos e produtoras envolvidas no processo; e trabalhou à luz dos critérios de seleção previstos no regulamento e nas considerações que foram identificadas nesta Ata. A Comissão faz questão de ressaltar que o trato com o dinheiro público deve ser criteriosamente responsável e transparente na sua utilização; e que estes devem atender aos objetivos precípuos de Projeto a que se destinam. Parabeniza a Secretaria de Cultura e Esporte e a Fundação Cultural do Distrito Federal pela revitalização desse tipo de apoio, sugere sua continuidade, e sua ampliação no tocante a recursos para que a produção de Teatro e Dança no Distrito Federal continue a se expandir. Parabeniza também pelo título do Auxílio-Montagem/96: "*Prêmio Aluísio Batata*" julgando ser uma justa e merecida homenagem ao artista. E por estarem assim acordados assinam a presente Ata. B. DE PAIVA; DIMER MONTEIRO; GENILSON PULCINELI; MARIA LUISA DELL'OSSO; MIRONILCE REGINO; LUÍS GUILHERME BAPTISTA; DÉBORA AQUINO; SÔNIA DOURADO; FÁTIMA DE DEUS.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA

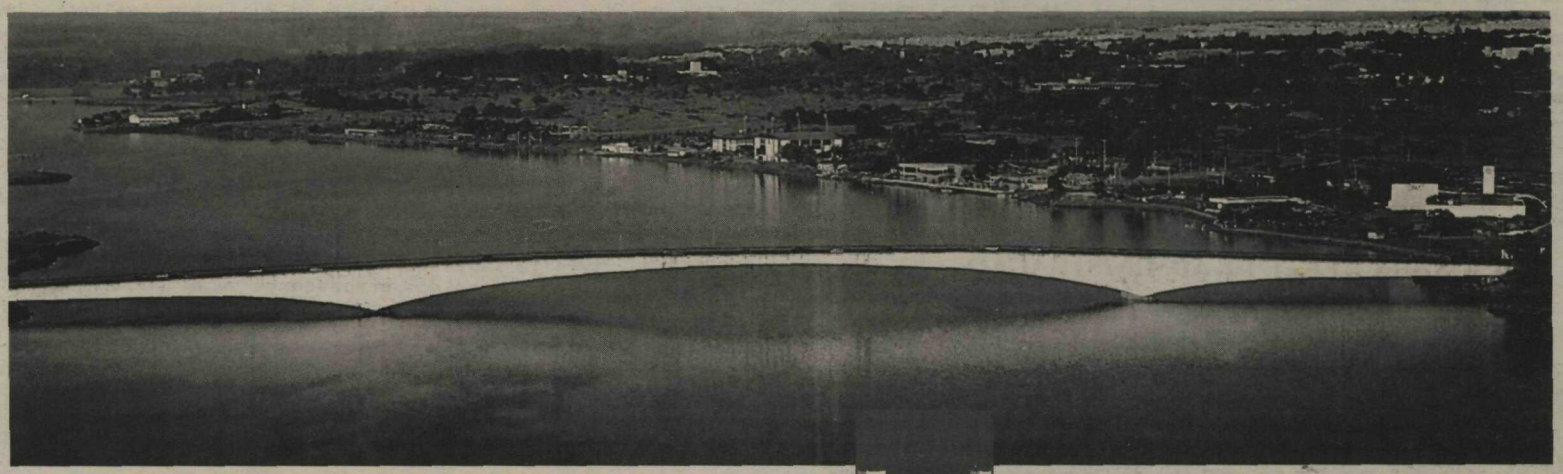
ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, inciso IX, do Decreto nº 16.053, de 07 de novembro de 1994, nos termos do Art. 145 da Lei 8.112/90, resolve:

Prorrogar por 30 (trinta dias) o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, constituída através da Ordem de Serviço de 12 de junho de 1996, publicada no DODF nº 113, pag. 4807, de 13/06/96.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

NÓS PRESERVAMOS O MAIOR PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA: A QUALIDADE DE VIDA.



Uma cidade que sintetiza na sua concepção os valores maiores da humanidade tem que preservar também este valor essencial: a vida, em todas as suas formas. A Caesb, cuidando da proteção dos mananciais e da qualidade da água em rios e lagos, trabalha diariamente para isso.

Água para todos caesb

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

VENHA FAZER UM BOM NEGÓCIO

LICITAÇÃO DA TERRACAP

DIA 25 DE JULHO
Lotes comerciais e residenciais no Plano Piloto e cidades satélites.
Retire o edital no BRB ou na Terracap.

TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO Nº 350/96-DGA(AP)

Processo nº 764/87
Assunto: Vantagem Pessoal - Incorporação de quintos
Interessado: JIGDÁLIAS BREDER
Tendo em vista o Parecer nº 52/96-CJP (fl.78/80), com base nas informações prestadas pelo Departamento de Pessoal às fls. 74/75 e no uso da competência a mim delegada no artigo 1º, inciso I, alínea "a" da Portaria-TCDF nº076, de 16.01.96, CONCEDO ao servidor aposentado Sr. JIGDÁLIAS BREDER, 2/5 (dois quintos) da vantagem pessoal, referente às 4ª (quarta) e 5ª (quinta) parcelas, completadas em 31.07.77 (4ª) e 31.07.78 (5ª), calculados com base no nível TC-CCG-2, com efeitos financeiros a contar de 12.07.94, com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.911/94 c/c a Instrução Normativa nº 7/94-SAF e a Decisão Administrativa nº048/94.
RECONHEÇO, ainda, em conformidade com o que estabelece o inciso V da retromencionada Portaria, a dívida por exercícios anteriores, em favor do interessado, no valor de R$ 10.207,80 (dez mil, duzentos e sete reais e oitenta centavos) e de acordo com os itens I e II da Portaria-TCDF nº 001, de 02.01.96, AUTORIZO em conjunto com a Senhora Chefe de Gabinete da Presidência, o pagamento da referida despesa, condicionando à existência de recursos na dotação orçamentária própria.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Pessoal, para as devidas providências.

Brasília-DF, 11 de julho de 1996

MAURO MENDES DE LIMA
Diretor-Geral de Administração

MARIA LUIZA DE MESQUITA VIANA
Chefe de Gabinete da Presidência

DESPACHO Nº 439/96-DGA(AP)

Processo nº 2475/96
Assunto: renovação de assinatura de periódico - GAZETA MERCANTIL S/A.
Com base nas informações prestadas pelo Departamento Administrativo (fl. 16) e nos termos dos itens I e II da Portaria-TCDF nº 001, de 02 de janeiro de 1996, AUTORIZO, em conjunto com a Senhora Chefe de Gabinete da Presidência, a realização da despesa com fulcro no "caput" do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
RATIFICO nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação.
DETERMINO a emissão de nota de empenho no valor de R$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais), em favor de GAZETA MERCANTIL S/A.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento Administrativo para as devidas providências.

Brasília-DF, 11 de julho de 1996

MAURO MENDES DE LIMA
Diretor-Geral de Administração

MARIA LUÍZA DE MESQUITA VIANA
Chefe de Gabinete da Presidência

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 11 de julho de 1996

Processo nº 5278/96
Assunto: Realização de despesa com dispensa de licitação.
Interessado: IMPRENSA NACIONAL
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação com fulcro no artigo 24, inciso XVI, do mesmo diploma legal, visando à prestação de serviços com a Confecção do Relatório e Parecer Prévio Sobre as Contas do Governador do Distrito Federal - exercício de 1995.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento Administrativo para as demais providências.

MAURO MENDES DE LIMA

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3175

Aos 02 dias do mês de julho de 1996, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, o Auditor OSVALDO RODRIGUES e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.
Ausentes, por motivo de férias, os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS e JOSÉ EDUARDO BARBOSA.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3174, de 28.06.96.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 05/96-GBMV, da Conselheira MARLI VINHADELI, comunicando que transferiu o período de gozo de suas férias regulamentares de 04.07 a 02.08.96 para 11.07 a 09.08.96.

- Ofício nº 2/96-OR, do Auditor OSVALDO RODRIGUES, comunicando que entrará em gozo de férias regulamentares a partir do próximo dia 10.

- Ofício nº 267/96-PG, da Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, indicando, de conformidade com o art. 100 do Regimento Interno, o Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES para comparecer à Sessão Ordinária de hoje.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 3387/88 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE JESUS MOTA LOUREIRO-SEA. -- DECISÃO No. 5644/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0655/90 (anexos volumes I e II e apensos os de nºs. 657/90, 744/90, 2080/90 e 132.011359/92) -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para atendimento de diligência determinada pela Corte na Decisão nº 3194/96-TCDF. -- DECISÃO No. 5645/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando a falha apontada pela instrução, tomou conhecimento do pedido formulado a fls. 472 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1360/90 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora MARIA DOLORES PONTE BARREIROS-SEA. -- DECISÃO No. 5646/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: 1) demonstrar o cálculo da parcela "Bloqueio" (Lei nº 6.366/76), constante do documento de fl. 101; 2) elaborar novo abono provisório, em substituição ao documento de fl. 101, com vistas a: a) excluir do cálculo da vantagem do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711/52 o valor da parcela referente ao abono mensal da Lei nº 04/88, consoante decisão desta Corte no Processo nº 3.320/89, do interesse de Guilherme Batista do Nascimento; b) atentar para o demonstrativo solicitado no item anterior; c) observar o teor da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; 3) tornar sem efeito o documento substituído de fl. 101.

PROCESSO No. 1893/90 (anexos 05 volumes e apensos os de nºs. 6337/91 e 095.000291/91) -- Inspeção programada levada a efeito pela 2a. Inspetoria de Controle Externo na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, em atendimento ao GIPLAN/90. -- DECISÃO No. 5647/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, autorizou a devolução à origem dos volumes anexos 1 a 4, bem como o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 5089/90 -- Aposentadoria do servidor MOACYR BARBOSA-SEA. -- DECISÃO No. 5648/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada pela 4a. ICE, no sentido de ser corrigida a grafia do valor do total de proventos do servidor no abono provisório.

PROCESSO No. 6644/91 (anexos volumes I a III) -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pelo Sr. MARCOS DE ALMEIDA CASTRO, para apresentar defesa decorrente de sua citação por esta Corte. -- DECISÃO No. 5649/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do pedido e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1994/92 (apensos os de nºs. 101.001092/92 e 101.001511/92) -- Prestação de contas dos ordenadores de despesas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, referente ao exercício de 1991. -- DECISÃO No. 5650/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2776/92 -- Aposentadoria da servidora TÂNIA REGINA ARAÚJO SILVA-FEDF. -- DECISÃO No. 5651/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3216/92 -- Aposentadoria da servidora EUNICE GOMES DE ARAÚJO-FEDF. -- DECISÃO No. 5652/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4948/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES LOURENÇO-FEDF. -- DECISÃO No. 5653/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2168/93 (apenso o de nº 094.000128/92 - original e cópia) -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado por servidor responsabilizado na tomada de contas especial de que trata o citado apenso. -- DECISÃO No. 5654/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento do pedido de fls. 141 e considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada, para o Sr. JORGE ROBERTO FERREIRA se defender nos autos; b) suspender a multa a ele aplicada, até apreciação da defesa a ser apresentada; c) determinar à 2a. ICE proceder à notificação por edital, se necessário, do Sr. JOSÉ ARIMATÉIA LUIZ DE SOUZA VASCONCELOS, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o valor da multa correspondente a 10 (dez) UPDF's, a ele aplicada.

PROCESSO No. 2783/93 (anexo 01 volume) -- Representação nº 01/93-PG, da então Procuradora-Geral do Ministério Público junto à Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, acerca da exploração de áreas do Parque da Cidade, por particulares, sem o devido processo licitatório e com pagamentos em valores irrisórios. -- DECISÃO No. 5655/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento das informações prestadas pela Procuradoria Geral do Distrito Federal, através do O.E. nº 063/96-GAB/PRG; b) autorizar a 1ª Inspetoria a proceder, por meio de edital, nos termos do art. 174 do Regimento Interno desta Corte, a citação dos senhores: **EDSON GROSSI DE ANDRADE, RENATO HOMERO CUNHA SANCHES, GETÚLIO GOES FERRET e FRANCISCO FAGUNDES**, por se encontrarem em lugar incerto e não sabido; c) solicitar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que encaminhe a esta Casa, tão-logo conclua, os resultados dos estudos requeridos através da Decisão nº 15.726/95, letra d, objeto do OF.GP. nº 2720/95.

PROCESSO No. 1341/94 -- Pensão civil concedida a LÍVIO ITIBAL ARAÚJO DE FREITAS-FEDF e outro. -- DECISÃO No. 5656/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, determinou a baixa do processo em diligência, para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: a) comprovar o direito à parcela TIDEM (Lei nº 356/92 e Decreto nº 14.413/92); b) excluir do

quantum da pensão a parcela "Gratificação de Regência de Classe", haja vista que na data dos efeitos da presente concessão, 05.10.93, vigia a Lei nº 202/91 e, conforme Decisão no Processo nº 7.624/93-TCDF, só foi possível a incorporação da referida parcela aos proventos da ex-servidora a partir da vigência da Lei nº 696/94; c) refazer a certidão de tempo de serviço da ex-servidora, nos termos da Lei 8.112/90, em substituição ao documento de fl. 17; d) elaborar novo título de pensão, devidamente assinado, de forma a adequá-lo às solicitações anteriores e a observar o contido na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; e) anexar o termo de guarda dos menores beneficiários em favor de Alessandro de Araújo Freitas; f) providenciar a compensação dos valores indevidamente creditados aos beneficiários da pensão em tela, decorrentes do pagamento de gratificações indevidas, observando o disposto no artigo 46 da Lei nº 8.112/90 e fazendo constar dos autos o resultado das providências adotadas; g) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3561/94 (apensos os de nºs. 030.003007/94 e 030.007947/94) -- Prestação de contas de subvenção social concedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal à Associação dos Amigos da Saúde Mental. -- DECISÃO No. 5657/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5374/94 -- Aposentadoria do servidor ADELCIDIO RESENDE NAVES-SSP. -- DECISÃO No. 5658/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 6905/94 (apensos os de nºs. 040.004811/94 e 040.001020/94 e anexo 01 volume) -- Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 5659/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) devolver os processos apensos à Secretaria de Fazenda e Planejamento para que adote as seguintes providências: a) juntar o Inventário de Bens Patrimoniais do FUNAM-DF; b) regularizar os valores pendentes inscritos na conta 19.9.7.4.01.04 - Convênio - Valor a Regularizar; II) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0200/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DALVA DA SILVA-FEDF. -- DECISÃO No. 5660/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada pela 4ª ICE, no sentido de incluir em sua fundamentação legal os dispositivos que amparam a percepção pela servidora dos incentivos funcionais.

PROCESSO No. 0465/95 -- Aposentadoria da servidora ALCILENE EVANGELISTA DA SILVA-FEDF. -- DECISÃO No. 5661/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada, no sentido de incluir em sua fundamentação legal os dispositivos que amparam a percepção pela servidora dos incentivos funcionais, bem como autorizou a 4ª ICE a incluir o processo em roteiro de futura auditoria programada na FEDF, buscando verificar o cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 0467/95 -- Aposentadoria da servidora ROSA DE LIMA CIRILO MOCO-FEDF. -- DECISÃO No. 5662/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada, no sentido de incluir em sua fundamentação legal os dispositivos que amparam a percepção pela servidora dos incentivos funcionais, bem como autorizou a 4ª ICE a incluir o processo em roteiro de futura auditoria programada na FEDF, buscando verificar o cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 0995/95 -- Aposentadoria da servidora LINDALVA BRAGA SOARES-SES. -- DECISÃO No. 5663/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1933/95 -- Aposentadoria da servidora ELZA SIMÃO DE MELO LEITE-FEDF. -- DECISÃO No. 5664/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada, no sentido de incluir em sua fundamentação legal os dispositivos que amparam a percepção pela servidora dos incentivos funcionais, bem como autorizou a 4ª ICE a incluir o processo em roteiro de futura auditoria programada na FEDF, buscando verificar o cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 2289/95 -- Aposentadoria da servidora ESTELA MARIA GUTMACHER GALVÃO BUENO-FEDF. -- DECISÃO No. 5665/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada pela 4a. ICE, no sentido de incluir em sua fundamentação legal os dispositivos que amparam a percepção pela servidora dos incentivos funcionais.

PROCESSO No. 2618/93 -- Aposentadoria da servidora BENICE DE OLIVEIRA ANSELMO-FEDF. -- DECISÃO No. 5666/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2730/95 -- Aposentadoria do servidor EDVALDO FERREIRA DA SILVA-FZDF. -- DECISÃO No. 5667/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada pela 4a. ICE, no sentido de alterar o cargo da servidora para Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário, nos termos da Lei nº 806, de 14.12.94.

PROCESSO No. 2731/95 -- Aposentadoria do servidor INÁCIO BAHIA DE OLIVEIRA-FZDF. -- DECISÃO No. 5668/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2919/95 -- Aposentadoria da servidora NADIR LACERDA ROCHA-FEDF. -- DECISÃO No. 5669/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2937/95 -- Aposentadoria do servidor PEDRO PEREIRA DA SILVA-FEDF. -- DECISÃO No. 5670/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, com correção posterior da falha apontada pela 4a. ICE, no sentido de incluir em sua fundamentação legal os dispositivos que amparam a percepção pelo servidor dos incentivos funcionais.

PROCESSO No. 5030/95 -- NE nº 074/95 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5671/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando as falhas apontadas que não tiveram consequência por que não houve prejuízos aos cofres públicos, tampouco ao controle externo, tomou conhecimento das notas de empenho em apreço e considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno dos autos à 1a. ICE.

PROCESSO No. 5214/95 (apensos os de nºs. 030.006558/95 e 030.010929/95) -- Prestação de contas de subvenção social concedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal ao LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS - Lar dos Velhinhos. -- DECISÃO No. 5672/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5218/95 (apensos os de nºs. 030.006381/95 e 030.010930/95) -- Prestação de contas de subvenção social concedida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal à entidade OBRAS ASSISTENCIAIS CENTRO ESPÍRITA IRMÃO JORGE. -- DECISÃO No. 5673/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5456/95 -- NE nº 312/95 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5674/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando as falhas e impropriedades de natureza formal, considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem e determinou o retorno dos autos à 1a. ICE, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 5267/95 -- NE nº 003/95 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5675/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) relevando, em caráter excepcional, a falha apresentada, tomar conhecimento das notas de empenho em apreço e considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, sem prejuízos de futuras averiguações; b) determinar o retorno dos autos à 1a. ICE.

PROCESSO No. 1406/96 -- NE nº 1705/95 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5676/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando a pequena falha apresentada, tomou conhecimento das notas de empenho em apreço, considerando correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, sem prejuízo de futuras averiguações, e determinou o retorno dos autos à 1a. ICE.

PROCESSO No. 2221/96 -- NE nº 025/96 e outras, da Região Administrativa X - Guará. -- DECISÃO No. 5677/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando as falhas de natureza formal apresentadas pela instrução, tomou conhecimento das referidas NEs e, à vista dos dados nelas contidos, considerou correta a classificação orçamentária das despesas, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 2584/96 -- NE nº 001/96 e outras, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5678/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando em caráter excepcional a falha apresentada, tomou conhecimento das notas de empenho em apreço e considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno dos autos à 1a. ICE.

PROCESSO No. 2590/96 -- NE nº 003/96 e outras, da Região Administrativa XV - Recanto das Emas. -- DECISÃO No. 5679/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento das notas de empenho em apreço e considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno dos autos à 1a. ICE.

PROCESSO No. 3553/96 -- NE nº 071/96 e outras, do Arquivo Público do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5680/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento das notas de empenho em apreço e considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno dos autos à 1a. ICE.

PROCESSO No. 4920/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5681/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do Ofício nº 1514/96 e considerou, por mais 60 (sessenta) dias, prorrogado o prazo para cumprimento das diligências a que se reportam os processos de aposentadoria de nºs: NA SEA - NO TCDF - INTERESSADO: 040.003.587/93 - 4726/93 - ONéSIMO NOGUEIRA FILHO; 030.013.399/86 - 1410/86 - EDITE RIBEIRO.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 1292/85 -- Contrato nº 039/85, celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e MÁRCIA TEREZA MENEGÁZ RODRIGUES. -- DECISÃO No. 5682/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada pela 2a. Inspetoria de Controle Externo e dos documentos acostados às fls. 191/201; b) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para acompanhamento, junto à TERRACAP, dos desdobramentos da Reclamatória Trabalhista nº 1.416/93-5ª JCJ, proposta por ROSANGELA ALVES RIOS.

PROCESSO No. 2392/89 -- Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília. -- DECISÃO No. 5683/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - autorizar nova Inspeção na TERRACAP, objetivando especificamente verificar se houve a apuração de responsabilidade de que trata a Decisão nº 0085, de 20/06/89, do Conselho de Administração da Entidade; II - autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO No. 1856/91 -- Aposentadoria da servidora MARLY THERESINHA BRIM ZIMOVSKI-FEDF. -- DECISÃO No. 5684/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2416/91 -- Aposentadoria da servidora GIZELDA ALVES PEREIRA-FEDF.-- DECISÃO No. 5685/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2510/91 -- Convênio nº 06/91 e outro ajuste, celebrados entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e terceiros. -- DECISÃO No. 5686/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada pela 2a. Inspetoria de Controle Externo na Fundação Cultural; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2906/91 (anexo volume I) -- Convênio nº 022/91, celebrado entre a então Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 5687/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 461/96-GAB/SO e dos documentos que o acompanham, considerando parcialmente atendida a diligência constante do item II da Decisão nº 10.144/95; b) autorizar a inclusão dos autos em roteiro de auditoria, para exame das questões tratadas nas letras a e c dos referidos item e decisão, bem como para apreciação da prestação de contas do convênio em tela; c) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 3673/91 -- Aposentadoria da servidora SUELI OLIVEIRA DE SOUZA-FEDF. -- DECISÃO No. 5688/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5166/91 -- Aposentadoria da servidora CLEUSA ALVES VIANA-FEDF. -- DECISÃO No. 5689/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5305/91 -- Aposentadoria da servidora EVÂNIA ALARCÃO DE SOUZA-FEDF. -- DECISÃO No. 5690/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1. junte aos autos declarações da Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA e da Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação, ou de quem lhes tenha sucedido, onde estejam claramente explicitadas as funções e trabalhos realizados pela interessada nos períodos em que esteve à disposição daquelas entidades; 2. elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 42, nos termos da DN nº 02/93-TCDF, para: a) aplicar os valores da tabela de vencimentos do mês de junho/91, considerando o correto enquadramento da ex-servidora, qual seja, nível 1-GT3, padrão 24D; b) fazer com que a parcela incentivos funcionais incida somente sobre o vencimento básico (24D); 3. torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO No. 5703/91 -- Aposentadoria da servidora MARIA ESMERALDA RODRIGUES DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5691/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu sobrestar a apreciação da matéria tratada nos autos, até que se decida a questão de que cuida o Processo nº 5035/94.

PROCESSO No. 0891/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA FREIRE DA SILVA MENEZES-FEDF. -- DECISÃO No. 5692/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinpu diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe as atividades exercidas pela interessada e demais esclarecimentos que se fizerem necessários para estabelecimento do nexo de causalidade entre a moléstia e o exercício profissional.

PROCESSO No. 2860/92 -- Aposentadoria da servidora EMERITA JULIANO NEVES-FEDF. -- DECISÃO No. 5693/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3764/92 -- Aposentadoria do servidor OTAVIANO PEREIRA DOS SANTOS-SLU. -- DECISÃO No. 5694/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4101/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA LEMOS-SEA. -- DECISÃO No. 5695/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4ª ICE para incluí-lo na auditoria mencionada no referido voto, vez que a aposentadoria em apreço refere-se a servidora da Secretaria de Saúde, cuja fundamentação para concessão do "PCCS" é a mesma dos servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

PROCESSO No. 0633/93 -- Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa IX - Ceilândia, relativa ao exercício de 1991. -- DECISÃO No. 5696/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. considerar o ex-Administrador da RA IX - Ceilândia no exercício de 1991 responsável pela utilização dos créditos de Divulgação, Publicidade, Propaganda e Promoções, com inobservância do disposto no artigo 41 do Decreto nº 12.966/90, constatado na Tomada de Contas Anual, relativa ao citado exercício; 2. em conseqüência, autorizar a 1ª ICE a citar o referido ex-Administrador, nos moldes previstos no artigo 174 do Regimento Interno deste Tribunal aprovado pela Resolução nº 38/90, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar as razões que tiver em sua defesa, com vistas à aplicação das penalidades previstas no artigo 57 da Lei Complementar nº 01/94; 3. considerar o destinatário do OF GP nº 1055/95, reiterado pelo de nº 2686/95, responsável pelo não atendimento das Decisões nºs 7013/95 e 15562/95, caracterizando reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal, na forma prevista no inciso VII do artigo 57 da Lei Complementar nº 01/94, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação das alegações que tiver em sua defesa; 4. autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências que se fizerem necessárias.

PROCESSO No. 2646/93 -- Pensão militar concedida a WELINTON APOLINÁRIO MIRANDA DA SILVA e outros-CBMDF. -- DECISÃO No. 5697/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0654/94 -- Aposentadoria da servidora ANA CLEIDE CHAVES TEIXEIRA-FHDF. -- DECISÃO No. 5698/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu devolver o processo à 4a. ICE para inclusão na auditoria que está sendo realizada junto à Fundação Hospitalar do Distrito Federal no Processo nº 6242/94, bem como aguardo do desfecho do Processo nº 5035/94.

PROCESSO No. 1283/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE JESUS SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5699/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu devolver o processo à 4a. ICE para inclusão na auditoria que está sendo realizada junto à Fundação Hospitalar do Distrito Federal no Processo nº 6242/94, bem como aguardo do desfecho do Processo nº 5035/94.

PROCESSO No. 2865/94 -- Pensão civil concedida a ARTUR WENDEL SOUZA GERMANO e outros-FEDF.-- DECISÃO No. 5700/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça sobre a utilização do percentual de 15,84% para cálculo da parcela relativa à Gratificação de Regência de Classe, no Título de Pensão de fls. 18; b) anexe aos autos documento oficial comprovando a guarda dos menores pelo requerente da concessão em exame; c) autentique os documentos de fls. 03 e 08.

PROCESSO No. 5041/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA FRANCISCA DE BARROS SANTOS-FHDF.-- DECISÃO No. 5701/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 5228/94 -- Aposentadoria da servidora IRANI DIMAS-FHDF. -- DECISÃO No. 5702/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 7054/94 -- Aposentadoria da servidora IRIDAN QUEIROZ PINTO-FEDF. -- DECISÃO No. 5703/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - autentique o documento de fl. 05; II - retifique o ato de fl. 14, a fim de considerar a interessada no Padrão 22A, correspondente ao Nível 1 (20 horas), uma vez que o art. 15 da Lei nº 66/89 permite, tão-somente, que a servidora receba a diferença entre o Nível 03 (Padrão 22 C) e o Nível 1 (Padrão 22 A), permanecendo no padrão em que se encontrava; III- elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 17, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: a) corrigir a proporcionalidade para 21/30 avos; b) excluir a Gratificação de Titularidade da base de cálculo da Gratificação de Atividade; IV - torne sem efeito os documentos substituídos; V - apure as parcelas indevidamente creditadas à interessada, compensando os valores em folha de pagamento, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, juntando aos autos os documentos comprobatórios.

PROCESSO No. 2011/95 -- Aposentadoria da servidora SÔNIA SOUZA GOMES SOARES-SES. DECISÃO No. 5704/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 5921/95 -- Aposentadoria da servidora NAOMI TAKATSU-FEDF.-- DECISÃO No. 5705/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5660/95 (anexo volume I) -- Contrato nº 043/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma Luma Engenharia Ltda. -- DECISÃO No. 5706/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do contrato em apreço e do seu 1º Termo Aditivo, fls. 02/11 dos autos e 56/57 do seu Anexo I; b) dos resultados da 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste em apreço; II - relevar as falhas apontadas; III - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5661/95 (anexo volume I) -- Contrato nº 044/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma Construções e Topografia Basevi S.A. -- DECISÃO No. 5707/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do contrato em apreço e seus 1º e 2º Termos Aditivos,

fls. 03/11 dos autos e 74/75 e 79/80 do seu Anexo I; b) dos resultados da 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste em apreço; II - alertar o DER que, doravante, não faça constar em seus processos licitatórios itens que possam restringir seu caráter competitivo, como o Subitem "Aterro: Compactação com 95% e 100% do PROCTOR NORMAL", constante do item 3.4.2 do Edital de Tomada de Preços nº 017/95; III - relevar as falhas apontadas; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5662/95 -- Contrato nº 045/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma TORC - Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda. -- DECISÃO No. 5708/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Contrato nº 45/95 e do seu 1º Termo Aditivo, fls. 02/10 dos autos e fls. 76/77 do Anexo I; b) dos resultados da 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste em apreço; II - alertar o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que: a) observe o disposto nos arts. 7º, 31, I, 40, XIV (b,d) e 43, III, combinado com o art. 109, I, "a", e o art. 32, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93 e o art. 7º, parágrafo 1º, do Decreto nº 10.996/88; b) faça constar em seus orçamentos o mês de sua referência, bem como a fonte de seus dados; III - determinar ao DER que: a) doravante indique precisamente o motivo da inabilitação de qualquer licitante, abrindo prazo para recurso ou fazendo constar a desistência expressa da firma inabilitada; b) no prazo de 30 (trinta) dias, preste circunstanciados esclarecimentos quanto à: b.1) inabilitação de licitante após ultrapassada a fase de habilitação, contrariando o disposto no art. 43, parágrafo 5º, da Lei nº 8.666/93; b.2) divergência superior a 25% entre os preços cotados para o Material Betuminoso (Emulsão RR-2C) nos Contratos nºs 44 e 45/95, vez que os mesmos parecem referir-se a uma mesma época; c) aponte, no prazo de 30 dias, o(s) responsável(is) pela não inclusão da cláusula necessária constante do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, já objeto de orientação expressa desta Corte de Contas (OF GP nº 02/94), devendo o(s) mesmo(s), em igual prazo, apresentar(em) suas razões de defesa; IV - retornar os autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 1559/85 -- Tomada de contas anual dos gestores do Banco de Brasília S.A., referente ao exercício de 1984. -- DECISÃO No. 5709/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1899/86 -- Tomada de contas anual dos gestores do Banco de Brasília S.A., referente ao exercício de 1985. -- DECISÃO No. 5710/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4428/90 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES FIGUEIREDO CERQUEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5711/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 69, calculando a Opção e Representação Mensal sobre o DAS-2; b) apure os valores indevidamente pagos, a título de Opção e Representação calculadas sobre o DAS-3, para o devido ressarcimento, dando ciência ao Tribunal das medidas adotadas; c) identifique os responsáveis pelo descumprimento do prazo fixado no artigo 130-RI/TCDF e da decisão da Corte (fl. 90), para fins de esclarecimento, alertando-os sobre o disposto no artigo 182, inciso III, também do RI/TCDF.

PROCESSO No. 4811/90 -- Aposentadoria do servidor BARTOLOMEU CHAVES DOS SANTOS-SEA. -- DECISÃO No. 5712/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - torne sem efeito a Portaria de 15 de abril de 1991 (fl. 25); 2 - retifique a Portaria de fl. 71, para considerar sem efeito, na Portaria de 19/1/95, o ato que retificou a Portaria de 03/8/90; 3 - confeccione novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 68, atentando para o padrão do servidor, observando o disposto na Decisão Normativa-TCDF 02/93; 4 - elabore nova CTS, em substituição à de fl. 63, para corrigir o período de serviço do servidor (18/4/61 a 05/8/90) e consignar, para efeito de adicionais, o tempo prestado à NOVACAP; 5 - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 1684/91 -- Aposentadoria do servidor DÉCIO SILVEIRA MARTINS-SSP. -- DECISÃO No. 5713/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, determinando à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que corrija, no abono provisório, o percentual do adicional por tempo de serviço para 23%.

PROCESSO No. 2109/91 -- Aposentadoria da servidora LILIAN REGINA DE CARVALHO JUNQUEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5714/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria; b) determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, posteriormente, refaça o Abono Provisório de fl. 77, corrigindo os valores das parcelas Incentivos Funcionais e artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52.

PROCESSO No. 3102/91 -- Aposentadoria do servidor COSME MENDES DE ARAÚJO-SEA. -- DECISÃO No. 5715/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4120/91 -- Aposentadoria do servidor ANTÔNIO ALBUQUERQUE SANTOS-SSP. -- DECISÃO No. 5716/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 6128/91 -- Aposentadoria da servidora ZILA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA-FEDF. -- DECISÃO No. 5717/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - preste esclarecimentos sobre a transposição do servidor, levada a efeito com base no Decreto nº 16.127, de 05/12/94; 2 - retifique o ato concessório da aposentadoria (fl. 13), de forma a consignar o novo nível da servidora; 3 - confeccione novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 31, adequando-o ao disposto na DN 02/93-TCDF, para incluir o novo nível da servidora e excluir a parcela Gratificação de Titularidade; 4 - autentique os documentos de fls. 26 a 30; 5 - torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO No. 7235/91 -- Pensão civil concedida a ELZA GONÇALVES-SSP. -- DECISÃO No. 5718/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a providência suscitada pelo órgão do Ministério Público.

PROCESSO No. 4102/92 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ LUIZ PARO-SEA. -- DECISÃO No. 5719/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1 - confeccione nova CTS, em substituição à de fl. 10, para acrescentar 320 dias prestados ao Ministério da Guerra ao tempo contado para adicional, tendo em vista o consignado no documento de fl. 89; 2 - anexe cópia autenticada do ato de dispensa da função de Secretário da Junta do Serviço Militar, Símbolo FC-08, para a qual o servidor foi designado em 30/09/71 (fl. 16); 3 - torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO No. 4704/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA NISETE CORREIA LACERDA LIMA-FEDF. -- DECISÃO No. 5720/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria; b) determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que: a) corrija, no abono provisório, o percentual do ATS para 23%, bem como ajuste as parcelas de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - MP 831, à Lei nº 8911/94, nos termos da Decisão desta Corte proferida no Processo nº 4714/93; b) apure o montante pago indevidamente à servidora, para fins de ressarcimento.

PROCESSO No. 6137/92 -- Pensão civil concedida a ALMIR KLEIN-FEDF. -- DECISÃO No. 5721/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 5542/93 (apenso o de nº 072.000093/95) -- Balancete da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, relativo ao 2º trimestre de 1993. -- DECISÃO No. 5722/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da tomada de contas especial instaurada em cumprimento a decisão da Corte, considerando cumprida a determinação passada na Decisão nº 4699/95; b) autorizar a devolução do processo apenso à EMATER para: b.1) a complementação dos elementos exigidos pelos artigos 54, inciso X, 147, inciso XI, do Regimento Interno desta Corte, quais sejam, os pronunciamentos do dirigente da entidade e do Conselho Fiscal, aduzindo, ainda, se for o caso, as informações previstas nos artigos 154 e 155 do mesmo ato; b.2) enviar, em 30 dias, o processo à Secretaria de Fazenda e Planejamento, visando o cumprimento do ciclo do controle interno.

PROCESSO No. 1133/94 -- Aposentadoria do servidor VICENTE GONÇALVES DA SILVA-DER. -- DECISÃO No. 5723/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos expedientes de fls. 44 a 46; b) determinar o retorno dos autos ao DER para que, em 60 dias, elabore nova CTS, em substituição à de fl. 08-v, transcrevendo todas as licenças médicas concedidas ao servidor; c) sobrestar a apreciação dos autos, até a obtenção de resposta junto ao INSS, quanto à autenticidade da Certidão de Tempo de Serviço Rural de fl. 25, à vista de decisão proferida pela Corte no Processo nº 3624/95; d) informar ao DER que deverá, tão-logo obtenha o documento junto ao INSS, dar ciência à Corte.

PROCESSO No. 1135/94 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ MIRANDA BICA-DER. -- DECISÃO No. 5724/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos expedientes de fls. 48 a 58; b) determinar o retorno dos autos ao DER para que, em 60 dias, elabore nova CTS, em substituição à de fl. 08-v, consignando todas as licenças médicas concedidas ao servidor; c) sobrestar a apreciação dos autos, até a obtenção de resposta junto ao INSS quanto à autenticidade da Certidão de Tempo de Serviço Rural de fl. 27; d) informar ao DER que deverá, tão-logo obtenha o documento junto ao INSS, dar ciência à Corte.

PROCESSO No. 2525/94 -- Aposentadoria da servidora NILCE SANTOS DE ANDRADE-FEDF. -- DECISÃO No. 5725/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5969/94 (apenso o de nº 141.002392/94) -- Tomada de contas anual dos agentes de material da Região Administrativa I - Brasília, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 5726/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar cumprida a diligência determinada na Decisão nº 6679/95, relevando o atraso verificado na SEFP; b) determinar à RA-I que, no prazo de 30 dias, esclareça as diferenças detectadas entre o SIGMA e o SIAFEM, no movimento do material no exercício de 1993, nos valores de Cr$ 4.991,38 para as entradas e Cr$ 4.990,71 para as saídas; c) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE e do processo apenso à RA-I, para o cumprimento da diligência assinalada no item acima.

PROCESSO No. 0361/95 -- Pensão civil concedida a IRACEMA DOS SANTOS SILVA-FEDF e outra. -- DECISÃO No. 5727/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 0481/95 -- Representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Câmara Legislativa

do Distrito Federal, da determinação da Corte contida na Decisão nº 3264/96. -- DECISÃO No. 5728/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar à CLDF os termos da Decisão Plenária nº 3264/96, enviada àquela Jurisdicionada pelo OF GP nº 873/96, assinando o prazo de 30 (trinta) dias para seu cumprimento.

PROCESSO No. 0762/95 -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 25 (vinte e cinco) dias, formulado pelos servidores AUGUSTO CÉZAR PUCCINELLI e HERBERT DE ASSIS GONÇALVES, para atendimento da diligência determinada na Decisão nº 1990/96, relativa ao Contrato celebrado entre o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal e a firma ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. -- DECISÃO No. 5729/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do Ofício nº 252/96-GAB/DMTU/DF; 2 - considerar cumprida a diligência determinada na Decisão nº 1990/96; 3 - conceder a prorrogação de prazo, por 25 dias, como solicitada; 4 - desconsiderar a informação nº 775/96 (fls. 158 e 159).

PROCESSO No. 0890/95 (apensos os de nºs. 5099/94, 6127/94 e 1705/94) -- Balancetes do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos e do Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, relativos ao 4º trimestre de 1994. -- DECISÃO No. 5730/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do O.E nº 412/95-GAB/DMTU/ST e dos documentos acostados às fls. 61/63; b) considerar parcialmente cumprida a diligência determinada na Decisão nº 8679/95; c) determinar a realização de inspeção especial no DMTU, com base no artigo 121, inciso III, do RI/TCDF, face à necessidade de esclarecer dúvidas suscitadas pelo órgão instrutório; d) determinar o retorno dos autos à 2ª ICE.

PROCESSO No. 0904/95 -- Pensão civil concedida a WESLEY DUTRA GALINDO-FEDF e outros. -- DECISÃO No. 5731/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 2675/95 -- Contendo resultado de inspeção especial levada a efeito pela 2a. Inspetoria de Controle Externo na Fundação Cultural do Distrito Federal, em atenção à Decisão Plenária nº 13.041/95. -- DECISÃO No. 5732/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da inspeção especial realizada, tendo por objeto os Processos nºs 081.002.045/93 e 081.000.841/94; b) considerar regulares os procedimentos adotados; c) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 3609/95 -- Representação nº 5/95, do Ministério Público junto a esta Corte, visando à pacificação de entendimento a respeito da constitucionalidade de transposições de cargos e, com base nelas, de atos de aposentadoria e de revisão de proventos. -- DECISÃO No. 5733/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, autorizou o retorno dos autos à 4a. ICE, a fim de que sejam colhidas as informações descritas no referido voto.

PROCESSO No. 4364/95 (apenso o de nº 030.004640/95) -- Tomada de contas anual dos agentes de material da Divisão de Serviços Gerais da Vice-Governadoria do Distrito Federal, referente ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 5734/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento da tomada de contas anual em exame; II) determinar o retorno do processo apenso ao Gabinete da Vice-Governadoria para que, em 30 dias, junte aos autos: a) o pronunciamento da Vice-Governadora, em atendimento ao disposto nos artigos 10, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94 e 140, inciso X, do RI/TCDF; b) cópias das fichas de controle de estoque e de prateleira dos itens "xícara para chá" e "copo de vidro liso cilíndrico", do PIM nº 146/95 e da RM nº 9/94; c) esclarecimentos relativos às falhas apontadas no Relatório de Tomada de Contas nº 172/95-DAGES/SUAD/SEFP; III) autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 4374/95 -- Contrato nº 65/95, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a Construtora Remo Ltda. -- DECISÃO No. 5735/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Termo Aditivo de fls. 34/5; b) relevar as falhas apontadas; c) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 4518/95 (anexo volume I) -- Contrato nº 17/95, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a firma VÉRTICE - Engenharia e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 5736/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, com o acréscimo proposto pela Conselheira MARLI VINHADELI, na alínea "b" do item "2", decidiu: 1) tomar conhecimento dos resultados obtidos na auditoria sobre a execução do Contrato nº 17/95, levada a efeito pela 3ª ICE, bem como da documentação de fls. 1 a 132 do processo anexo; 2) determinar ao DETRAN que: a) ao elaborar editais de licitação, observe a legislação pertinente, especialmente os artigos 67 e 40, incisos II, XIV, alínea "b", VI, da Lei nº 8.666/93, bem como o artigo 194 do Decreto nº 994/69, que exige o Alvará de Construção; b) estabeleça, a título de penalidade, apenas as sanções previstas nos artigos 106, 107 e 108 do Decreto nº 10.996/88, que permanece em vigor no que não colide com o disposto na Lei nº 8.666/93, observando a orientação contida no OF. GP. nº 1473/91-Circular, deste Tribunal; c) apresente orçamento de forma detalhada, conforme exigência contida no inciso IX, do artigo 6º, da Lei nº 8.666/93; d) faculte a substituição do Certificado de Registro Cadastral da NOVACAP, por outros documentos, conforme dispõe o artigo 32, parágrafo 2º, da Lei de Licitações, como requisito para a habilitação; e) emita a Ordem de Serviço, conforme modelo aprovado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, atendendo ao disposto no artigo 15 do Decreto nº 16.098/94; f) atente para que, na execução de obras, não ocorram alterações significativas dos materiais utilizados, especificando-os com precisão; g) encaminhe a esta Corte, assim que ocorrer sua emissão, o Termo de Recebimento Definitivo da Obra objeto do Contrato nº 17/95; 3) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE.

PROCESSO No. 5655/95 -- Contrato nº 59/95 e outros ajustes, celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma RIO PLATENSE - Construções, Projetos e Consultoria Ltda. -- DECISÃO No. 5737/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos ajustes em apreço e autorizou a devolução dos autos à 3a. ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2081/96 -- Resultado de auditoria programada levada a efeito pela 4a. Inspetoria de Controle Externo no Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação e no Arquivo Público do Distrito Federal, em cumprimento ao GAPLAN/96. -- DECISÃO No. 5738/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Relatório de Auditoria constante de fls. 36 a 46 e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2464/96 -- Representação nº 006/96-CF, da Procuradora do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, suscitando a ilegalidade dos atos de aposentadoria e de pensões de servidores pertencentes aos Quadros Suplementares, em vista da inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei nº 119/90 e do artigo 3º da Lei nº 327/92. -- DECISÃO No. 5739/96.- Havendo o representante do Ministério Público junto a esta Casa, Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 3749/96 -- NE nº 22/96 e outras, desta Corte de Contas. -- DECISÃO No. 5740/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos; b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem os empenhos; c) informar à Diretoria Geral de Administração que a Lei nº 8.666/93 não se aplica às concessões de suprimento de fundos, face ao disposto em seu artigo 2º, esclarecendo que deve constar dos empenhos do gênero a expressão "não aplicável", como ocorre em relação a despesas de Pessoal.

PROCESSO No. 4239/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5741/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos Ofícios nºs. 1045, 1023 e 988/96-GAB/SEA e autorizou a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4405/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 30.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5742/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 649/96-SE e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4409/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5743/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 648/96-SE e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4416/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 25.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5744/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 601/96-SE e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4438/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 11.05.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5745/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 724/96-SE e autorizou a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 4458/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5746/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 1192/96-GAB/SEA e autorizou a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4821/96 -- Pedidos de prorrogação de prazo, formulados pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5747/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos Ofícios nºs. 1439 e 1440/96-GAB/SEA e autorizou a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4925/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5748/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 1514/96-GAB/SEA e autorizou a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, como solicitado.

PROCESSO No. 4974/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5749/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 885/96-GAB/SEFP e autorizou a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias.

PROCESSO No. 4979/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5750/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 885/96-GAB/SEFP e autorizou a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 2941/87 (anexos 03 volumes) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por impropriedades no pagamento de horas extras. -- DECISÃO No. 5751/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da resposta oferecida às diligências ordenadas no OF GP nº 2366/92 e dos documentos vistos às fls. 216 e 232; b) considerar cumpridas tais diligências; c) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0197/94 (apenso o de nº 054.000482/93) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a bem de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 5752/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0834/94 -- Contrato nº 007/94, celebrado entre a então Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a firma OPE LEGIS-Consultoria Jurídica S/C Ltda. -- DECISÃO No. 5753/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conceder ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal o prazo de 30 (trinta) dias, para que, tendo em vista as alterações implementadas pelo Termo Aditivo ADIT/CONT/IDHAB-DF/GP/AJ Nº 001/95, preste circunstanciados esclarecimentos sobre: 1 - a atualização do valor do contrato no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), considerando que o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 cuida de acréscimos ou supressões no objeto contratual; 2 - a prorrogação estabelecida a partir de 1º.03.95, considerando o disposto na Cláusula Nona do instrumento principal, cuja vigência foi fixada em 12 (doze) meses, contando-se a partir de 1º de janeiro de 1994; b) determinar àquela entidade jurisdicionada que, no mesmo prazo, encaminhe a este Tribunal cópia dos comprovantes de todos os honorários mensais pagos à OPE LEGIS - Consultoria Jurídica S/C Ltda no ano de 1995; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1789/94 -- Contrato nº COPAC/NUBAM-002/95, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. -- DECISÃO No. 5754/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento do termo de contrato em questão, relevando as falhas formais apontadas pela instrução, e devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 6365/94 -- NE nº 068/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5755/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 218/96, encaminhado à Corte pelo Comandante-Geral da PMDF, decidiu: a) relevar o atraso apontado pela instrução; b) conceder àquela Corporação o prazo que pleiteia em tal expediente, contado a partir do conhecimento desta decisão; c) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 6366/94 -- NE nº 066/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5756/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação encaminhada a este Tribunal por força da determinação expressa no item "b" da Decisão nº 1744/95, da Nota de Empenho 94NE31012 e das que a acompanham nesta etapa de fiscalização e controle (fls. 116 a 139), considerando correta a classificação das despesas a que se reportam estas e as de fls. 48 a 51; b) relevar o atraso e as falhas formais apontadas pela instrução; c) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 6768/94 -- Contrato DIRAD/COMAD nº 94/064, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o Instituto Brasileiro de Ciência Bancária - IBCB. -- DECISÃO No. 5757/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OFíCIO PRESI-95/498, considerando atendida a diligência a que se refere o item "2" da Decisão desta Corte de nº 10.816/95; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a proceder, se for o caso, ao seu arquivamento.

PROCESSO No. 0596/95 -- Termo de Rescisão do Contrato nº 941/96, celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e o Sr. SéRGIO MARTINS. -- DECISÃO No. 5758/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo em apreço e devolveu os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a adotar os procedimentos para o seu arquivamento.

PROCESSO No. 0837/95 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 030.000592/95. -- DECISÃO No. 5759/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da TCE em apreço, comunicado à Corte via do O.E. nº 034/95-GAB/SEA; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a proceder ao seu arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 1722/95 -- Contendo a NE nº 1023/95 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5760/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento das notas de empenho em apreço, decidiu: a) relevar as falhas apontadas pela instrução; b) ter por correta a classificação das despesas a elas relacionadas; c) informar à Secretaria de Segurança Pública que a contratação de serviços não especificados nos incisos do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, quando houver inviabilidade jurídica de competição, podem ser efetuadas com fundamento no "caput" do referido dispositivo legal, devendo a comprovação de exclusividade ser feita mediante atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local em que se realiza a licitação, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal; d) devolver os autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 2445/95 -- Ofício nº 565/95-GAB/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal encaminha à Corte a relação das Entidades que descumpriram o prazo estabelecido no parágrafo 1º, artigo 150, do Regimento Interno/TCDF. -- DECISÃO No. 5761/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do resultado da inspeção levada a efeito pela 2ª Inspetoria de Controle Externo na Secretaria de Fazenda e Planejamento, do Ofício nº 1971/95-GAB/SEFP, do O.I. nº 055/96-AUD/PRES/NOVACAP, do OF. nº 005/96-PROFLORA, do OF. nº 026/96-GAB/DMTU/DF e da documentação que os acompanham, decidiu: a) considerar parcialmente atendida a diligência expressa no item "a" da Decisão plenária nº 14558/95; b) assinar o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento, observado o disposto na Lei nº 830/94, providencie, inclusive por meio de diligências que se fizerem necessárias junto às respectivas entidades, o encaminhamento a este Tribunal dos seguintes documentos: - Processo nº 112.003.163/95 (Prestação de Contas de 1994 - NOVACAP) - Processo nº 102.118.597/95 (Prestação de Contas de 1994 - SHIS) - Processo nº 096.000.697/95 (Prestação de Contas de 1994 - DMTU) - Processo nº 074.000.048/95 (Prestação de Contas de 1994 - PROFLORA); c) informar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, por intermédio de auditoria levada a efeito por órgão deste Tribunal, foram constatados os seguintes entraves que têm levado ao descumprimento do prazo previsto no art. 150 do Regimento Interno desta Corte: 1 - encaminhamento de prestação de contas à SEFP sem a prévia apreciação da Assembléia Geral de Acionistas ou órgão equivalente das entidades; 2 - colocação, pela SEFP, de processo pertinente a prestação de contas em diligência sem fixação de prazo e sem comunicação ao Tribunal; 3 - ausência de cobranças efetivas para o imediato cumprimento das diligências determinadas; d) recomendar àquela Secretaria que, por força de disposições instituídas na Lei nº 830/94, estabeleça efetiva coordenação do ciclo de controle interno, com o objetivo de fazer cumprir o prazo previsto na norma regimental referida no item anterior; e) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4253/95 -- Concurso público para o cargo de Técnico de Administração Pública, área saúde, especialidade II - Necrópsia, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 206/95-IDR. -- DECISÃO No. 5762/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos editais juntados aos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4450/95 (apenso o de nº 054.001051/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito. -- DECISÃO No. 5763/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5337/95 -- Contrato DIRAD/COMAP-95/094, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a Companhia Brasileira de Distribuição. -- DECISÃO No. 5764/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do ajuste em questão, decidiu: a) alertar o Banco de Brasília S.A. que obrigatoriamente devem constar dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 as disposições a que se referem os seus artigos 55 e 61, entre outros; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a incluí-los em roteiro de inspeção, com vistas a examinar a matéria referida no item "c" das sugestões oferecidas à fl. 18.

PROCESSO No. 6368/95 -- Termo de Contrato de Prestação de Serviço nº 015/95, celebrado entre o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e o Sr. Roberto Mendonça de Almeida. -- DECISÃO No. 5765/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do contrato de prestação de serviços em questão, decidiu: a) relevar as falhas formais que vêm de ser apontadas pelo órgão instrutivo; b) recomendar ao Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal que observe as exigências legais ao formalizar os contratos que celebrar, atentando sempre para as disposições insertas no Capítulo III da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, a fim de que sejam evitadas as seguintes impropriedades, verificadas no termo de contrato nº 015/95-IPDF: 1 - duração do contrato excedendo ao período de vigência dos respectivos créditos orçamentários; 2 - ausência de cláusulas prevendo as hipóteses contempladas nos incisos VII, XI e XII do artigo 55 daquele Estatuto; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a proceder ao seu arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0341/96 -- Ofício nº 613/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.001083/95. -- DECISÃO No. 5766/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada; b) relevar a intempestividade do pedido; c) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0342/96 -- Ofício nº 613/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000967/95. -- DECISÃO No. 5767/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do referido expediente; b) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada; c) relevar a intempestividade do pedido; d) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0433/96 -- Ofício nº 613/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000992/95. -- DECISÃO No. 5768/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada; b) relevar a intempestividade do pedido; c) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0435/96 -- Ofício nº 598/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.001217/95. -- DECISÃO No. 5769/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do referido expediente; b) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada, relevando a intempestividade do pedido; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0438/96 -- Ofício nº 613/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000815/95. -- DECISÃO No. 5770/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada, relevando a intempestividade do pedido; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0439/96 -- Ofício nº 613/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.001180/95. -- DECISÃO No. 5771/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada, relevando a intempestividade do pedido; b) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0440/96 -- Ofício nº 613/96, mediante o qual o Serviço de Limpeza Urbana solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.001218/95. -- DECISÃO No. 5772/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada, relevando a intempestividade do pedido; b) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0452/96 -- Ofício nº 820/96, mediante o qual o Departamento de Trânsito do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 055.006915/88. -- DECISÃO No. 5773/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu a) tomar conhecimento do ofício em apreço e daqueles insertos às fls. 01 a 06, que versam sobre a tramitação de referidos autos; b) conceder, na forma solicitada, a prorrogação de prazo pleiteada, relevando a intempestividade do pedido; c) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0682/96 -- Contrato nº 110/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Elevadores Schindler do Brasil S.A. -- DECISÃO No. 5774/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando a falha formal apontada, e devolveu os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0694/96 -- Contrato nº 106/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a Voetur Cargas e Encomendas Ltda. -- DECISÃO No. 5775/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando a falha formal apontada, e devolveu os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0702/96 -- Contrato nº 040/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Brasmédica Hospitalar e Ortopédica Ltda. -- DECISÃO No. 5776/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do termo de contrato em questão; b) relevar as falhas formais apontadas pela instrução; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a incluí-lo em roteiro de auditoria com o fim de verificar, mediante esse procedimento, o teor da medida alvitrada à fl. 21 da instrução técnica, item "c".

PROCESSO No. 0704/96 -- Contrato nº 013/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Eco Científica Ltda. -- DECISÃO No. 5777/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando a falha formal apontada, e devolveu os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0705/96 -- Contrato nº 080/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Digital System Comércio, Representação e Serviços Ltda. -- DECISÃO No. 5778/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando a falha formal apontada, e devolveu os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0710/96 -- Contrato nº 011/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Megaservice Informática Ltda.- DECISÃO No. 5779/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando a falha formal apontada, e devolveu os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0722/96 -- Contrato nº 021/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda.- DECISÃO No. 5780/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do termo de contrato em questão; b) relevar as falhas formais apontadas pela instrução; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a incluí-los em roteiro de auditoria com o fim de verificar, mediante esse procedimento, o teor da medida alvitrada à fl. 18 da instrução técnica, item "c".

PROCESSO No. 0737/96 -- Contrato nº 112/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Encom - Comércio e Representações Ltda. -- DECISÃO No. 5781/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do termo de contrato em questão; b) relevar a falha relacionada ao descumprimento de norma inserta no Decreto Local nº 10.996/88; c) conceder à Fundação Hospitalar do Distrito Federal o prazo de 30 (trinta) dias, para que envie a esta Corte o ato que autorizou a assinatura do Termo de Contrato nº 112/95-PJ-FHDF; d) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0739/96 -- Contrato nº 121/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Confederal Vigilância e Transportes de Valores Ltda.- DECISÃO No. 5782/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do termo de contrato em questão; b) relevar a falha formal apontada pela instrução; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a incluí-los em roteiro de auditoria com o fim de verificar o cumprimento do dispositivo da Lei nº 8.666/93 que vem de ser citado.

PROCESSO No. 1074/96 (apensos os de nºs 1081, 1072, 1079, 1080 e 1075/96) -- Contrato nº 088/95, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Trafo Equipamentos Elétricos S.A. -- DECISÃO No. 5783/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do termo de contrato em questão e daqueles de que cuidam os autos em apenso, decidiu: a) relevar a falha formal apontada nos itens 2.1 e 2.2 da instrução; b) recomendar à Companhia Energética de Brasília que observe com rigor as disposições da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela de nº 8.883/94, em especial as regras insertas nos seus artigos 55 e 61; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1088/96 -- Contrato nº 093/95, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Spot - Representações e Serviços Ltda.- DECISÃO No. 5784/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão e devolveu os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1157/96 -- Contrato nº 045/95, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Kernel Informática Ltda. -- DECISÃO No. 5785/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do termo de contrato em questão; b) relevar as falhas formais apontadas pela instrução; c) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a incluí-los em roteiro de auditoria com o fim de verificar, mediante esse procedimento, o teor da medida alvitrada à fl. 17 da instrução técnica, item "c".

PROCESSO No. 1631/96 -- Ofício nº 171/96, mediante o qual o Departamento de Trânsito do Distrito Federal informa à Corte que o procedimento de tomada de contas especial de que trata o Processo nº 055.004616/91 ficou descaracterizado, tendo em vista que "foram encontrados os valores correspondentes aos repasses da CNT", conforme convênio, que estavam sendo questionados naqueles autos. -- DECISÃO No. 5786/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente em apreço, originário do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e devolveu os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando-a a proceder ao seu arquivamento.

PROCESSO No. 2017/96 -- Contrato nº 077/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma Vaf - Construções e Instalações Ltda. -- DECISÃO No. 5787/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando as falhas formais apontadas, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2018/96 -- Contrato nº 089/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma Hexa - Engenharia e Construções Ltda. -- DECISÃO No. 5788/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando as falhas formais apontadas, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2019/96 -- Contrato nº 086/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Construtora Nova Época Ltda. -- DECISÃO No. 5789/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando as falhas formais apontadas, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2021/96 -- Contrato nº 055/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma Paineira Construção e Urbanismo Ltda.- DECISÃO No. 5790/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando as falhas formais apontadas, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2022/96 -- Contrato nº 059/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma Paineira Construção e Urbanismo Ltda.- DECISÃO No. 5791/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão, relevando as falhas formais apontadas, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2026/96 -- Contrato nº 081/95, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma W.R.M. Engenharia e Construções Ltda.- DECISÃO No. 5792/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo de contrato em questão e de seu 1º aditamento, relevando as falhas formais apontadas, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2038/96 -- Ofício nº 521/96, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.030228/94. -- DECISÃO No. 5793/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do referido documento, concedendo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal o prazo que pleiteia em tal expediente; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2040/96 -- Ofício nº 522/96, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.030337/94. -- DECISÃO No. 5794/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do referido documento, concedendo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal o prazo que pleiteia em tal expediente; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2104/96 (anexo 01 volume) -- Contrato nº 003/96, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Cetenge Engenharia Ltda. -- DECISÃO No. 5795/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do

Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da 1ª etapa de fiscalização e controle do ajuste em questão; b) relevar as falhas formais apontadas pela instrução; c) devolver os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2399/96 -- Ofício nº 801/96, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 082.003265/96, cuja instauração fora comunicada por intermédio do Ofício nº 357/96. -- DECISÃO No. 5796/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos referidos expedientes, concedendo à Secretaria de Educação o prazo que pleiteia; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4359/96 -- Ofício nº 577/96, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5797/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do referido expediente, no que diz respeito aos processos relacionados no documento de fl. 05, concedeu à Secretaria de Educação o prazo que solicita e devolveu os autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4397/96 -- Ofício nº 649/96, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5798/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do referido expediente, no que diz respeito aos processos relacionados no documento de fl. 06, concedeu à Secretaria de Educação o prazo que solicita e devolveu os autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4919/96 -- Ofício nº 1514/96, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5799/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu conceder à Secretaria de Administração a prorrogação de prazo, na forma solicitada, devolvendo os autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4924/96 -- Ofício nº 1514/96, mediante o qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5800/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu conceder à Secretaria de Administração a prorrogação de prazo, na forma solicitada, devolvendo os autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 2449/87 (anexos volumes I a IV) -- Contendo pedidos de prorrogação de prazo, formulados por ex-dirigentes da Companhia Imobiliária de Brasília e pela própria empresa, para apresentação de suas defesas e remessa à Corte da tomada de contas especial constante do Processo nº 111.001200/95-1, respectivamente. -- DECISÃO No. 5801/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos pedidos em referência, decidiu: a) conceder as prorrogações solicitadas; b) ordenar a renovação da citação do ex-dirigente nominado no item 3 da referida proposta (f. 869), a qual deverá ser feita mediante comunicação direta.

PROCESSO No. 0805/90 -- Aposentadoria da servidora IRACEMA CARVALHO DE AGUIAR-SEA. -- DECISÃO No. 5802/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2050/90 -- Revisões dos proventos da aposentadoria do servidor JOSé LOPES DE ANDRADE-SEA. -- DECISÃO No. 5803/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO No. 4684/90 -- Aposentadoria e revisões dos proventos da servidora MARIA APARECIDA CARVALHO RAMOS-SEA. -- DECISÃO No. 5804/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios, devendo a Secretaria de Administração do Distrito Federal providenciar, tendo em conta o disposto no art. 102 da Lei nº 8.112/90, a recontagem do tempo de serviço para fins de adicional (anuênios), incluindo os períodos de licenças médicas concedidas, totalizando, no caso, 347 dias, e, conseqüentemente, alterando, no documento de f. 49, o percentual dos referidos adicionais para 28%, devido a partir de 1º.1.92, início da vigência da citada Lei no Distrito Federal.

PROCESSO No. 1194/92 -- Aposentadoria da servidora SANTINA GEMA MOREIRA-FEDF. -- DECISÃO No. 5805/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2862/92 -- Aposentadoria da servidora AMIRACI SOUZA BRITO-FEDF. -- DECISÃO No. 5806/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2890/92 -- Aposentadoria do servidor JONATHAS DE SOUZA BRAGA-FEDF. -- DECISÃO No. 5807/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4344/92 -- Aposentadoria da servidora TEREZINHA NOVAIS LOPES-FEDF. -- DECISÃO No. 5808/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4621/92 -- Aposentadoria da servidora NILZA PEREIRA DA CUNHA-FEDF. -- DECISÃO No. 5809/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4892/92 -- Aposentadoria do servidor JOÃO RODRIGUES TÁVORA-SLU. -- DECISÃO No. 5810/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0148/93 -- Aposentadoria do servidor CARLOS JOSé GOMES-FEDF. -- DECISÃO No. 5811/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0336/93 -- Aposentadoria da servidora MARIA TERESA BACELAR DE CARVALHO-FEDF. -- DECISÃO No. 5812/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2167/93 (apenso o de nº 054.000793/92) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo extravio de bens de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 5813/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das defesas em apreço (fs. 20/52 e 67/77), para, no mérito: a) dar provimento à do Capitão FERNANDO DE OLIVEIRA PAREDES; b) negar provimento às dos Tenente CILAS DE ABREU REGIS, Sargentos FRANCISCO CARLOS DA SILVA e ELIEL NUNES DA SILVA; II - nos termos dos arts. 17, III, **d**, e 20 da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, **d**, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas em apreço, considerando os servidores nominados na alínea **b** supra solidariamente em débito com a Fazenda do Distrito Federal, conforme apurado na tomada de contas especial em exame; III - na forma e termos regimentais, autorizar a notificação dos devedores, uma vez vencida a fase recursal, para recolher aos cofres do Distrito Federal o valor atualizado do débito.

PROCESSO No. 3660/93 -- Pensão civil concedida a MARIA LIMA RODRIGUES-SEA. -- DECISÃO No. 5814/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 26, decidiu informar à Procuradoria Geral do DF que esta Corte, por estar aguardando decisão no Processo de nº 3848/94, em tramitação, ainda não apreciou a legalidade da pensão concedida à Srª MARIA LIMA RODRIGUES, à conta dos cofres do DF, não havendo, assim, até o momento, qualquer condenação ao pagamento de débito ao Erário, no respectivo processo.

PROCESSO No. 5527/93 -- NE nº 016/93 e outras, da Região Administrativa I - Brasília. -- DECISÃO No. 5815/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do resultado de inspeção levada a efeito pela 1a. ICE naquela Regional, decidiu: I - relevar as falhas apontadas às fs. 193 (alínea **b**) e 195 (alíneas **e.1**, **e.2** e **e.3**); II - enviar, na forma usual, cópia dos documentos de fs. 143/195 à RA-I, determinando-lhe que, no prazo de 30 dias: a) comprove: 1 - mediante circunstanciadas justificativas, acompanhadas de documentação comprobatória, a real necessidade de **oito** postos extras de vigilância diurnos, como reforço de férias, pagos à firma BRASíLIA-Empresa de Segurança Ltda., no mês de fevereiro de 1992, e de **um** posto extra, no período de 1º a 20.12.92, e de **dois** postos de vigilância adicionais, a partir de fevereiro de 1993, estes pagos à firma BRASFORT-Empresa de Segurança Ltda; 2 - o ressarcimento, pela firma BRASíLIA-Empresa de Segurança Ltda., dos materiais desaparecidos do Parque, conforme O.E. nº 381/93-PARQUE/RA-I; 3 - o pagamento de reajuste de preços à firma BRASFORT-Empresa de Segurança Ltda., referente ao mês de agosto de 1992, devendo juntar cópia da OB pertinente; 4 - com a devida justificativa, acompanhada de documentos comprobatórios, o recolhimento dos valores referentes ao IRRF/PJ, do período de janeiro a julho/92, e ao ISS, do período de setembro/92 a janeiro/93, não retidos com relação aos pagamentos efetuados à firma BRASíLIA-Empresa de Segurança Ltda.; b) providencie o ressarcimento aos cofres do DF de valores pagos indevidamente às firmas: 1 - BRASíLIA-Empresa de Segurança Ltda., equivalentes a 4,7746 UPDF's, por glosa não efetuada sobre o valor do principal, no mês de fevereiro de 1992, e 231,9678 UPDF's, correspondente a reajustamento de preços; 2 - BRASFORTE-Empresa de Segurança Ltda., equivalentes a 2,8964 UPDF's, relativo ao valor principal do contrato, e 161,9417 UPDF's, correspondente a reajustamento de preços; c) justifique, de forma circunstanciada, os pagamentos adiantados às firmas BRASíLIA-Empresa de Segurança Ltda. e BRASFORT-Empresa de Segurança Ltda., mediante as Ordens Bancárias nºs 26.840, 26.841, 26.959 e 26.961/92; III - recomendar à RA-I que providencie, mediante compensação, o acerto dos valores pagos a maior e a menor às firmas BRASíLIA-Empresa de Segurança Ltda. e BRASFORT-Empresa de Segurança Ltda., devendo os pagamentos/recebimentos de diferenças que persistirem serem efetuados à vista de documentos hábeis, conforme exigido pela legislação fiscal ou financeira.

PROCESSO No. 5639/93 -- Aposentadoria da servidora HEROINA SILVA MOURA-FEDF. -- DECISÃO No. 5816/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0864/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, envolvido em acidente de trânsito e encerramento das apurações, em virtude do ressarcimento (comprovado) do prejuízo apurado. -- DECISÃO No. 5817/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do documento de f. 14, decidiu: a) considerar o Sr. JOSé FERNANDES CARVALHO quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 1152/94 -- Aposentadoria da servidora OLíMPIA ALVES PINHEIRO TANNURE-FEDF. -- DECISÃO No. 5818/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério

Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1365/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 030.013842/93. -- DECISÃO No. 5819/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 37 e 38, decidiu solicitar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 dias, informe à Corte as medidas adotadas com relação ao débito da Srª HERES MARIA DE OLIVEIRA, apurado no Processo nº 030.013842/93-SEA, indicando, se for o caso, o seu estágio atual.

PROCESSO No. 1372/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, envolvido em acidente de trânsito e encerramento das apurações, em virtude do ressarcimento (comprovado) do prejuízo apurado. -- DECISÃO No. 5820/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do documento de f. 19, decidiu: a) considerar o Sr. ANTONIO DOS SANTOS quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2234/94 -- Comunicação da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal sobre a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, envolvido em acidente de trânsito e encerramento das apurações, em virtude do ressarcimento do prejuízo apurado. -- DECISÃO No. 5821/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 26, decidiu solicitar à Companhia Energética de Brasília que, no prazo de 20 (vinte) dias, informe à Corte as medidas adotadas por aquela entidade, no sentido de ser ressarcida dos danos causados ao veículo "Pick-Up", Placa BH-0833, envolvido no acidente de tráfego, ocorrido a 4.2.94, com outra viatura de propriedade da FZDF.

PROCESSO No. 2273/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 5822/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 24/31, decidiu solicitar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe à Corte as medidas adotadas com relação ao débito do Sr. CARLOS ALBERTO DA SILVA, apurado no Processo nº 030.001320/94-SEA, indicando, se for o caso, o seu estágio atual.

PROCESSO No. 3000/94 (apenso o de nº 101.000637/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. -- DECISÃO No. 5823/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu ordenar, nos termos dos arts. 13, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 172 do Regimento Interno, a citação dos servidores nominados no item 2 de f. 56, para, no prazo de 30 dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhes é atribuída nos autos ou, se preferirem, recolher desde logo o valor atualizado do débito apurado.

PROCESSO No. 3607/94 -- Aposentadoria da servidora RITA DE CÁSSIA MILANEZ-FEDF. -- DECISÃO No. 5824/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0714/95 -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, formulado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial, objeto do Processo nº 053.000212/95. -- DECISÃO No. 5825/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada pela instrução, tomou conhecimento dos documentos de fs. 36/39 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em causa, determinando ao CBMDF que intensifique esforços no sentido de concluir, o quanto antes, as apurações pertinentes.

PROCESSO No. 1475/95 -- Contendo o Ofício nº 108/96-DIREXE/FUNAP, mediante o qual a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal solicita nova prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial, relativa ao Ofício nº 149/94-DIREXE/FUNAP-DF. -- DECISÃO No. 5826/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 15 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em causa.

PROCESSO No. 2180/95 (apenso o de nº 054.000499/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito. -- DECISÃO No. 5827/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) determinar a devolução do apenso à PMDF, para que aquele órgão, no prazo de 30 dias, adote as necessárias providências com vistas à cobrança do Sr. JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA do valor do débito em causa, devendo informar, dentro do referido prazo, as medidas adotadas.

PROCESSO No. 2432/95 (apenso o de nº 054.000545/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito. -- DECISÃO No. 5828/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) ordenar, nos termos dos arts. 13, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 172 do Regimento Interno, a citação do servidor nominado à f. 14, para, no prazo de 30 dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhe é atribuída nos autos ou, se preferir, recolher desde logo o valor atualizado do débito apurado.

PROCESSO No. 3134/95 -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, formulado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial, objeto do Processo nº 053.000637/95. -- DECISÃO No. 5829/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fs. 23/26 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em causa, determinando ao CBMDF que intensifique esforços no sentido de concluir, o quanto antes, as apurações pertinentes.

PROCESSO No. 3139/95 (apenso o de nº 101.000954/94) -- Prestação de contas da aplicação de recursos de subvenções sociais concedidos pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal à Associação de Educação do Homem de Amanhã de Brasília, no exercício de 1994. -- DECISÃO No. 5830/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento da matéria, considerou regulares as contas em apreço e determinou o arquivamento do processo, autorizando a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 4223/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000373/95. -- DECISÃO No. 5831/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 15/19 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço.

PROCESSO No. 4305/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000586/95. -- DECISÃO No. 5832/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 24/28 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 4829/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 072.000112/95. -- DECISÃO No. 5833/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de f. 18 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 4965/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial de que trata a Instrução de Serviço nº 458/95. -- DECISÃO No. 5834/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de f. 13 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 5146/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000499/95. -- DECISÃO No. 5835/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 16/20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 5449/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 082.022596/95. -- DECISÃO No. 5836/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 18, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 5450/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.030976/95. -- DECISÃO No. 5837/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 26/28, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 5451/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.039346/95. -- DECISÃO No. 5838/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 30 e 31, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 5847/95 (apenso o de nº 030.008442/91) -- Tomada de contas especial instaurada pela PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento S.A. (em liquidação) para apurar responsabilidades decorrentes de possíveis irregularidades na conta "Títulos a Receber". -- DECISÃO No. 5839/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em exame, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) remeter o

apenso à SEFP, determinando-lhe que apure, mediante tomada de contas especial, os fatos constantes dos Processos nºs 030.017.666/90 e 074.000.091/90, observados, dentre outros, os quesitos elencados nos incisos I a IX de fs. 36 e 37 (enviar cópias de fs. 28/31 e 34/37); c) solicitar ao liquidante da PROFLORA que, no prazo de 30 dias, informe à Corte as medidas adotadas com relação aos débitos relacionados às fs. 257 e 258 (enviar cópia) do Processo nº 030.008442/91, devendo indicar a situação atual dos devedores; d) vincular o exame das contas anuais da PROFLORA aos resultados das apurações referidas nos autos.

PROCESSO No. 5936/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000156/95. -- DECISÃO No. 5840/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 17/21 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço.

PROCESSO No. 6017/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000587/95. -- DECISÃO No. 5841/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 9/13 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 6019/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000465/95. -- DECISÃO No. 5842/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 9/13 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 6020/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000674/95. -- DECISÃO No. 5843/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 9/13 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 6021/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000466/95. -- DECISÃO No. 5844/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 9/13 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 6022/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000665/95. -- DECISÃO No. 5845/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 9/13 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 6023/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.001011/94. -- DECISÃO No. 5846/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 10/14 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço.

PROCESSO No. 6024/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000604/95. -- DECISÃO No. 5847/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 10/14 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço.

PROCESSO No. 6025/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000605/95. -- DECISÃO No. 5848/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 10/14 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço.

PROCESSO No. 6426/95 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 082.023179/95. -- DECISÃO No. 5849/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 22, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 0446/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pelo Banco de Brasília S.A., para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 041.000607/95. -- DECISÃO No. 5850/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 0485/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, formulado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, para o encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 072.000190/95. -- DECISÃO No. 5851/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de f. 14 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da TCE em apreço, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 0990/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 101.001017/95. -- DECISÃO No. 5852/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 0991/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 101.001509/95. -- DECISÃO No. 5853/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 1000/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 101.000391/94. -- DECISÃO No. 5854/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 8/10, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame, reiterando à FSS/DF os termos da Decisão nº 2990/96 (Ofício GP nº 747/96).

PROCESSO No. 1014/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 082.027882/95. -- DECISÃO No. 5855/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, ao tomar conhecimento do documento de f. 8, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 1741/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Polícia Militar do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 054.000153/96. -- DECISÃO No. 5856/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, ao tomar conhecimento do documento de f. 8, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 2039/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.033103/96. -- DECISÃO No. 5857/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 11/13, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame.

PROCESSO No. 2049/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.003218/95. -- DECISÃO No. 5858/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 2053/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.003222/95. -- DECISÃO No. 5859/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 11, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 3090/96 -- Contendo novo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 101.000180/96. -- DECISÃO No. 5860/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 12, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em exame, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 4354/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 09.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5861/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 2.

PROCESSO No. 4357/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 20.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5862/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 5.

PROCESSO No. 4367/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 18.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligência determinada pela Corte. -- DECISÃO No. 5863/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/3, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência ordenada no processo TC nº 0177/93.

PROCESSO No. 4382/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 23.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5864/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/7, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados às fs. 8 e 9.

PROCESSO No. 4386/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5865/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 2.

PROCESSO No. 4389/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5866/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 2.

PROCESSO No. 4393/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 05.05.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5867/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 2.

PROCESSO No. 4398/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 30.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5868/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados às fs. 2/5.

PROCESSO No. 4399/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 30.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5869/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 6.

PROCESSO No. 4411/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5870/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados às fs. 2 e 3.

PROCESSO No. 4414/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 25.04.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5871/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 1, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 2.

PROCESSO No. 4434/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 18.05.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5872/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/4, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 5.

PROCESSO No. 4441/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 18.05.96, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5873/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/4, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 5.

PROCESSO No. 4822/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5874/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/8, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 9.

PROCESSO No. 4823/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5875/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 3, recomendando à 4a. ICE que, em atenção ao princípio da economicidade, reestude a sistemática contida na referida proposta.

PROCESSO No. 4921/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5876/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 3.

PROCESSO No. 4926/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5877/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 3.

PROCESSO No. 5016/96 -- Representação nº 003/96-JUJF, do Procurador do Ministério Público junto a esta Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, versando sobre indícios de irregularidades em processos de licitação na Companhia de Água e Esgotos de Brasília. -- DECISÃO No. 5878/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento da representação em apreço, dando-lhe o tratamento de denúncia, na forma regimental, decidiu ordenar a realização de inspeção especial junto à CAESB, para verificar a veracidade dos fatos apontados e outros aspectos de interesse para o controle externo, encaminhando os autos em seguida ao Ministério Público.

PROCESSO No. 5125/96 -- Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para atendimento de diligências determinadas pela Corte. -- DECISÃO No. 5879/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/2, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento das diligências ordenadas nos processos relacionados à f. 3.

A seguir, a sessão passou a extraordinária, de caráter reservado, na forma do disposto no artigo 97, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 01/94, para que o Tribunal apreciasse processos de natureza sigilosa, constantes da Parte II desta Ata.

.....

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente, reportando-se a Portaria assinada pelo Ministro de Estado da Aeronáutica concedendo a medalha "Mérito Santos-Dumont" à Conselheira MARLI VINHADELI e ao Procurador do Ministério Público junto a esta Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, pelos destacados serviços prestados à Aeronáutica, congratulou-se, juntamente com os demais membros do Plenário, com os agraciados pela honrosa distinção.

Nada mais havendo a tratar, às 18h25, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e representante do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3176

Aos 09 dias do mês de julho de 1996, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e MAURÍLIO SILVA, o Auditor OSVALDO RODRIGUES e a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.
Ausente, por motivo de férias, o Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3175 e Administrativa nº 227, ambas de 02.07.96.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 3485/85 (anexos volumes I a IV) -- Convênio nº 109/85 e outros ajustes, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros. -- DECISÃO No. 5882/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 289/96-PRES (fls. 904/905) e dos documentos acostados às fls. 909/920; II) tendo em vista o disposto no artigo 198 do RI/TCDF, como medida cautelar, determinar à CAESB a suspensão dos pagamentos referentes aos Contratos nºs 1739/87 e 1740/87, nos valores de R$ 1.122.094,01 (um milhão, cento e vinte e dois mil, noventa e quatro reais e um centavo) e R$ 1.202.010,95 (um milhão, duzentos e dois mil e dez reais e noventa e cinco centavos), respectivamente, referentes aos Termos de Transação firmados com as empresas SERVENG CIVILSAN e o Consórcio ANDRADE GUTIERREZ/CESBE, em 23.01.96; III) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE para prosseguimento dos trabalhos de inspeção, incluindo a verificação do atendimento da determinação contida no item II, observada a urgência que o caso requer.

PROCESSO No. 1757/88 -- Mandado de Segurança impetrado pelas firmas REPROMAN - Comércio e Indústria Ltda., União Comercial de Equipamentos Hospitalares Ltda., e MY - Indústria e Comércio de Material Cirúrgico Ltda. contra ato do Diretor-Executivo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que revogou as Tomadas de Preços nºs. 27, 28 e 29/88. -- DECISÃO No. 5883/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do Acórdão juntado por cópia a fls. 224, dando por encerrado o assunto e autorizou o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 1222/91 -- Aposentadoria da servidora NORMA HAMÚ GARAY-FEDF. -- DECISÃO No. 5884/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa do processo em diligência, para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: 1) elaborar novo abono provisório, em substituição ao documento de fl. 26, com vistas a efetuar o cálculo do percentual da parcela incentivos funcionais apenas sobre o vencimento básico da servidora e a adequá-lo ao teor da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; 2) autenticar o documento de fl. 43; 3) tornar sem efeito o documento substituído de fl. 26.

PROCESSO No. 2428/91 -- Aposentadoria do servidor ANÍSIO PEREIRA DO NASCIMENTO-SEA. -- DECISÃO No. 5885/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: 1 - considerar legal o ato de inativação em apreço, bem como de sua revisão, para fins de registro; 2 - determinar que a SEA/DF proceda, posteriormente, a juntada aos autos de demonstrativo do confronto entre os valores percebidos indevidamente pelo servidor (artigo 2º, § 1º, da Lei nº 6.732/79) e aqueles devidos pela Administração (artigo 184, item II, da Lei nº 1.711/52), no período de 01.05.91 a 03.10.91, e de informação sobre as providências adotadas; 3 - autorizar a 4ª ICE a incluir o processo em roteiro de futura auditoria programada na SEA/DF, com vistas a verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO No. 3092/91 -- Concurso público para o cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias, do Quadro de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 072/91-IDR. -- DECISÃO No. 5886/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento dos Editais acostados aos autos, fls. 86/92; b) autorizar o retorno do processo à 4ª ICE para oportuno exame dos atos de admissão decorrentes do Concurso Público em apreço.

PROCESSO No. 3085/92 (anexos volumes I, II e III, apensos os de nºs. 5771/93, 6130/92, 1442/93, 101.000.453/91, 040.007.202/92 e 03 volumes diversos) -- Denúncia formulada sobre possíveis favorecimentos na celebração e fraudes na prestação de contas do Convênio nº 004/91, celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Fundação Maria do Barro. -- DECISÃO No. 5887/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1562/93 (apenso o de nº 040.005218/92) -- NE nº 1030/92 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5888/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento do Processo nº 040.005218/92, apenso, para considerar parcialmente atendida a diligência ordenada à SEFP, nos termos da Decisão Plenária nº 6044/94; II) autorizar a inclusão dos autos em roteiro de inspeção para que sejam verificados os demais atos de exoneração de Cargos em Comissão e comprovada a compensação dos recolhimentos indevidos junto ao INSS; III) devolver os autos à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6969/93 (apensos os de nºs. 040.004722/93, 133.000008/94 e 133.000644/92) -- Tomada de contas anual do ordenador de despesas da Região Administrativa IV - Brazlândia, referente ao exercício de 1992. -- DECISÃO No. 5889/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4185/94 (anexo volume I e apensos os de nºs. 1558/93, em 02 volumes, 061.009.058/93, 061.002.515/93, 061.003.648/93, 061.003.553/93, 061.009.061/93, 061.002.538/93, 061.003.552/93, 061.008.299/93, 061.004.665/93, 061.008.213/93, 061.008.046/93 e 061.011.157/92) -- Contrato nº 548/94, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma CONSTRUTORA BURITY LTDA. -- DECISÃO No. 5890/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4233/94 -- Aposentadoria da servidora VIRGÍNIA GENTIL DE ALMEIDA-FHDF. -- DECISÃO No. 5891/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6242/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4459/94 -- Aposentadoria da servidora DARCI ALVES PIRES-FHDF. -- DECISÃO No. 5892/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para fportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6242/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4465/94 -- Aposentadoria do servidor JOÃO MOURA CAVALCANTE-FHDF. -- DECISÃO No. 5893/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5218/94 -- Aposentadoria da servidora MARLENE MARIA DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5894/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5270/94 -- Aposentadoria da servidora IRENE TELLES DE MACEDO-FHDF. -- DECISÃO No. 5895/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 5533/94 -- Aposentadoria da servidora ABIGAIL FLORÊNCIO-FEDF. -- DECISÃO No. 5896/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: 1 - considerar legal o ato de inativação em apreço, para fins de registro, com correção posterior pela FEDF: a) da falha apontada pela 4ª ICE, no sentido de que sejam incluídos no ato de aposentadoria os dispositivos legais que amparam a percepção pela inativa dos incentivos funcionais; b) do abono provisório de fl. 20, de forma a ser integralizada a parcela referente à TIDEM (Leis nºs 356/92 e 695/94); 2 - determinar à 4ª ICE a incluir o processo de aposentadoria em roteiro de futura auditoria programada na FEDF, buscando verificar o inteiro cumprimento desta decisão.

PROCESSO No. 5892/94 (apensos os de nºs. 040.012689/95 e 030.006734/94) -- Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 5897/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6001/94 -- Aposentadoria da servidora CÍCERA LIMA BONASSER-FHDF. -- DECISÃO No. 5898/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 0109/95 -- Aposentadoria do servidor MILTON RUI GERMANO BRAGA-FHDF. -- DECISÃO No. 5899/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 1092/95 -- Atas das 147a. a 158a. Reuniões do Conselho de Administração da Sociedade de Abastecimento de Brasília. -- DECISÃO No. 5900/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento das atas em exame; II) relevar a falha referente ao atraso na remessa das Atas à Corte; III) determinar à SAB que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos quanto à desistência da ação de cobrança contra FRAN Sistema de Comércio e Representações, tratada no Processo nº 075.000.138/92; IV) recomendar à Jurisdicionada que especifique melhor os assuntos tratados em suas atas, para evitar informações incompletas, a exemplo das contidas no item 3 da Ordem do Dia da Ata da 149ª Reunião do Conselho de Administração, a fim de facilitar o controle, bem assim, faça constar o(s) número(s) do(s) ajuste(s), juntamente com o do processo respectivo em todas as atas.

PROCESSO No. 1869/95 -- Aposentadoria da servidora DELVAIR CATARINA FIORENZA-FHDF. -- DECISÃO No. 5901/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6242/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2045/95 -- Aposentadoria do servidor PAULO SÉRGIO DA SILVA ESTEVES-FHDF. -- DECISÃO No. 5902/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 6242/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2880/95 -- Aposentadoria da servidora ANA MARIA ALVES TILLMANN-FHDF. -- DECISÃO No. 5903/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 2902/95 -- Aposentadoria da servidora ONÉLIA DE ALMEIDA ROCHA-FHDF. -- DECISÃO No. 5904/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu sobrestar o julgamento da matéria tratada nos autos, devolvendo-os à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 5035/94, que trata de assunto análogo ao apreciado no feito em exame.

PROCESSO No. 4479/95 -- NE nº 395/95, da Região Administrativa X - Guará. -- DECISÃO No. 5905/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento: a.1) do resultado da auditoria realizada na Região Administrativa X- Guará; a.2) da NE nº 395/95, considerando correta a classificação orçamentária da despesa a que se refere; a.3) dos documentos vistos às fls. 05/09 dos autos; b) recomendar à Administração do Guará que observe: b.1) o prazo de publicação da ratificação de dispensas e inexigibilidade previsto no art. 26 da Lei nº 8.666, de 21.06.93; b.2) o disposto no art. 13 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito

Federal, aprovadas pelo Decreto nº 16.098, de 29.11.94, c/c art. 67 da Lei nº 8666, de 21.06.93, relativo à designação de executor; c) determinar àquela Administração do Guará que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a esta casa documentação relativa ao pagamento efetuado à CEB, bem como o Atestado de Execução e o Termo de Recebimento da Obra objeto da referida Nota de Empenho.

PROCESSO No. 6385/95 -- Relatório de auditoria programada levada a efeito na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, objetivando averiguar as admissões de pessoal, efetuadas no período de 1988, após a promulgação da Constituição Federal, até 31.12.95. -- DECISÃO No. 5906/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0499/96 -- Resultado de inspeção realizada na Secretaria de Administração do Distrito Federal, objetivando verificar novas contratações temporárias realizadas pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5907/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu determinar à 4ª ICE a realização de nova inspeção na SEA/DF e em qualquer outro órgão que se fizer necessário, com vistas a verificar a situação atual dos concursos objeto destes autos, as nomeações e as correspondentes e paulatinas substituições das contratações temporárias.

PROCESSO No. 0925/96 -- Representações nºs. 001 e 003/96, da Procuradora-Geral do Ministério Público junto à Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, motivadas pelas sentenças exaradas nos Processos nºs. 1125/95 e 1093/95-6a. JCJ/DF, 1054/95 e 1090/95-11a. JCJ. -- DECISÃO No. 5908/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) encaminhar o processo à 2ª ICE para, quando do recebimento das informações requeridas no Processo nº 2258/91, extrair dele as informações atinentes à NOVACAP e constituir processo específico, o qual deverá ser examinado em conjunto com este e outros análogos, que porventura existirem; b) adotar o mesmo procedimento, citando na alínea supra, com relação aos demais órgãos que estão sendo objeto de fiscalização naquele processo; c) dar conhecimento desta decisão aos signatários dos expedientes de fls. 02, 07, 17, 23, 35, 39, 44, 77 e 81, agradecendo-lhes a atenção dispensada a esta Corte.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 3510/91 -- Aposentadoria da servidora IZABEL LEAL MULIM VENCESLAU-FEDF. -- DECISÃO No. 5909/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3792/91 -- Aposentadoria do servidor ROBERTO PEREIRA FILHO-FEDF. -- DECISÃO No. 5910/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 5673/91 -- Aposentadoria da servidora MARIA JOSÉ DUARTE-FHDF.-- DECISÃO No. 5911/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 5863/91 -- Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Polícia Militar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1990. -- DECISÃO No. 5912/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6994/91 -- Aposentadoria da servidora MARIA GILDA PEREIRA DE SOUSA-FEDF. -- DECISÃO No. 5913/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 7501/91 -- Aposentadoria da servidora LUCIANE DA MOTTA CAVALLI-FEDF. -- DECISÃO No. 5914/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2923/92 -- Aposentadoria do servidor RENATO PORTELA-FHDF. -- DECISÃO No. 5915/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 3506/92 -- Aposentadoria da servidora NORMA BANDEIRA DE FARIA-FEDF.-- DECISÃO No. 5916/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1779/93 -- Aposentadoria da servidora VALMIRA NASCIMENTO DOS SANTOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5917/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2347/93 -- NE nº 137/93 e outras, do Serviço de Limpeza Urbana. -- DECISÃO No. 5918/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu levantar o sobrestamento do julgamento da NE nº 141/93 e determinar o arquivamento dos autos, em razão da matéria nela tratada estar sendo acompanhada globalmente no Processo nº 2098/93.

PROCESSO No. 2438/93 -- NE nº 328/93 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 5919/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu levantar o sobrestamento do julgamento da NE nº 345/93 e determinar o arquivamento dos autos, em razão da matéria nela tratada estar sendo acompanhada globalmente no Processo nº 2098/93.

PROCESSO No. 2470/93 -- NE nº 129/93 e outras, da Região Administrativa V - Sobradinho. -- DECISÃO No. 5920/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu levantar o sobrestamento do julgamento da NE nº 130/93 e determinar o arquivamento dos autos. em razão da matéria nela tratada estar sendo acompanhada globalmente no Processo nº 2098/93.

PROCESSO No. 2485/93 (anexos volumes I e II) -- Concurso Público para os cargos de Assistente Intermediário de Saúde e Assistente Básico de Saúde, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 071/91-FHDF. -- DECISÃO No. 5921/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos vistos às fls. 446/468; II - determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

PROCESSO No. 2496/93 -- NE nº 055/93 e outras, da Região Administrativa IV - Brazlândia. -- DECISÃO No. 5922/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu levantar o sobrestamento do julgamento da NE nº 068/93 e determinar o arquivamento dos autos, em razão da matéria nela tratada estar sendo acompanhada globalmente no Processo nº 2098/93.

PROCESSO No. 2844/93 -- NE nº 094/93 e outras, da Região Administrativa VI - Planaltina. -- DECISÃO No. 5923/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu levantar o sobrestamento do julgamento da NE nº 097/93 e determinar o arquivamento dos autos, em razão da matéria nela tratada estar sendo acompanhada globalmente no Processo nº 2098/93.

PROCESSO No. 7922/93 (apenso o de nº 3784/92) -- Pensão civil concedida a ARLETE DAS DORES SILVA e outro-FZDF. -- DECISÃO No. 5924/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 0585/94 (anexo volume I) -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, para cumprimento de determinação da Corte. -- DECISÃO No. 5925/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OI nº 801/96-SE, relevando o atraso apontado; b) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a contar de 10/06/96, o prazo para cumprimento da diligência constante do item III da Decisão nº 2249/96, transmitido à Fundação Educacional pelo OF GP nº 578/96; c) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0893/94 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE FÁTIMA BATISTA DE CAMPOS-FHDF. -- DECISÃO No. 5926/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 2495/94 -- Pensão civil concedida a NATHÁLIA LETÍCIA TEOTÔNIO DE SOUSA e outro-FEDF. -- DECISÃO No. 5927/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Fundação Educacional do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - junte aos autos documento hábil, devidamente autenticado, se cópia, que comprove o direito da instituidora da pensão à Gratificação de Titularidade; II - elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 15, a fim de: a) discriminar o Vencimento Padrão (10D) e a Gratificação de Titularidade; b) calcular a GAT e TIDEM apenas sobre o Vencimento Padrão, por falta de autorização legal para a incidência sobre a Gratificação de Titularidade, sendo que, no caso da TIDEM, a autorização dada pelo Decreto nº 14.413/92 extrapolou os termos da Lei nº 356/92; III- torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO No. 2993/94 -- Aposentadoria da servidora HELENITA BARROS BRITO-FHDF.-- DECISÃO No. 5928/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1085/95 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ PEREIRA BARBOZA-SEA. -- DECISÃO No. 5929/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - afira, junto ao INSS, a autencidade da Certidão de Tempo de Serviço, fl. 33, em decorrência da decisão prolatada por este Tribunal no Processo nº 3483/93; II - elabore nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição à de fl. 30, a fim de que a licença-prêmio por assiduidade, não gozada, referente ao período de 11.07.87 a 08.07.92, seja contada em dobro para efeito de aposentadoria, em virtude do que dispõe a Lei nº 8.112/90, efetuando-se, ainda, as demais correções que ali se fizerem necessárias; III- torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO No. 1086/95 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ BATISTA DA SILVEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5930/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1804/95 -- NE nº 022/95 e outras, da Região Administrativa X - Guará. -- DECISÃO No. 5931/96.- Havendo a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento

PROCESSO No. 6170/95 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para conclusão da tomada de contas especial instaurada pela IS nº 503/95.-- DECISÃO No. 5932/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OI nº 634/96-AUD/PRES, fl. 06, relevando as falhas apontadas; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da Tomada de Contas Especial instaurada através da Instrução de Serviço nº 503/95; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0173/96 -- Contrato nº 060/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma Serterra - Transporte, Escavações, Terraplenagem e Pavimentação Ltda. -- DECISÃO No. 5933/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do contrato em apreço; b) relevar as

falhas apontadas; c) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins pertinentes.

PROCESSO No. 1617/96 -- Contrato nº 68/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma Serveng Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia. -- DECISÃO No. 5934/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. tomar conhecimento do contrato em apreço e do seu 1º Termo Aditivo, vistos às fls. 03/13; 2. relevar as falhas apontadas pela instrução; 3. recomendar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que, na elaboração de futuros ajustes, corrija as falhas detectadas no Contrato nº 068/95-DER/DF, estabelecendo: a) que o contratado mantenha todas as condições de habilitação e qualificação previstas no artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93; b) prazo de Recebimento Definitivo da obra de acordo com o estipulado no artigo 73, § 3º, da Lei nº 8.666/93; c) prestação de garantia de acordo com o disposto no artigo 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93; d) limite máximo de multa, como estipulado no artigo 107, inciso II, do Decreto nº 10.996/88; e) numeração dos contratos relativamente ao ano em que forem celebrados; 4. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2036/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.031128/95. -- DECISÃO No. 5935/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OE nº 543/96-GAB/SES e anexo, fls. 06/07; b) considerar prorrogado, por mais 60 (sesenta) dias, o prazo para a conclusão da Tomada de Contas Especial referente ao Processo nº 061.031128/95, na forma requerida; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2148/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.006893/95. -- DECISÃO No. 5936/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OE nº 548/96-GAB/SES e anexo, fls. 06/07; b) considerar prorrogado, por mais 60 (sesenta) dias, o prazo para a conclusão da Tomada de Contas Especial referente ao Processo nº 061.006893/95, na forma requerida; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2200/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Serviço de Limpeza Urbana para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 094.000187/96. -- DECISÃO No. 5937/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 613/96-DG/SLU-DF e demais documentos, relevando o atraso apontado; b) considerar prorrogado o prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da Tomada de Contas Especial de que trata o Processo nº 094.000187/96; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2388/96 -- Relatório de Auditoria Programada realizada pela 4a. Inspetoria de Controle Externo na Região Administrativa I - Brasília, objetivando averiguar os concursos públicos realizados nos anos de 1988 - após a promulgação da Constituição Federal -, 1989 e 1996, as admissões efetivadas, as contratações temporárias porventura ocorridas e os instrumentos de controle existentes na área de admissão de pessoal. -- DECISÃO No. 5938/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da auditoria em apreço; b) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2597/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 072.000042/96. -- DECISÃO No. 5939/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OF. nº 344/96-PRESI, fl. 03, relevando o atraso apontado; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da TCE em causa; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 3004/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Banco de Brasília S.A. para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 041.000119/96. -- DECISÃO No. 5940/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício PRESI-96/265, fl. 02, relevando o atraso apontado; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da TCE em causa; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 3096/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S.A. para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 075.000172/95. -- DECISÃO No. 5941/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 325/96-PRESI, relevando o atraso apontado; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da TCE em causa; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 3117/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 072.000185/96. -- DECISÃO No. 5942/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OF. nº 377/96-PRESI, fl. 03, relevando o atraso apontado; b) considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão da TCE em causa; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4446/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para remessa à Corte de processos de aposentadoria. -- DECISÃO No. 5943/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/05; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, a contar de 19/05/96, para encaminhamento ao Tribunal dos processos de aposentadoria relacionados à fl. 06; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4923/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5944/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/02; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento das diligências determinadas nos processos de aposentadoria relacionados à fl. 03; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4971/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5945/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/08; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento das diligências determinadas nos processos de aposentadoria relacionados à fl. 10; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4976/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5946/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/08; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento das diligências determinadas nos processos de aposentadoria relacionados à fl. 10; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4978/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5947/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/08; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento das diligências determinadas nos processos de aposentadoria relacionados à fl. 10; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5126/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5948/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/02; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada no Processo nº 030.008623/91, na origem -, assinalado à fl. 02; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5127/96 -- Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para cumprimento de determinações da Corte. -- DECISÃO No. 5949/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 01/02; b) conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada no Processo 2978/88 - nº 030.012014/88, na origem -, assinalado à fl. 02; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 2671/85 -- Pensão civil concedida a LETÍCIA OLIVEIRA MELO-SEA. -- DECISÃO No. 5950/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie a apensação do processo de aposentadoria do instituidor do benefício, em atendimento à Decisão nº 5793/95, proverida na S.O. nº 3080, de 23.05.95.

PROCESSO No. 2577/90 -- Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora ORBELLA DE SOUZA LOBO-SEA. -- DECISÃO No. 5951/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça as razões que motivaram a retificação do ato de revisão (fls. 59/60) para considerar a servidora no Padrão XXV, da Classe única, do cargo de Especialista de Educação; b) na hipótese de ter ocorrido equívoco, torne sem efeito a Portaria de 25.04.95 e edite novo ato de retificação posicionando a servidora no Padrão XXII em observância aos artigos 2º e 12, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 66/89, corroborados pelo artigo 7º, da Lei nº 108/90; c) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elabore novo Abono Provisório em substituição ao de fls. 62, caso tenha havido engano no posicionamento da servidora; d) torne sem efeito o documento porventura substituído.

PROCESSO No. 2379/91 -- Aposentadoria do servidor JOSé PINTO DE MOURA-SEA. -- DECISÃO No. 5952/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 7193/91 -- Aposentadoria da servidora FRANCISCA WENCESLAU DE CARVALHO-SES. -- DECISÃO No. 5953/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retifique a Portaria de 08.05.91, para considerar a servidora aposentada no cargo de Técnico de Administração Púbica, Classe Especial, Padrão II, bem como para excluir as vantagens do artigo 184, item I da Lei nº 1711/52 e incluir as do inciso II desse mesmo dispositivo legal, com efeitos a contar de 09.05.91, data da aposentadoria da servidora; b) torne sem efeito o ato de fls. 22; c) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fls. 38, a fim de efetuar a correção das parcelas dos proventos e considerar os efeitos a partir de 09.05.91; d) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO No. 7873/91 -- Revisões dos proventos da aposentadoria do servidor MILTON ORSANO DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 5954/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO No. 2410/92 -- Aposentadoria da servidora VERÔNICA REIS DE MEDEIROS-FHDF. -- DECISÃO No. 5955/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o sobrestamento dos autos junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 6448/93 -- Aposentadoria da servidora AUXILIADORA DE OLIVEIRA BARBOSA-FHDF. -- DECISÃO No. 5956/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o o sobrestamento dos autos junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 0630/94 -- Aposentadoria e revisão dos proventos do servidor MANOEL FERNANDES DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5957/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, bem como a tabela de vencimentos vigente em janeiro/93, elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 19, para corrigir a denominação da parcela "Complementação Salarial" para "Vantagem Nominalmente identificável" amparada pelo, art. 2º parágrafo 8º , da Lei nº 87/89; b) anexar aos autos documentos que comprovem a classificação funcional do inativo nos meses de dezembro de 1989 e janeiro de 1990, o valor do padrão remuneratório percebido nos referidos meses, e os índices de correção salarial, mês a mês, de janeiro de 1990 a janeiro de 1993, para fins de vantagem pessoal de que trata o artigo 2º, parágrafo 8º, da Lei DF nº 87/89; c) demonstrar os cálculos que deram origem a parcela denominada "vantagem pessoal nominalmente identificável", amparada, de forma integral, pelo art. 2º parágrafo 8º, da Lei DF 87/89, cujo valor é originário da diferença salarial resultante de transposição ensejada pelo mencionado diploma legal, em 01.01.90, com a aplicação tão-somente dos índices de reajuste salarial concedidos daquela data até a concessão da aposentadoria; d) considerando o disposto no art. 2º e seu parágrafo único da Lei nº 451 de 20/05/93, bem como o art. 2º da Lei nº 740/94, justificar o enquadramento do interessado na classe única, padrão XIX do cargo de Assistente Básico de Saúde e, posteriomente, na 1ª classe, padrão III, do cargo de Assistente Intermediário de Saúde II, decorrentes das Leis nºs 451/93 e 740/94, respectivamente, uma vez que o mesmo contava apenas com 3.284 dias de efetivo serviço na FHDF; e) caso se confirme o erro no enquadramento, retificar o ato de fl. 26 e o abono de fl. 28; f) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 0815/94 -- Aposentadoria do servidor SEBASTIÃO MOREIRA DE ASSIS-FEDF. -- DECISÃO No. 5958/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em nova diligência, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elabore novo Abono Provisório de forma a excluir a parcela "complementação salarial", tendo em vista que os proventos proporcionais calculados à base de 21/35 avos são superiores a 1/3 da remuneração da atividade e ao salário mínimo vigente à época da aposentadoria; b) calcule a Gratificação de Atividade (100%) sobre o vencimento proporcional; c) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO No. 5052/94 -- Aposentadoria do servidor LOURIVAL FERNANDES DE MELO-FHDF. -- DECISÃO No. 5959/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) retificar o ato de fl 16-verso a fim de excluir do seu fundamento legal as vantagens do art. 62 e parágrafo 2º da Lei nº 8112/90 e incluir as vantagens da Lei nº 6732/79 e suas alterações, uma vez que o referido artigo ainda não estava regulamentado; b) elaborar nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição a de fl. 17, objetivando a alteração do percentual do Adicional por Tempo de Serviço para 24%, considerando que à época da inativação já estava em vigência a Lei nº 8112/90, que transformou o "quinquênio" em "anuênio". c) autenticar os documentos de fls. 09 e 19; d) anexar cópia autenticada dos atos de designação e dispensa do cargo em comissão EC-12 (08.09.72 a 27.11.72), bem como da Resolução nº 07/83-CD-FHDF; e) certificar se os períodos em que o interessado ficou designado como substituto eventual foram efetivamente exercidos nos respectivos cargos em comissão (01.09.76 a 14.09.76 e 11.06.87 a 14.08.91); f) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 5067/94 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ FRANCOSO DA SILVA-FHDF. -- DECISÃO No. 5960/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) averbar o Tempo de Serviço prestado ao Ministério da Guerra (fl. 11) também para adicional por tempo de serviço, atentando para os reflexos na certidão de tempo de serviço, vista à fl. 13; b) fazer a correlação do cargo exercido pela inativa na área federal, que serviu para a incorporação dos "quintos", com o cargo em comissão do GDF equivalente. Tal correlação deverá considerar a compatibilidade de atribuições, níveis de responsabilidade, complexidade e remuneração, como também a incidência da GADF no cargo federal (Decisão 13.170/95-TCDF); c) anexar aos autos cópia autenticada da Decisão Judicial que permitiu a incorporação da parcela "adicional de periculosidade", devendo constar o nome do inativo como parte da respectiva ação bem como a demonstração do cálculo da referida parcela.

PROCESSO No. 5126/94 -- Pensão civil concedida a LUCAS LADEIRA LEITÃO-FEDF. -- DECISÃO No. 5961/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Fundação Educacional do Distrito Federal que, posteriormente, promova a correção do Título de Pensão de fl. 16 a fim de constar corretamente grafado o nome do beneficiário, Lucas Ladeira Leitão e da instituidora do benefício, Darci Ladeira da Silva, alterando também o item I, para item II, do art. 217, da Lei nº 8.112/90. Tal determinação deverá ser objeto de verificação por parte da 4ª ICE em futura auditoria a ser realizada naquela jurisdicionada.

PROCESSO No. 5229/94 -- Aposentadoria da servidora UMBELINA MARIA DE JESUS-FHDF. -- DECISÃO No. 5962/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) elaborar nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição a de fl. 31, objetivando a inclusão, para fins de anuênio, do tempo de serviço averbado referente à Universidade Federal de Goiás (01.09.69 a 29.10.77 fl. 12); b) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 34, para alteração do cálculo do anuênio, em consequência da alínea anterior; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 5248/94 -- Aposentadoria do servidor JOÃO MESQUITA-FHDF. -- DECISÃO No. 5963/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) anexar aos autos o Mapa dos "Quintos", demonstrando todos os cargos/funções em comissão exercidos pelo inativo até a data de sua aposentadoria; b) juntar ao processo a legislação referente à transformação da Função em Comissão, símbolo FC-10, noticiada nos documentos de fls. 07 e 08; c) apor a assinatura do responsável no documento de fl. 23.

PROCESSO No. 5995/94 -- Aposentadoria da servidora MEIRE ROSA MORAIS LIMA-FHDF. -- DECISÃO No. 5964/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) certificar o período em que a servidora permaneceu em exercício na jornada de 40 horas semanais; b) juntar ao processo cópia autenticada dos atos de designação e dispensa relativos ao cargo em comissão DF-08 exercido em substituição pela inativa, no período de 01.08.91 a 30.10.91, como noticiado no mapa dos quintos à fl. 27.

PROCESSO No. 6503/94 -- Pensão civil concedida a FRANCISCA LIMA DOS SANTOS SOUZA-FEDF. -- DECISÃO No. 5965/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando que a Fundação Educacional do Distrito Federal, posteriormente, promova a autenticação do documento de fl. 13.

PROCESSO No. 7142/94 -- Pensão civil concedida a IDALICE MARIA DA SILVA PESSOA-SEA e outro. -- DECISÃO No. 5966/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie a apensação do Processo nº 030.004759/94, que trata da revisão de proventos do instituidor do benefício, de acordo com a informação de fls. 13.

PROCESSO No. 0106/95 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ ALVES DE LIMA FILHO-FHDF. -- DECISÃO No. 5967/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, adote no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências a seguir indicadas, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94: a) esclarecer a divergência de informação verificada nas fls. 15, 17, 19 e 20, no tocante ao padrão em que está posicionado o interessado; b) juntar aos autos cópia autenticada do ato de reversão da aposentadoria pelo INSS, bem como o laudo médico que permitiu o retorno do interessado à atividade (fl. 22-verso, in fine).

PROCESSO No. 0907/95 -- Pensão civil concedida a PABLO GUIMARÃES BENTO-FEDF. -- DECISÃO No. 5968/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove se o ingresso do servidor no serviço público decorreu de aprovação e classificação em concurso público.

PROCESSO No. 1877/95 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO ALENCAR ARARIPE NETO-FHDF. -- DECISÃO No. 5969/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, anexe aos autos cópia autenticada das Decisões Judicial TST - 241/87 e PCCS - INAMPS Processo nº 1557/88, onde conste o nome do inativo como parte interessada, demonstrando, também, o cálculo das referidas parcelas, constantes do Abono Provisório de fl. 37, após o que, fiquem os autos sobrestados junto à 4ª ICE, até o deslinde final das matérias tratadas nos Processos nºs 6242/94 e 5035/94.

PROCESSO No. 2615/95 -- Pensão civil concedida a MARIA APARECIDA DA SILVA-FEDF e outro. -- DECISÃO No. 5970/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove se o ingresso do servidor no serviço público decorreu de aprovação e classificação em concurso público.

PROCESSO No. 2766/95 -- Aposentadoria do servidor ARLINDO FERNANDES CIRQUEIRA-FZDF. -- DECISÃO No. 5971/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no prazo de 60

(sessenta) dias: a) junte aos autos cópia autenticada do inteiro teor da decisão judicial referente ao ganho da parcela intitulada "Plano Bresser", onde conste o servidor como parte na ação correspondente, devendo ser apresentada a forma de cálculo para a obtenção dessa parcela; b) tendo em vista a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, faça constar, no Abono Provisório de fls. 12, o amparo legal das parcelas ali indicadas.

PROCESSO No. 2891/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA DE DEUS GOMES SANTANA DIAS-FHDF. -- DECISÃO No. 5972/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) determinar a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, junte aos autos a Certidão de Tempo de Serviço referente ao período de 17.11.72 a 12.02.75 (819 dias), em que a servidora prestou trabalho no Hospital das Forças Armadas (fl. 06), devendo a mencionada certidão ser emitida pelo próprio hospital, a fim de que o cômputo deste período seja reconhecido para adicional por tempo de serviço; II) sobrestar os autos junto à 4ª ICE, até o deslinde final da matéria tratada no Processo nº 6242/94.

PROCESSO No. 3170/95 -- Pensão civil concedida a RAIMUNDO NONATO GONÇALVES PEREIRA-FEDF e outra. -- DECISÃO No. 5973/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, certifique sobre o Padrão correto a que fazia jus a instituidora do benefício (se Padrão 10V ou 12V), observando-se que, caso se confirme o posicionamento da servidora no Padrão 12V, o ato concessório deverá ser retificado e novo título de pensão elaborado.

PROCESSO No. 4362/95 -- Aposentadoria da servidora MARIA ANTONIA DE SOUZA SILVA-TCDF. -- DECISÃO No. 5974/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 0431/82 -- Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JOSé AURELIANO E SILVA-SSP. -- DECISÃO No. 5975/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento do ato de fl. 73, por guardar conformidade com decisão judicial.

PROCESSO No. 1418/86 -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens e gêneros alimentícios, ocorrido na Escola Classe 51 de Ceilândia. -- DECISÃO No. 5976/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 85/91, decidiu: a) considerar o servidor ANTÔNIO GONÇALVES DE CARVALHO quite, neste caso, com a FEDF, ante o ressarcimento havido, autorizando a baixa na sua responsabilidade; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 1301/88 (apensos os de nºs 557/88, 1661/92, 1069/93 e 1070/93 e anexo volume I) -- Contrato nº 004/88 e outro, celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e diversos. -- DECISÃO No. 5977/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 194/225, decidiu: I - em caráter excepcional, relevar a falha no tocante à prorrogação do ajuste em apreço; II - considerar: a) insatisfatórias as justificativas prestadas pelo Jurisdicionado, quanto à modalidade da licitação realizada; b) inaceitável o reajustamento de preços, compreendendo o período de agosto a outubro de 1995, conforme termo aditivo ao ajuste, assinado em 31.7.95, por falta de previsão contratual e contrariar a norma contida no art. 3º, I, do Decreto nº 15.635/94; III - determinar ao DER/DF que, no prazo de 30 dias: a) indique o(s) responsável(is) pela irregularidade na realização da licitação para fornecimento dos materiais objeto do Contrato nº 032/94, que deveria ter sido na modalidade de Concorrência, ao invés de Tomada de Preços, tendo em vista o disposto no art. 182, II, do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), podendo, desde logo, se desejar(em), apresentar razões de defesa quanto à referida falha; b) elabore memória de cálculo dos valores referentes ao Contrato nº 032/94, demonstrando os montantes pagos na forma inicialmente acordada (R$ 4,02) e com o reajuste decorrente do 1º Termo Aditivo (R$ 4,50), desenvolvendo imediata gestão junto à firma SABOR CASEIRO REFEIÇÕES LTDA., no sentido de obter a devolução aos cofres daquela Autarquia dos valores correspondentes à diferença encontrada, ao tempo em que deverá ser encaminhado à Corte comprovante do ressarcimento em questão; IV - solicitar à SEA que, no prazo de 30 dias, informe se o CPP expediu as normas referentes a Benefícios, a que alude o item C.29 da Resolução nº 09, de 15.3.84, devendo, em caso positivo, enviar cópia desse documento à Corte.

PROCESSO No. 3324/89 -- Aposentadoria da servidora LAURITA FLORENTINA CAMPOS MARTINS DE OLIVEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5978/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, devolveu os autos à Inspetoria competente, para concluir a instrução.

PROCESSO No. 3510/89 -- Revisões dos proventos da aposentadoria do servidor ANTONIO MACÁRIO DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 5979/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, as revisões versadas no processo, devendo a SEA providenciar a retificação dos demonstrativos dos proventos decorrentes (fs. 37 e 38), para alterar o percentual do adicional por tempo de serviço, de 30 para 35%, em face do que dispõe o art. 67 da Lei nº 8.112/90, vigente no Distrito Federal, desde 1º.1.92.

PROCESSO No. 0572/90 -- Aposentadoria do servidor JOÃO SANTANA-SEA. -- DECISÃO No. 5980/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu devolver os autos à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para concluir a instrução.

PROCESSO No. 0850/90 (apenso o de nº 121.024180/89, acompanhado de 05 volumes). -- Tomada de contas especial instaurada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pela irregularidade na execução de contrato firmado com a UNIMED - BRASÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO. -- DECISÃO No. 5981/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da defesa apresentada pelo servidor CARLOS ALBERTO SOARES DA SILVA (fs. 360/407), para, no mérito, negar-lhe provimento; b) dos documentos de fs. 408/412; II - nos termos dos arts. 17, III, **d**, e 20 da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, **d**, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas do referido servidor, considerando-o em débito com a CODEPLAN, no valor apurado na tomada de contas especial em apreço; III - nos termos e forma regimentais, autorizar, observado o prazo recursal, a notificação do devedor, para recolher aos cofres da referida entidade, o valor atualizado de sua dívida; IV - determinar à CODEPLAN que, no prazo de 30 dias: a) informe, com base na folha de pagamento dos órgãos e entidades que elabora, o atual local de trabalho da servidora ALBERTINA SOLINO EVELIN; b) comprove o atendimento das medidas constantes das alíneas **c** e **g** da Decisão nº 2417/95 (Ofício GP nº 346/95); c) providencie o desconto, nos vencimentos da servidora MEIRE MOHN, em parcelas mensais, na forma prevista no art. 46 da Lei nº 8.112/90 (por aplicação analógica), do valor equivalente a 440,89 UPDF's, a ser acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir de março de 1996. Declarou-se impedido de participar do julgamento do processo o Conselheiro JORGE CAETANO.

PROCESSO No. 1873/90 -- Aposentadoria do servidor ADELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 5982/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em apreço; b) relevando as falhas apontadas, tomar conhecimento da melhoria posterior dos proventos, deferida conforme documentos de fs. 74, 75 e 88; c) determinar à SEA que adote as providências indicadas à f. 94, alíneas **b** e **c**; d) autorizar a inclusão desta matéria em roteiro de auditoria programada, para verificação do cumprimento da determinação de que trata a alínea anterior.

PROCESSO No. 2343/90 -- Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora MARIA DE LOURDES LUCHI DE ARAÚJO-SEA. -- DECISÃO No. 5983/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) reveja o ato de fs. 35/37, no tocante à inativa MARIA DE LOURDES LUCHI DE ARAÚJO, visando adequá-lo ao que dispõem os arts. 2º, parágrafo único, 5º, e seu parágrafo 2º, e 6º, da Lei nº 427, de 7.4.93, observadas as datas de vigência estabelecidas nesses dispositivos; b) junte os demonstrativos dos proventos decorrentes da medida de que trata a alínea anterior, devendo, ainda, alterar o percentual do adicional por tempo de serviço (anuênios), de 29 para 31%, por força do disposto no art. 102, VIII, **b**, da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO No. 3284/90 -- Aposentadoria da servidora WALDA ORLANDA WEY PHILIPPI-SEA. -- DECISÃO No. 5984/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fs. 242/247; b) considerar cumprida a diligência ordenada à f. 240; c) determinar à SEA que providencie a retificação do demonstrativo dos proventos de f. 49, no tocante ao adicional por tempo de serviço, adequando-o ao percentual indicado à f. 246 (20%).

PROCESSO No. 3298/90 -- Aposentadoria do servidor WILSON OTAVIANO DE LIMA-SEA. -- DECISÃO No. 5985/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4667/90 -- Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora CAETANA AMARAL BRAGA-SEA. -- DECISÃO No. 5986/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - providencie a retificação do ato de fs. 29/31, no tocante à revisão de interesse da nominada inativa, para alterar sua vigência a contar de 1º.3.93, conforme dispõe a Lei nº 427/93 (arts. 5º e 6º) e à vista do que consta do documento de f. 27; II - elabore: a) coforme determinação de f. 22, novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição aos de fs. 5 e 25, para nele consignar, corretamente, todas as licenças médicas indicadas às fs. 4 e 12; b) novo demonstrativo dos proventos, decorrentes do ato revisório de fs. 29/31, em substituição ao de f. 32, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: 1) considerar o valor das parcelas com base na 1ª Classe, Padrão I, do cargo de Técnico de Administração Pública, nos termos do art. 192, I, da Lei nº 8.112/90, motivo da revisão de que se trata; 2) corrigir a data de início da vigência dos proventos revistos para 1º.3.93, conforme arts. 5º e 6º da Lei nº 427/93, e o percentual da Gratificação de Atividade, de 140 para 80%, tendo em vista o que estabelece a Lei nº 355/92 e a data acima referida; 3) considerando, nos termos do art. 102, VIII, **b**, da Lei nº 8.112/90, como de efetivo exercício os períodos de licenças médicas para tratamento da própria saúde, concedidas na vigência da Lei nº 1.711/52, alterar o percentual do adicional por tempo de serviço (anuênios), de 25 para 27%.

PROCESSO No. 1694/91 -- Aposentadoria da servidora MARIA ELVIRA ARAÚJO REZENDE-SSP. -- DECISÃO No. 5987/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, para que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - informe a classificação funcional da servidora, indicando as alterações havidas, os respectivos fundamentos legais, datas dos atos e de suas publicações, e outros dados de importância; II - junte cópia autenticada: a) da certidão do tempo de serviço averbado (3.026 dias), expedida por quem de direito; b) do contracheque da servidora, referente a fevereiro de 1991, ou da ficha financeira desse mês; III - declare se as licenças especiais mencionadas à f. 9 foram, ou não, gozadas pela servidora; IV - elabore, tendo-se em conta o resultado da medida de que trata o item anterior: a) novo demonstrativo do tempo de serviço, em substituição aos de fs. 8 e 9, considerando a apuração até o dia imediatamente anterior ao da publicação do ato da

aposentadoria; b) novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 10, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, retificando o adicional por tempo de serviço, de 15 para 17%; V - informe, valendo-se de modelo de f. 5-v, as licenças e outros afastamentos autorizados, os respectivos fundamentos legais e os períodos concedidos.

PROCESSO No. 2417/91 -- Aposentadoria da servidora REGINA MARCINKO-FEDF. -- DECISÃO No. 5988/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2816/91 -- Aposentadoria do servidor DORIVAL BARBOSA DE OLIVEIRA-SLU. -- DECISÃO No. 5989/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2858/91 -- Aposentadoria do servidor MÁRCIO BAUM DE DOMENICO-SSP. -- DECISÃO No. 5990/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 3885/91 -- Aposentadoria do servidor CARLOS CHAGAS-SSP. -- DECISÃO No. 5991/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4116/91 -- Aposentadoria do servidor EVERALDO BARROS DE BRITO-SSP. -- DECISÃO No. 5992/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4122/91 -- Aposentadoria do servidor GERISVANDER VIEIRA CAMPOS-SSP. -- DECISÃO No. 5993/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0387/92 -- Aposentadoria da servidora EUNICE DE FREITAS LIMA-FEDF. -- DECISÃO No. 5994/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1832/92 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO LOPES FONSECA-SLU. -- DECISÃO No. 5995/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1990/92 -- Aposentadoria do servidor JOSÉ TEIXERIA MARQUES-SLU. -- DECISÃO No. 5996/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2047/92 -- Aposentadoria da servidora MARIA BARBOZA DE PAULA SCANDIUZZI-FEDF. -- DECISÃO No. 5997/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, devendo a FEDF providenciar a retificação do demonstrativo dos proventos (f. 16), para alterar o percentual do ATS para 23% e, em conseqüência, o valor da vantagem de que trata o art. 184, II, da Lei nº 1.711/52.

PROCESSO No. 2752/92 -- Aposentadoria do servidor ADOLPHO FELIX DE MORAES-SLU. -- DECISÃO No. 5998/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4556/92 -- Atas da Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília (1442ª a 1446ª Reuniões), referentes ao período de julho a agosto/92. Aos autos juntou-se pedido de prorrogação de prazo, por 30 dias, para atendimento da diligência constante da decisão de f. 43, no sentido de a TERRACAP justificar a inobservância da recomendação contida no Ofício GP nº 1954/90. -- DECISÃO No. 5999/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 45 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o cumprimento da diligência expressa na Decisão nº 3677/96.

PROCESSO No. 5097/92 (apenso o de nº 4015/92) -- Tomada de contas anual dos Agentes de Material da Região Administrativa I - Brasília, referente ao exercício de 1991. -- DECISÃO No. 6000/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou regulares as contas em apreço, autorizando a expedição da competente provisão de quitação aos servidores nominados à f. 77.

PROCESSO No. 0738/93 (apenso o de nº 094.001301/92 e anexo volume I) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6001/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das defesas apresentadas pelos senhores: a) RENATO LIMA DE ARAÚJO, MARIA DO AMPARO LIMA e HOSA DOS SANTOS BRAZ (fs. 315/322 e 329/336), para, no mérito, dar-lhes provimento; b) JORGE ROBERTO FERREIRA, LUIZ AUGUSTO PERES FRANÇA e ANTÔNIO JÁCOME DE MEDEIROS (fs. 269/272, 38/261 e 323/328), para, no mérito, negar-lhes provimento; II - em conseqüência, nos termos dos arts. 17, III, b e c, e 20 da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, b e c, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas em apreço, considerando os Srs. ANTÔNIO JÁCOME DE MEDEIROS, LUIZ AUGUSTO PERES FRANÇA e JORGE ROBERTO FERREIRA solidariamente em débito com o Tesouro do DF, conforme apurado na tomada de contas especial em apreço; III - na forma e termos regimentais, autorizar a notificação dos devedores, uma vez vencida a fase recursal, para recolher aos cofres do Distrito Federal o valor atualizado da dívida.

PROCESSO No. 3620/93 (apenso o de nº 050.000944/92) -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6002/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar a devolução dos autos à SSP, para que aquele órgão, no prazo de 40 dias, providencie o desconto, nos proventos do servidor HILDEBRANDO GONÇALVES DE MATOS, em parcelas mensais, no limite legal, do valor atualizado do débito apurado na TCE em apreço, disso dando-lhe conhecimento, devendo, dentro do prazo acima, informar à Corte as medidas adotadas.

PROCESSO No. 5015/93 (apenso o de nº 055.001473/93) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6003/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da tomada de contas especial em apreço, em caráter excepcional, determinou, em atenção ao princípio da economicidade, o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem, para que o DETRAN/DF avalie o custo-benefício da cobrança do débito apurado na referida TCE, devendo adotar as medidas decorrentes do resultado correspondente.

PROCESSO No. 5514/93 (apenso o de nº 054.000409/93) -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6004/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento de resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA quite, neste caso, com o Tesouro do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 5733/93 (apenso o de nº 141.000839/93) -- Tomada de contas anual do Agente de Material da Região Administrativa I - Brasília, referente ao exercício de 1992. -- DECISÃO No. 6005/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu julgar regulares as contas em apreço, autorizando a expedição da competente provisão de quitação ao servidor PAULO ROBERTO FARIAS VIEIRA.

PROCESSO No. 6709/93 -- Comunicação do Serviço de Limpeza Urbana sobre instauração de tomada de contas especial em decorrência da danificação de veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 6006/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o servidor FRANCISCO LIRA FREIRE quite, neste caso, com o SLU, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 6714/93 (apenso o de nº 062.000360/93) -- Comunicação do Instituto de Saúde do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de 02 (dois) tíquetes combustíveis, sendo cada um de 20 (vinte) litros de álcool. -- DECISÃO No. 6007/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar os servidores DEUSEDIMO COELHO MESQUITA, FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA DUTRA e MÁRCIO VAZ MELLO quites, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar ao ISDF a fiel observância do disposto no art. 152, parágrafo único, do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF); d) determinar, finalmente, o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 6718/93 (apenso o de nº 054.000571/93) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6008/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) considerar o Soldado JOSÉ CARLOS LISBOA quite, neste caso, com a Fazenda do DF, autorizando a baixa na sua responsabilidade (f. 30 do apenso), ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 7337/93 (apenso o de nº 012.000194/93) -- Tomada de contas anual do agente de material do extinto Departamento de Turismo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1992. -- DECISÃO No. 6009/96.- Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, julgou regulares as contas em apreço, autorizando a expedição da competente provisão de quitação ao servidor JOÃO VERAS JORGE.

PROCESSO No. 0387/94 (apensos os de nºs 134.001605/93, 134.001624/93 e 040.006991/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa V - Sobradinho para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. -- DECISÃO No. 6010/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 29/36, decidiu: a) considerar a firma FIANÇA-EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA. quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido, autorizando a baixa na sua responsabilidade; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução dos apensos à origem.

PROCESSO No. 0823/94 -- Comunicação do Serviço de Limpeza Urbana sobre instauração de tomada de contas especial decorrente de danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6011/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado de inspeção, decidiu determinar o arquivamento do processo, tendo em vista o resultado das apurações que concluiu pela ausência de culpa do servidor envolvido.

PROCESSO No. 0957/94 -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente

de tráfego. -- DECISÃO No. 6012/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento de resultado das apurações, relevando a falha apontada, determinou o arquivamento do processo, em atenção ao princípio da economicidade.

PROCESSO No. 0983/94 -- Comunicação do Serviço de Limpeza Urbana sobre instauração de tomada de contas especial decorrente da total danificação de 01 (uma) máquina de datilografia manual, marca Olivetti. -- DECISÃO No. 6013/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado de inspeção, decidiu: a) considerar o servidor JOSÉ JOAQUIM DA SILVA quite, neste caso, com o SLU, ante a reparação havida; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 1106/94 -- Aposentadoria do servidor SIDNEY DE CASTRO VERAS-SEA. -- DECISÃO No. 6014/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie, considerando-se o que consta à f. 52, o efetivo cumprimento da Decisão nº 0000/00, no tocante à alínea c da f. 40, ou, na impossibilidade de se comprovar o direito à incorporação da vantagem de que trata a citada alínea, elabore novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 48, para excluir a parcela "Grat. de Dec. Exc. 55%", observado o disposto no item II da DN nº 02/93-TCDF.

PROCESSO No. 1371/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6015/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o servidor POLICARPO AURÉLIO PAULO DA SILVA quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante a reparação havida; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO NO. 1374/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6016/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) considerar o Sr. CLÁUDIO RODRIGUES DOS SANTOS quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante a reparação havida; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 1835/94 (apenso o de nº 054.000398/94) -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6017/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado AUCIVAN DE SOUZA ROMUALDO quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem; d) recomendar à PMDF que alerte os Comandantes das Unidades Policiais-Militares para as prescrições constantes do art. 152 e seu parágrafo único do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF).

PROCESSO No. 2262/94 (apenso o de nº 054.000492/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6018/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu preliminarmente, solicitar à PMDF que, no prazo de 30 dias, remeta à Corte, via SEFP, o Processo nº 054.000466/93-PMDF.

PROCESSO No. 2507/94 (apenso o de nº 054.000588/94) -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instraução de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos danos causados a veículo envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6019/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar as falhas apontadas; b) considerar o Soldado JOÃO BATISTA BASÍLIO DO CARMO quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 2569/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6020/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) considerar o Sr. ARI PEREIRA LEITE quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante a reparação havida; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 2571/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6021/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público (segunda sugestão), ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar a servidora DEISES JARDIM PINHEIRO quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 2645/94 (apenso o de nº 030.004733/94) -- Comunicação da Secretaria de Governo do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua propriedade. -- DECISÃO No. 6022/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) considerar a firma FERMATEC - Comércio e Representações Ltda. quite, neste caso, com a Fazenda do Distrito Federal, ante o ressarcimento havido; b) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 2748/94 -- Aposentadoria da servidora RUTH CLEMENTE BATALHA-SEA. -- DECISÃO No. 6023/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar ilegal a concessão de que trata o processo em exame, devendo a Secretaria de Administração adotar as providências daí decorrentes, observado o que consta do item 7 da referida proposta; II - determinar àquela Secretaria que providencie, no prazo de 30 (trinta) dias: a) junto à servidora, manifestação sobre o seu interesse em nova aposentadoria, esta com proventos proporcionais, tendo por fundamento os arts. 186, inciso III, alínea c, da Lei nº 8.112/90 e 41, inciso III, alínea c, da Lei Orgânica do Distrito Federal, computando-se o tempo de inatividade (de 3.3.94 até o dia imediatamente anterior ao da publicação do ato referente à nova concessão), não servindo este período para o deferimento de qualquer outro benefício (art. 103, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112/90, citada); b) se houver a opção pela aposentadoria, na conformidade indicada na alínea anterior, a expedição do ato correspondente, com a conseqüente realização dos demais procedimentos, incluído novo demonstrativo do tempo de serviço, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; c) não havendo a opção, o retorno da servidora ao serviço ativo.

PROCESSO No. 2759/94 (apenso o de nº 054.000673/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6024/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar o atraso apontado; b) determinar o arquivamento do processo, por ter ficado suficientemente evidenciada a isenção de culpa do militar envolvido; c) autorizar a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 3993/94 (apenso o de nº 054.000897/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 6025/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento da referida TCE, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) solicitar à PrG/DF que, no prazo de 30 dias, informe à Corte o estágio atual das medidas adotadas com relação ao débito do Soldado JAIME ROCHA RIBEIRO, apurado no Processo nº 054.0012242/94-PMDF.

PROCESSO No. 3997/94 (apenso o de nº 054.000893/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 6026/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado UMBERTO BEZERRA TAVARES quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 4328/94 -- Relação de tomadas de contas especiais instauradas pelo Serviço de Limpeza Urbana no 1º trimestre de 1994, elaborada com base no parágrafo 4º do art. 156 do RI. -- DECISÃO No. 6027/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado de inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 5339/94 -- Aposentadoria do servidor MOISES SILVESTRE RIBEIRO-FCDF. -- DECISÃO No. 6028/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: 1 - determinar diligência para que a Fundação Cultural do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - junte, com vistas à revisão dos anuênios devidos, cópia autenticada de certidão específica, expedida pela Fundação Universidade de Brasília (F.U.B.), do tempo de serviço correspondente aos períodos de 7.1 a 5.3.63 e 9.2.65 a 12.12.67, prestado àquela entidade, conforme registrado às fs. 11 e 12, especificando-se as faltas, licenças médicas e outros afastamentos porventura ocorridos; II - junte documentos que comprovem a prestação habitual de horas extras durante dois anos, no mínimo, antes da Lei nº 119/90 e informe se o disposto no art. 5º dessa Lei foi devidamente observado quando da passagem do servidor para o regime da Lei nº 1.711/52; III - elabore: a) novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de f. 20, para: 1 - excluir o **tempo averbado para adicional**, correspondente a 573 dias, prestado à NOVACAP, visto que esse tempo, por ser referente a períodos posteriores a 31.3.63, não é alcançado pelo disposto no parágrafo 1º do art. 40 da Lei nº 4.242/63, aplicável, apenas, aos empregados admitidos naquela empresa até a referida data; 2 - considerar o tempo de serviço referido no item I, supra, prestado a F.U.B., também para adicional (anuênios), caso comprovado por certidão específica expedida pela referida Fundação; b) novo demonstrativo de proventos, em substituição ao de f. 26, observando-se o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para: b.1) retificar o percentual e o valor do adicional por tempo de serviço, em decorrência das medidas de que trata a alínea anterior; b.2) incluir a vantagem de que trata o art. 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90; 3) se for o caso, excluir a parcela "Vantagem Pessoal H. Extras Incorporadas", ou corrigir o seu valor, adequando-o ao disposto no art. 5º da Lei nº 119/90; 2 - determinar à Inspetoria competente que proceda às devidas anotações, para oportuna verificação, em auditoria programada, da regularidade dos procedimentos relativos ao pagamento, aos servidores em atividade, da vantagem pessoal denominada "Horas Extras Incorporadas".

PROCESSO No. 5656/94 (apenso o de nº 054.001145/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6029/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado PAULO CÉSAR TAVARES quite, neste caso, com o Tesouro do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 5731/94 -- Aposentadoria do servidor ANTONIO NARCIZO DA SILVA-FEDF. -- DECISÃO No. 6030/96.- O Tribunal, de acordo com a

proposta do Relator, determinou diligência preliminar, para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) refaça o demonstrativo de proventos, em substituição ao de f. 16, para a observância do item II da DN nº 2/93-TCDF (alínea **b** de f. 22); b) desentranhe o documento de f. 26, por dizer respeito a outro servidor; c) dê cumprimento à determinação expressa na Decisão nº 327/96 (f. 51); d) promova estudos no sentido de aperfeiçoar o controle das rotinas processuais a cargo da Divisão de Pessoal/FEDF, no tocante à concessão de aposentadorias, devendo informar à Corte as medidas adotadas.

PROCESSO No. 5889/94 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo. -- DECISÃO No. 6031/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, determinou o arquivamento do processo, ante a ausência de dano patrimonial.

PROCESSO No. 7237/94 (apenso o de nº 054.001552/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6032/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Sr. MANOEL CAITANO DE FARIA quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 0190/95 -- Comunicação da Secretaria de Administração do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo. -- DECISÃO No. 6033/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, determinou o arquivamento do processo, ante a ausência de dano patrimonial.

PROCESSO No. 0385/95 -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. -- DECISÃO No. 6034/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu não conhecer do pedido de f. 49, por ser intempestivo, ficando o interessado esclarecido que o seu requerimento anterior (f. 38) implicou confissão do débito que lhe é atribuído na TCE em apreço, nos termos do art. 180 do Regimento Interno.

PROCESSO No. 0485/95 (apenso o de nº 054.000047/95) -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6035/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado GUILHERME AUGUSTO GUIMARÃES MENDES quite, neste caso, com o Tesouro do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 0710/95 (apenso o de nº 054.000116/95) -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6036/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações em apreço, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Sargento ELIAS CERINO DE LIMA quite, neste caso, com o Tesouro do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 1210/95 (apenso o de nº 054.000274/95) -- Comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6037/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado ELTON DE OLIVEIRA LUCIANO quite, neste caso, com o Tesouro do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 1534/95 (apenso o de nº 054.000402/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6038/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu: I - relevar o atraso apontado; II - ordenar, nos termos dos arts. 13, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 172 do Regimento Interno, a citação do servidor nominado à f. 17, para, no prazo de 30 dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhe é atribuída nos autos ou, se preferir, recolher desde logo o valor atualizado do débito apurado; III - determinar à PMDF que, no prazo de 30 dias: a) adote as necessárias providências com vistas à cobrança do débito do Sr. IRON ALBINO PEREIRA, apurado no Processo nº 054.000402/95-PMDF (enviar cópia dos documentos necessários), devendo informar à Corte, dentro desse prazo, as medidas adotadas; b) esclareça se o veículo objeto da TCE em apreço fora recuperado nos moldes exigidos pela Corporação.

PROCESSO No. 1566/95 (apenso o de nº 0761/90) -- Pensão civil concedida a MARIA ANUNCIAÇÃO DE OLIVEIRA-SEA. -- DECISÃO No. 6039/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência preliminar, para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) refaça o documento de f. 11, para alterar o percentual do ATS para 28%; b) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de f. 19, a fim de corrigir os valores das parcelas com base na tabela salarial de novembro/94, atentando para o contido na alínea anterior.

PROCESSO No. 1916/95 (apenso o de nº 054.000479/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6040/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado WANDERLENE NEIVA FARIA quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 2345/95 (apenso o de nº 081.001107/93) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades na prestação de contas do auxílio financeiro concedido à Associação dos Amigos da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. -- DECISÃO No. 6041/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu: a) determinar a devolução do apenso à FCDF, para que essa entidade, no prazo de 30 dias, promova a cobrança administrativa ou judicial do valor do prejuízo apurado, equivalente a 6,4527 UPDF's, conforme memória de cálculo de f. 8 (enviar cópia), devendo providenciar a atualização dos registros pertinentes; b) solicitar à FCDF que, dentro do prazo acima, apresente circunstanciadas justificativas sobre os atrasos verificados na instauração da TCE (419 dias), na comunicação do fato danoso (390 dias) e na remessa dos autos à Corte (70 dias), devendo indicar o nome do responsável por essa falha, tendo em vista o disposto no art. 182, III, do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF); c) autorizar a inclusão deste processo em roteiro de oportuna auditoria a ser realizada na FCDF, para verificar a efetiva recomposição do patrimônio público.

PROCESSO No. 2567/95 (apenso o de nº 145.000267/95) -- Tomada de contas anual do agente de material da Região Administrativa III - Recanto das Emas, referente ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 6042/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar regulares as contas em exame, autorizando a expedição da competente provisão de quitação aos servidores nominados à f. 9; II - recomendar à RA-XV que: a) observe fielmente o disposto no art. 142 e seu parágrafo único do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF); b) adote as necessárias medidas no sentido de que as instalações físicas do almoxarifado tenham condição de armazenar com segurança e eficiência o material ali estocado.

PROCESSO No. 2796/95 (apenso o de nº 031.001012/94) -- Tomada de contas anual do agente de material da Região Administrativa II - Gama, referente ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 6043/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) julgar regulares as contas em apreço, autorizando a expedição da competente provisão de quitação à servidora MARIA DO CARMO MAIA; b) recomendar à RA-II que observe fielmente o disposto no art. 142 e seu parágrafo único do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF).

PROCESSO No. 3932/95 (apenso o de nº 132.000671/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Região Administrativa III - Taguatinga, para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. -- DECISÃO No. 6044/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o servidor ANTÔNIO RODRIGUES SOUSA quite, neste caso, com o Tesouro do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 4739/95 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6045/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu ordenar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4740/95 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6046/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu ordenar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4741/95 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6047/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu ordenar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4744/95 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6048/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu ordenar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4746/95 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. -- DECISÃO No. 6049/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu ordenar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4898/95 (apenso o de nº 101.000271/94) -- Prestação de contas referente à aplicação de recursos de Subvenções Sociais, repassados pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal ao CENTRO SOCIAL FORMAR, no exercício de 1994, conforme Convênio nº 02/93. -- DECISÃO No. 6050/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, considerou regulares as contas em apreço, determinando o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 6228/95 (apenso o de nº 054.001446/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo envolvido em acidente de tráfego. -- DECISÃO No. 6051/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, decidiu: a) relevar a falha apontada; b) considerar o Soldado ALBANO DIAS AMORIM quite, neste caso, com a Fazenda do DF, ante o ressarcimento havido; c) determinar o arquivamento do processo e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 6423/95 -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, formulado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 082.024670/95. -- DECISÃO No. 6052/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de fs. 22 e 23 e considerou, ante as justificativas apresentadas, prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa.

PROCESSO No. 1008/96 -- Comunicação da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de tíquetes de vale-combustível (fs. 1/3). Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Fundação, para a entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6053/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 22 e 23, considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1586/96 -- Contendo a Representação nº 42/96-2ª ICE, solicitando autorização para realizar inspeção na TCB, visando verificar a veracidade de notícia veiculada pelo "Correio Braziliense". -- DECISÃO No. 6054/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do resultado da inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 2177/96 -- Comunicação da Fundação Hospitalar do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial, decorrente de danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego (Processo nº 061.001276/96). Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Fundação, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6055/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento dos documentos de fs. 9/11 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2231/96 -- Comunicação da Fundação Educacional do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de vales-transportes. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Fundação, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6056/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de fs. 11 e 12 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2575/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6057/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2604/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6058/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2606/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6059/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2607/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6060/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2608/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6061/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2611/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6062/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada, para a entrega da tomada de contas especial em causa.

PROCESSO No. 2613/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6063/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2630/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6064/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2631/96 -- Comunicação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal sobre instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. Juntou-se aos autos pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 dias, formulado por aquela Secretaria, para entrega da referida TCE. -- DECISÃO No. 6065/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do documento de f. 8 e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

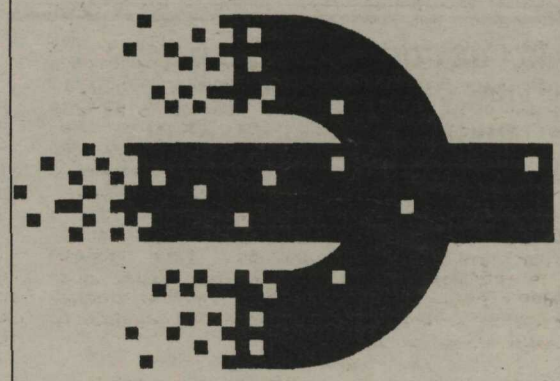
PROCESSO No. 2727/96 -- Consulta formulada pela Secretaria de Trabalho do Distrito Federal sobre procedimentos a serem adotados em cumprimento a decisão deste Tribunal, relativa a desconto previdenciário. -- DECISÃO No. 6066/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomando conhecimento do ofício de f. 1 como embargos de declaração, deles não conheceu, por serem intempestivos, esclarecendo, entretanto, à Secretaria do Trabalho, a título de colaboração e em caráter excepcional, que: a) a base de cálculo e a alíquota do desconto previdenciário são as devidas à época em que o abatimento deveria ter sido efetuado; b) o valor devido apurado haverá de ser atualizado com a aplicação da UPDF, fazendo-se o desconto parcelado do débito, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; c) como solicitado, o prazo para cumprimento da decisão em apreço será contado a partir do conhecimento desta resposta.

PROCESSO No. 4972/96 -- Contendo pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para atendimento das diligências determinadas nos processos relacionados às fs. 3/6 e 8. -- DECISÃO No. 6067/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fs. 1/3 e 7 e considerou prorrogado, por mais 60 dias, o prazo para o cumprimento das referidas diligências.

Às 18h10, de conformidade com o artigo 77 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditor e Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

TRANSPORTE COLETIVO DO DF



O Transporte Coletivo do DF está passando por uma série de modificações: mudança da marca, mudança nas cores dos ônibus para facilitar sua identificação, nova pintura nas paradas de ônibus e muitas outras que estão sendo implantadas.

Cuide bem do que já foi feito, para que possamos fazer muito mais.

SECRETARIA DE TRANSPORTES DMTU

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1996

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADORA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **MARLUCE SAMPAIO**, matrícula nº 45.368-4, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Executivo, símbolo DFA-10, da Assessoria Especial do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

ARLETE SAMPAIO

DESPACHOS
Em 12 de julho de 1996

PROCESSO Nº: 151.000.053/96, INTERESSADO : ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, ASSUNTO : DISPENSA DE PONTO DE SERVIDOR PARA VIAGEM DE CONTATO S/ O XIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS NA CHINA.

DESPACHO: À vista do constante no presente processo, TORNO SEM EFEITO o despacho exarado às fls. 09, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 94, de 16 de maio de 1996, que autorizou o servidor **WALTER ALBUQUERQUE MELLO**, Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal, matrícula nº 90.082-6, a ausentar-se do País, para visita oficial a Instituições Arquivísticas da República Popular da China, no período de 18 de maio a 05 de junho de 1996.

PROCESSO Nº: 082.009.722/96, INTERESSADO: LÚCIA INEZ ALVES DE ARAÚJO E OUTROS, ASSUNTO : AFASTAMENTO CONGRESSOS E REUNIÕES

DESPACHO: Autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do País, com dispensa de ponto no período de 17. de julho a 03 de agosto do corrente ano, das servidoras **LUCIA INÊZ ALVES DE ARAÚJO**, professor MG2Q-GT3, matrícula nº 65.949-5, **ADELINA MARTA DE SOUZA MIRANDA**, professor MG2-GT3, matrícula nº 24.363-9, **PERPÉTUA AUXILIADORA LIMA SOLINO**, professor MG3Q, matrícula nº 62.858-1, **ANA LUIZA FEDERIGHI CHAMIZO SILVA**, professor, MG1Q-GT3, matrícula nº 60.549-2, **MIRIAM DE ARAÚJO ALVES**, professor MG3Q, matrícula nº 68.769-3 e **MARILEUSA FERNANDES DE ALVARENGA**, professor MG3Q, matrícula nº 68.725-1, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF, para participarem do *Encontro História e Educação Matemática - HEM*, em Braga, Portugal.., sem ônus para o Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos e demais vantagens fixas.

PROCESSO Nº: 082.009.416/96, INTERESSADO : LINALDO JOSÉ MALVEIRA ALVES, ASSUNTO : AFASTAMENTO CONGRESSOS E REUNIÕES

DESPACHO: Autorizo, nos termos do Decreto nº 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do País, com dispensa de ponto no período de 14. a 22 de julho do corrente ano, do servidor **LINALDO JOSÉ MALVEIRA ALVES**, professor MG3V, matrícula nº 89.091-X, para participar do *VIII Congresso Internacional de Educación Matemática - ICME 8*, a realizar-se em Sevilha, Espanha, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos e demais vantagens fixas.

ARLETE SAMPAIO
Governadora do Distrito Federal
Em exercício

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

DESPACHO DA CHEFE

SEÇÃO DE PESSOAL
CONCESSÃO DE LICENÇA-GALA

INTERESSADO: CRISTINA SILVA ALVES
MATRÍCULA: 40.526-4
DESPACHO: CONCEDO LICENÇA-GALA a servidora em pauta, conforme documentação apresentada a partir de 25 de maio de 1996.

ANA CARLA CAVALCANTE

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 80, DE 11 DE JULHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GUARÁ, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto nos itens II e III do artigo 13, do Decreto nº 16.098, de 29/11/94, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contabil do Distrito Federal, resolve: DESIGNAR o Diretor da Divisão Regional de Obras, para EXECUTOR e SUPERVISOR do contrato de que trata o processo nº 137.000476/96.

ALÍRIO NETO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 29 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto 16.247 de 29 de dezembro de 1994 e tendo em vista o constante no processo 142-000998/96, resolve:
DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto 16.098 de 20 de novembro de 1994, o Engenheiro Civil ROGÉRIO AMARAL, matrícula 26.100-9, Diretor da Divisão Regional de Obras/RA-XII, para EXECUTOR das obras de construção de 08 (oito) abrigos de passageiros nos locais indicados no processo, em Samambaia.

JACQUES DE OLIVEIRA PENA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE JUNHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 29 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto 16.247 de 29 de dezembro de 1994 e tendo em vista o constante no processo 142001046/96, resolve:
DESIGNAR, nos termos do inciso II do artigo 13 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto 16.098 de 20 de novembro de 1994, o Engenheiro Civil, ROGÉRIO AMARAL, matrícula 26.100-9, Diretor da Divisão Regional de Obras/RA-XII, para EXECUTOR dos serviços de instalação de 34 (trinta e quatro) braços leves e 02 (dois) braços pesados com luminárias, nas quadras 504 e 514 de Samambaia, conforme processo.

JACQUES DE OLIVEIRA PENA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ORDENS DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO - Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXII, do artigo 53, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
DESIGNAR, a diretora da Divisão Regional de Obras, para Executora do ajuste firmado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Sobradinho, e a firma SETA - Serviços de Engenharia, Terraplanagem e Administração Ltda, objetivando a implantação de estacionamento e acesso, na Quadra 16 - Comércio Local em Sobradinho -DF; e pavimentação asfáltica na AR-07 (entre os CJ's 3/2 e lateral do Cj 3/1-B), AR-11 (entre CJ's 6/7 e CJ's 7/8) e AR-13 (entre CJ's 8/19 e CJ's 18/19/20) em Sobradinho II/DF, conforme Processo nº 134.000.266/96.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO - Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXII, do artigo 53, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
DESIGNAR, a diretora da Divisão Regional de Obras, para Executora do ajuste firmado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Sobradinho, e a firma CONSERVENGE - Construção e Conservação Ltda, objetivando a implantação de quebra-molas, padrão DETRAN-DF, com aplicação de massa asfáltica, nos endereços descritos no Processo nº 134.000.148/96.

JEFERSON PAZ DAS NEVES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 1º do Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, e ainda o estabelecido no artigo 3º do Decreto nº 15.357, de 23 de dezembro de 1993, resolve:

Designar AIRTON RIBEIRO DE SOUZA, matrícula nº 30.432-8, Técnico de Administração Pública, símbolo DFA-10, para substituir, ELIAS ONOFRE RIBEIRO, matrícula 34.428-1, Chefe da Divisão de Informática, símbolo DFG-12, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no período de 22.07.96 a 31.07.96, por motivo de férias do titular.

Designar JEOVANI DE SOUZA, matrícula nº 43.037-5, Auxiliar de Administração Pública, símbolo DFA-02, para substituir, AÍRTON RIBEIRO DE SOUZA, matrícula 30.432-8, Chefe do Serviço de Programação Gerencial, símbolo DFG-10, da Divisão de Informática da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no período de 22.07.96 a 31.07.96, pois o mesmo está substituíndo o Chefe de Divisão.

Designar VANDERLENE FREITAS DO NASCIMENTO, matrícula nº 32.180-X, Técnico de Administração Pública, para substituir, JEOVANI DE SOUZA, matrícula 34.037-5, Encarregado do Serviço de Merceologia, símbolo DFG-02, do Departamento de Material da Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no período de 22.07.96 a 31.07.96, pois o mesmo está substituindo o Chefe do Serviço de Programação Gerencial - Dinfo.

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

ATO DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIA DE 12 DE JULHO DE 1996

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

1. Conceder Gratificação por Encargo de Gabinete a servidora ANDRÉIA MARIA ALVES, matrícula nº 38.638-3, Auxiliar de AdministraçãoPública do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

2. Mandar cessar a Gratificação por Encargo de Gabinete, concedida a servidora GILVAN ALVES BATISTA, matrícula nº31.092-1, Técnico de Administração Pública, na categoria de Técnico desta Secretaria, a partir de 11.07.96.

NEIO LUCIO DE OLIVEIRA CAMPOS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 96, DE 12 DE JULHO DE 1996

O CHEFE DE GABINETE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Ordem de Serviço nº 045/95-IDR, de 06 de abril de 1995, resolve:

Conceder o adicional previsto no parágrafo 2º do artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, aos servidores abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	CONCESSÃO		
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	TOTALIZAÇÃO
EVA MARIA DE SOUSA FARIAS ANDRADE MATRÍCULA: 80.094-5 PROCESSO: 00031.000292/94	1/10 DF-8	04/07/96	5/10 DF-08
LUCIANO SILVESTRE DA SILVA MATRÍCULA : 80.159-3 PROCESSO: 00031.000271/96	1/10 DF-3	07/07/96	

OTON PEREIRA NEVES

TRANSPORTE COLETIVO DO DF

O Transporte Coletivo do DF está passando por uma série de modificações: mudança da marca, mudança nas cores dos ônibus para facilitar sua identificação, nova pintura nas paradas de ônibus e muitas outras que estão sendo implantadas.

Cuide bem do que já foi feito, para que possamos fazer muito mais.

SECRETARIA DE TRANSPORTES DMTU

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

ASSINATURA TRIMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 22,93	R$ 46,90

INFORMAÇÕES E VENDAS:
Anexo do Palácio do Buriti
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 e 213-6312

EDUCAÇÃO.
A PRIMEIRA LIÇÃO SOCIAL.
GDF

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 526, DE 7 DE JULHO DE 1996(*)

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar ARLETE ALEXANDRINA DA SILVA, matrícula nº 42.985-6, para substituir ANDRÉA CRISTINA DE OLIVEIRA, matrícula nº 42.757-8, Encarregado do Expediente, Símbolo DFG-02, do Departamento de Fiscalização Tributária da Subsecretaria da Receita, no período de 15 de julho a 13 de agosto de 1996, por motivo de férias regulamentares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 131, de 9-7-96, pág. 5578.

PORTARIA Nº 554, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar NIVALDO PAVANINI PARRA, matrícula nº 46.189-X, para substituir GIOVANI LEAL DA SILVA, matrícula nº 25.243-3, Chefe do Serviço de Auditoria Tributária, Símbolo DFG-10, da Divisão de Fiscalização em Estabelecimentos do Departamento de Fiscalização Tributária da Subsecretaria da Receita, no período de 02 a 31 de julho de 1996, por motivo de Licença-Prêmio por Assiduidade.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 555, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar MÁRIO AUGUSTO DE OLIVEIRA NETO, matrícula nº 33.747-1, para substituir CÉLIA MAURÍCIO DE MELO, matrícula nº 31.786-1, Chefe do Serviço de Planejamento de Informática, Símbolo DFG-10, da Divisão de Planejamento e Controle do Departamento Geral de Informática, no período de 1º a 30 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 556, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar HELTON DE FREITAS COSTA, matrícula nº 44.202-X, para substituir CARLOS AUGUSTO DE LOYOLA PEREIRA, matrícula nº 42.546-X, Chefe do Serviço de Convênios e Subvenções Sociais, Símbolo DFG-10, da Divisão de Tomada de Contas do Departamento Geral de Contabilidade da Subsecretaria de Finanças, no período de 15 a 24 de julho de 1996, por motivo de férias regulamentares.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 548, DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, e consoante o que consta do Processo nº 030.001.261/95, resolve:

Conceder Indenização de Transportes aos servidores, JOSÉ ALCIDES DA SILVA, matrícula nº 30.238-4, Técnico Tributário e JERUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 46.534-6, ocupante do cargo de Auditor Tributário, por motivo de execuções de diligências externas inerentes à Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, observando o disposto no art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 16.955, de 22 de novembro de 1995.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 24, DE 12 DE JULHO DE 1996

A CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, bem como nos termos da Portaria de 21 de janeiro de 1993 desta Secretaria, resolve:

DESIGNAR MARIA DEILDA PEREIRA, matrícula nº 44.542-8, para substituir JÚLIO GREGÓRIO FILHO, Professor MG3Q, matrícula nº 44.244-5, no Cargo em Comissão, Símbolo DFG 13, de Diretor do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no período de 15/07/96 a 14/08/96, por motivo de férias regulamentares do titular.

GILVA ALVES GUIMARÃES

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO Nº 571, DE 12 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, resolve:
Delegar competência à Chefe da Seção de Cargos e Salários para a concessão de Gratificação de Titularidade, benefício do Artigo 15, da Lei Nº 66, de 18 de dezembro de 1989.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Respondendo

INSTRUÇÃÓ DE 3 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, resolve:
Designar o servidor OTACÍLIO BELMONTE DUTRA FILHO, matrícula 26.944-1 , para responder pelo Centro Interescolar de Línguas do Gama da Divisão Regional de Ensino do Gama.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Respondendo

INSTRUÇÕES DE 12 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando os Artigos 34, parágrafo único, Inciso II e artigo 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90 e o constante do processo nº 082.011412/96, resolve:
Exonerar, ex-offício, CARLA NUNES LAZZARINI, matrícula nº 29.352-0, do Cargo de Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando os Artigos 34, parágrafo único, Inciso II e artigo 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90 e o constante do processo nº 082.011411/96, resolve:
Exonerar, ex-offício, ELVIRA CASTRO DORIA DE MENEZES, matrícula nº 29.180-3, do Cargo de Analista de Educação/Medicina.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando os Artigos 34, parágrafo único, Inciso II e artigo 15, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90 e o constante do processo nº 082.011413/96, resolve:
Exonerar, ex-offício, DIRCE THERESINHA ANTONIALLI, matrícula nº 28.254-5, do Cargo de Professor Nível 1.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 143 e seguintes da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em vigor para os servidores do Distrito Federal, por força do art. 5º da Lei 197, de 04.12.91,do Distrito Federal, resolve:
PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, com fulcro no art. 152, do mesmo dispositivo legal, a partir de 12.07.96, o prazo para a conclusão dos Processos Administrativos Disciplinares nºs: 082.017312/95, 082.027579/95, 082.027579/95,082.022641/95,082.022641/95,082.022641/95, 082.025506/94, movidos contra os servidores: ANA PAULA GONÇALVES NETO BAROZZI, mat. 61.368-1, MARIA DAS GRAÇAS SPÍNDOLA HORST, mat. 61.871-3, ADRIANE FABRÍCIO DA SILVA, mat. 43.804-9,UBIRANI CARVALHO BARBOSA, mat. 68.590-9, MARIA RUFINA DE CARVALHO, mat. 42.695-4, NEUZA MONTEIRO VELOSO, mat. 69.799-0, LUIZ ALFREDO FIALHO FILHO, mat. 60.940-4.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo Segundo, Inciso IV, do Decreto No. 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
01.CONCEDER APOSENTADORIA a CLELIA DE SA GONÇALVES, matrícula No. 99.182-1, no cargo de Especialista de Educação, Classe Única, Nível 03, Padrão 23F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, Inciso III, alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, Inciso III, alínea "c", e Parágrafo Quarto da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o artigo 30, da Lei No. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o parágrafo único, do artigo 13, da Lei No. 66, de 18 de dezembro de 1989, com a vantagem do artigo 3o. da Lei No. 8.911, de 11 de julho de 1994. Processo No. 082.003078/96.
2.APOSENTAR ZILDA CANDIDA, matrícula No. 95.184-6, no cargo de Agente de Educação/Portaria, Classe Única, Padrão XVI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do artigo 186, inciso I, Parágrafo Primeiro, e 189, Parágrafo Único, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e paragrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo No. 082002458/96.

3.APOSENTAR IZALTINA DOS SANTOS, matrícula No.53.363-7, no cargo de Professor, Nível 02, Classe única, Padrão 09B, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso I, In fine, e 189, Parágrafo Único, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso I, e paragrafo 4.,da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo No. 08200406/96.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
Conceder aposentadoria aos seguintes servidores relacionados.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
NOME: MARIA MARLENE LEDA GUARA LOBO MATRÍCULA: 56.881-3 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.006170/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: VITOR JOSE DE CASTRO MATRÍCULA: 58.736-2 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 15I CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.007139/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagens do artigo 3º, da Lei No. 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: MARIA DE FATIMA DA COSTA SANTOS MATRÍCULA: 62.158-7 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 01GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.027850/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: LUCY SESANA MATRÍCULA: 70.709-0 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 16F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.006598/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "d" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "d" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagens do artigo 3º, da Lei No. 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: LUCY HELENA FERREIRA UTSCH MATRÍCULA: 91.237-9 CARGO: ESPECIALISTA DE ASSISTENCIA A EDUCAÇÃO/SECRETARIA ESCOLAR PADRÃO: VI CLASSE: ESPECIAL QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.008494/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagens do artigo 8º, da Lei No. 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: ZULEICA MARIA JORGE CUNHA MATRÍCULA: 91.677-3 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.000749/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: ERNESTINA ILHA MILLER MATRÍCULA: 91.787-7 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.029166/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com vantagens da Lei No. 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: ANA INES BELEM LIMA PORTO MATRÍCULA: 91.960-8 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.005570/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: ARLINDA BASTOS DA SILVA MATRÍCULA: 93.291-4 CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO/CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PADRÃO: XXI CLASSE: UNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.006083/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "d" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "d" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
Conceder aposentadoria aos seguintes servidores relacionados.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
NOME: ALBA MARIA DE ALBUQUERQUE COELHO MATRÍCULA: 72.686-9 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.027898/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: ANA SOARES DOS SANTOS MATRÍCULA: 84.639-2 CARGO: AGENTE DE EDUCAÇÃO/PORTARIA PADRÃO: XXII CLASSE: UNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.004937/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com a vantagem do artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
NOME: HELENA GELAIN CASAGRANDE MATRÍCULA: 56.314-5 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 16F CLASSE: UNICA NÍVEL: 2-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003250/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA ADÉLIA GOMES DE OLIVEIRA MATRÍCULA: 90.334-5 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.001578/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com a vantagem do artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: MARIA DAS GRAÇAS BOTELHO DO NASCIMENTO MATRÍCULA: 90.893-2 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003164/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: NADIR NERY VIEIRA MATRÍCULA: 60.819-X CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de

CLASSE: UNICA NíVEL: 2-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.007376/96	1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: ANA MARCIA MARQUES SUZUKI MATRíCULA: 92.099-1 CARGO: ANALISTA DE ASSISTENCIA A EDUCAÇAO/MEDICINA PADRÃO: VI CLASSE: ESPECIAL QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.004314/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com a vantagem do artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: ENI PEREIRA ZICA MATRíCULA: 56.199-1 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.023815/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com a vantagem do artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: LENI PINTO OLIVEIRA MATRíCULA: 78.500-8 CARGO: ANALISTA DE ASSISTENCIA A EDUCAÇAO/BIBLIOTECA PADRÃO: VI CLASSE: ESPECIAL QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.004080/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com a vantagem do artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: MARIANA ROSA SOBRINHO MATRíCULA: 75.454-4 CARGO: AGENTE DE EDUCAÇAO/COZINHA PADRÃO: XX CLASSE: UNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.005274/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA DOS REMÉDIOS FREITAS MATRíCULA: 90.197-0 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.006316/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA LUZ DA SILVA MATRíCULA: 75.924-4 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 22F CLASSE: UNICA NíVEL: 2-GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003255/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA VITORIA SOUZA LIMA MATRíCULA: 73.879-4 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.024712/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: MARIA JAIR DA SILVA ZIEGENRUCKER MATRíCULA: 90.212-8 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: UNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.001492/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com a vantagem do artigo 8º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
Conceder aposentadoria aos seguintes servidores relacionados.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
NOME: ZILÁ GOMES ALVES MATRíCULA: 94.659-1 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.023462/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: SÔNIA MARIA DE SOUZA MATRíCULA: 89.890-2 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.000880/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: SARAS FARIAS DE OLIVEIRA MATRíCULA: 99.099-X CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NíVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003249/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: NOÉLIA NEIVA CARVALHO MATRíCULA: 94.197-2 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NíVEL: 02GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.000468/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: MIRIAM DE AMARAL SOUZA MATRíCULA: 58.938-1 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NíVEL: 01GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.006344/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARLENE DA SILVA FERNANDES MATRíCULA: 58.074-0 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 22F CLASSE: ÚNICA NíVEL: 02GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.005582/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com a vantagem do artigo 3º da Lei nº 8.911 de 11 de julho de 1.994.

NOME: MARIA ROSA BRANDÃO TONHÁ MATRÍCULA: 57.323-X CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 01GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.002613/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA INEZ FERREIRA DA SILVA MATRÍCULA: 76.175-3 CARGO: AGENTE DE EDCUCAÇÃO/PORTARIA PADRÃO: XX CLASSE: ÚNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003661/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "d" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "d" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA DE LOURDES DE CASTRO COSTA MATRÍCULA: 91.150-X CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.001998/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com a vantagem do artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: MARIA DE JESUS CHAVES SILVA MATRÍCULA: 80.650-1 CARGO: AGENTE DE EDUCAÇÃO/PORTARIA PADRÃO: XXII CLASSE: ÚNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.002937/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagens do artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
NOME: MARIA BATISTA MATRÍCULA: 85.607-X CARGO: AGENTE DE EDUCAÇÃO/PORTARIA PADRÃO: XXI CLASSE: ÚNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.005484/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA ANGÉLICA ALVES MATRÍCULA: 95.719-4 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.002094/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com vantagens do artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: LEILA MARIA FILARDI PAIM MATRÍCULA: 94.341-X CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 02GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989. QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.001486/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: HELIANE MARQUES HONORATO MATRÍCULA: 76.362-4 CARGO: ESPECIALISTA DE ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO/SECRETARIA ESCOLAR PADRÃO: VI CLASSE: ESPECIAL QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.002948/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagens do artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: GERALDA DE ANDRADE SILVA MATRÍCULA: 91.734-6 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25D CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 01 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.001836/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: FRANCISCA MARIA DE ALMEIDA MATRÍCULA: 53.848-5 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 24F CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.028648/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989, com vantagens do artigo 3º, da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.
NOME: JOANA FELISMINO DE JESUS MATRÍCULA: 48.892-5 CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO/CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PADRÃO: XVIII CLASSE: ÚNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.029121/95	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "a" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com vantagens do artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
NOME: MARIA JOSE ALVES GRIZENTE MATRÍCULA: 78.765-5 CARGO: ESPECIALISTA ASSISTÊNCIA À EDUCAÇAO/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO PADRÃO: VI CLASSE: ESPECIAL QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003746/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "c" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "c" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: MARIA NEUZA MARTINS DE ALMEIDA MATRÍCULA: 50.693-1 CARGO: PROFESSOR PADRÃO: 25F CLASSE: ÚNICA NÍVEL: 03 QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.003017/96	Nos termos do Artigo 186, inciso III, alínea "b" , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo único, do Artigo 13, da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.
NOME: JOVILINA PEREIRA DA SILVA MATRÍCULA: 87.237-7 CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO/CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PADRÃO: XXII CLASSE: ÚNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.017165/95	Nos termos do Artigo 186, inciso I, Parágrafo 1º, e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso I, e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.
NOME: LEOLDINO JOSÉ DA SILVA MATRÍCULA: 50.917-5 CARGO: AGENTE DE EDUCAÇÃO/VIGILÂNCIA PADRÃO: XIX CLASSE: ÚNICA QUADRO DE PESSOAL DE FEDF PROCESSO: 082.000404/96	Nos termos do Artigo 186, inciso I, in fine , e 189, Parágrafo único da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41 inciso I, e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2o., Inciso IV, do Decreto No. 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:

1.Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a Raimunda Borges dos Santos Marçal, viúva do ex-servidor RAIMUNDO PALACIO, matrícula No. 82.323-6, no cargo de Assistente de Educação/Serviços Especializados/Obras Civis, Classe Especial, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 10 de novembro de 1995. Processo No. 082.027409/95.

2.Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Temporária a Marcio Jose de Paiva, filho da ex-servidora MARILIA PAIVA, matrícula No. 82.650-2, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe Única, Padrão XIX, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 29 de maio de 1996. Processo No. 082.010105/96.

3.Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "a", e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a Demerci Quintino Vieira, viúva, e Temporária a Heider Damas Vieira, filho da ex-servidora DIVINA DAMAS VIEIRA, matrícula No. 90.507-0, no cargo de Professor, Nível 2-GT3, conforme artigos 14 e 15, da Lei No. 66, de 18 de dezembro de 1989, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 02 de junho de 1996. Processo No. 082.010475/96.

4.Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "a", e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a Maria Arli Rocha da Silva, viúva, e Temporária a Flávia Cristina da Silva e Sheila Maria Silva, filhos do ex-servidor JOSE BALBINO DA SILVA, matrícula No. 59.367-2, no cargo de Agente de Educação/Vigilância, Classe Única, Padrão XI, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 03 de junho de 1996. Processo No. 082.010463/96.

5.Rever a instrução de 08 de dezembro de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal No. 237, do dia 11 de dezembro de 1995, que retificou a instrução de 15 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal No. 093, do dia 16 de maio de 1995, que excluiu a beneficiária da Pensão Vitalícia Lerice de Oliveira Almeida, para incluir Geralda Francisca dos Santos, como beneficiária da Pensão Vitalícia, conforme artigos 215, 217, item I, alínea "c", e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, referente ao ex-servidor RUBENS ALVES DA ROCHA, matrícula No. 84.394-6, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 05 de junho de 1995. Processo No. 082.006782/95.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2o., Inciso IV, do Decreto No. 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:

1.Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Temporária a Carlos Magno Martins e Ana Paula Martins, filhos da ex-servidora MARIA LEONARDO DO NASCIMENTO, matrícula No. 21.751-4, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, Classe Única, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 15 de abril de 1996. Processo No. 082.009487/96.

02.Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "b" e 224, da Lei No. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a Loide Gomes Lima, viúva, e Temporária a Joléu Gomes Brito e Dáilon Gomes Brito, filhos do ex-servidor DOMINGOS PEREIRA BRITO, matrícula No. 85.027-6, no cargo de Professor, Classe Única, Padrão 25F, Nível 03, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 12 de maio de 1996. Processo No. 082.009068/96.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso III do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o disposto no Inciso VIII, do Artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o constante do Processo nº 082.010489/96, revolve:

- DECLARAR VAGO o cargo de Especialista de Assistência à Educação\Apoio Técnico-Administrativo, referência 04Y, ocupado por ELOI FERNANDES MARANHÃO, matrícula nº 20.365-3, do Quadro de Cargos de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a partir de 11.06.96.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Respondendo

ATO DO DIRETOR

RELAÇÃO DOS SERVIDORES EXONERADOS, A PEDIDO, DO QUADRO DE PESSOAL DA FEDF, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, DA LEI Nº 8.112/90:

- DOURACI ROCHA COE, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 44.407-3, Processo nº 082.008835/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 31.05.96.
- DOMINGOS VASCO DA SILVA NETO, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 67.162-2, Processo nº 082.011141/96, Data da Instrução 12.07.96.
- JOVINO FERREIRA SÁ, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 51.336-9, Processo nº 082.011062/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 20.06.96.
- WILLIAM EPITÁCIO ALKIMIN, Cargo Efetivo: Agente de Educação/Portaria, matrícula nº 28.277-4, Processo nº 082.010991/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 17.06.96.
- SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 45.393-5, Processo nº 082.011216/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 24.06.96.
- ANTÔNIO VIEIRA SILVA, Cargo Efetivo: Professor MG3Q, matrícula nº 56.228-9, Processo nº 082.011250/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 20.06.96.
- ANTÔNIO SÉRGIO ARAÚJO MATOS, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 64.846-9, Processo nº 082.011288/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir de 03.06.96.
- ADRIANA VASCONCELOS CANUTO, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula nº 28.232-4, Processo nº 082.011291/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 25.06.96.
- PEDRO CASSIMIRO DE SOUZA, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula nº 63.365-8, Processo nº 082.011384/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 25.06.96.
- LUCICLEIDE REGINA VIEIRA DA SILVA, Cargo Efetivo: Professor MG1V, matrícula nº 44.044-2, Processo nº 082.011402/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir 26.06.96.
- ELIZABETE ALVES DA SILVA, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 25.487-8, Processo nº 082.011403/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir de 27.06.96.
- LILIANE RAKEL RODRIGUES DA COSTA, Cargo Efetivo: Professor MG2Q-GT3, matrícula nº 24.485-6, Processo nº 082.011507/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir de 27.06.96.
- IRANEIDE FONTENELE RODRIGUES, Cargo Efetivo: Professor MG2Q, matrícula nº 28.260-X, Processo nº 082.011408/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir de 24.06.96.
- JOANA DA CRUZ OLIVEIRA, Cargo Efetivo: Agente de Educação/Serviços de Cozinha, matrícula nº 24.679-4, Processo nº 082.011498/96, Data da Instrução 12.07.96, a partir de 27.06.96.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Respondendo

DESPACHOS DO DIRETOR

PROCESSO: 082.011104/96; INTERESSADO: ESCOLA CLASSE 304 NORTE; ASSUNTO; SINDICÂNCIA.
Acolho o relatório da Comissão Permanente de Sindicância e Disciplina contido a fl. 88 a 90 dos autos e, com base no que dispõe o artigo 129 da Lei 8.112/90 aplico a pena de advertência à servidora JOSABETE DANTAS MORAIS DOS SANTOS, matrícula nº 76.844-8 e à MARIA APARECIDA PEREIRA FONSECA COSTA, matrícula nº 63.416-6.

Processo nº : 082.007961/96; Interessado: ESCOLA CLASSE 08 CRUZEIRO; Assunto: DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO.
Considerando o contido do processo nº 082.007961/96 e tendo em vista o que dispõe o artigo 129 da Lei nº 8.112/90, aplico a pena de advertência ao servidor REGINALDO BRAGA DIAS, matrícula nº 20.875-2.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE JULHO DE 1996

O CHEFE DO GABINETE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe são conferidas pela Instrução nº 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar MARIA SUEDE DALVI TRAESEL, matrícula nº 49.145-4, para substituir o titular do cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Apoio Institucional/DAE, pelo período de 30.06.96 a 07.07.96, por motivo de Licença Nojo do Titular.

PAULO BRASILEIRO DO VALLE FILHO
Respondendo

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, com base no disposto no Artigo 25-Inciso II do Regimento da Administração Central da FEDF e o constante da Instrução nº 432/93, resolve:

Designar, nos termos do Artigo 13, Inciso II das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 16098, de 29/11/94, FLAUNILDES CHAGAS DE MELO SANTOS, matrícula nº 75.173-1, como Executor Interno do Contrato firmado entre a FEDF e a firma SANMARKAN - Assistência Técnica de Máquinas para Escritório LTDA, na forma abaixo descriminada:

PROCESSO Nº 082.001808/96 CONTRATO Nº 38/96-FEDF
VALOR: R$ 8.600,00 N.EMPENHO Nº 1857/96-FEDF
LOCAL: Brasília-DF
INÍCIO: 26/06/96
TÉRMINO: 31/12/96

MARIA TEREZINHA ROCHA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de janeiro de 1996 e tendo em vista a Lei 197 de 04.12.91, considerando o disposto na Lei 356 de 23.11.92, regulamentada pelo Decreto nº 14.413 de 25.11.92 resolve:
Conceder o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva ao Magistério -TIDEM aos professores abaixo relacionados:

- NEIDE PEREIRA DE JESUS FERNANDES, matrícula 0030070-5, a partir de 24.06.96.
- JAKCELINE ARAUJO SANTIAGO, matrícula 0029806-9, a partir de 11.06.96.

MARCIA CASTILHO DE SALES

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA, no uso de suas atribuições regimentais tendo em vista a Lei Nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto

na Lei Nº 356, de 23 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto Nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução Nº 551 de 31 de janeiro de 1996, resolve: Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM, aos professores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	DATA(A PARTIR DE)
Josenilda Mª B. de Sallis	48.820-8	10.05.96 (CHEv, período:02.05.96 a 30.07.96)
Karla Lilian de Lima	27.499-2	04.03.96 (CHEv, período:26.02.96 a 12.07.96)
Simão Batista de Souza	29.238-9	18.06.96 (CHEv, período:17.06.96 a 12.07.96)
Patrícia M. R. de Oliveira	29.475-6	31.05.96 (CHEsp)
Eliana Aparecida F. Coutinho	29.571-X	31.05.96 (CHEsp)
Marcelo José da C. Vieira	29.592-2	31.05.96 (CHEsp)
Kleristhon G. Naves	29.572-8	31.05.96 (CHEsp)
Bueno Borges de Souza	26.779-1	31.05.96 (CHEsp)
Kátia Costa M. Rosa	30.124-8	27.06.96 (CHEsp)
Ikeda da Luz Davidis	30.010-1	17.06.96 (CHEsp)
Yolanda Pereira Lobo	29.993-6	17.06.96 (CHEsp)
Vânia de Aquino Silva	23,475-3	24.06.96 (CHEsp)
Márcia Emerenciana da Silva	29.891-3	17.06.96 (CHEsp)
Lidia Pereira Militão	29.865-4	11.06.96 (CHEsp)
Lilia Rodrigues da Costa	29.866-2	11.06.96 (CHEsp)
Mª Francisca G. A. Rocha	29.860-3	11.06.96 (CHEsp)
Eliane Sousa Lima	29.859-X	11.06.96 (CHEsp)

MARIA ALMENA DOS SANTOS VELOSO

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ

ORDENS DE SERVIÇO DE 10 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista o disposto na Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991 e Lei nº 356 de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413 de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO -TIDEM, a Professora Lucimar da Silva Oliveira, matrícula nº 29.959-6 , Nível 1, 20 horas, CHEv. 036/96, autorizada a partir de 26.06.96, período de 17.06.96 a 10.07.96.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista o disposto na Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991 e Lei nº 356 de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413 de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO -TIDEM, a Professora Francisca Maria Alves dos Santos, matrícula nº 27.058-X, Nível 3, 20 horas, CHEv. 035/96, autorizada a partir de 27.06 .96, período de 25.06.96 a 20.12.96.

MARIA DAS GRAÇAS ARAÚJO DE CARVALHO
Substituta

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDENS DE SERVIÇO DE 9 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei 197, de 04 de dezembro de 1991, Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e no uso das atribuições que lhe confere a Instrução 551, de 31.01.96, resolve:

Conceder o REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO - TIDEM, aos professores abaixo relacinados:
01. **MIRYAN CÂNDIDA PUGLISE,** matrícula 30.090-X, CHEsp nº 020, autorizada em 27.06.96, a partir de 27.06.96;
02. **MARIA DOS REMÉDIOS DOS SANTOS,** matrícula 30.103-5, CHEsp nº 021, autorizada em 27.06.96, a partir de 27.06.96;
03. **VALÉRIA CORDEIRO DE SOUZA,** matrícula 29.968-5, CHEsp nº 019, autorizada em 13.06.96, a partir de 13.06.96;
04. **DAIANE CONCEIÇÃO MAURO NEVES DÓREA GARCEZ DA COSTA,** matrícula nº 30.041-1, CHEsp nº 017, autorizada em 19.06.96, a partir de 19.06.96;
05. **MÔNICA ZARAT PEDROSA CAMPETTI,** matrícula 29.990-1, CHEsp nº 018, autorizada em 17.06.96, a partir de 17.06.96.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III-A da Lei 8.112/90, resolve:
Conceder Licença Gala a SELMA ELIAS MACHADO, matrícula 65.990-8, Professora MG3Q, pelo período de 28/06/96 a 05/07/96.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555, de 04 de março de 1996, resolve:
01. Designar **JANAÍNA SIQUEIRA ALVES,** matrícula 49.940-4, SA 401, para substituir o titular do cargo em comissão de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 04 do Núcleo Bandeirante, DFG 02, pelo período de 08/07/96 a 06/08/96, por motivo de férias.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:
1. ROSANEUSA GOMES M. DA NÓBREGA, matrícula 25.813-X, função MG1V, cargo em comissão de Diretor da Escola Classe Kanegae, período de 05.01.95 a 24.01.95, por motivo de férias do titular;
2. BERNADETE SILVA SANTOS, matrícula 40.885-9, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Granja das Oliveiras , período de 11.07.95 a 30.01.95, por motivo de afastamento do titular;
3. JANE ALVES BARRETO, matrícula 41.176-3, função MG2Q, cargo em comissão de Diretor do Centro de Ensino do Riacho Fundo, período de 01.11.95 a 30.11.95, por motivo de férias do titular;
4. RITA DE LIMA HACK, matrícula 41.326-7, função TP614, cargo em comissão de Assistente de Programa de Educação Escolar do CAIC UNESCO, período de 01.10.95 a 18.10.95, por motivo de afastamento do titular;
5. RITA DE LIMA HACK, matrícula 41.326-7, função TP614, cargo em comissão de Assistente de Programa de Educação Escolar do CAIC UNESCO, período de 11.09.95 a 30.09.95, por motivo de férias do titular;
6. RITA DE LIMA HACK, matrícula 41.326-7, função TP614, cargo em comissão de Assistente Geral do CAIC UNESCO, período de 23.05.95 a 21.06.95 por motivo de Licença Médica;
7. DÉBORA CRISTINA DA C. LAYA, matrícula 42.007-7, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Metropolitana, período de 26.01.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
8. FRANCISCO PAULO GUIMARÃES, matrícula 42.174-X, função MG3Q, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
9. FRANCISCO PAULO GUIMARÃES, matrícula 42.174-X, função MG3Q, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 11.06.95 a 30.06.95, por motivo de afastamento do titular;
10. JACKSON ROCHA, matrícula 42.727-6, função NM827, cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Candangolândia, período de 11.10.95 a 30.10.95, por motivo de férias do titular;
11. REGINA CÉLIA D. DO N. DE SOUZA, matrícula 43.335-7, função MG1Q , cargo em comissão de Vice Diretora da Escola Classe 05, período de 11.07.95 a 30.07.95, por motivo de afastamento do titular;
12. REGINA CÉLIA D. DO N. DE SOUZA, matrícula 43.335-7, função MG1Q , cargo em comissão de Assistente da Escola Classe 05, período de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
13. JAQUELINE NUNES GUERREIRO, matrícula 43.382-9, função MG2Q-GT3,cargo em comissão de Assistente do Programa de Educação Escolar do CAIC JK, período de 14.02.95 a 09.03.95, por motivo de afastamento do titular;
14. ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA NETO, matrícula 43.391-8, função MG2Q-GT3 , cargo em comissão de Assistente do Centro Educacional 01 do Núcleo Bandeirante, período de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
15. JORGE LUIZ EMERENCIANO DE FIGUEIREDO, matrícula 43.497-3, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro Educacional da Candangolândia, período de 05.07.95 a 03.08.95, por motivo de férias do titular;
16. IRMA MACHADO DE LIMA, matrícula 43.507-4, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Metropolitana, período de 05.12.95 a 24.12.95, por motivo de férias do titular;
17. IRMA MACHADO DE LIMA, matrícula 43.507-4, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Metropolitana, período de 06.02.95 a 09.03.95, por motivo de afastamento do titular;

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:
1. IRMA MACHADO DE LIMA, matrícula 43.507-4, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Metropolitana, período de 25.12.94 a 05.01.95, por motivo de aposentadoria;
2. CARLOS JOSÉ LIMA VIANA, matrícula 43.582-1, função SA401, cargo em comissão de Vice Diretor da Escola Classe Jardim Botânico, período de 10.10.95 a 30.10.95, por motivo de férias do titular;
3. CARLOS JOSÉ LIMA VIANA, matrícula 43.582-1, função SA401, cargo em comissão de Vice Diretor da Escola Classe Jardim Botânico, período de 11.08.95 a 30.08.95, por motivo de afastamento do titular;
4. LUCIANO RAFAEL DE B. CAVALCANTE, matrícula 43.678-X, função SA401 , cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Agrourbano, período de 01.03.95 a 16.03.95, por motivo de afastamento do titular;
5. LUCIANO RAFAEL DE B. CAVALCANTE, matrícula 43.678-X, função SA401 , cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Agrourbano, período de 11.07.95 a 30.07.95, por motivo de afastamento do titular;
6. LUCIANO RAFAEL DE B. CAVALCANTE, matrícula 43.678-X, função SA401 , cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Agrourbano, período de 15.02.95 a 28.02.95, por motivo de afastamento do titular;
7. LUCIANO RAFAEL DE B. CAVALCANTE, matrícula 43.678-X, função SA401 , cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Agrourbano, período de 11.09.95 a 30.09.95, por motivo de afastamento do titular;
8. LUCIANITA C. DE OLIVEIRA, matrícula 43.691-7, função MG3Q, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 01.11.95 a 30.11.95, por motivo de férias do titular;
9. ERIANE GONÇALVES DOS SANTOS, matrícula 43.701-8, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino 01, período de 12.06.95 a 01.07.95, por motivo de férias do titular;
10. ELIZABETH APARECIDA DIAS, matrícula 43.740-9, função TP603, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Cerâmica da Benção período de 20.03.95 a 10.04.95, por motivo de afastamento do titular;
11. FRANCISCA S. DA S. SANTOS, matrícula 43.744-1, função MG1V, cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Riacho Fundo, perído de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
12. IRIS BORGES DA SILVA, matrícula 43.768-9, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Material, Patrimônio e Serviço da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 01.07.95 a 12 07.95, por motivo de afastamento do titular;
13. IRIS BORGES DA SILVA, matrícula 43.768-9, função SA401, cargo em comissão de Assistente da Divisão Reginal de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 03.04.95 a 22.04.95, por motivo de afastamento do titular;
14. IVANILDA RAMOS DA SILVA, matrícula 43.998-3, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Riacho Fundo, período de 20.11.95 a 11.12.95, por motivo de férias do titular;
15. HELENA MARIA DA MOTA, matrícula 44.191-0, função MG1V, cargo em comissão de Assitente da Escola Classe 03, período de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:

1. EDWARD HIGINO, matrícula 20.115-4, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Metropolitana, período: 06.01.95 a 04.02.95, por motivo de Aposentadoria do titular;

2. EDWARD HIGINO, matrícula 20.115-4, funão SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Metropolitana, período: 24.07.95 a 20.08.95, por motivo de Licença Gestante do titular;

3. DAYSE RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 20.144-8, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Caic-J.K, período: 08.05.95 a 27.05.95, por motivo de férias do titular;

4. MAURÍCIO FERNANDES DE PAULA, matrícula 20.163-4, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Riacho Fundo, período: 09.02.95 a 09.03.95, por motivo de afastamento do titular

5. MAURÍCIO FERNANDES DE PAULA, matrícula 20.163-4, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro de Ensino Riacho Fundo, período: 06.01.95 a 04.02.95, por motivo de férias do titular;

6. HEBER XAVIER E SILVA, matrícula 20.204-5, função SA401, cargo em comissão de Secretário Datilógrafo do CAIC UNESCO, período de 01.07.95 a 12.07.95, por motivo de afastamento do titular;

7. HEBER XAVIER E SILVA, matrícula 20.204-5, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do CAIC UNESCO, período de 10.07.95 a 29 07.95, por motivo de férias do titular;

8. HEBER XAVIER E SILVA, matrícula 20.204-5, função SA401, cargo em comissão de Secretário Datilógrafo do CAIC UNESCO, período 05.06.95 a 30 06.95, por motivo de afastamento do titular;

9. MARILENE MOTA PINHEIRO, matrícula 20.274-6, função SA401, cargo em comissão de Secretário Escolar do Centro de Ensino Nova Betânia, período de 06.04.95 a 08.06.95, por motivo de afastamento do titular;

10. ANA LOURDES VIANA PINHO, matrícula 20.355-6, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro Educacional Candangolândia, período 01.10.95 a 18.10.95, por motivo de afastamento do titular

11. ANA LOURDES VIANA PINHO, matrícula 20.355-6, função SA401, cargo e, comissão de Chefe de Secretaria do Centro Educacional da Candangolândia, período 01.09.95 a 30.09.95, por motivo de afastamento do titular;

12. MÁRCIA DE SOUSA CAMPOS, matrícula 20.721-7, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Vice-Diretor da Escola Classe Cerâmica da Benção, período 27.06.95 a 02.08.95, por motivo de afastamento do titular;

13. MÁRCIA DE SOUSA CAMPOS, matrícula 20.721-7, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Assistente de Direção da Escola Classe Cerâmica da Benção, período 14.03.95 a 01.05.95, por motivo de afastamento do titular;

14. MARIA AUCILIADORA CARNEIRO, matrícula 21.026-9, função TP603, cargo em comissão de Assistente de Direção do Centro de Ensino Telebrasília, período 10.07.95 a 29.07.95, por motivo de férias do titular;

15. JORGE M. DE LIMA, matrícula 21.718-2, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Jardim Botânico, período : 11.08.95 a 30.08.95, por motivo de afastamento do titular;

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:

1. CLÁUDIO ARAÚJO DE A.LOPES, matrícula 23.137-1, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Recursos Humanos da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 01.06.95 a 08.06.95,por motivo de afastamento do titular;

2. CLÁUDIO ARAÚJO DE A. LOPES, matrícula 23.137-1, função SA401, cargo em comissão de Assistente da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 11.07.95 a 30.07.95, por motivo de férias do titular;

3. CLÁUDIO ARAÚJO DE A. LOPES, matrícula 23.137-1, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Recursos Humanos da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 19.01.95 a 30.04.95, por motivo de afastamento do titular;

4. DAYSILANE CAMPOS SILVA, matrícula 23.155-X, função MG1Q-GT2, cargo em comissão de Vice-Diretor do Centro de Ensino Nova Betânia, período de 14.08.95 a 02,09.95. por motivo de férias do titular;

5. IONE GOMES DE SOUZA, matrícula 23.186-X, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Jardim de Infância do Núcleo Bandeirante, período de 27.09.95 a 16.10.95, por motivo de férias do titular

6. IONE GOMES DE SOUZA, matrícula 23.186-X, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Expediente da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 06.02.95 a 25.02.95, por motivo de férias do titular;

7. MARIA DOLORES DA S. CRISPIM, matrícula 20.942-2, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente de Direção da Escola Classe Agrovila São Sebastião, período de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;

8. ANDRÉA C.L. ANDRADE, matrícula 23.279-1, função MG1Q, cargo em comissão substituição COMSUB 1139 do CAIC UNESCO, período de 24.07.95 a 12.08.95, por motivo de afastamento do titular;

9. ANDRÉA C.L. ANDRADE, matrícula 23.279-1, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente da Pré Escola do CAIC UNESCO, período de 20.06.95 a 19.07.95, por motivo de férias do titular;

10. JOSÉ GONÇALVES DE SIQUEIRA, matrícula 23.381-1, função MG2Q-GT3, cargo em comissão substituição COMSUB 13 Centro de Ensino Nova Betânia período de 02.01.95 a 18.01.95, por motivo de afastamento do titular;

11. MARIA GIORDANO DE AMORIM CARRÃO, matrícula 23.650-0, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Assistente de Direção do Centro de Ensino Cerâmica São Paulo, período de 01.02.05 a 09.03.95, por motivo de afastamento do titular;

12. CONCEIÇÃO DE MARIA SOARES, matrícula 23.716-7, função MG2Q, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Agrourbano, período de 06.01.95 a 25.01.95, por motivo de afastamento do titular;

13. CONCEIÇÃO DE MARIA SOARES, matrícula 23.716-7, função MG2Q, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Agrourbano, período de 06.01.95 a 18.01.95, por motivo substituição COMSUB 02/95;

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:

1. TEREZA CLÁUDIA DE S.B. XAVIER, matrícula 23.786-8, função SA401,cargo em comissão de Diretor da Escola Classe Zoobotânica, período de 11. 01.95 a 18.01.95, por motivo de Substituição COMSUB 52/95;
2. ABSAIR ALVES SIQUEIRA, matrícula 23.997-6, função MG3Q, cargo em comissão de Assitente de Direção do Centro de Ensino Metropolitana, período de 01.08.95 a 31.08.95, por motivo de afastamento do titular;
3. ABSAIR ALVES SIQUEIRA, matrícula 23.997-6, função MG3Q, cargo em comissão de Assistente de Direção do Centro de Ensino Metropolitana, período de 01.10.95 a 18.10.95, por motivo de afastamento do titular;
4. ABSAIR ALVES SIQUEIRA, matrícula 23.997-6, função MG3Q, cargo em comissão de Assistente de Direção no Centro de Ensino Metropolitana, período de 01.09.95 a 30.09.95, por motivo de afastamento do titular;
5. REJANE OLIVEIRA VELOSO, matrícula 24.237-3, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Assistente do Programa Creche do CAIC UNESCO, período de 01.10.95 a 12.10.95, por motivo de licença médica do titular;
6. RAJANE OLIVEIRA VELOSO, matrícula 24.237-3, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Assistente do Programa Creche do CAIC UNESCO, período de 16.09.95 a 30.09.95, por motivo de licença do titular;
7. CLÁUDIA CRISTINA SANTOS BARROS, matrícula 24.593-3, função SA401 , cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Candangolândia, período de 11.05.95 a 30.05.95, por motivo de afastamento do titular;
8. CLÁUDIA CRISTINA SANTOS BARROS, matrícula 24.593-3, função SA401 , cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Candangolândia, período de 02.01.95 a 21.01.95;
9. MARIA MADALENA SOARES FREITAS, matrícula 24.613-1, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Jardim Botânico, período de 30.01.95 a 18.02.95, por motivo de férias do titular;
10. SILAS DE SOUSA ARAÚJO, matrícula 24.652-2, função SA401, cargo em comissão de Secretário Datilógrafo do CAIC JK, período de 10.07.95 a 08.08.95, por motivo de férias do titular;
11. MARCUS RÉGIS M. DE OLIVEIRA, matrícula 24.675-1, função MG2Q-GT3 , cargo em comissão de Assistente de Escola Classe Cerâmica da Benção , período de 01.09.95 a 31.09.95, por motivo de afastamento do titular;
12. MARCUS RÉGIS M. DE OLIVEIRA, matrícula 24.675-1, função MG2Q-GT3 , cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Cerâmica da Benção , período de 24.07.95 a 31.08.95, por motivo de afastamento do titular;
13. LUIZA DECIA LOPES V. DO NASCIMENTO, matrícula 24.678-6, função SA 401, cargo em comissão de Secretário Datilógrafo do CAIC JK, período de 14.02.95 a 09.03.95, por motivo de afastamento do titular;
14. AURENY ARAÚJO AMORIM MARTINS, matrícula 24.909-2, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente da Escola Classe 04, período de 06.02.95 a 25.02.95, por motivo de férias do titular;
15. HILTON JANSEN SILVA, matrícula 25.387-1, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Integração Escola Comunidade da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 06.01.95 a 04.02.95 por motivo de férias do titular;
16. ANDRIER JORGE PINHEIRO CHAGAS, matrícula 25.711-1, função NM818 , cargo em comissão de Secretário Datilógrafo da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 17.10.95 a 05.11.95, por motivo de afastamento do titular;

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:

1. SARA VIEIRA DA SILVA, matrícula 23.265-3, função SA 401, cargo em Comissão de Chefe de Secretaria do CAIC UNESCO, período 06.04.95 a 25. 04.95, por motivo de férias do titular;

2. SARA VIEIRA DA SILVA, matrícula 23.265-3, função SA 401, cargo em Comissão de Chefe de Secretaria do CAIC UNESCO, período 01.06.95 a 08. 06.95, por motivo de afastamento do titular;

3. SARA VIEIRA DA SILVA, matrícula 23.265-3, função SA 401, cargo em Comissão de Chefe de Secretária do CAIC UNESCO, período 26.04.95 a 31. 05.95, por motivo de afastamento do titular;

4. TERESA CLÁUDIA DE S.B. XAVIER, matrícula 23.786-8, função SA401,cargo em Comissão de Diretor da Escola Classe Zoobotânica, período 11.01. 95 a 30.01.95, por motivo de férias do titular;

5. JANE NUNES GUERREIRO, matrícula 24.149-0, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente Geral do CAIC UNESCO, período 24.07.95 a 12.08.95 por motivo de férias do titular;

6. JANE NUNES GUERREIRO, matrícula 24.149-0, função MG1Q, cargo em comissão de Diretora da Pré Escola do CAIC UNESCO, período 06.03.95 a 31.03.95, por motivo de afastamento do titular;

7. JANE NUNES GUERREIRO, matrícula 24.149-0, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente Geral do CAIC UNESCO, período 20.06.95 a 19.07.95 por motivo de férias do titular;

8. JANE NUNES GUERREIRO, matrícula 24.149-0, função MG1Q, cargo em comissão de Diretora da Pré Escola do CAIC UNESCO, período 01.04.95 a 30.04.95, por motivo de afastamento do titular;

9. MARIA DA GLÓRIA B.YUNG, matrícula 24.213-6, função MG3Q, cargo em comissão de Chefe da Seção de Integração Escola Comunidade da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período 07.02.95 a 09.02.95, por motivo de afastamento do titular;

10. JACQUELINE FERREIRA, matrícula 24.473-2, função SA401, cargo em comissão de Secretário Datilógrafo da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período 06.11.95 a 12.11.95, por motivo de afastamento do titular;

11. JACQUELINE FERREIRA, matrícula 24.473-2, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Ipê, período 11.09.95 a 30.09.95, por motivo de férias do titular;

12. SIMONE DE ALMEIDA A.DE SOUZA, matrícula 23.010-3, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Zoobotânica, período de 10.02.95 a 09.03.95, por motivo de afastamento do titular;

13. CLÁUDIO ARAÚJO DE A. LOPES, matrícula 23.137-1, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Recursos Humanos da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período 14.08.95 a 02.09.95, por motivo de férias do titular;

14. CLÁUDIO ARAÚJO DE A. LOPES, matrícula 23.137-1, função SA401, cargo em comissão de Chefe da Seção de Recursos Humanos da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 01.05.95 a 30.05.95, por motivo de afastamento do titular;

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:
1. MÁRCIA CAMARGO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 46.815-0, função MG1Q, cargo em comissão de Vice Diretora do Jardim de Infância 01, período de 03.04.95 a 22.04.95, por motivo de férias do titular;
2. ANA LÚCIA MARQUES MOREIRA, matrícula 46.870-3, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Agrovila São Sebastião, período de 20.06.95 a 30.06.95, por motivo de afastamento do titular;
3. MARIA ANTÔNIA O. KOMINAMI, matrícula 46.871-1, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Vice-Diretor do CAIC UNESCO, período de 04.04.95 a 30.04.95, por motivo de afastamento do titular;
4. EMIÔNE ALVES, matrícula 47.038-4, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Cerâmica São Paulo, período de 04.10.95 a 24.10.95, por motivo de afastamento do titular;
5. EMIÔNE ALVES, matrícula 47.038-4, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Cerâmica São Paulo, período de 11.09.95 a 30.09.95, por motivo de afastamento do titular;
6. KARLA DE SOUSA ARAÚJO, matrícula 47.059-7, função MG1V, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 24.07.95 a 31.08.95, por motivo de afastamento do titular;
7. KARLA DE SOUSA ARAÚJO, matrícula 47.059-7, função MG1V, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 01.09.95 a 05.09.95, por motivo de afastamento do titular;
8. ADMARY BORGES N. DE FIGUEIREDO, matrícula 47.107-0, função MG1Q-GT3 cargo em comissão de Diretor do Programa Educação Escolar, período de 22.03.95 a 27.04.95, por motivo de afastamento do titular;
9. ADMARY BORGES N. DE FIGUEIREDO, matrícula 47.107-7, função MG1Q-GT3 cargo em comissão de Diretor do Programa Educação Escolar, período de 03.04.95 a 01.05.95, por motivo de afastamento do titular;
10. ADMARY BORGES N. DE FIGUEIREDO, matrícula 47.107-7, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Assistente Geral do CAIC UNESCO, período de 06.03.95 a 15.03.95, por motivo de afastamento do titular;
11. ANDRÉ RABELO DE SOUSA, matrícula 47.163-1, função MG3V, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino 01 do Núcleo Bandeirante, período de 26.01.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
12. ANDRÉ RABELO DE SOUSA, matrícula 47.163-1, função MG3V, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino 01 do Núcleo Bandeirante, pelo período de 24.07.95 a 12.08.95, por motivo de afastamento do titular;
13. ANDRÉ RABELO DE SOUSA, matrícula 47.163-1, função MG3V, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino 01 do Núcleo Bandeirante, período de 11.11.95 a 30.11.95, por motivo de férias do titular;
14. JANE ALVES BARRETO, matrícula 47.176-3, função MG2Q, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 24.07.95 a 31.07.95, por motivo de afastamento do titular;
15. JANE ALVES BARRETO, matrícula 47.176-3, função MG2Q, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 01.08.95 a 31.08.95, por motivo de afastamento do titular;
16. JANE ALVES BARRETO, matrícula 47.176-3, função MG2Q, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 01.09.95 a 18.10.95, por motivo de afastamento do titular;
17. LUZINETE RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 47.305-7, função TP603, cargo em comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe Cerâmica da Benção, período de 01.09.95 a 30.09.95, por motivo de afastamento do titular.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555 de 04 de março de 1996, resolve:
Designar os servidores que eventualmente substituiram os Cargos em Comissão, abaixo especificados, para fins de regularização funcional:
1. SANDRA ESTELA BONFIM CAVALCANTI, matrícula 44.402-2, função MG3Q, cargo em comissão de Chefe da Seção de Integração Escola Comunidade da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante, período de 09.11.95 a 30.11.95, por motivo de licença médica;
2. ANTÔNIO XAVIER CAMPOS, matrícula 44.421-9, função MG2V-GT3, cargo em comissão de Assistente do Centro Educacional 01 do Núcleo Bandeirante, período de 23.02.95 a 17.04.95, por motivo de afastamento do titular;
3. URSULA C. FONTANA, matrícula 44.564-9, cargo em comissão de Chefe Secretaria do Centro Ensino Nova Betânia, período de 03.03.95 a 16.03.95, motivo de afastamento do titular;
4. MARIA CELESTE N. SIMÃO, matrícula 45.040-5, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Diretor do Centro de Ensino Agrourbano, período de 06.01.95 a 18.01.95, por motivo de afastamento do titular;
5. MARIA CELESTE N. SIMÃO, matrícula 45.040-5, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Diretor do Centro de Ensino Agrourbano, período de 06.01.95 a 25.01.95, por motivo de férias do titular;
6. CLÁUDIA CRISTINA DA S. ALENCAR, matrícula 45.221-1, função SA401, cargo em comissão de Chefe de Secretaria do Centro Educacional 01 do Núcleo Bandeirante, período de 03.07.95 a 01.08.95, por motivo de férias do titular;
7. LEONARDO PORFÍRIO CARDOSO, matrícula 45.740-X, função MG3Q, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Telebrasília, período de 05.06.95 a 24.06.95, por motivo de férias do titular;
8. LEONARDO PORFÍRIO CARDOSO, matrícula 45.740-X, função MG3Q, cargo em comissão de Vice Diretor do Centro de Ensino Telebrasília, período de 02.05.95 a 21.05.95, por motivo de afastamento do titular;
9. MÔNIA MARIA MARTINS LEMES, matrícula 45.834-1, função MG3V, cargo em comissão de Diretora da Escola Classe Agrovila II, período de 01.02.95 a 01.03.95, por motivo de afastamento do titular;
10. CLÁUDIA QUEIROZ DE MIRANDA, matrícula 46.068-0, função MG1V, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Granja das Oliveira, período de 05.01.95 a 03.02.95, por motivo de férias do titular;
11. SILVANO OLIVEIRA DE CARVELHO, matrícula 46.311-6, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Assistente do Centro de Ensino Riacho Fundo, período de 11.06.95 a 30.06.95, por motivo de afastamento do titular;
12. SARTRE GONÇALVES SANTOS, matrícula 46.466-X, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente da Escola Classe Agrovila São Sebastião, período de 06.02.95 a 20.02.95, por motivo de afastamento do titular;
13. MARLY BELTRANE FARIA, matrícula 46.650-6, função MG2Q-GT3, cargo em comissão de Diretor do Centro de Ensino Metropolitana, período de 11.05.95 a 30.05.95, por motivo de férias do titular;
14. BERNADETE CAVALHEIRO RODRIGUES, matrícula 46.763-4, função MG1Q-GT3, cargo em comissão de Assistente do CAIC UNESCO, período de 06.03.95 a 15.03.95, por motivo de afastamento do titular;
15. MARTA CRISTINA SANTOS MARTINS, matrícula 46.786-3, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente do Programa Escolar, período de 17.04.95 a 30.04.95, por motivo de afastamento do titular;
16. MARTA CRISTINA SANTOS MARTINS, matrícula 46.786-3, função MG1Q, cargo em comissão de Assistente do Programa Escolar, período de 01.05.95 a 30.05.95, por motivo de afastamento do titular;
17. MARTA CRISTINA SANTOS MARTINS, matrícula 46.786-3, função MG1Q, cargo em comissão de Assistento do Programa Escolar, período de 01.06.95 a 08.06.95, por motivo de afastamento do titular;

KÁTIA FRANCA VASCONCELLOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DA ESCOLA CLASSE ZOOBOTÂNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela instrução 551 de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III-B, da Lei 8.112/90, resolve:

Conceder Licença Nojo a MAURO LUIZ FERRARI DE KAISER, matrícula nº 46.462-7, MG1Q, pelo período de 13.06.96 a 20.06.96.

ORLEAN PIRES CÂMARA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 7º, do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
Conceder Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público - TIDEM, aos servidores abaixo especificados:
NÚBIA APARECIDA C. CHAGAS, matrícula nº 27.282-5, a partir de 08.07.96, CHESp nº 028, autorizada em 27.06.96.
SIMONE APARECIDA CAVALCANTE, matrícula nº 29.676-7, a partir de 08.07.96, CHESp nº 028, autorizada em 27.06.96.
NEIDE LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 30.076-4, a partir de 02.07.96, CHESp nº 030, autorizada em 27.06.96.
ELIZANGELA JOSÉ DA SILVA ATAÍDES, matrícula nº 30.001-2, a partir de 02.07.96, CHESp nº 030, autorizada em 27.06.96.
MAGDA MARTINS DA SILVA, matrícula nº 29.967-7, a partir de 02.07.96 CHESp nº 030, autorizada em 27.06.96.

MAGNO SÉRGIO DE MELO NEVES

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 8 DE JULHO DE 1996

A DIRETORA DO CENTRO EDUCACIONAL 02 DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III "a" da Lei nº 8112/90, resolve:
Conceder Licença gala ao servidor EDGAR ALVES SILVA, matrícula nº 872512 pelo período de 03.07.96 a 10.07.96.

MARILZA RAMOS VALENÇA

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 64, DE 5 DE JULHO DE 1996(*)

O DIRETOR SUBSTITUTO DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - ISDF, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso XI, XIV e XXIX do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 7612 de 25 de julho de 1983, resolve:
Designar o servidor JORKJONE SILVA BATISTA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 100371-2, para apurar no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos relatados no processo 062.000.407/96/ISDF, e sugerir a adoção das medidas cabíveis.

MÁRIO CÉSAR ALTHOFF

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 132, de 10.7.96, pág. 5606.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 67, DE 12 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR-SUBSTITUTO DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - ISDF, no uso de suas atribuições regimentais, resolve :
CESSAR OS EFEITOS da Ordem de Serviço nº 142, de 13 de julho de 1995, publicada no DODF nº 138, de 19/07/95, pág. 26.
DESIGNAR os servidores JOSÉ RAIMUNDO DE ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 30844-7; LUIZ CARLOS DA COSTA, matrícula nº 100447-6; NORMA APARECIDA HAKME, matrícula nº 200852-1 e MARKCILEIDE SANTOS SOARES DE SOUZA, matrícula nº 200826-2, como membros titulares, e LUIZ ANTONIO SÓCRATES TEIXEIRA, matrícula nº 100779-3 e KLAUS MARCUS PARANAYBA, matrícula nº 200835-1, como membros suplentes, para, sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão Permanente de Licitação do Instituto de Saúde do Distrito Federal.

MARIO CÉSAR ALTHOFF

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995. resolve:
Dispensar os servidores abaixo relacionados:
João Augusto de Macedo, Assistente Superior de Saúde, (Fisioterapeuta), Matrícula 135061-7, AS 31, 3ª Classe, Padrão I, no período de 16 a 20/09/96, para participar do VI Congresso Paulista de Fisioterapia e V Expo-Fisio Brasil - 96.
Nazaré de Fátima F. Lima Matos, Assistente Superior de Saúde, (Médica-Clínica), Matrícula 119099-7, AS 16, 1ª Classe, Padrão VI, no período de 17 a 21/11/96, para participar do 22º Congresso Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia.

CID LUIS DE SOUSA VALE

ORDENS DE SERVIÇO DE 9 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, e tendo em vista o constante no processo nº 00061 005216/96. resolve:
Autorizar em caráter excepcional, o pagamento de horas extras aos servidores abaixo, por serviços eventuais prestados no mês de junho/96, nos totais abaixo especificado nos termos do Decreto nº 11.386 de 26/12/91 alterado pelo Decreto 11.452 de 15/02/92 de acordo o limite previsto:

123 702-1	Rinaldo de Souza neves	36 horas
134 089-1	Karla Pereira de Almeida	12 horas
133 772-6	Ikuyo Nakamura	06 horas
TOTAL GERAL		54 horas

Tendo em vista o constante nos processos nº 00061 006226/96. resolve:
Autorizar em caráter excepcional, serviços extraordinários a serem prestados no mês de julho/96 nos totais abaixo especificado nos termos do Decreto nº 11.386 de 26/12/88 alterado pelo Decreto 11.452 de 15/02/89, de acordo com o limite previsto.

133 772-6	Ikuyo Nakamura	36 horas
134 033-6	Raimunda A. Pereira	18 horas
114 674-2	Semiana de J. Gusmão	18 horas
134 384-0	Cristina Monte L. Silva	24 horas
128 246-8	Paula Maria de Azevedo A. Lopes	36 horas
128 105-4	José Carlos M. Córdoba	24 horas
134 299-1	Ana Cristina Machado	24 horas
121 704-6	Letícia Libânio Tavares	54 horas
121 404-7	Nely Rodrigues dos Santos	68 horas
135 021-8	Railson Júnior Silva Santos	48 horas
131 357-6	Dione Medeiros Miguel	06 horas
133 778-5	Ruth Carneiro de L. Santana	40 horas
135 078-1	Cristóvão José Nogueira Barros	36 horas
123 702-1	Rinaldo de Souza Neves	36 horas
130 911-1	Arthur Esteves Neto	06 horas
131 191-1	Francisco P. de Sousa	24 horas
132 051-3	Manoel M. L. das Neves	18 horas
132 082-3	José Gomes da Silva	24 horas
132 216-6	Salomão José de Freitas	24 horas
113 668-2	José de Oliveira	18 horas
TOTAL GERAL		582 horas

Determinar que a Chefia imediata mantenha controle rigoroso sobre a efetiva realização dos mencionados serviços, encaminhando ao serviço de pessoal, ao final dos aludidos períodos, o total de horas trabalhadas pelos servidores.

CID LUIS DE SOUSA VALE

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995. resolve:

Tomar sem efeito os ítens da Ordem de Serviço de 28 de junho de 1996, publicada no DODF de 03/07/96, página 5414 que dispensa a servidora Ana Cristina Machado, Assistente superior de Saúde, (Médico Clínica-Médica), no período de 17 a 22/07/96, para participar do I simpósio Norte Nordeste de Acupuntura Recife-PE, por motivos administrativos; que designa a mesma para substituir o Chefe da Unidade de Internação/DRMA/HAB, no período de 01 a 16/07 e de 24 a 31/07/96, que designa a servidora Letícia Libânio Tavares, Assistente Superior de Saúde, (Médico-Clínica Médica) AS 15, 1ª Classe, Padrão V, Matrícula 121704-6, para substituir o Chefe da Unidade de Internação da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais/HAB, DF-05 no período de 17 a 23/07/96; designar a servidora Ana Cristina Machado, Assistente Superior de Saúde, (Médico-Clínica Médica) matrícula 134299-1, AS 33, 3ª Classe, Padrão III, para substituir o cargo acima citado no período de 01 a 30/07/96, tendo em vista férias do titular.

CID LUIS DE SOUSA VALE

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe confere Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995. resolve:
Designar, Fernando Lima Guilherme, Assistente Intermediário de Saúde II, 3ª Classe, Padrão III, (Agente Administrativo) Matrícula 134421-8, para ocupar o cargo em Comissão de encarregado de Faturamento e Estatística da Divisão de Administração Geral/HAB, símbolo DFG-03, do quadro de Cargo em Comissão da FHDF ; de 01/03 a 09/07/96, devido ao cargo estar vago.
Designar, Rinaldo de Souza Neves, Assistente Superior de Saúde, (Enfermeiro) matrícula 123702-1, 1ª Classe Padrão II, para ocupar o cargo em comissão de encarregado de Necrotério e Capela do Núcleo de Serviços Gerais/DAG/HAB, símbolo DFG-03 do quadro de Cargos em Comissão da FHDF, no período de 01 a 30/06/96, devido ao cargo encontrar-se vago.
Designar, Valdeni Roque dos Santos, Assistente Intermediário de Saúde, 3ª Classe, Padrão III (Auxiliar de enfermagem) matrícula 134144-8, para ocupar o cargo em comissão de Encarregado de Necrotério e Capela do Núcleo de Serviços Gerais/DAG/HAB, símbolo DFG-03 do quadro de Cargos em Comissão da FHDF, no período de 01 a 09/07/96, devido o cargo encontrar-se vago.

CID LUIS DE SOUSA VALE

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL DE APOIO DE BRASÍLIA , no uso das atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço de 14 de agosto de 1995 publicada no DODF de 23 de agosto de 1995. resolve:
Conceder salário família a servidora abaixo, nos Termos do Artigo 197, da Lei 8112/90:

Nome: Maria da Aparecida Ribeiro	Mat. 134 044-1
Dependente: Marcelo Miranda Ribeiro	Filho - DN: 03.07.96
Nome: Luis José Silva soares	Mat. 135121-4
Dependente: Luis Ricardo S. Soares Júnior	Filho - DN: 10.07.96

WELLINGTON ANTÔNIO DA SILVA

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

ORDENS DE SERVIÇO DE 8 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:

RETIFICAR A O.S. DE 10 DE JUNHO DE 1996, publicada no DODF nº 115, de 17 de junho de 1996, página 4897, que trata de substituição de cargos comissionados:

onde se lê:

FRANCISCO MIRANDA, Assistente Intermediário de Saúde AIS 05 II (Agente Administrativo), matrícula nº 110.095-5, para substituir o Encarregado do Setor de Arquivo Geral/DDI, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 23.05.96 à 29.05.96, por motivo de licença médica do titular.

Leia-se:

FRANCISCO MIRANDA, Assistente Intermediário de Saúde AIS 05 II (Agente Administrativo), matrícula nº 110.095-5, para substituir o Encarregado de Arquivo Médico/DDI, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 23.05.96 à 29.05.96, por motivo de licença médica do titular.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:

RETIFICAR A O.S. DE 19 DE JUNHO DE 1996, publicada no DODF nº 121, de 25 de junho de 1996, página 5148.

onde se lê:

Conceder Licença Paternidade ao servidor abaixo discriminado, nos termos do art. 196, da Lei 8.112/90.
ROBERTO LUIZ DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, AI 05, Tecnico Lab. Hematologia Hemoterapia, matrícula 114.491-0, no período de 25.05.96 à 29.05.96, por motivo do nascimento de seu filho Victor Hugo Rodrigues de Melo, em 24.05.96.

Leia-se:

Conceder Licença Paternidade ao servidor abaixo discriminado, nos termos do art. 196, da Lei 8.112/90.
ROBERTO LUIZ DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, AI 05, Tecnico Lab. Hematologia Hemoterapia, matrícula 114.491-0, no período de 25.05.96 à 29.05.96, por motivo do nascimento de sua filha, Julia Avila Silva, em 24.05.96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:

RETIFICAR A O.S. DE 14 DE JUNHO DE 1996, publicada no DODF nº 121, de 25 de junho de 1996, página 5148.
onde se lê:

PAULO CESAR DE AZEVEDO, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 15 II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula 127.019-2, para participar do X Congresso Brasileiro de Enfermagem, a realizar-se em São Paulo -SP, de 05.10.96 à 12.10.96, já incluidos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.

Leia-se:

PAULO CESAR DE AZEVEDO, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 15 II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula 127.019-2, para participar do 48º Congresso Brasileiro de Enfermagem, a realizar-se em São Paulo -SP, de 05.10.96 à 12.10.96, já incluidos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, *de 1º de agosto de 1995, resolve:*

RETIFICAR A O.S. DE 22 DE MAIO DE 1996, publicada no DODF nº 110, de 10 de junho de 1996, página 4688.
onde se lê:

VITOR TEIXEIRA LINDOSO, AS 05, (Médico Cardiologia), matrícula nº 111.920-6, para substituir, dessa Regional de Saúde, Símbolo DFG (05) no período de 01.06.96 à 30.06.96, por motivo de licença especial da titular.

Leia-se:

VITOR TEIXEIRA LINDOSO, AS 05, (Médico Cardiologia), matrícula nº 111.920-6, para substituir o Chefe da Unidade de Cardiologia, dessa Regional de Saúde, Símbolo DFG (05) no período de 01.06.96 à 30.06.96, por motivo de licença especial da titular.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:

RETIFICAR A O.S. DE 10 DE JUNHO DE 1996, publicada no DODF nº 115, de 17 de junho de 1996, página 4896.
onde se lê:

Aplicar penalidade de SUSPENSÃO, por 07 (sete) dias ao servidor JOARBELAN LIMA MOTA, NM 17-I, (Auxiliar Operacional de Sefviiços Diversos - Patologia Clínica), matrícula 124.066-8, conforme artigo 127, inciso I e II da Lei 8.112/90, com referência ao processo nº 061.039001/96.

Leia-se:

Aplicar penalidade de SUSPENSÃO, por 07 (sete) dias ao servidor JOARBELAN LIMA MOTA, NM 17-I, (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Patologia Clínica), matrícula 124.066-8, conforme artigo 127, inciso I e II da Lei 8.112/90, com referência ao processo nº 061.039001/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:

RETIFICAR A O.S. DE 10 DE JUNHO DE 1996, publicada no DODF nº 115, de 17 de junho de 1996, página 4897, que trata de substituição de cargos comissionados:

onde se lê:

TANIA REGINA DRUND PONTE, NM -29, (Agente Administrativo), matrícula nº 123.787-9, para substituir a Encarregada da SPDA/DDI, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (04), no período de 13.05.96 à 24.05.96, por motivo de licença médica do titular.

Leia-se:

TANIA REGINA DRUND PONTE, NM -29, (Agente Administrativo), matrícula nº 123.787-9, para substituir a Chefe da SPDA/DDI, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (04), no período de 13.05.96 à 24.05.96, por motivo de licença médica do titular.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

ORDENS DE SERVIÇO DE 9 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar o servidor, FREDERIC LOUIS CHARLES STEENHOWER, ASS-22, (Médico - Clínica Médica Queimados), matrícula nº 128.270-1, para responder pelo cargo de Chefe da Unidade de Queimados da Divisão de Recursos Médico-Assitenciais, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (05), no período de 24.05.96 à 25.06.96, por motivo de vacância do cargo.
Designar a servidora, NARA CLARA TAVARES UCHOA RODRIGUES, ASS-03, (Enfermeira), matrícula nº 116.016-8, para responder pelo cargo Encarregado de Enfermagem por área de Internação, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.04.96 à 23.05.96, por motivo de vacância do cargo.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar substitutos dos cargos comissionados adiante indicados, nos períodos mencionados, os seguintes servidores:
NELITO DOS SANTOS FILHO, AIS 01-II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 124.641-1, para substituir a Assistente do Diretor, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (07), no período de 01.07.96 à 30.07.96, por motivo de férias do titular.
TEREZINHA ANGELA FERRAZ CARNEIRO,Assistente Superior de Saúde, ASS 16, (Enfermeira), matrícula nº 119.635-9, para substituir a Encarregada de Enfermagem por Área de Internação (Queimados), dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 15.07.96 à 24.07.96, por motivo de férias do titular.
MARISA LEITE BICHARA, Assistente Superior de Saúde, ASS 37,(Enfermeira), matrícula nº 131.748-2, para substituir a Encarregada de Enfermagem em Saúde da Comunidade, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (07), no período de 08.07 96 à 17.07.96, por motivo de férias do titular.
WALMIRA DA SILVA (Enfermeira), Assistente Superior de Saúde, ASS 02, matrícula nº 117.173-9, para substituir a Encarregada de Enfermagem por Área de Internação (Clínica Médica), dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.07.96 à 31.07.96, por motivo licença Especial.
RITA DE CASSIA E SILVA CUNHA XIMENES, Assistente Intermediario de Saúde, AIS 03, (Agente Administrativo), matrícula nº 119.509-3, para substituir a Chefe de Setor de Informação do Centro de Saúde nº 09 de Brasília, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (04), no período de 26.05.96 à 02.06.96, por motivo de Licença Médica do titular.
DENISE MARIA DOS SANTOS GRACIANO, NM 17-I, (Aux. Oprecional de Serviços Diversos - Limpeza e Conservação), matrícula nº 126.703-5, para substituir o Chefe da Seção de Material, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (05), no período de 08.07.96 à 06.08.96, por motivo de férias do titular.
MARGARIDA PEREIRA NUNES DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 16-II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 125.152-0, para substituir a Secretária da Unidade de Internação, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.07.96 à 31.07.96, por motivo de Licença Prêmio do titular.
FRANCISCO MIRANDA LIMA, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 05-II, (Agente Administrativo), matrícula nº 110.095-5, para substituir Encarregado de Arquivo Médico, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 14.06.96 à 21.06.96, por motivo de Licença Gala do titular.
FRANCISCO MIRANDA LIMA, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 05-II, (Agente Administrativo), matrícula nº 110.095-5, para substituir Encarregado de Arquivo Médico, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 23.07.96 à 07.07.96, por motivo de Licença Medica do titular.
VALERIA VARGAS DA COSTA, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 34, (Agente de Serviços Complementares - Serviço Social), matrícula nº 132.776-3, para substituir a Secretária do Centro de Saúde de Brasília nº 13, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 10.07.96 à 19.07.96, por motivo de férias do titular.

ROSILENA DA SILVA COELHO, Assistente Superior de Saúde, ASS 24, (Enfermeiro), matrícula nº 127.849-5, para substituir Encarregado de Enfermagem em Berçário, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 11.07.96 à 30.07.96, por motivo de férias do titular.
ARISTON CAMPOS DA SILVA, Assistente Básico de Saúde, ABS 01, (Ascensorista), matrícula nº 136.048-5, para substituir a Encarregadas de Portaria Vigilância e Limpeza, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 10.07.96 à 19.07.96, por motivo de férias do titular.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o afastamento dos(as) servidores(as) abaixo relacionados para participarem dos seguintes Congressos:
IGNACIO BRANDÃO GRACINDO NETO, Assistente Superior de Saúde AS 02 (Médico Oftamologia), matrícula nº 117.933-1, para participar do XII Congresso Brasileiro da Cegueira e I Congresso Panamericano de Prevenção da cegueira, a realizar-se em São Paulo - SP, de 03.09.96 à 08.09.96, já incluídos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.
FLAVIO TAVARES SAMPAIO, Assistente Superior de Saúde AS 33 (Médico Anestesiologia), matrícula nº 133.720-3, para participar do 43º Congresso Brasileiro de Anestesiologia - Qualidade Total, a realizar-se em Rio de Janeiro - RJ, de 02.11.96 à 09.11.96.
UMBELINA RIBEIRO SOARES, Assistente Intermediário de Saúde AIS 03 II (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 120.681-8, para participar do 48º Congresso Brasileiro de Enfermagem, a realizar-se em São Paulo - SP, de 05.10.96 à 12.10.96, já incluídos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.
ALDAIR REZENDE MELO, Assistente Superior de Saúde ASS 05 (Nutricionista), matrícula nº 106.760-5, para participar do XIV Congresso Brasileiro de Nutrição, a realizar-se em Belo Horizonte - MG, de 23.08.96 à 29.08.96 já incluídos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.
MARIA EUNICE GOUVEIA PEREGRINO, Assistente Superior de Saúde ASS 13 (Nutricionista), matrícula nº 122.396-8, para participar do XIV Congresso Brasileiro de Nutrição, a realizar-se em Belo Horizonte - MG, de 23.08.96 à 29.08.96 já incluídos os dias previstos para trânsito, nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

ORDENS DE SERVIÇO DE 10 DE JULHO DE 1996

O DDIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995,resolve:
Autorizar a servidora, VIVIANNY SALES GONÇALVES, Assistente Intermadiário de Saúde, AI22-II, matrícula nº 129.006-1, a ausentar-se do serviço, no período de 21.06.96 à 28.06.96, por motivo de Casamento, nos termos do art.97, inciso III, alínea " a ", da Lei 8.112/90.
Autorizar o servidora, CLÁUDIA CONCEIÇÃO MENDES, Assistente Intermadiário de Saúde, matrícula nº 134.917-1, a ausentar-se do serviço, no período de 28.06.96 à 05.07.96, por motivo de Casamento, nos termos do art.97, inciso III, alínea " a ", da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995,resolve:
Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do art. 196, da Lei 8.112/90.
Servidor: BETÂNIA DE FATIMA FIGUEREDO DA SILVA
Matrícula: 133.923-1
Dependentes: Amanda Fernanda Figueredo, na qualidade de filha
Data de nascimento: 03.06.96
Servidor: MARIA ESTELINA FERREIRA DA MOTTA
Matrícula: 131.974-4
Dependentes: MURILO DA MATTA PINCOWSKY, na qualidade de filho
Data de nascimento: 21.06.96

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995,resolve:
Conceder Salário Família aos servidores abaixo discriminados, nos termos do art. 197, da Lei 8.112/90:
Servidor: BETANIA DE FATIMA FIGUEREDO DA SILVA
Matrícula: 113.923-1
Dependentes: Amanda Fernanda Figueredo Silva, na qualidade de filha
Data de nascimento: 03.06.96
Servidor: PEDRA ALMIRANDA BISPO FLORENCIO
Matrícula: 120.119-1
Dependentes: Gabriela Bispo Varella Barca, na qualidade de filha.
Data de nascimento: 24.11.82

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Autorizar a servidora, abaixo relacionada a ausentar-se do serviço, no período mencionado, por motivo de falecimento de familiar, nos termos do art. 97, inciso III, alínea "b ", da Lei 8.112/90.
Servidora: ISABEL DIVINA A. LUZ
Classe/Padrão: AIS 14-II
Matrícula: 127.816-9
Período de 20.06.96 à 27.06.96 Por motivo do falecimento de:sua mãe

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar substitutos dos cargos comissionados adiante indicados, nos períodos mencionados, os seguintes servidores:
CELIA MILHOMENS AIRES AVELINO, Assistente Superior de Saúde, ASS 11, (Enfermeira), matrícula nº 124.508-2, para substituir a Encarregada de Enfermagem por área de Internação, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 08.05.96 à 17.05.96, por motivo de licença de acompanhamento do titular.
SERGIO LUIZ ROCHA, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 02-II, (Agente Administrativo), matrícula nº 121.955-3, para substituir o Encarregado de Recepção da Patologia Clínica, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 08.07.96 à 06.08.96, por motivo de férias do titular.
CLAUDIO XAVIER BRANDÃO GRACINDO, Assistente Intermediário de Saúde, AIS 31-II, (Agente Administrativo), matrícula nº 135.405-1, para substituir a Encarregada da Matrícula do Pronto Socorro, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.04.96 à 30.04.96, por motivo de aposentadoria do titular.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar substituto do cargo comissionado adiante indicado, nos períodos mencionado, o seguinte servidor:
MARCIO FERNANDO RIBEIRO NADER, Assistente Superior de Saúde, ASS 16 (Médico Radiologista), matrícula nº 119724-2, para substituir o chefe da Unidade de Radiologia, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (05), no período de 08.07.96 à 27.07.96, por motivo de férias do titular.

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

HOSPITAL REGIONAL DA ASA SUL

ORDENS DE SERVIÇO DE 28 DE JUNHO DE 1996

O Diretor do Hospital Regional da Asa Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 13/95 de 01 de agosto de 1995, e tendo em vistas o constante no processo 061027187/96, resolve :
Autorizar o pagamento de horas extras aos servidores abaixo relacionados desta Unidade de Saúde, referente ao mês de abril96, nos termos do Decreto nº 11.386 de 26-12-88, alterado de Decreto nº 11.452 de 15-02-95, de acordo com o limite previsto :

Matrícula	Nome	Horas
111.218-0	Lygia Maria de Carvalho P. Guerra	06
111.249-0	Elza Maria de Oliveira Alves	30
112.054-9	Luiz Gonzaga da Mota	06
112.162-6	Joaquim Cândido da Cunha	31
113.274-1	Walter Ruy Rangel Nunes	31
113.298-9	Denise Nogueira da Gama Cordeiro	06
113.508-2	Maria das Graças T. Alves	43
114.237-2	Josélia Maria Ávila	30
114.977-6	Ayres FranciscoFerreira Filho	12
117.088-1	Kátia Maria B. Andrade	49
117.109-7	Ana Lúcia Silva Ramos	25
117.199-2	Conceição de Maria B. Kawano	38
129.511-0	Elinda Saraiva Garcia	25
131.471-8	Sérgio Henrique Veiga	37
116.065-6	Daria Maria M. Garcia	24
123.186-3	Divanise Inês A. Galvão	25
115.730-2	Thereza Christina C. Ribeiro	36
115.522-9	Paulo César G. Dias	69
133.276-7	Maurício Mtanios F. Arbach	87
128.216-6	Cléris Antônio Casagrande	63
131.455-6	Enzio Galvão Diniz Torreão Braz	06
110.183-8	Iran Maia Júnior	26
112.415-3	Maria Lúcia Coelho de Almeida	44
120.361-4	Márcio Moreira Salles	26
112.415-3	Maria Auxliadora Costa Neto Estrela	39
114. 862-1	Cícero Alves da Silva	19
113.268-7	Ribaísa de Fátima Cavalcante Sampaio	39
128.736-2	Rômulo César Gonçalves	13
114.901-6	José Silvério Assunção	45
121.048-3	Valdir Alves de Lima	39
116.226-8	Glaycon Fernandes Pereira	26
125.768-4	Rosana Peres Rabelo	45
109.859-4	Neri João Bottin	51
119.490-9	Cleber Marinho da Silva	65
133.672-0	Paulo Maurício Silva Lassance	51
134.425-1	Marlucy Zampronha Correia	51
134.445-5	Márcio Pinelli de Abreu	13
134.545-1	Valéria Mendes Vieira	55
109.764-4	Maura Pedroso Gonçalves	51
111.846-3	José Rodrigues Silva	90
113.248-2	Maria Alves Suassuna Santos	89
113.291-1	Jefferson Guimarães Resende	101
121.979-1	Raulê de Almeida	25
122.317-8	Ana Lúcia do Nascimento Moreira	25
128.328-6	Carlos Alberto Tayar	12
127.166-1	Albaneyde Farias Formiga	13
128.247-6	Martha Gonçalves Vieira	31
127.909-2	Débora Rodrigues Nunes	25
131.485-8	Liu Campello de Mello	49
134.314-9	Miza Maria B. Andrade Vidigal	25
136.333-6	Luciana Bezerra Araújo	25
110.307-5	Célia Marilda Lins Gomes	36
120.362-2	Maria Nicélia Gomes Macedo	24
118.912-3	Virgínia Freitas de Almeida	12
123.425-1	Regina Kimiko Hayashida	103
101.964-3	Bernardo Pereira Alves	12
107.745-7	Josefina Rodrigues Verneque	12
120.960-4	Alberto Ribeiro do Rego	24
117.456-8	Olga Garcia Fernandes	12
118.188-2	Maria de Fátima F. S. Cruz	25
122.454-9	Celina Oliveira Silva	25
122.740-8	Ana Maria da Silva	31
111.268-6	Emmanuel Macias Frade	76
111.951-6	Paulo Roberto Bonfim	52
112.395-5	Vera Luci Carniato Santonini	48
115.171-1	Maria Estela de Holanda Barbosa	52
115.837-6	João Paulo de Andrade Molina	65
115.902-0	Valdecir Gonçalves Bueno	52
118.338-9	Ricardo de Oliveira Lima	100
125.417-1	Enrique Rivero Ortiz	52
128.732-0	Guaraci Lelis Beliza	72
132.523-0	Miriam Wesgueber	52
114.153-8	Giuseppe de Assis Rolim	65
130.677-4	Fádia Maria Amaral	52
132.487-0	Carlos Fernando Silva	52
127.065-6	Ivanise de Jesus Oliveira	48
130.487-9	Karla Magna O. Bizanha	54
135.428-1	Avelar de Holanda Barbosa Junior	48
135.357-8	Eliete Alves Santana	18
135.251-2	Carmélia Vilela	54
130.571-9	Eliete Maria Alves	06
133.271-6	Silvania Maria da Silva	18
135.221-1	Helena Mota Pinheiro	12
119.397-0	Lourival Ribeiro de Matos	30
122.866-0	Maria do Socorro Gonçalves	36
117.301-4	Maria de Fátima Braga Lúcia	48
116.150-4	Maria Lourdes Ribeiro Melo	48
130.185-3	Ninnonrose Trancoso Cortes	94
129.518-7	Mariza Domingues Cavalcante	60
129.437-7	Maria Marta Macedo	96
135.048-0	Devita Pereira Almeida	06
134.464-1	Adriana A. Rezende	25
121.396-2	Wilze Maria da Silva	30
129.170-0	Luiz Carlos Costa Santos	84
127.563-1	Tania Maria Seixas Juca Padovani	26
107.132.7	Maria Matilde Coelho	26
127.898-3	Ariany de Albuquerque Q. Gonçalves	57
134.386-6	Maricildes Pinheiro Costa	13
128.502-5	Maria Paulina de O. Azevedo	25
131.233-2	José Ramires de Lima	52
122.322-4	Antonio Carlos Santos	15
122.110-8	Walmir Bispo da Silva	40
124.228-8	Djalma Costa Oliveira	15
117.711-7	Expedito Azevedo Moreira	25
124.007-2	Prisco Fernandes Melo	30
128.534-3	Maria Paula Raiol de Miranda	15
113.850-2	Tereza Cristina Lopes	10
107.717-1	Maria Rosa de Pina	10
133.113-2	Ivone de Freitas Campos	20
119.065-2	Josefa Ferreira Izidro	10
124.179-6	Lúcia Azevedo Moreira	10
129.057-6	Julieta Pereira Ruela	15
133.287-2	Maria da Luz Cavalcante	15
112.872-8	Walmir Alves Almeida	20
130.952-8	Roberto da Silva Santos	20
114.071-0	Henrique Barbosa	25
126.525-3	Fausto da Silva Roboredo Neto	25
119.651-1	Mizue Okino Okubo	30
123.112-0	Luís Alfredo Lindoso	19
115.774-4	João Bento Maziero Castellan	25

101.042-5	Waldecy de Siqueira	49
118.265-0	Dalcy de Oliveira Albuquerque Filho	49
125.840-1	Saulo Ferreira Pimentel	50
125.851-6	José Flávio Rós	25
127.974-2	Amaury Amaral da Silva	50
131.115-8	Antonio de Freitas Oliveira	48
126.208-4	Carmem Daúbia S. Venâncio	48
135.418-3	Denise Camerino Àvila	24
117.708-7	Horácio Benício S. Lacerda	48
129.553-5	Angela Koury M. Landwher	72
134.021-2	Cleirene Prado de S. Pereira	48

O Diretor do Hospital Regional da Asa Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 13/95 de 01 de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o pagamento em carater excepcional de horas extras eventuais aos servidores abaixo relacionados desta Unidade de Saúde, referente o mês de Abril/95, nos termos do Decreto nº 11.386 de 26.12.88, alterado pelo Decreto nº 11.452 de 15.02.95, conforme consta no processo 061.027.245/96.

MATRICULA	NOME	Nº HORAS
136.333-6	Luciana Bezerra de Araújo	26
113.291-1	Jefferson Guimarães Resende	12
113.248-2	Maria Alves Suassuna Santos	12
120.960-4	Alberto Ribeiro Rego	49
109.335-5	Deuzenice Barbosa da Mota	26
117.456-8	Olga Garcia Fernandes	13
122.740-8	Ana Maria da Silva	19
118.188-2	Maria de Fátima F. S. Cruz	30
122.454-9	Celina Oliveira Silva	19
121.062-9	Rodolfo Medeiros Cunha Fortes	39
107.745-7	Josefina Rodrigues Verneque	13
133.471-9	Getulio Caetano Pereira Júnior	136
134.425-1	Marlucy Zampronha Correia	25
117.711-7	Expedito Azevedo Moreira	25
122.110-8	Walmir Bispo da Silva	20
114.071-0	Henrique Barbosa	12
122.946-0	Raimundo oliveira	12
106.080-5	Jaques Roberto S. Pires	12
108.567-1	José Martins da Fonseca	12
133.145-1	Josélia Gonçalves Macedo	12
108.872-6	Maria Alves da Costa	12
124.179-6	Lúcia Azevedo Moreira	12
126.072-3	Olivia Maria de Jesus Rodrigues	12
123.707-1	Gessy Pereira de Souza	12
133.201-5	Ana Rita Silva	12
133.263-5	Maria Izabel M. Santos	12
133.274-1	Regina Soares Barbosa	12
130.967-6	Santa Ana de Jesus Barcelos	12
133.155-8	Lúcia Maria da Silva	12
133.287-2	Maria da Luz Cavalcante	12
124.077-2	Prisco Fernandes Melo	12
107.717-7	Maria Rosa de Pina	12

O Diretor do Hospital Regional da Asa Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 13/95 de 01 de agosto de 1995, e tendo em vistas o constante no processo 061027125/96, resolve :
Autorizar o pagamento de horas extras aos servidores abaixo relacionados desta Unidade de Saúde, referente ao mês de março/96, nos termos do Decreto nº 11.386 de 26-12-88, alterado de Decreto nº 11.452 de 15-02-95, de acordo com o limite previsto :

Matrícula	Nome	Horas
117.109-7	Ana Lucia Silva Ramos	19
117.199-2	Conceição de Maria Barbosa Kawano	31
117.932-2	Maria Stela Melo Sakon	06
129.511-0	Elinda Saraiva Garcia	43
131.471-8	Sérgio Henrique Veiga	49
115.730-2	Thereza Christina C. Ribeiro	48
116.065-6	Daria Maria Macedo Garcia	18
123.186-3	Divanise Inês Araújo Galvão	38
115.522-9	Paulo Cesar Gomes Dias	43
133.276-7	Maurício Mtanias I. Arbach	37
128.216-6	Cléris Antonio Casagrande	76
114.944-0	SolonTeobaldo de Assis	18
111.218-0	Lygia Maria de Carvalho P. Guerra	06
111.249-0	Elza Maria de Oliveira Alves	36
112.054-9	Luiz Gonzaga da Mota	06
112.162-6	Joaquim Cândido da Cunha	35
113.274-1	Walter Ruy Rangel Nunes	50
113.298-9	Denise Nogueira da Gama Cordeiro	06
113.508-2	Maria das Graças Teixeira Alves	31
114.237-2	Josélia Maria Ávila	31
114.977-6	Ayres Francisco Ferreira Filho	06
115.908-9	Gladys Cavalcante Raposo de Almeida	06
117.088-1	Kátia Maria Barreto Andrade	49
115.926-7	Rejane Castilho B. Pimentel	43
128.328-6	Carlos Alberto Tayar	25
127.166-1	Albaneyde Farias Formiga	25
128.247-6	Martha Gonçalves Vieira	31
127.909-2	Debora Rodrigues Nunes	25
131.485-8	Liu Campello de Mello	25
135.397-7	Elvira Lucia de F. Macedo	25
134.314-9	Miza Maria Barreto A. Vidigal	24
109.764-4	Maura Pedroso Gonçalves	76
111.846-3	José Rodrigues Silva	100
113.248-2	Maria Alves Suassuna	25
113.291-1	Jefferson Guimarães Resende	64
118.288-9	Olga Messias A. Oliveira	64
121.979-1	Raulê de Almeida	12
122.317-8	Ana Lúcia do Nascimento Moreira	38
128.343-0	Samiro Assreuy	38
113.356-0	Maria Auxiliadora Costa N. Estrela	63
128.216-6	Clérls Ántonio Casagrande	51
114.862-1	Cícero Alves da Silva	52
113.268-7	Ribaísa de Fátrima C. Sampaio	39
128.736-2	Rômulo César Gonçalves	25
114.901-6	José Silverio Assunção	51
122.853-6	Paulo Uchoa Ribeiro	13
121.236-2	Guilherme Soares Cutrim	51
121.048-3	Valmir Alves de Lima	78
116.226-8	Glaycon Fernandes Pereira	52
109.859-4	Neri João Bottin	97
115.522-9	Paulo Cesar Gomes Dias	36
112.415-3	Maria Lucia Coelho de Almeida	48
120.361-4	Marcio Moreira Sales	52
111.641-0	Geraldo Gomes da Silva	63
112.931-7	Renato Maranhão Moreira	38
125.593-2	Walter de Araújo Linhares	44
110.183-8	Iran Maia Junior	88
111.268-6	Emmanuel Macias Frade	76
111.951-6	Paulo Roberto Bonfim	65
115.171-1	Maria Estela de Holanda Barbosa	65
115.837-6	João Paulo de Andrade Molina	52
115.902-0	Valdecir Gonçalves Bueno	65
122.307-1	Márcia do O' Catão	76
125.417-1	Enrique Rivero Ortiz	65
128.732-0	Guaraci Lelis Beleza	84
132.523-0	Myrian Wesgueber	52
114.153-8	Giuseppe de Assis Rolin	52
130.677-4	Fadia Maria Amaral Aguiar	65
132.487-0	Carlos Fernando da Silva	60
130.487-9	Carla Magna Quaresma Bisanha	89
135.428-1	Avelar de Holanda Barbosa Junior	60
135.418-3	Denise Camerino Ávila	60
119.490-9	Cleber Marinho da Silva	75
128.283-2	Roselle Bugarim Steenhouwer	52
133.672-0	Paulo Mauricio Silva Lassance	62
134.425-1	Marlucy Zampronha Correia	50
134.545-1	Valéria Mendes Vieira	50
101.964-3	Bernanrdo Pereira Alves	18
107.745-7	Josefina Rodrigues Verneque	14
109.335-5	Deuzenice Barbosa da Mota	24
120.960-4	Alberto Ribeiro Rêgo	24
105.736-7	Maria Lúcia Mendes	13
117.456-8	Olga Garcia Fernandes	66
118.188-2	Maria de Fátima F. S. Cruz	56
122.454-9	Celina Oliveira Silva	42
122.740-8	Ana Maria da Silva	30
110.307-5	Celia Marilda Lins Gomes	36
118.912-3	Virgína Freitas de Almeida	24
136.222-4	Thaís Rocha Correia	24
120.362-2	Maria Nicélia Gomes Macedo	24
133.472-9	Getúlio Caetano P.Junior	26
123.425-1	Regina Kimico Hayashida	52
126.260-2	Antonio Helder Alcântara Lima	13
120.301-1	Cleosa Nunes A. Teixeira	39
116.150-4	Maria Lourdes Ribeiro Melo	48
117.301-4	Maria de Fatima Braga Lúcia	48
130.910-2	Olga Pascuci Zen	31
130.185-3	Ninnonrose Trancoso	52
129.437-7	Maria Marta Lopes Macedo	37
129.518-7	Mariza Domingues Cavalcante	48
122.866-8	Maria do Socorro Gonçalves	42
122.322-4	Antonio Carlos Santos	20
132.111-1	Francisco Pascoal de Souza	15
106.080-5	Jaques Roberto da Silva Pires	25
117.711-7	Expedito Azevedo Moreira	10
130.952-8	Roberto da Silva Santos	15
122.627-4	José Rodrigues Filho	15
112.872-8	Walmir Alves Almeirda	30
124.007-2	Prisco Fernandes Melo	20
132.216-8	Salomão José de Freitas	25
126.480-0	Antonia Alves Conceição	10
133.113-2	Ivone da Silva Freitas	15
119.065-2	José Ferreira Izidro	20
123.707-1	Gessy Pereira de Souza	15
129.033-9	Ana Maria Maulaz Lacerda	25
133.201-5	Ana Rita Silva	25
129.057-6	Julieta Pereira Ruela	10
133.287-6	Maria da Luz Cavalcante	15
107.717-1	Maria Rosa de Pina	20
126.121-5	Francisca Vieira da Silva	10
105.738-3	Pedro Quintino Leles	36
131.233-2	José Ramires de Lima	52
101.042-5	Waldecy de Siqueira	25
116.848-7	José Carlos de Almeida	100
118.285-0	Dalcy de Oliveira Albuquerque	55
125.840-1	Saulo Ferreira Pimentel	74
125.851-6	José Flávio Rós	51
125.852-4	Antonio Carlos Homem S. Freitas	13
127.974-2	Amaury Amaral da Silva	62
131.115-8	Antonio de Freitas Oliveira	55

127.065-6	Ivanise de Jesus Oliveira	12
119.551-1	Mizue Okino Okubo	31
122.594-4	Marta Pires de Carvalho	51
123.112-0	Luiz Alfredo Lindoso	45
115.774-4	João Bento Masiero Castellan	50
127.488-1	Maria Inês Lago P. de Almeida	51
133.276-1	Maurício Natanias I. Arbach	50
117.708-7	Horácio Benício S. Lacerda	48
120.979-5	Maria de Lourdes de Oliveira	48

O Diretor do Hospital Regional da Asa Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 13/95 de 01 de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o pagamento em carater excepcional de horas extras eventuais aos servidores abaixo relacionados desta Unidade de Saúde, referente o mês de março/95, nos termos do Decreto nº 11.386 de 26.12.88, alterado pelo Decreto nº 11.452 de 15.02.95, conforme consta no processo 061.027228/96.

MATRICULA	NOME	Nº HORAS
113.274-1	Walter Ruy Rangel Nunes	13
117.097-0	Antonio Augusto Barbosa	13
121.062-9	Rodolfo Medeiros Cunha Fortes	39
120.960-4	Alberto Ribeiro Rego	12
107.320-6	Maria Tavares da Silva	13
130.488-7	Lucila Nagata O. Carneiro	06
111.846-3	José Rodrigues Silva	26
122.317-8	Ana Lúcia do N. Moreira	21
128.343-0	Samiro Assreuy	13
113.248-2	Maria Alves Suassuna Santos	13
134.545-1	Valéria Mendes Vieira	12
129.437-7	Maria Marta Macedo	39
128.502-5	Maria Paulina O. Azevedo	52
130.185-5	Ninnonrose Trancoso	32
121.726-7	Jaqueline Carla de Carvalho	26

O Diretor do Hospital Regional da Asa Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 13/95 de 01 de agosto de 1995, e tendo em vistas o constante no processo 061027273/96, resolve :
Autorizar o pagamento de horas extras aos servidores abaixo relacionados desta Unidade de Saúde, referente ao mês de maio/96, nos termos do Decreto nº 11.386 de 26-12-88, alterado de Decreto nº 11.452 de 15-02-95, de acordo com o limite previsto :

Matrícula	Nome	Horas
111.249-0	Elza Maria de Oliveira Alves	30
112.054-9	Luiz Gonzaga da Mota	06
112.162-6	Joaquim Cândido Cunha	25
113.274-1	Walter Ruy Rangel Nunes	31
113.508-2	Maria das Graças Teixeira Alves	37
114.237-2	Joselia Maria Ávila	37
114.977-6	Ayres Francisco Ferreira Filho	06
117.088-1	Kátia Maria Barreto Andrade	49
117.097-0	Antônio Augusto Barbosa	06
117.109-7	Ana Lúcia Silva Ramos	25
117.199-2	Conceição de Maria Barbosa Kawano	38
117.932-2	Maria Stela Melo Sakon	06
129.511-0	Elinda Saraiva Garcia	30
131.471-8	Sérgio Henrique Veiga	25
116.065-6	Daria Maria Macedo Garcia	30
115.730-2	Thereza Cristina C. Ribeiro	48
115.522-9	Paulo César Gomes Dias	63
133.276-7	Maurício Netanias Isbar Arbach	88
128.216-6	Cléris Antônio Casagrande	31
114.944-0	Salon Teobaldo de Assis	30
109.764-4	Maura Pedroso Gonçalves	12
111.846-3	José Rodrigues Silva	57
113.248-2	Maria Alves Suassuna Santos	63
113.291-1	Jefferson Guimarães Resende	70
118.288-9	Olga Maria Alves de Oliveira	06
121.979-1	Raulê de Almeida	13
122.317-8	Ana Lúcia do Nascimento Moreira	35
128.343-0	Samiro Assreuy	31
120513-7	Mauro P. Felipe Baccas	12
115.926-7	Rejane Castilho B. Pimentel	12
128.328-6	Carlos Alberto Tayar	12
127.166-1	Albaneyde Farias Formiga	12
128.247-6	Martha Gonçalves Vieira	18
131.485-8	Liu Campello de Mello	31
131.496-3	Giane Maria Cézar	12
127.909-2	Débora Rodrigues Nunes	06
134.314-9	Miza Maria Barreto Andrade Vidigal	12
113.854-5	Delinan Lima Mota	26
115.201-7	Gildete Ferreira Silva	13
116.226-8	Glaycon Fernandes Pereira	32
114.862-1	Cícero Alves da Silva	39
122.853-6	Paulo Uchoa Ribeiro	19
109.859-4	Neri João Bottin	52
121.048-3	Valdir Alves de Lima	51
115.171-1	Maria Estela de Holanda Barbosa	52
113.356-0	Maria Auxiliadora C. Neto Estrela	65
113.268-7	Ribaisa de Fátima C. Sampaio	26
128.736-2	Romulo Cesar Gonçalves	13
114.901-6	José Silverio Assunção	19
112.415-3	Maria Lúcia C. de Oliveira	31
128.503-3	Kátia Cleia Moreira	18
120.361-4	Marcio Moreira Sales	26
111.268-6	Emmanuel Macias Frade	95
111.951-5	Paulo Roberto Bonfim	52
114.153-8	Giuseppe de Assis Rolim	52
115.837-6	João Paulo de Andrade Molina	52
115.902-8	Valdeci Gonçalves Bueno	52
115.927-5	Ivan de Faria Malheiros	52
118.338-9	Ricardo de Oliveira Lima	48
130.614-1	Fádia Maria Amaral	52
132.487-0	Carlos Fernando Silva	65
127.065-6	Ivanise de Jesus Oliveira	48
127.189-8	Fátima Regina A. Pinheiro	32
130.487-0	Karla Mariana Bisanha	54
135.428-1	Avelar de Holanda Barbosa	48
101.964-3	Bernardo Pereira Alves	30
107.745-7	Josefina Rodrigues Verneque	63
120.960-4	Alberto Ribeiro Rego	32
121.062-9	Rodolfo Medeiros Cunha Fortes	26
117.456-8	Olga Garcia Fernanades	48
118.188-2	Maria de Fátima F. S. Cruz	75
122.454-9	Celina Oliveira Silva	54
122.740-8	Ana Maria da Silva	70
119.490-9	Cleber Marinho da Silva	77
133.672-0	Paulo Maurício Silva Lassance	75
134.425-5	Marlucy Zampronha Correia	86
123.425-1	Regina Kimiko Hayashida	103
133.472-9	Getulio Caetano P. Junior	38
111.350-0	Risolene Nunes da Silva	12
114.740-4	Wellington Vieira de Sousa	12
111.951-6	Paulo Roberto Bonfim	52
115.857-6	João Paulo de Andrade Molina	52
115.902-0	Valdecir Gonçalves Bueno	52
118.338-9	Ricardo de Oliveira Lima	48
125.417-1	Henrique Rivero Ortiz	52
128.223-9	Edna Mácias Xavier	52
132.523-0	Myrian Wesgueber	65
130.374-1	Arnaldo Bernadino Alves	30
127.065-6	Ivanise de Jesus Oliveira	48
115.773-6	Luiz Fernando Marouelli	55
134.445-5	Márcio Pinelli de Abreu	30
122.866-8	Maria do Socorro Gonçalves	24
117.301-4	Maria de Fátima Braga Lúcia	42
116.150-4	Maria Lourdes Ribeiro Melo	42
130.185-3	Ninnonrose Trancoso Cortez	100
129.437-7	Maria Marta Lopes Macedo	100
129.518-7	Mariza Domingues Cavalcante	26
119.791-6	Elizete Ferreira	32
119.487-7	Maria Gorete de Queiroz	12
127.563-1	Tânia Mara Seixas J. Padovani	26
107.132-7	Maria Matilde Coelho	25
132.446-2	Maria Edna Araújo Pinheiro	30
134.386-6	Maricildes Pinheiro Costa	39
134.464-1	Adriana A. Rezende	52
135.048-0	Devita Pereira Almeida	26
128.502-5	Maria Paulina de Oliveira Azevedo	26
127.358-2	Júlio Cesar de Souza	48
129.170-0	Luiz Carlos dos Santos	48
121.396-2	Wilze maria da Silva	30
131.233-2	José Ramires de Lima	65
107.717-1	Maria Rosa de Pina	15
119.065-2	Josefa Ferreira Izidro	20
129.033-9	Ana Maria Maulaz Lacerda	30
120.263-4	Neide Maria de Fátima Silva	30
117.711-7	Expedito Azevedo Moreira	25
124.007-2	Prisco Fernandes de Melo	25
126.325-3	Fausto da Silva Roboredo Neto	15
122.110-8	Valmir Bispo da Silva	35
124.228-8	Djalma Costa de Almeida	10
112.872-8	Walmir Alves Almeida	27
114.071-0	Henrique Barbosa	15
123.707-1	Gessy Pereira de Souza	10
133.281-5	Ana Rita Silva	10
130.952-8	Roberto da Silva Santos	35
122.627-4	José Rodrigues Filho	35
124.179-6	Lúcia Alves Moreira	10
133.287-2	Maria da Luz Cavalcante	32
126.121-5	Francisco Vieira da Silva	10
129.057-6	Julieta Pereira Ruela	30
128.534-3	Maria Paula Raiol de Miranda	15
124.559-5	Maria Madalena Silva Barbosa	10
101.042-5	Waldecy de Siqueira	62
116.848-7	José Carlos de Almeida	76
118.265-0	Dalcy de Oliveira Albuquerque Filha	25
125.840-1	Saulo Ferreira Pimentel	61
127.974-2	Amaury Amaral da Silva	61
131.115-8	Antonio de Freitas Oliveira	48
119.651-1	Mizue Okino Okubo	30
122.594-4	Marta Pires de Carvalho	13
123.112-0	Luis Alfredo Lindoso	32
115.774-4	João Bento Maziero Castellan	38
129.553-5	Angela Koury M. Landwher	24
117.708-7	Horácio Benício S. Lacerda	54
135.418-3	Denise Camerino Avila	24
135.251-2	Carmelia Vilela	48
126.208-4	Carmem Danúbia S. Venâncio	48
126.227-1	Francisco Araújo Barradas	48

O Diretor do Hospital Regional da Asa Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Instrução nº 13/95 de 01 de agosto de 1995, resolve:
Autorizar o pagamento em carater excepcional de horas extras eventuais aos servidores abaixo relacionados desta Unidade de Saúde, referente o mês de maio/95, nos termos do Decreto nº 11.386 de 26.12.88, alterado pelo Decreto nº 11.452 de 15.02.95, conforme consta no processo 061.027343/96.

MATRICULA	NOME	Nº HORAS
113.291-1	Jefferson Guimarães Resende	13
128.343-0	Samiro Assreuy	24
131.485-6	Liú Campello de Mello	12
136.333-6	Luciana B. Araújo	17
122.317-8	Ana Lucia do Nascimento Moreira	06
118.338-9	Ricardo de Oliveira Lima	39
120.511-1	Ricardo Augusto Vieira Aboudib	13
114.153-8	Giuseppe de Assis Rolim	12
122.307-1	Márcia do O' Catão	12
122.740-8	Ana Maria da Silva	13
109.335-5	Deuzenice Barbosa Mota	38
120.960-4	Alberto Ribeiro Rego	13
101.964-3	Bernado Pereira Alves	12
114.027-2	José Leomar de Souza	13
118.364-8	Maria do Socorro Raposo Hipólito	12
110.183-8	Iran Maia Junior	06
116.641-0	Geraldo Gomes da Silva	

LUCAS CARDOSO VERAS NETO

HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ORDENS DE SERVIÇOS DE 2 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos da Instrução nº 06, de 28 de abril de 1980, e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar JUAREZ FERREIRA SANTOS, matrícula 117403-7, AIS-II- Agente Administrativo; ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO, matrícula 126576-8, AOSD-Farmácia e ISAÍAS BATISTA SANTANA, matrícula 121192-7, AIS-II-Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Inventário do Almoxarifado/HRB, no segundo trimestre de 1996.
Designar WILLIAN GONÇALVES BURIL, matrícula 134958-9, AIS-II- Agente Administrativo; PAULO FERNANDES DA SILVA, matrícula 114766-2,AIS-I-AOSD--Limpeza e Conservação e FRANCISCO PEREIRA VIEIRA, matrícula 127981-5, AIS-I-AOSD-Limpeza e Conservação, para sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Inventário da Farmácia/HRB, no segundo trimestre.
Designar EVALDO MELO MENDONÇA, matrícula 122603-7, ASS-Médico Clínica Médica; DURVALINO SIMÕES DE ABREU, matrícula 109472-6, AIS- Agente Administrativo e JUAREZ FERREIRA SANTOS, matrícula 117403-7, AIS- Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro constituir a Comissão de Sindicância para inquirir sobre a ocorrência do Sr. FRANCISCO WILAMI MARQUES RAMALHO.
Designar JOSÉ MARCÉLIO C. FERREIRA, matrícula 113290-3, ASS-Médico Ginecologista; JOÃO DE ARANI ALVES DE SOUZA, matrícula 108512-3, AIS-Agente Administrativo e LÉA MARIA AMARAL NOGUEIRA, matrícula 131017-8, ASS-Enfermeira, para sob a presidência do primeiro constituir a Comissão de Sindicância para apurar fatos ocorridos, conforme ficha de ocorrência da OUVIDORIA/HRB.
Designar ARILDO DOS SANTOS MARQUES, matrícula 133057-8, ASS- Farmacêutico; GOIÂNIO GOMES DE MOURA, matrícula 120487-4, AIS-Agente Administrativo e ALDENOR ALVES SANTOS, matrícula 134458-7, AIS-Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro constituir a Comissão de Sindicância para averiguar relato da Chefia SAS/HRB.
Designar EDUARDO GONÇALVES SALES, matrícula 117625-1, ASS-Médico Clínica Cirúrgica, JOSÉ ANTÔNIO LIRA, matrícula 112952-0, ASS-Enfermeiro, e REGIANE MARIA COUTINHO DE SOUZA, matrícula 119298-1, AIS-II-Agente Administrativo, para sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Sindicância, para dar continuidade nos autos do processo 061044073/95.

LUCIANO DOS SANTOS FLORES

ORDENS DE SERVIÇOS DE 9 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos da Instrução nº 06, de 28 de abril de 1980, e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13 de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar nos termos do Atigo 38, da Lei 8.112/90, combinada com o Decreto nº 15.357/93, substitutos dos cargos comissionados, adiante indicados nos períodos mensionados, os servidores abaixo discriminados:
- Nome: DIRCE MARIA BRAGHETTO Matrícula: 128891-1
Cargo: Chefe do Núcleo de Saúde da Comunidade/HRBz
Símbolo: DF-07
Motivo: Férias da titular
Período: 10/07 a 19/07/96
- Nome: MARIA ELIESSE RODRIGUES DE OLIVEIRA Matrícula: 134992-9
Cargo: Chefe da Seção de Nutrição, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais/HRBz.
Símbolo: DF-05
Motivo: Férias da titular
Período: 15 a 24/07/96

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos da Instrução nº 06, de 28 de abril de 1980, e considerando o disposto no item III,da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
1- Conceder Salário Família, nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90 ao servidor abaixo discriminado:
Nome: EDUARDO GOMES TRINDADE Matrícula: 122270-8
Dependente: Emmanuelle de Morais Trindade, na qualidade de filha
Data de nascimento: 25/02/96

2- Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Arrigo 87, da Lei 8.112/90, combinada com a Lei 221, de 21/12/91, aos servidores abaixo discriminados:
- Nome: EVA GALVÃO DE SOUSA Matrícula: 123222-3
Processo: 061.044326/92 Quinquênio(s): 2º 03/01/90 a 02/01/95
- Nome: GERTRUDES TEIXEIRA CAMPOS Matrícula: 117102-0
Processo: 061.044159/96 Quinquênio(s): 1º 23/06/81 a 27/06/86
2º 28/06/86 a 05/07/91
3º 06/07/91 a 05/07/96
- Nome: VALDIR JUNQUEIRA Matrícula: 117684-6
Processo: 061.044158/96 Quinquênio(s): 1º 31/08/81 a 30/08/86
2º 31/08/86 a 15/09/91
3º 16/09/91 a 15/09/96
- Nome: ARNALDO COSTA DAS CHAGAS Matrícula: 126866-0
Processo: 061.044268/92 Quinquênio(s): 2º 05/06/91 a 04/07/96
- Nome: JOSEFA SANTOS BORGES Matrícula: 130558-1
Processo: 061.044161/96 Quinquênio(s): 1º 18/03/91 a 17/06/96

LUCIANO DOS SANTOS FLORES

HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 21, DE 26 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, resolve designar os servidores ROSA NANCY URRIBARRI RUNZER SALLENAVE, mat.117.340-5, TEREZA VALÉRIO DA SILVA, mat.118.727-9, DORALICE TEODORA DE OLIVEIRA, mat. 115.127-4, EDNAMARA FILOMENA DOS SANTOS, mat. 118.939-5, TÉRCIA MARIA COELHO DE LIMA, mat. 111.871-4, ANDRÉ BRANDÃO PAES, mat. 115.630-6, ABÍLIO CASTRO FILHO, mat. 118.757-1, BELQUISSE FERNANDES BORBA, mat. 116 .104-1, HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA, mat. 121.898-1, para sob a a coordenação da primeira comporem Grupo de Trabalho para elaboração do Planejamento Local.

EDVALDO DIAS CARVALHO JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 17 DE JUNHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o Item III da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, **resolve:**

Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao servidor abaixo relacionado, lotado na **COORDENAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE SOBRADINHO,** nos termos do Art. 87 de Lei 8.112/90 combinado com a Lei 221/91, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos.

NOME: **ANTÔNIO MATEUS BATISTA**
MATRÍCULA: 118.656-6 Processo: 061.036065/92
QUINQUÊNIO(s):
2º - 21.02.87 a 20.02.92
NOME: **CARMOSINA DA SILVA GLÓRIA FERREIRA**
MATRÍCULA: 115.772-8 Processo: 061.036223/91
QUINQUÊNIO(s):
1º - 24.11.80 a 03.12.85
2º - 04.12.85 a 25.12.90
3º - 26.12.90 a 25.12.95
NOME: **CLEUZOLITA RODRIGUES DE SOUZA**
MATRÍCULA: 130.270-1 Processo: 061.036223/96
QUINQUÊNIO(s):
1º - 04.01.91 a 03.01.96
NOME: **HISAYO HORITA**
MATRÍCULA: 115.745-1 Processo: 061.036280/93
QUINQUÊNIO(s):
3º - 18.04.91 a 16.04.96
NOME: **JULITA ROSA BATISTA**
MATRÍCULA: 130.671-5 Processo: 061.036222/96
QUINQUÊNIO(s):
1º - 25.03.91 a 24.03.96
NOME: **LÚCIA ALVES DO NASCIMENTO**
MATRÍCULA: 126.455-9 Processo: 061.036015/95
QUINQUÊNIO(s):
2º - 01.05.91 a 01.05.96
NOME: **MARIA DA PENHA BATISTA COELHO CAMPOS**
MATRÍCULA: 116.862-2 Processo: 061.036127/91
QUINQUÊNIO(s):
1º - 09.04.81 a 10.04.86
2º - 11.04.86 a 16.04.91
3º - 17.04.91 a 16.04.96
NOME: **NANCI ALVES DA SILVA**
MATRÍCULA: 115.604-7 Processo: 061.036039/91
QUINQUÊNIO(s):
1º - 24.11.80 a 01.02.86
2º - 02.02.86 a 05.05.91
3º - 06.05.91 a 05.05.96
NOME: **SANDRA MARIA FELIPE COELHO CORTEZ**
MATRÍCULA: 124.251-2 Processo: 061.036611/93
QUINQUÊNIO(s):
1º - 18.01.85 a 05.03.90
2º - 06.03.90 a 05.03.95
NOME: **SEBASTIÃO ALVES DO NASCIMENTO**
MATRÍCULA: 115.539-3 Processo: 061.036498/95
QUINQUÊNIO(s):
3º - 14.04.91 a 14.04.96

EDVALDO DIAS CARVALHO JÚNIOR

ORDENS DE SERVIÇO DE 4 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o item III da Instrução Nº 13 de agosto de 1995, **resolve :**

Designar os servidores **ROSA MARIA SILVA MOSRRI,** Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 130.835-1, **ARUBIRAN ALVES DO NASCIMENTO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 116.114-8, **DESTERRO GOMES DA S. PINTO ARAÚJO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 116.240-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036295/96.**

Designar os servidores **JOÃO ISMAEL JACINTO ALBERNAZ,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Anestesiologia), matrícula 116.085-1, **ARUBIRAN ALVES DO NASCIMENTO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 116.114-8, **DESTERRO GOMES DA S. PINTO ARAÚJO,** Assistente Intermediário de Saúde

(Agente Administrativo), matrícula 116.240-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036264/96.**

Designar os servidores **JOÃO ISMAEL JACINTO ALBERNAZ,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Anestesiologia), matrícula 116.085-1, **ARUBIRAN ALVES DO NASCIMENTO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 116.114-8, **CARLA VIRGÍNIA BARREIRA DE MORAES**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 117.571-8, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036211/96.**

Designar os servidores **TÉRCIA MARIA COELHO DE LEMOS,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Ginecologia e obstetrícia), matrícula 111.871-4, **MARIA NOGUEIRA DE LIMA,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 115.310-2, **EVA LOPES DE OLIVEIRA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 115.108-8, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036294/96.**

Designar os servidores **TÉRCIA MARIA COELHO DE LEMOS,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Ginecologia e obstetrícia), matrícula 111.871-4, **MARIA AUXILIADORA N. EVANGELISTA,** Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 123.930-9, **MARIA NOGUEIRA DE LIMA,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 115.310-2, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036293/96.**

Designar os servidores **ENEIDA MARIA FONTES,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Pediatria), matrícula 115.762-1, **ALBERTO MOREIRA LIMA SOBRINHO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 127.587-9, **MARLY PEREIRA DELGADO VIANA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 124.628-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061.036292/96.**

Designar os servidores **ENEIDA MARIA FONTES,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Pediatria), matrícula 115.762-1, **ALBERTO MOREIRA LIMA SOBRINHO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 127.587-9, **SONIA MARIA DE LIMA SILVA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 115.355-2, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061.036291/96.**

Designar os servidores **ENEIDA MARIA FONTES,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Pediatria), matrícula 115.762-1, **LUZANIRA MONTEIRO ANACLETO,** Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 122.536-7, **MARLY PEREIRA DELGADO VIANA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 124.628-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061.036237/96.**

Designar os servidores **JOÃO ISMAEL JACINTO ALBERNAZ,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Anestesiologia), matrícula 116.085-1, **ABÍLIO CASTRO FILHO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 118.757-1, **MARLY PEREIRA DELGADO VIANA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 124.628-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036282/96.**

Designar os servidores **JOÃO ISMAEL JACINTO ALBERNAZ,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Anestesiologia), matrícula 116.085-1, **ABÍLIO CASTRO FILHO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 118.757-1, **MARLY PEREIRA DELGADO VIANA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 124.628-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036282/96.**

Designar os servidores **JOÃO ISMAEL JACINTO ALBERNAZ,** Assistente Superior de Saúde (Médico-Anestesiologia), matrícula 116.085-1, **ABÍLIO CASTRO FILHO,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 118.757-1, **MARLY PEREIRA DELGADO VIANA**, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 124.628-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036227/96.**

Designar os servidores **GILDECY BARBOZA DE AGUIAR CRISPIM,** Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 121.395-4, **RITA GOMES SIQUEIRA,** NM17-I (AOSD-Enfermagem), matrícula 127.215-2, **MARLY PEREIRA DELGADO VIANA,** Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 124.628-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem comissão de sindicância para apurarem os fatos constantes do processo **061036282/96.**

Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do Artigo 196, da Lei 8.112/90.

NOME: **MARIA JOSÉ GARCIA,** matrícula 115.101-1.
NOME DO FILHO: **DAVI MATHEUS GARCIA PEDROZA.**
DATA DE NASCIMENTO: 10.05.96.

NOME: **ANTONIO CÉSAR DOS SANTOS RAMOS,** matrícula 135.260-1.
NOME DO FILHO: **GABRIELLA CRISTINA RIO BRANCO RAMOS.**
DATA DE NASCIMENTO: 24.06.96.

Conceder salário-família, aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90, Seção III:

NOME: **MARIA JOSÉ GARCIA.**
MATRICULA: 115.101-1, LOTAÇAO HRS, DEPENDENTE: **DAVI MATHEUS GARCIA PEDROZA,** Filho, nascido em 10/05/96.

NOME: **CLEIDE BARROS RODRIGUES.**
MATRÍCULA: 132.614-7, LOTAÇÃO HRS, DEPENDENTES: **TUILA BARROS RODRIGUES,** Filha, nascida em 27/01/88, **IAGO SALES BARROS RODRIGUES,** Filho, nascido em 08/03/92 e **CAIO BARROS RODRIGUES,** Filho, nascido em 05/11/93..

NOME: **ANTONIO CESAR DOS SANTOS RAMOS.**
MATRÍCULA: 135.260-1, LOTAÇÃO HRS, DEPENDENTE: **GABRIELLA CRISTINA RIO BRANCO RAMOS,** Filha, nascida em 24/06/96.

NOME: **SÍLVIA ALVES CABECEIRA JEREMIAS.**
MATRICULA: 136.248-8, LOTAÇAO HRS, DEPENDENTE: **LETÍCIA NATÁLIA ALVES CABECEIRA JEREMIAS,** Filha, nascida em 04/05/96.

Designar substitutos dos cargos comissionados abaixo indicados, nos períodos mencionados, os seguintes servidores:

CRISTINA MARIA BARBOSA CHAVES, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 124.519-8, para substituir a Chefe de Equipe da Seção de Enfermagem do Centro de Saúde nº 03 da Coordenação Regional de Saúde de Sobradinho, símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **17/06** a **28/06/96** por motivo de Licença Médica e de **01/07** a **30.07/96** por motivo de Férias da Titular.

JOÃO MORELO SOBRINHO, Assistente Superior de Saúde (Farmacêutico Bioq. Laboratório), matrícula 116.041-9, para substituir o Chefe da Unidade de Patologia Clínica da Seção de Medicina Integrada da Divisão de Recursos Medicos Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **01** a **31/04/96** por motivo do cargo estar vago.

EDVALDO DIAS CARVALHO JUNIOR

ORDENS DE SERVIÇO DE 7 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o item III da Instrução Nº 13 de agosto de 1995, **resolve :**

Designar substitutos dos cargos comissionados abaixo indicados, nos períodos mencionados, os seguintes servidores:

SÉRGIO RAIMUNDINI CAVÉCHIA, Assistente Superior de Saúde (Médico - Clínica Médica), matrícula 127.617-4, para responder pela Direção da Divisão de Recursos Medicos Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **01/04** a **19/06/96** por motivo do cargo estar vago.

ESTEVÃO DE CÁSSIA FARIA, Assistente Superior de Saúde (Farmacêutico Bioquímico - Farmácia), matrícula 135.543-1, para substituir o Chefe da Seção de Farmácia da Divisão de Recursos Econômicos e Financeiros do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **01/07** a **10/07/96** por motivo de Férias do Titular.

CRISTINA MARIA BARBOSA CHAVES, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 124.509-8, para substituir a Chefe de Equipe de Enfermagem do Centro de Saúde nº 03 da Coordenação Regional de Saúde de Sobradinho, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **01/03/96** a **16/06/96** por motivo de Licença Gestante da Titular.

MARIA LINA GALÚCIO DE ANDRADE, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 118.559-4, para substituir a Chefe da Seção de Enfermagem do Centro de Saúde nº 02 da Coordenação Regional de Saúde de Sobradinho, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **23/05/96** a **10/06/96** por motivo de Licença Médica da Titular.

LÉA MARIA TADAIESKI ARRUDA, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 134.450-1, para responder pela Encarregadoria de Enfermagem em Clínica Obstétrica da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **29/05/96** a **30/06/96** por motivo do cargo estar vago.

JOSÉ FLÁVIO PEREIRA RÉGIS, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 117.509-2, para substituir o Encarregado de Enfermagem em Esterilização de Material da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **09/07/96** a **07/08/96** por motivo de Férias do Titular.

CLEONICE RODRIGUES CHAVES, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 134.111-1, para substituir o Encarregado de Enfermagem em Centro Obstétrica da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **09/07/96** a **07/08/96** por motivo de Férias do Titular.

ROSÂNGELA CHICON S. CARDOSO, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 129.889-5, para substituir o Encarregado de Enfermagem em Ambulatório da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **11/06/96** a **10/07/96** por motivo de Férias do Titular.

MARIA VALÉRIA PEREIRA DE MELO, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 129.502-1, para substituir o Encarregado de Enfermagem em Clínica Médica da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **09/07/96** a **07/08/96** por motivo do Titular estar substituindo outro cargo.

LENY NUNES DE BARROS, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 126.147-9, para substituir o Chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **09/07/96** a **07/08/96** por motivo de Férias do Titular.

MARIA EUNICE MAGALHÃES FEITOSA, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 128.749-4, para substituir o Encarregado de Enfermagem Saúde da Comunidade do Núcleo de Saúde da Comunidade da Divisão de Recursos Médicos e Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **09/07/96** a **28/07/96** por motivo de Férias do Titular.

JAILTON DAS CHAGAS SILVA, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 116.593-3, para responder pela Encarregadoria de Arquivo Médico da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **24/04/96** a **23/05/96** por motivo do cargo estar vago.

TEREZA VALÉRIO DA SILVA, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 118.727-9, para responder pela Encarregadoria de Estatística da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **24/04/96** a **23/05/96** por motivo do cargo estar vago.

ALDINO SALES RIBEIRO, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 106.827-0, para responder pela Encarregadoria de Matrícula da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **29/04/96** a **23/05/96** por motivo do cargo estar vago.

MARIA DA APRESENTAÇÃO B. ARAÚJO, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula 110.736-4, para responder pela Encarregadoria de Internações e Altas da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Documentação e Informação do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de **25/04/96** a **23/05/96** por motivo do cargo estar vago.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o item III da Instrução Nº 13 de agosto de 1995, **resolve :**

Autorizar o afastamento dos servidores relacionados já incluídos os dias previstos para trânsito nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.

ANA CÉLIA DOS SANTOS BRITO, Assistente Superior de Saúde (Nutricionista), matrícula 131.712-1, para participar do I Curso de Extensão em Tecnologia de Alimentos e Técnica Dietética à realizar-se em Brasília no período de **17/06** a **21/06/96.**

Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do Artigo 196, da Lei 8.112/90.

NOME: **ADELSON FERREIRA CAVALCANTE,** matrícula 115.496-6.
NOME DO FILHO: **NATÁLIA COÊLHO CAVALCANTE.**
DATA DE NASCIMENTO: 11.06.96.

NOME: **JANETE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE,** matrícula 118.765-1.
NOME DO FILHO: **PAULO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE.**
DATA DE NASCIMENTO: 11.06.96.

Conceder salário-família, aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90, Seção III:

NOME: **ADELSON FERREIRA CAVALCANTE.**
MATRICULA: 115.496-6, LOTAÇAO HRS, DEPENDENTE: **NATÁLIA COÊLHO CAVALCANTE,** Filha, nascida em 11/06/96.

NOME: **JANETE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE.**
MATRÍCULA: 118.765-1, LOTAÇÃO HRS, DEPENDENTES: **PAULO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO DE ANDRADE,** Filho, nascido em 11/06/96.

NOME: **FELIPE ALCOFORADO BARROSO BRAGA.**
MATRÍCULA: 134.515-0, LOTAÇÃO HRS, DEPENDENTE: **JÚLIA MOTA ALCOFORADO BRAGA,** Filha, nascida em 28/05/96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o Item III da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, **resolve:**

Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao servidor abaixo relacionado, lotado na **COORDENAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE SOBRADINHO,** nos termos do Art. 87 de Lei 8.112/90 combinado com a Lei 221/91, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos.

NOME: **BONFIM FERREIRA SENA**
MATRÍCULA: 116.507-1 Processo: 061.036266/91
QUINQUÊNIO(s):
1º - 27.05.81 a 26.05.86
2º - 27.05.86 a 26.05.91
3º - 27.05.91 a 26.05.96

NOME: **EDUARDO COSTA DE ALMEIDA**
MATRÍCULA: 115.678-1 Processo: 061.036529/92
QUINQUÊNIO(s):

3º - 02.12.90 a 01.12.95
NOME: **JURANDY PEREIRA DA SILVA**
MATRÍCULA: 115.472-9 Processo: 061.036074/93
QUINQUÊNIO(s):
3º - 17.10.90 a 16.10.95
NOME: **MARA CRISTINA DA SILVA**
MATRÍCULA: 115.103-7 Processo: 061.036519/92
QUINQUÊNIO(s):
3º - 01.12.90 a 14.12.95
NOME: **MARTA HELENA RODRIGUES GOUVEA BORÇARI**
MATRÍCULA: 124.982-7 Processo: 061.022311/92
QUINQUÊNIO(s):
1º - 19.03.85 a 12.05.90
2º - 13.05.90 a 21.05.95
NOME: **MÔNICA RAYANE MARTINS BARREIRA**
MATRÍCULA: 125.513-4 Processo: 061.036524/92
QUINQUÊNIO(s):
2º - 15.07.90 a 14.07.95
NOME: **TEREZINHA DE JESUS DURÃES MILHOMENS**
MATRÍCULA: 116.497-0 Processo: 061.036197/91
QUINQUÊNIO(s):
1º - 03.04.81 a 24.04.86
2º - 25.04.86 a 27.04.91
3º - 28.04.91 a 27.04.96

SEBASTIÃO ALVES PEREIRA, Assistente Superior de Saúde (Médico - Ginecologista), matrícula 116.411-2, para substituir o Chefe da Unidade de Ginecologia e Obstetrícia da Divisão de Recursos Medicos Assistenciais do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 01 a 20/08/96 (20 dias) por motivo de Férias do Titular.

Autorizar o afastamento dos servidores relacionados já incluídos os dias previstos para trânsito nos termos da Instrução nº 27, de 05 de setembro de 1980.

TEREZINHA DOS ANJOS DE AZEVEDO SAMPAIO, Assistente Superior de Saúde (Nutricionista), matrícula 132.471-3, para participar do Seminário Internacional sobre Segurança do Alimento da Criança à realizar-se em São Paulo no período de 10/06 a 14/06/96.

ELIANE HONORATO S. C. FURTADO, Assistente Superior de Saúde (Assistente Social), matrícula 118.591-8, para participar do II Congresso Brasileiro de Terapia Familiar à realizar-se em Gramado/Rio Grande do Sul no período de 31/07 a 04/08/96.

ANTONIETA ALVES DE SOUSA MOURA, Assistente Superior de Saúde (Assistente Social), matrícula 120.261-8, para participar do II Congresso Brasileiro de Terapia Familiar à realizar-se em Gramado/Rio Grande do Sul no período de 31/07 a 04/08/96.

Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do Artigo 196, da Lei 8.112/90.

NOME: **IVAN PAULO RÊGO DE SOUZA,** matrícula 129.857-7.
NOME DO FILHO: **GUILHERME NEVES SOUZA**
DATA DE NASCIMENTO: 08.07.94.

Dispensar a servidora **CÉLIA APARECIDA BECKER BAUER,** Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), matrícula 129.082-7, do **NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO EM SAÚDE** da Regional de Saúde de Sobradinho.

EDVALDO DIAS CARVALHO JÚNIOR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 11 DE JULHO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuições que lhe confere o artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:
CONCEDER APOSENTADORIA ao servidor abaixo relacionado:

DADOS DO SERVIDOR	FUNDAMENTAÇÃO
PROCESSO: 030.005479/96	Nos termos dos artigos 186, item
NOME: ZENOBIO SINVAL MARQUES	I e 189, Parágrafo único da Lei
MATRÍCULA: 5932-3	8112 de 11 de dezembro de 1990,com-
CARGO: AI-25	binados com o art.41,inciso I e Pa-
CLASSE: SEGUNDA	rágrafo 4o. da LEI ORGÂNICA DO DIS-
PADRÃO: IV	TRITO FEDERAL.
QUADRO: DE PESSOAL DO DF	

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 9 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 66, Inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342, de 20 de dezembro de 1993, resolve: designar os servidores JOSÉ RICARDO ALMEIDA BRITTO, matrícula nº 94.350-9, PAULO CÉSAR LAPA DE SOUZA, matrícula nº 93.720-7, EMIVAL JOSÉ DE PAULA e JÚLIO ALVES, matrícula nº 91.871-7 e o Tenente ALESSANDRO GERALDO VENTURIM BARBOSA DA SILVA, matrícula nº 50.100/X, este representando a CPRv - Companhia de Polícia Rodoviária do Distrito Federal, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Julgadora de Processos de Defesa Prévia - CJPDP, tendo como suplentes JÚLIO CÉSAR MOTA, matrícula nº 93.686-3, RONEI FERREIRA DE VASCONCELOS, matrícula nº 93.008-3 e o Capitão JOSÉ CAETANO FERREIRA JÚNIOR, matrícula nº 50.041-0, ficando revogada a Instrução de 09 de fevereiro de 1996.

HENRIQUE LUDUVICE

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 19, DE 9 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o Artigo 15 do Decreto nº 14.648 de 25 de março de 1.993, resolve: I - Publicar o resultado da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, dos servidores abaixo relacionados. II - Estipular o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recursos por parte dos servidores a contar da data da publicação, conforme Artigo 13 do referido Decreto e anexo III.

N O M E	MAT.	PONTOS	CONCEITO
ADÃO PROCÓPIO CORREA	94.698-2	5,13	Bom
JOSIAS DAS CHAGAS ATAÍDES	94.688-5	6,53	Excelente
KLEBER MARTINS FONTINELE	94.690-7	6,02	Excelente
ROGÉRIO TRINDADE DA SILVA	94.693-1	5,13	Bom
JOÃO VIEIRA EVANGELISTA	94.695-8	5,53	Excelente
JOÃO ALVES DE SOUZA	94.689-3	6,06	Excelente
ROSEMAR DOS SANTOS	94.700-8	5,93	Excelente

OSCAR DE AGUIAR ROSA FILHO
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO Nº 62, DE 5 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 16.409, de 05 de abril de 1.995 e Portaria nº 040/SEA, publicada no DODF de 13 de abril de 1.995, resolve: Autorizar o pagamento de Auxílio-Creche e Pré-Escola de que trata a Lei nº 792 de 10.11.94, aos servidores abaixo relacionados, referente aos dependentes que fazem jus ao referido auxílio.

NOME DO SERVIDOR : ARISTON ROCHA DRUMON ALBUQUERQUE
MATRÍCULA Nº : 92.211-0
DEPENDENTE : VITÓRIA HOLANDA DRUMON ALBUQUERQUE
DATA NASCIMENTO : 22.05.96

NOME DO SERVIDOR : AMISAEL GONÇALVES BINACETT
MATRÍCULA Nº : 93.241-8
DEPENDENTE : ANDRE MARQUES BINACETT
DATA NASCIMENTO : 24.06.96

NOME DO SERVIDOR : EULICIO VIEIRA DA SILVA
MATRÍCULA Nº : 94.241-3
DEPENDENTE : BRENDA ALORRANNE BARROS VIEIRA
DATA NASCIMENTO : 12.03.96

NOME DO SERVIDOR : CARLOS KENNEDY PINTO ARAÚJO
MATRÍCULA Nº : 94.257-X
DEPENDENTE : GUILHERME SILVA ARAÚJO
DATA NASCIMENTO : 20.06.96

OSCAR DE AGUIAR ROSA FILHO
Respondendo

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 12 DE JULHO DE 1996

O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO, no uso das atribuições que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº 15.740, de 23 Jun 86, resolve:

1. AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 05 Jul 96, o CAP QOBM/Méd JOSÉ PEREIRA DE REZENDE, matrícula nº 00209-7, do Quadro de Oficiais Médicos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 78, § 1º, alínea "c", nº 02 , e 79, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 Jun 86, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço do CBMDF, enquanto tramita o processo de Reforma "EX OFFÍCIO" conforme acha-se publicado no BG nº 128, 05 Jul 96.

2. AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 01 Jul 96, o MAJ QOBM/COMB WASHINGTON RODRIGUES LIMA, matrícula nº 00178-3, do Quadro de Oficiais Combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 78, § 1º, alínea "a", § 2º, e 79, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 Jun 86 por ter sido nomeado para exercer a função de Assessor Militar Auxiliar da Assessoria para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, conforme acha-se publicado no DODF nº 126, de 02 Jul 96

3. AGREGAR ao respectivo Quadro, a contar de 05 Jul 96, o 1º TEN QOBM/Adm JULIÃO DOS REIS RODRIGUES, matrícula nº 01310-2, do Quadro de Oficiais Administrativos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com os artigos 78, § 1º, alínea "a", § 2º, e 79, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 Jun 86, por ter sido nomeado para exercer a função de Assessor Militar Auxiliar na Assessoria para Assuntos do CBMDF, da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, conforme acha-se publicado no DODF nº 130, de 08 Jul 96.

4. REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 28 Jun 96, o CAP QOBM/Adm ISAÍAS DE SOUSA BORGES, matrícula nº 01132-0, de acordo com o artigo 81, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 Jun 86, por ter sido exonerado da função de Assessor Militar Auxiliar da Assessoria para Assuntos do CBMDF, da Casa Militar do Gabinete do Governador Distrito Federal, conforme acha-se publicado no DODF nº 126, de 02 Jul 96.

JOSÉ RAJÃO FILHO -CEL QOBM/COMB

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE JULHO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pela Ordem de Serviço de 02 de janeiro de 1996, publicada no DODF de 04.01.96, e constante do Processo nº 052.000.299/96, resolve:
I - Conceder Adicional de Insalubridade - GRAU MÉDIO, a partir de 09.01.95, ao servidor SÉRGIO DE ALMEIDA FERREIRA, Analista de Administração Pública, matrícula nº 22.905-9.

JOSÉ FERNANDES DA SILVA FILHO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE PESSOAL

PORTARIA DE 28 DE MAIO DE 1996

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a competência prevista na alínea "d" do § 1º do artigo 36 do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960, e Portaria PMDF nº 09, de 16 de dezembro de 1988, resolve:
Rever a Portaria DP de 30 de junho de 1995 e títulos, para redistribuir o benefício da pensão militar legado pelo extinto Soldado QPPMC EDUARDO AGRIPINO BEZERRA, Matrícula nº 19.281/3, falecido em 04 de junho de 1995, na forma dos artigos 40, § 5º e 42, § 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal- STF no Agravo Regimental em Mandado de Injunção nº 274-6-DF, publicado no DJ-Seção I, de 03/12/93, pág. 26.356, c/c os artigos 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74, 141 da Lei nº 7.289/84, 7º, item 2, da Lei nº 3.765/60 e ainda a Portaria Interministerial nº 2.826/94, a contar de 10 de maio de 1996, aos filhos menores DIGIANE BRAGA BEZERRA, Matrícula 71.292/2, e VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA ALVES BEZERRA, Matrícula nº 71.417/8, cabendo a cada beneficiário 50% (cinquenta por cento) da pensão tronco , no valor mensal, inicial de R$ 337,26 (trezentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos), para cada pensionista, conforme demonstrativo a seguir:

ADEQ. LEI 7961/89 ART. 2	R$	23,16
COMPENSAÇÃO ORGÂNICA	R$	23,16
HABILITAÇÃO MILITAR	R$	92,64
GRATIFICAÇÃO SERVIÇO ATIVO	R$	11,58
GAM	R$	185,28
GRATIFICAÇÃO C.E.T.	R$	36,07
GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA	R$	36,30
INDENIZAÇÃO REPRESENTAÇÃO	R$	115,80
INDENIZAÇÃO MORADIA	R$	34,74
SOLDO	R$	115,80
TOTAL	R$	674,53
Cota-parte 50% (cinquenta por cento)	R$	337,26

Saque-se em favor da menor DIGIANE BRAGA BEZERRA, Matrícula 71.292/2, na nova situação a contar de 1º de maio de 1996;
Saque-se em favor do menor VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA ALVES BEZERRA, Matrícula nº 71.417/8, a contar de 10 de maio de 1996;
Incluir na presente pensão 01 (um) salário-família,em favor de VICTOR EDUARDO DE OLIVEIRA ALVES BEZERRA.

PAULO CESAR ALVES DOS SANTOS - CEL QOPM

PORTARIAS DE 31 DE MAIO DE 1996

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a competência prevista na alínea "d" do § 1º do artigo 36 do Decreto nº 49.096, de 10 de outubro de 1960, e Portaria PMDF nº 09 de 16 de dezembro de 1988, resolve:
I - Cancelar, a contar de 18 de maio de 1996, de acordo com o artigo 23, inciso II da Lei nº 3.765/60, regulamentado pelo artigo 65, inciso II do Decreto nº 49.096/60, a concessão da cota-parte de 1/8 (um oitavo) de 50% (cinquenta por cento) do benefício da pensão militar destinada a ANDERSON BASTOS DE SOUZA, Mat. 70.065/7, por ter o mesmo completado a maioridade naquela data;
II - Redistribuir, a presente pensão militar aos demais herdeiros na seguinte proporção: para as companheiras do instituidor, senhoras ZENAIDE BASTOS PINHEIRO, Mat. 70.458/X e NAIR BASTOS DA SILVA, 70.512/8, 25% (vinte e cinco por cento) no valor de R$ 487,66 (quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), para cada uma e 50% (cinquenta por cento) divididos em partes iguais para as filhas do instituidor a saber: ÂNGELA BASTOS DE SOUZA, Mat.70.058/X, SELMA BASTOS DE SOUZA, Mat. 70.059/2, SHEILA BASTOS DE SOUZA, Mat. 70.060/6, JANAI DE BATOS DE SOUZA, Mat. 70.061/4, VÂNIA BASTOS DE SOUZA, Mat.70.062/2, SUELENE BASTOS DE SOUZA, Mat. 70.063/0 e VERÔNICA BASTOS DE SOUZA , Mat. 70.064/9, 1/7 (um sétimo) no valor mensal de R$ 139,40 (cento e trinta e nove reais e quarenta centavos) para cada uma, de acordo com a Portaria Interministerial nº 2.826, de 17 de agosto de 1994, publicada no Diário Oficial nº 158, folhas 12.466, de 18 de agosto de 1994 , conforme demonstrativo a seguir:

SOLDO	R$	300,30
GTS	R$	60,06
GHM	R$	240,24
GCO	R$	60,06
GAM	R$	480,48
G.CET	R$	164,42
G T	R$	164,70
ADIC. INATIVIDADE	R$	480,48
TOTAL	R$	1.950,74
Cotas-parte 25% (vinte e cinco por cento)para cada companheira	R$	487,66
1/7 (um sétimo) para cada filha	R$	139,40

III - Sacar em favor de cada beneficiária na nova situação, a contar de 1º de junho de 1996.

Reverter provisoriamente, de acordo com o artigo 24, da Lei nº3.765/60 regulamentado pelo artigo 48, alínea "b", do Decreto nº 49.096/60, 50% (cinquenta por cento) do benefício da Pensão Militar, para cada uma das beneficiárias a seguir: FÁTIMA LOPES FIGUEIRA, Matrícula 71.421/6 e RITA DE CASSIA PINTO LOPES, Matrícula nº 71.422/4, filhas da extinta pensionista militar MARIA JOSE RODRIGUES LOPES, Matrícula nº 71.091/1, falecida em 13 de fevereiro de 1996, a contar da data do óbito da pensionista, no valor mensal, inicial de R$ 611,18 (seiscentos e onze reais e dezoito centavos), na forma dos artigos 40 § 5º e 42 § 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal-STF no Agravo Regimental em Mandado de Injunção nº 274-6-DF, publicado no DJ-Seção I, de 03/12/93, pág. 26.356, c/c os artigos 71, alínea "b", da Lei nº 6.023/74, 141, da Lei nº 7.289/84, 7º, item 2, da Lei nº 3.765/60 e ainda a Portaria Interministerial nº 2.826/94, conforme demonstrativo a seguir:

ADIC. TEMPO SERVIÇO	R$	35,64
AUXÍLIO INVALIDEZ	R$	130.20
HAB. MILITAR INATIVO	R$	142,56
COMPENSAÇÃO ORGÂNICA	R$	35,64
GAM	R$	285,12
GRAT. C.E.T.	R$	64,79
GRAT. TEMP. INATIVO	R$	65,10
SOLDO	R$	178,20
TOTAL	R$	1.222,37
Cotas-parte 50% (cinquenta por cento)para cada beneficiária	R$	611,18

Sacar em favor das beneficiárias o benefício da pensão militar, a partir de 1º de maio do corrente ano, tendo em vista as importâncias referente aos meses de fevereiro a abril de 1996, terem sido sacadas por RITA DE CASSIA PINTO LOPES, filha da extinta pensionista militar.
Incluír na presente pensão 02 (dois) salários-família, em favor das beneficiárias.

Conceder provisoriamente na forma dos artigos 40, § 5º, e 42 § 10, da Constituição Federal, nos termos do Acórdão do Egrégio Supremo Tribunal Federal-STF no Agravo Regimental em Mandado de Injunção nº 274-6-DF, publicado no DJ-Seção I, de 03/12/93, pág. 26.356, c/c os artigos 71, alínea "a", da Lei nº 6.023/74, 141, da Lei nº 7.289/84, 7º, item 1, da Lei nº 3.765/60 e ainda a Portaria Interministerial nº 2.826/94, 100% (cem por cento) do benefício da pensão militar a senhora FELISDETE RODRIGUES DA SILVA, Matrícula nº 71.416/X, viúva do extinto Soldado QPPMC RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA, Matrícula nº 01.629/2, Reformado com proventos integrais de 3º Sargento Policial Militar, falecido em 05 de maio de 1996, a contar da data do óbito, no valor mensal, inicial de R$ 1.222,37 (hum mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), conforme demonstrativo a seguir:

IND. ADIC. INATIVIDADE	R$	285,12
ADIC. TEMPO SERVIÇO INATIVO	R$	35,64
AUXÍLIO INVALIDEZ	R$	130,20
HAB. MILITAR INATIVO	R$	142,56
COMPENSAÇÃO ORGÂNICA	R$	35,64
GAM	R$	285,12
GRAT. C.E.T. INATIVO	R$	64,79
GRAT. TEMPO INATIVO	R$	65,10
SOLDO INATIVO	R$	178,20
TOTAL	R$	1.222,37

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e da competência delegada pela Portaria PMDF nº 09, de 16 de dezembro de 1988 e ainda em cumprimento à decisão do Tribunal de contas do Distrito Federal, resolve:
I - Retificar a Portaria DP de 09 de fevereiro de 1994, no processo de pensão militar nº 054.000070/94, para excluir de seu texto o segundo parágrafo;
II - Restituir às Pensionistas Militares FÁTIMA LOPES FIGUEIRA, Matrícula nº 71.421/6 e RITA DE CÁSSIA PINTO LOPES, Matrícula nº 71.422/4, com vistas o falecimento de sua genitora, extinta Pensionista Militar MARIA JOSÉ RODRIGUES LOPES, Matrícula nº 71.091/1, ocorrido em 13 de fevereiro de 1996, a importância equivalente a sete dias e meio da Gratificação de Atividade Militar (GAM), descontados indevidamente como adicional de contribuição para a pensão militar, da extinta pensionista retronominada, importância que deverá ser rateada igualmente entre as novas beneficiárias.

PAULO CESAR ALVES DOS SANTOS - CEL QOPM

SECRETARIA DE TRABALHO

PORTARIAS DE 12 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAl, no uso de suas atraibuições regimentais,

resolve:

Designar **JOSÉ ANTONIO VELOSO DE MELO,** matrícula nº 00239-9, Chefe da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFG-12, do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM-DF, para responder cumulativamente, sem acumular vencimentos, pelo Cargo de Chefe da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal, durante o período de 08.07.96 à 17.07.96. De acordo com Aviso-Circular nº 01 /96-SEA, publicado no DODF de 25.04.96.

O SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

resolve:

ELOGIAR pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados pelos servidores abaixo relacionados, os quais com demonstração efetiva de espírito comunitário, solidariedade humana, presteza e cortesia, auxiliaram no cadastramento de candidatos para obra do METRÔ, no período de 20 a 27 de maio de 1996.

POSTO DE ATENDIMENTO - PLANO PILOTO

Nº	Nome	Matrícula	Lotação
01-	FÁTIMA MACIEL BARBOZA	22.346-8	STb
02-	WALDÉRIA CORREA PRADO	00.195-3	DEPEM

PEDRO CELSO

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA DE 9 DE JULHO DE 1996

O SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta a Lei nº 1004, de 09 de janeiro de 1.996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1.996, resolve:
Conceder ao servidor Sebastião Bezerra , matrícula 05.547-6, 1/5 (um quinto) da Representação Mensal do DFG-02, referente ao interstício de 09.04.94 a 08.04.95, transformado em 2/10 (dois décimos), totalizando assim, 6/10 da GEG-01, 2/10 do DFG-02 e 2/10 do DFG-10, conforme processo nº 030.002.150/96.

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 11 de julho de 1996

PROCESSO Nº : 190.000.245/96.1
INTERESSADO: JOANA DARC DA CRUZ SANTOS E OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A vista das instruções contidas no processo supra e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o inciso I do artigo 38 combinado com o inciso II do artigo 39 do citado Diploma Legal, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a realização da despesa e DETERMINO a emissão de Nota de Empenho no valor de R$ 85,71 (oitenta e cinco Reais e setenta e um centavos), em favor de JOANA DARC DA CRUZ SANTOS E OUTROS, referente a pagamento de atualização de padrão, adicional de tempo de serviço, gratificação de atividade e de desempenho.
Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva nota de empenho.

FRANCISCO DANTAS

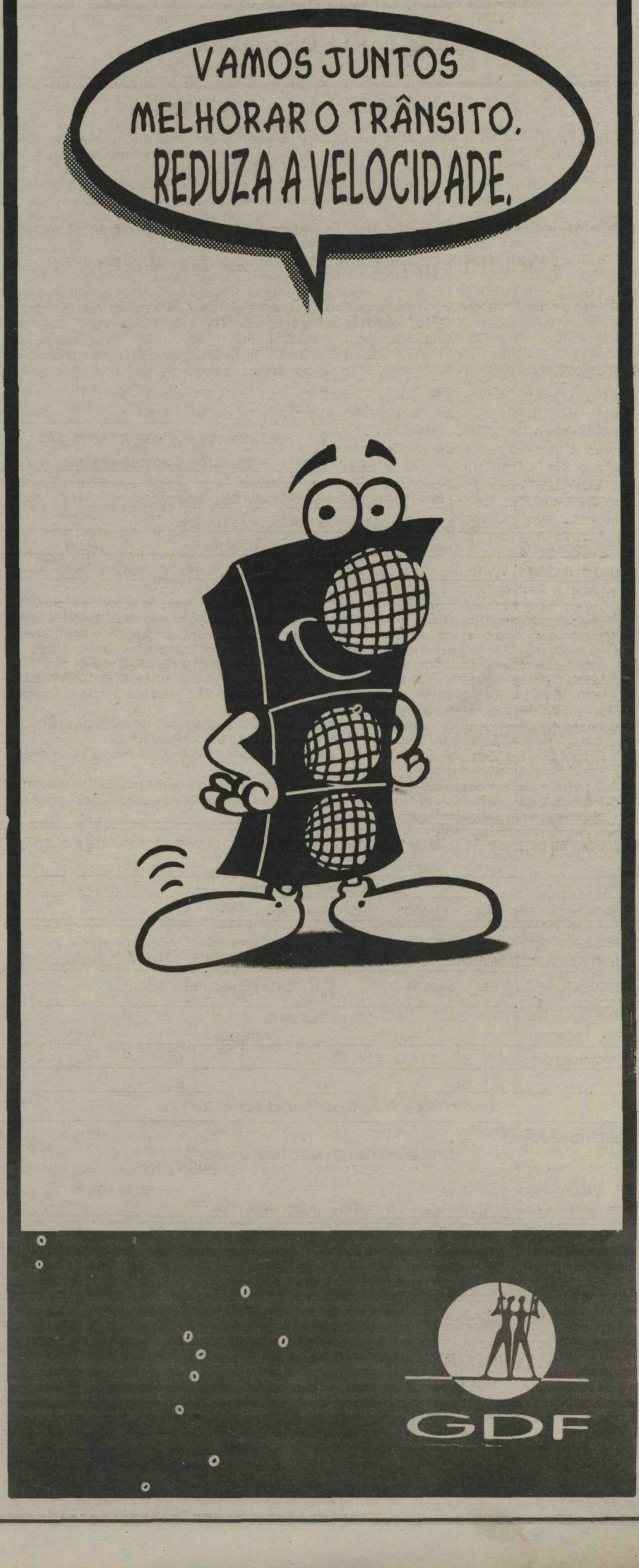
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 25, DE 11 DE JULHO DE 1996

O Diretor-Presidente da Fundação de Apoio À Pesquisa do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso VII do seu estatuto, resolve:
1-Tornar sem efeito a ordem de serviço nº 12 de 07 de maio de 1996, que designou HELOÍSA HELENA DE SÁ WANDERLEY, Secretária Administrativa, símbolo DFA-03 matrícula nº 56.014-6, para responder pela Chefia da Seção de Expediente, símbolo DFG-06 à partir de 18.06.96.

2- Tornar sem efeito a ordem serviço nº 015 de 31.05.96, que designou MARIA AUXILIADORA ISAC SORIA, Chefe do Núcleo de Análise de Projetos, símbolo DFG-11, matrícula nº 56.011-1, para responder pela Gerência de Projetos da Diretoria Técnico-Científica da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, símbolo DFG-12 à partir de 11.07.96.
3- Tornar sem efeito a ordem de serviço nº 11 de 03.04.96, que designou TELCA MARIA MALHEIROS, matrícula nº 56.015-4, Assessora Jurídica, símbolo DFA-11 para responder pela Chefia da Assessoria Jurídica, símbolo DFG-12 à partir 11.07.96.

MARCEL BURSZTYN



SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/96

PROCESSO Nº 030.002.066/96 - PARTES: DF/SEG X COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP. OBJETO: A execução de serviços de conservação de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas no Distrito Federal, na forma da justificativa de fls. 09 a 17. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total do contrato é de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Os recursos que farão face à execução dos serviços para o exercício de 1996, são procedentes do orçamento do Distrito Federal, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo aditado no valor de R$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais), perfazendo um total empenhado de R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 10058057520760001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 11101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº: 565/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 12.04.96. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação, com base no art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666, de 21.06.93. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 22.04.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: SWEDENBERGER BARBOSA, na qualidade de Secretário de Governo. Pela CONTRATADA: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO, na qualidade de Diretor-Presidente da NOVACAP. Brasília, 12 de julho de 1996.

TERMO ADITIVO

01	QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO ADITIVO AO
02	TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/92

CONVENENTES	1º - DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE GOVERNO	
	03	COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

PROCESSO		DATA DE ASSINATURA		VIGÊNCIA		VALOR	
04	030.017.823/91	05	26 / 06 / 96	06	31 / 12 / 96	07	R$1.401.524,00

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

08 1. Por este instrumento fica aditado, com o objetivo de suplementar recursos no valor de R$ 1.401.524,00 (hum milhão, quatrocentos e um mil, quinhentos e vinte e quatro reais), perfazendo o total global de R$ 34.583.485,60 (trinta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos, ao Convênio 001/92, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, através da SECRETARIA DE GOVERNO/ SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS - SEG/SUCAR e a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, para Manutenção do Sistema de Iluminação Pública nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.
2. Os serviços a serem executados referem-se aos seguintes itens: C.1. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ; C.2. CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE REDES E EQUIPAMENTOS.
3. Todos e quaisquer encargos incidentes, quer sociais, previdenciários, trabalhistas e securitários, correrão à conta do segundo convenente.
4. O presente quadragésimo primeiro termo aditivo passa a fazer parte integrante doTermo de Convênio 001/92.
5. Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições deste convênio, e as condições obrigatórias do presente termo aditivo consignado no verso deste instrumento.

09 VALOR POR EXTENSO : HUM MILHÃO. QUATROCENTOS E UM MIL, QUINHENTOS E VINTE E QUATRO REAIS

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : 11.0101 - SECRETARIA DE GOVERNO

11 PROJETO ATIVIDADE : 4.011.0001 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública nas Regiões Administrativa do Distrito Federal | 12 TAXA DE ADM. : 5%

13 ELEMENTO DE DESPESA : 34.90.39-43 | 14 FONTE DE RECURSO: OOO

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO		VALOR		NÚMERO		VALOR	
15	632	16	1.401.524,00	17		18	
19		20		21		22	

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVÊNIOS

23 DISTRITO FEDERAL
SWEDENBERGER DO NASCIMENTO BARBOSA
MÁRIO TINOCO DA SILVA PEDRO BRAGA NETTO
Delegação de competência contida no art. 6º do Dec. 16.098. de 29/11/94

24 2º CONVENENTE
JOSÉ CARLOS VIDAL NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA
Aprovado pela Diretoria em sua 1295ª Sessão. realizada em 26 / 06 / 96

25 LUIZ CARLOS DA SILVA COUTO | WANDER LEÃO CAIXETA DE CASTRO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/96

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ADMINSITRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, torna público aos interessados que no dia 02 de agosto de 1996, às 10:00 horas na sala de reuniões desta RA IX, será realizada licitação, modalidade Tomada de Preços, para execução de 75.000 m² de recapeamento asfáltica em diversas quadras de Ceilândia, nos termos da TP 002/96 - RA IX. Os editais poderão ser adquiridos na Administração Regional de Ceilândia (DAG), localizada na QNM 13 Área Especial Ceilândia Sul, de segunda a sexta feira, no horário de 08:00 às 18:00 horas , mediante recolhimento de taxa de expediente, feito através de Documento de Arrecadação - DAR, na rede bancária local, no valor de R$ 10,00 (dez reais). Outras informações poderão ser obtidas através do telefone 061-371.22.10 ou 371.26.11 ramal 224/242.

Brasília - DF, 11 de julho de 1996
ANTONIO LUIS GOMES DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

PARTES: DF/RA X x DORACY RODRIGUES BARROS DE ALENCAR - ME. PROCESSO Nº: 137.000437/95. OBJETO: Aquisição de café empacotado a vácuo compensado, torrado a lenho para esta Região Administiva. LICITAÇÃO: Convite 014/95. NOTA DE EMPENHO Nº: 376/96, emitida em 09.07.96, evento 400092, modalidade ESTIMATIVO, UNIDADE ORÇAMENTARIA: 11112 - PROGRAMA DE TRABALHO: 03007002120250002. FONTE DE RECURSO: 000 - NATUREZA DE DESPESA: 3.4.90-30. VALOR R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) - PRAZO: até 09.08.96.

PARTES: DF/RA X x MARCCEL - ASSES. COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA. PROCESSO Nº: 137.000437/95. OBJETO: Aquisição de açúcar cristal pacote com 05 kg, para esta Região Administiva. LICITAÇÃO: Convite 014/95. NOTA DE EMPENHO Nº: 375/96, emitida em 09.07.96, evento 400092, modalidade ESTIMATIVO, UNIDADE ORÇAMENTARIA: 11112 - PROGRAMA DE TRABALHO: 03007002120250002. FONTE DE RECURSO: 000 - NATUREZA DE DESPESA: 3.4.90-30. VALOR R$ 130,00 (cento e trinta reais) - PRAZO: até 09.08.96.

PARTES: DF/RA X x VALE QUANTO PESA REFEIÇOES LTDA. PROCESSO Nº: 137.000160/96. OBJETO: Fornecimento de Alimentação Preparada, para atender contrato celebrado entre a Administração do Guará e a FUNAP. LICITAÇÃO: Convite nº 031/95. NOTA DE EMPENHO Nº: 378/96, emitida em 09.07.96, evento 400092, modalidade ESTIMATIVO, UNIDADE ORÇAMENTARIA: 11112 - PROGRAMA DE TRABALHO: 03007002120250005. FONTE DE RECURSOS: 000 - NATUREZA DE DESPESA: 3.4.90-39. VALOR R$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais) - PRAZO: até 14.01.97.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 18/96

PROCESSO: nº 135.000482/96
Abertura de envelopes ocorreu:08,07.96 - às 15:00 horas
FIRMAS HABILITADAS: EXTINTUR COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA.; EDER LUIZ BERNARDI-ME
FIRMA NÃO HABILITADA: EXTINSERV EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17.07.96 - HORÁRIO: 10:00 horas
LOCAL: Auditório da Administração Regional
ENDEREÇO: Via WL-2 Setor Administrativo - Planaltina-DF

ROSIMARY SOARES DE ARAUJO
Presidente da Comissão

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 9/96

OBJETO: prestação de serviços de sonorização, com iluminação, dos eventos alusivos às Festividades Julinas em Sobradinho-DF, nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1996.
O Presidente da Comissão de Licitação da Administração Regional de Sobradinho torna público aos interessados, que após julgamento das propostas, referentes ao Convite supramencionado, sagrou-se vencedora a proposta da empresa: BRASÍLIA - Sonorização, Comunicação e Eventos Ltda, por ter apresentado preço conforme as estimativas da Administração Regional e ter atendido a todas as condições do ato convocatório.

Brasília-DF, 11 de julho de 1996
GLADSTONE CLEBER DOS SANTOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/96

Objeto: Aquisição de alimentos e bebidas
Proc./Inter.: 030.003.055/96 e 030.003.056/96 - Secretaria de Governo
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, torna público a todos os interessados que o resultado de julgamento da licitação em epígrafe encontra-se afixado no quadro de avisos localizado no 6º andar do Ed. Anexo do Palácio do Buriti. Brasília, 12 de julho de 1996

DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO
DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO

EDITAL Nº 10-DFMT/DFT/SR/SEFP, DE 9 DE JULHO DE 1996(*)

A CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV da Lei 657 de 25/01/94, torna público a LAVRATURA DO **TERMO ADITIVO Nº 2.666 ao AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº** 27.279, de 01 de agosto de 1994, contra o contribuinte a seguir denunciado: Razão Social YOUSSEF FAYEZ FARAJ, CPF: 210.364.201-59, para retificar o item nº "2" quanto a infringência que foi erroneamente citada. A aplicável ao caso é a insculpida no artigo 70, inciso II alínea "a" do Decreto 15.470 de 28.02.94.
Ratificando os demais dizeres do referido Auto de Infração de Apreensão.
- Fica o contribuinte / responsável, retro qualificado, INTIMADO a recolher o crédito tributário acima demonstrado ou, querendo, apresentar impugnação à exigência no prazo de 20 (vinte)dias, a a partir da ciência, sob penda de REVELIA; e, ainda, informado de que será considerada abandonada a mercadoria: - de fácil deterioração, cuja liberação não for providenciada no prazo máximo de 72 horas ou no prazo fixado pelo apressor; - cuja apreensão não tiver sido impugnada, ou que não tiver sido retirada ou reclamada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apreensão.

ELENICE CAETANO MARTINS
Substituta

EDITAL Nº 11-DFMT/DFT/SR/SEFP, DE 9 DE JULHO DE 1996(*)

A CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV da Lei 657 de 25/01/94, torna público a LAVRATURA DO **TERMO ADITIVO Nº 0.760 ao AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº** 27.279, de 01 de agosto de 1994, contra o contribuinte a seguir denunciado: Razão Social YOUSSEF FAYEZ FARAJ, CPF: 210.364.201-59, Endereço: SRTVS 701 BL. B SALA 317, CENTRO EMPRESARIAL BRASÍLIA, para retificar o campo 5 item 3, onde se lê: A base de cálculo é de R$ 9.123,68; leia-se: A base de cálculo é de R$ 13.417,20 (treze mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte centavos), tendo redução para 68%, conforme Decreto 15.470, Anexo I, Caderno II, item 32. Portanto a base de cálculo com a devida redução passa a ser R$ 9.123,68 (nove mil, cento e vinte e três e sessenta e oito centavos).
Ratificando os demais dizeres do referido Auto de Infração de Apreensão.
- Fica o contribuinte / responsável, retro qualificado, INTIMADO a recolher o crédito tributário acima demonstrado ou, querendo, apresentar impugnação à exigência no prazo de 20 (vinte)dias, a a partir da ciência, sob penda de REVELIA; e, ainda, informado de que será considerada abandonada a mercadoria: - de fácil deterioração, cuja liberação não for providenciada no prazo máximo de 72 horas ou no prazo fixado pelo apressor; - cuja apreensão não tiver sido impugnada, ou que não tiver sido retirada ou reclamada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apreensão.

ELENICE CAETANO MARTINS
Substituta

(*) Republicados por terem saído com incorreção, dos originais, no DODF nº 127, de 3-7-96, Seção III, págs. 5419 e 5420.

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

EXTRATO DE PARCELAMENTO
JUNHO/96

PROCESSO	CONTRIBUINTE	IMPOSTO	VALOR EM REAIS	Nº DE PAR-CELAS
040.003626/96	3B COMERCIO REP. IMP. E EXPORT LTDA	ICMS	5.477,76	12
045.000104/96	A C MATOS E ASSOCIADOS S/C LTDA	ISS	3.266,52	12
040.006446/96	A CICLO PECAS E ACESS P/ BICICLETAS	ICMS	1.050,75	5
048.000032/96	A FORTALEZA COM DE MALHAS LTDA	ICMS	18.753,64	12
040.002091/96	ACRILAN MODAS E CONFEC SENA LTDA	ICMS	2.531,24	12
040.005322/96	ADRIANA MARIA DA SILVA SERRA	ISS	714,75	7
040.008879/96	AGAMENON MARTINS BORGES	TLP	186,93	1
040.008880/96	AGAMENON MARTINS BORGES	IPTU	1.755,40	10
043.000835/96	AGRO PAULISTA R. DE PROD AGROPEC.	ICMS	25.447,20	12
043.000541/96	AGROESTE INDUSTRIA E COM. E REP	ISS	5.813,93	12
040.006425/96	AIRTON FERREIRA DA CUNHA	IPTU	681,30	6
040.004609/96	AJUSTE PERFEITO CONFECÇOES LTDA	ICMS	2.085,62	10
043.000823/96	ALDA MARIA DE ABREU	IPTU	280,15	2
040.008479/95	ALFREDO FERNANDES DE MORAIS	ICMS	3.184,56	13
040.005837/96	ALMIR AFONSO DE FREITAS	IPVA	651,65	5
043.000758/96	ALONSO BENTO VIEIRA	IPTU	199,08	2
040.010409/95	ALSAN PUBLICIDADE LTDA	ISS	7.953,98	12
040.001107/96	ANDREIA CRISTINA DINIZ DE MOURA	ISS	1.175,76	12
040.008146/96	ANTONIO AUGUSTO EVELIN FILHO	IPTU	602,56	4
042.000723/96	ANTONIO CARLOS BRITO	IPVA	357,66	3
040.006368/96	ANTONIO CARLOS MONTEIRO	IPTU	2.418,57	10
040.005145/96	ANTONIO DE PADUA OLIVEIRA	ICMS	8.898,84	12
047.000078/96	ANTONIO FERNANDES DE CARVALHO	IPTU	6.635,70	10
042.000553/96	ANTONIO NONATO DA SILVA	IPTU	564,58	5
040.006187/96	ANTONIO PEREIRA DA CUNHA	IPVA	711,41	7
045.000114/96	ANTONIO RODRIGUES PEREIRA	IPTU	968,95	9
045.000117/96	APARECIDO SANTOS DAS NEVES	IPTU/TLP	217,00	2
048.000027/96	ARMAZEM MENESES LTDA	ICMS	19.887,00	12
040.003270/96	ARPLAN AREIA DO PLANALTO LTDA	ISS	19.866,24	36
040.003327/96	ARPLAN AREIA DO PLANALTO LTDA	ICMS	43.763,76	36
042.000648/96	ARTES GRAFICA SAMPAIO LTDA	IPTU	822,36	4
040.003764/96	ASA TELECOM. E INFORMATICA LTDA	ICMS	12.885,66	12
040.003985/96	ASMED COM. E ASSIST TEC MED ODONT.	ICMS	5.498,99	28
040.004032/96	ASSOCIACAO EVANGELICA MENONITA	ICMS	4.583,76	12
047.000098/96	AUGUSTO GUIMARAES FILHO	TLP	849,20	8
047.000090/96	AUGUSTO GUIMARAES FILHO	IPTU	4.798,67	10
040.004660/96	AUTO ELETRICA E REGULADORA JK LTDA	ICMS	2.425,04	12
040.006091/96	AUTO PEÇAS FUSCA LTDA	ICMS	19.575,12	12
040.005042/96	AVT ASSEFAZ VIAGENS E TURISMO LTDA	IPTU	4.261,16	10
040.005597/96	BADAQUI ABDALLAH HOMSI	IPTU	3.689,00	10
040.005528/96	BELFORT SEGURANÇA LTDA	ISS	778,44	3
040.006110/96	BENDIX JOSE COELHO LIMA	IPTU	459,16	4
040.003673/96	BONN ALIMENTOS BEBIDAS E REP	ICMS	8.337,60	12
040.004200/96	BRASILIA COM DE PLASTICOS LTDA	ICMS	306.377,16	12
045.000063/96	CALHEIROS DE OLIVEIRA MAT. CONST.	ICMS	36.532,62	12
043.000504/96	CAMPANALLE IND. E COM. DE ROUPAS	ICMS	73.816,95	12
040.013384/95	CAPEL CRUZEIRO AUTO PEÇAS ELET	ISS	400,28	2
040.000256/96	CARLOS ADALBERTO ESTUQUI FILHO	ISS	1.957,77	20
040.002570/96	CARLOS DE C. BURLE FILHO	ISS	3.822,96	12
040.008960/96	CARLOS JOSE ESTEVES	IPTU	409,57	4
040.003643/96	CASA DOS COLCHOES LTDA	ICMS	3.688,20	4
040.005875/96	CASSIO GOMES PIRES	IPTU	318,24	3
043.000316/96	CELEIRO DO CAMPO PROD. AGROPE.	ICMS	22.764,56	36
042.000444/96	CENTAUROS COM. E REP LTDA	ISS	460,72	2
044.000108/96	CENTEIO PIZZARIA E REST LTDA ME	ICMS	1.357,16	6
040.004508/96	CENTRO DE CULT FISICA THIESSE LTDA	ISS	11.566,39	12
040.003509/95	CENTRO EDUCACIONAL PROJECAO	ISS	37.110,27	12
040.008685/96	CIA COLOR REPORT. FOTOGRAFICOS	ISS	14.236,68	12
040.003628/96	CIAP-SOC. COML. DE ALIM. PARANOA	ICMS	4.216,20	12
048.000013/96	CICLISTA MOBILOI LTDA	ICMS	2.543,49	12
040.001653/95	CIM CONSTRUÇOES E INCORP. MORADIA	IPTU	26.123,50	10
040.006103/96	CLARICE BRANDAO C. PIRES	IPTU	467,02	4
045.000124/96	CLAUDIO SOUSA LIMA	IPTU	1.766,52	9
040.013329/95	CLEIDE C.. MONEY CONF. ACESS DE MODA	ICMS	458,15	3
043.000647/96	CLERILDA VALENCA CONDE	IPTU	97,63	1
040.003524/96	CLINICA ODONT DO PLANALTO LTDA	ISS	12.127,74	12
040.005194/96	COBRAS CONTAB BRASILIA S/C LTDA	ISS	2.944,68	12
043.000591/96	COCITA COM. DE CIMENTO E TRANSP	IPTU	7.277,84	8
044.000112/96	CONFECCOES INGH FASHION LTDA	ICMS	15.696,36	12
040.008872/96	CONSTRUTEC CONST. TORRES E COM.	IPTU	6.929,30	10
043.000645/96	CONSTRUTORA BRILHANTE LTDA	IPTU	14.239,31	10
040.005772/96	CP & P COM. E IMP DE EQUIP. ELET.	ISS	1.275,36	6
045.000083/96	D'JANNE'S CONFE E COM E REP. LTDA	MULTA	463,74	2
040.003543/96	DALVA BAPTISTA OBLIZINER	ISS	525,54	5
040.002658/96	DANIEL FRANCIS SULLIVAN	ISS	772,17	7
040.005780/96	DENTAL CENTRO SUL LTDA	ICMS	12.162,48	12
045.000116/96	DEOMIRO CENCI	ICMS	655,68	6
040.006561/96	DERCIO YUHITAKA NAKAHARA	IPTU	235,21	2
040.003758/96	DIMPUS CONFEC. E ART P/ PRESENTES	ICMS	20.466,69	12
040.003105/96	DISCOTECA 2001 LTDA	ICMS	78.141,60	12
040.003825/96	DORILEIA LUSTOSA MASCARENHAS	ISS	1.475,38	12
040.000031/96	DROGARIA ISTO E LTDA	ICMS	2.704,55	12
040.008751/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	1.809,00	9
040.008748/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	4.171,56	12
040.008750/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	4.304,64	12
040.008746/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	803,08	4
040.008753/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	2.534,76	12
040.008752/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	6.675,12	12
040.008749/96	DROGARIA ROSARIO LTDA	ICMS	4.357,80	12
040.005810/96	DULCILEIDE GONCALVES DE AQUINO	IPTU	170,97	1
040.005794/96	EDESIO VIEIRA FERNANDES	IPTU	405,05	4
040.007930/96	EDILEUZA MARIA H. DE CARVALHO	IPTU	396,02	4
045.000126/96	EDIVALDO JOSE DOS SANTOS	IPTU	400,88	4
043.000878/96	EDMAR BITTENCOURT PEREIRA	IPVA	416,45	4
043.000771/96	EDMUNDO MOTTA ANTONIO	IPTU	272,28	2
043.002310/95	EDNO JOAQUIM DOS SANTOS	IPVA	321,58	3
040.005784/96	EDSON DE JESUS JINKINGS	IPTU	277,10	2
045.000113/96	EDUARDO MACHADO PORTUGAL	IPTU	592,04	6
043.000771/96	EDUARDO MOTTA ANTONIO	IPTU	272,28	2
043.000675/96	ELCIO JATOBA DE BARROS	IPTU	159,18	1
040.001961/96	ELETRICA GUARANI LTDA	ICMS	15.744,24	12
040.004203/92	ELETRICA PLANALTO LTDA	ICMS	1.635,12	8
042.000335/96	ELETRONICA SATELITE LTDA	ICMS	31.830,72	24
040.011323/95	ELEU COM DE JOIAS E RELOGIOS LTDA	ICMS	1.509,76	7
040.009321/96	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA	ISS	675,00	3
040.006804/96	ELIZABETE RABELO DE MORAIS	ISS	2.024,28	18
040.005872/96	ELTON PAYULO DE ASSIS HENRIQUES	IPTU	602,83	6
040.002988/96	EMERSON MAMEDE	ISS	1.281,72	12
043.000139/96	EMILIO RODRIGUES FILHO	ICMS	9.587,34	24
043.000966/96	EMP. SANTO ANT TRANSP. E TURISMO	ICMS	218.971,80	12
040.003520/96	ENC E TRANSP CARGAS PONTUAL	ICMS	22.673,64	12
040.004520/96	ENGEPRO - ENGENHARIA DE PROJ LTDA	ISS	4.238,16	20
045.000131/96	ENGEXPLO DESMONTE A EXPLO LTDA	ICMS	40.855,56	12
042.000206/96	EREMICE DIAS FRUTUOSO	ISS	396,49	4
040.003785/96	ERNANE LAZARO CARNEIRO	ISS	1.911,02	19
040.006663/96	ESCOLA GOLFINHO DOURADO LTDA	IPTU	4.044,90	10
040.004603/96	ESCRIT FLAMARION DAIA S/C LTDA	ISS	1.413,02	7
043.000802/96	ESPARTA SEGURANCA LTDA	ISS	21.925,56	12
043.000732/96	ESTEVAO ALMEIDA JUNIOR	IPTU	101,51	1
040.003192/94	ETE ENG. TELECOM. ELETRIC LTDA	ISS	9.908,64	12
042.000488/96	EUGENIA DE OLIVEIRA LIMA	ICMS	6.145,07	12
040.008234/96	FABIO DE NOVAES	IPTU	271,96	2
042.000422/96	FERMAQUINAS BRASILIA LTDA	ICMS	64.680,48	36
040.005710/96	FERNANDO JOSE DE ALMEIDA	IPTU	246,18	2
040.008301/96	FERNANDO JOSE MOTTA FERREIRA	IPTU	705,39	7
0490.00013/96	FERNANDO VIEIRA GONTIJO	TLP	247,60	2

049.000014/96	FERNANDO VIEIRA GONTIJO	IPTU	664,72	6
040.004224/96	FIEL COM OBRAS E SERVIÇOS LTDA	ISS	24.441,82	12
040.004222/96	FIEL SERV DE VIGILANCIA E SERV LTDA	ISS	32.564,88	12
040.006120/96	FRANCELISIO VAN DER BROOCKE	IPTU	488,55	5
040.005548/96	FRANCISCA DE OLIVEIRA EICHLER	IPTU	607,32	6
040.005723/96	FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA	IPVA	315,63	3
040.005722/96	FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA	IPTU	315,12	3
045.000118/96	FRANCISCO ANDRADE DE SA	IPTU/TLP	432,04	4
043.000687/96	FRANCISCO EUDIBERTO SOARES	IPTU	130,00	1
040.006485/96	FRANCISCO MAIA FARIAS	IPTU	426,84	4
043.000691/96	FRANCISCO MENDES VIEIRA	IPTU	308,13	3
020.000761/94	FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA	INDENIZ	673,74	24
040.005799/96	FRANCISCO WILTON FERNANDES	IPTU	418,64	4
040.008085/96	FUND. ELET DE PREV. ASSIST. SOCIAL	IPTU	50.507,97	10
040.008084/96	FUND. ELET. DE PREV. ASSIST. SOCIAL	TLP	1.677,92	10
048.00001/96	G L COMERCIO DE BEBIDAS LTDA	ICMS	2.503,32	12
044.000110/96	GERALD'S REST E PIZZARIA LTDA	ICMS	2.524,44	12
040.008881/96	GERALDO COSTA ALVES	IPTU	6.997,44	10
040.002581/96	GERALDO MAGELA VIEIRA	ISS	1.635,60	12
040.005541/96	GEREMIAS FELIPE NETO	IPTU	1.164,10	10
043.000550/96	GERMANA IND E COMERCIAL LTDA	ICMS	5.033,76	12
046.000288/96	GILBERTO DORNELAS DOS REIS	IPTU	736,40	7
042.000564/96	GILDA MARIA RAMOS COSTA	TLP	345,48	3
042.000563/96	GILDA MARIA RAMOS COSTA	IPTU	1.793,50	10
045.000102/96	GILVAN DOS REIS E SILVA MORAES	IPTU	511,25	5
040.003931/96	GOLD E DIAMOND'S COM IMP E EXP LTDA	ICMS	4.911,48	12
042.000573/96	GONCALO RAIMUNDO DE CARVALHO	IPTU	217,48	2
040.006367/96	GOUVEA E EICHLER LTDA	ISS	3.027,72	12
040.003680/96	GRUPO OK CONST. E INCORP. S/A	TLP	2.962,60	10
040.003679/96	GRUPO OK CONSTRUCAO E INCORP. S/A	IPTU	96.511,79	10
040.003678/96	GRUPO OK EMPREEND. IMOB. LTDA	IPTU	22.239,40	10
040.001654/95	GRUPO OK EMPREEND. IMOB. LTDA	IPTU	39.711,00	10
040.008191/96	GUTEMBERGUE JACOME SILVA	IPTU	454,44	4
040.005815/96	HAMILTON LEAL DE SOUSA	IPTU	319,95	3
040.008291/96	HC CONFECCOES LTDA	ICMS	7.272,48	12
043.000894/96	HELEZENITA ANDRADE CHAVES	IPVA	385,77	3
040.005684/96	HELIO DE ARAUJO LOBO	IPTU	520,80	5
040.007980/96	HELIONITON MOYSES VIEIRA FERREIRA	IPTU	2.558,50	10
040.006668/96	HERCULES SIDNEI PIRES LIBERAL	IPTU	788,04	6
045.000125/96	HERMES ISOTON	ICMS	766,29	7
047.000110/96	HIGH PLAINS GEMS COM IND REP LTDA	IPTU	1.156,24	10
047.000111/96	HIGH PLAINS GEMS COM IND REP LTDA	IPTU	1.098,43	10
040.006867/96	HILDA DA CRUZ SILVA E OUTRA	ITCD	1.129,80	10
040.003346/96	HMB COMERCIO E SERV PREDIAIS LTDA	ISS	2.782,08	12
040.013131/95	HONG KONG AUTO ALARMES LTDA	ISS	4.350,43	18
040.011011/95	HOSPITAL HORTOPEDICO DE BRASILIA S/A	ISS	171.684,00	12
040.011009/95	HOSPITAL HORTOPEDICO DE BRASILIA S/A	ISS	106.489,08	12
043.000963/96	HS ORGANIZAÇAO CONTAB. E AUD LTDA	ISS	3.680,40	12
046.000283/96	IDALMO ESTEVAM DA SILVA	IPTU	1.982,40	10
040.005814/96	IEDA LOPES DA SILVA	IPTU	414,30	4
040.005599/96	ILKA MACHADO ROCHA	IPTU	365,71	3
043.000411/96	IMOBILIARIA SIMAO LTDA	IPTU	901,96	4
043.000400/96	INDUSTRIA E COMERCIO LACTA S/A	ICMS	72.291,43	36
043.002327/96	INDUSTRIAS DE CHOCOLATES LACTA S/A	ICMS	219.030,78	36
042.000052/96	IRIMAR RESENDE PEREIRA	ISS	2.946,14	10
042.000565/96	IRLANDO VIEIRA TAVARES	IPTU	1.084,92	10
043.000670/96	IRMAOS CECILIO LTDA	IPTU	1.031,14	4
040.004453/96	ITD TRANSPORTES LTDA	ICMS	41.421,36	12
042.000762/96	IVONE DE BARROS RIBEIRO	IPVA	437,52	4
048.000012/96	J & J SOLUÇAO MAT. P/ CONSTRUÇAO LTDA	ICMS	3.856,80	12
040.013086/95	JAIME LINO DIAS	IPTU	298,09	3
040.006488/96	JAIRO CAMPOS GUIMARAES	TLP	246,60	2
042.000665/96	JALES IND. E COM. LTDA	ICMS	5.285,40	12
040.005707/96	JAMIL SUAIDEN	IPTU	359,86	3
042.000698/96	JEOVANIO D. MONTEIRO	ISS	2.291,76	12
043.000665/96	JOAO AUGUSTO DA SILVA NETO	IPTU	196,26	2
045.000059/96	JOAO BATISTA DE ALMEIDA MOURA	ICMS	1.065,77	10
040.005721/96	JOAO CARLOS PIMENTA	IPTU	712,72	4
040.005766/96	JOAO FELIPE DE ARAUJO	IPTU	421,50	4
137.001731/93	JOAO IRANILDO DOS SANTOS	INDEZ	1.389,00	60
046.000261/96	JOAO MILTON ALVES	IPTU	284,66	2
040.009137/96	JOAO NASCIMENTO DOS SANTOS	IPVA	1.355,30	10
040.005422/96	JOAO ROBERTO RODRIGUES PINTO	IPTU	840,41	8
040.009162/96	JOEL DE OLIVEIRA	IPTU	447,08	4
044.000111/96	JOELDIR VIEIRA DA SILVA ME	ICMS	835,85	4
040.005760/96	JOIA MARTA ALVES DA SILVA	IPTU	495,96	5
040.005547/96	JORGE DE ABREU ANDRADE	ISS	360,28	3
043.000794/96	JOSE BERNARDES DA SILVA	ISS	1.475,67	7
040.004230/96	JOSE CARLOS G. DE OLIVEIRA	IPVA	556,37	5
040.005507/96	JOSE CARLOS GOULART	IPTU	2.562,08	4
040.004517/96	JOSE CELIO ROCHA MAIA	ISS	2.378,28	12
043.000776/96	JOSE DE RIBAMAR SOUZA	IPTU	247,15	2
045.000121/96	JOSE DOMINGOS PEREIRA	IPTU/TLP	581,85	5
040.004620/96	JOSE FRANCISCO HOFFMAN HERMES	IPTU	3.590,47	10
043.000617/96	JOSE GERALDO VIEIRA	IPTU	304,77	3
043.000735/96	JOSE LUIZ LOPES DOS SANTOS ANJO	IPTU	323,43	3
040.003790/96	JOSE MARCELO SIQUEIRA LEITE	IPVA	453,15	3
040.005861/96	JOSE MILANO LOPES	IPVA	2.001,12	10
042.000568/96	JOSE NERES DA SILVA OLIVEIRA	IPTU	518,72	5
043.000614/96	JOSE NILTON DE CARVALHO	IPTU	542,45	5
040.006174/96	JOSE PEREIRA PINTOS	IPTU	1.098,85	10
045.000119/96	JOSE RIBAMAR DE [illegible]A	IPTU/TLP	670,20	6
[illegible]	[illegible]O PATTI	IPVA	442,40	4
045.000111/96	JOSE RODRIGUES MARTINS SOBRINHO	IPTU/TLP	334,74	3
040.005952/96	JOSE SILVIO PIZARRO	ISS	1.663,01	8
040.008005/96	JOSE VICENTE TAVARES MACIEL	IPTU	775,56	6
042.000571/96	JOSEFA BRITO DE SOUZA	IPTU	373,83	3
043.000967/96	JOSEFINA ABDON ELIAS	ITBI	1.496,70	10
040.005856/96	JOSELIO PECANHA DE ABREU	IPTU	307,08	3
040.005462/96	JOSELITA MARIA DE L. DE OLIVEIRA	IPTU	224,41	2
040.004100/96	JOVEM LATAS PEÇAS E ACESS. P/ VEIC.	ICMS	1.407,27	2
043.000667/96	JOZIAS PEREIRA SOUZA	IPTU	196,21	2
134.000875/94	JP SOM ELETRONICA LTDA	ISS	2.530,82	15
040.006641/96	JULIETA MOULIN PEDROSA	IPTU	384,93	3
040.003053/96	KONNAPA ASSES CON. REP E COM LTDA	ICMS	43.693,68	12
040.010988/95	KS ENGENHARIA E INFORMATICA LTDA	ISS	23.553,16	36
040.004641/96	LA LENTE COM. DE PROD. OTICOS LTDA	ICMS	10.252,55	12
043.000565/96	LA S/C CONTAB. E ASSES. TRIBU.	ISS	3.956,74	12
040.008945/96	LABOR SELEÇAO E TREIN. DE PES. LTDA	ISS	5.000,32	8
040.008755/96	LALA'S COMERCIO E REPRES LTDA	ICMS	1.329,48	6
045.000035/96	LANCHONETE BAR E REST. 14 LTDA	MULTA	463,74	2
040.008007/96	LAUDIR ODRIA RODRIGUES	ISS	1.081,34	10
043.000972/95	LAURO FARIA S/A	ICMS	1.590,63	8
042.000579/96	LAYANA MODAS LTDA	ICMS	1.576,17	8
043.000601/96	LENICE MARTINS DA SILVA	IPTU	195,26	2
040.005102/96	LIANIR DE CARVALHO	IPTU	1.687,84	8
040.003957/96	LINDOMAR DO CARMO RIBEIRO	ICMS	827,36	8
040.001655/95	LINO MARTINS PINTO	IPTU	7.884,60	10
042.000430/96	LISBOA BSB C. R. MAQ E EQUIP PA PAN	ICMS	4.083,15	12
040.005773/96	LIVRARIA E PAPELARIA MODERNA LTDA	ICMS	2.577,36	12
042.000578/96	LOPPU'S MAGAZINE LTDA	ICMS	11.148,80	12
040.006700/96	LUCIA HELENA C. MEDEIROS	IPTU	353,28	3
040.006051/96	LUIZ CARLOS A. BARBOSA DE SOUSA	IPTU	438,01	4
046.000338/96	LUIZ CARLOS DE ARAUJO	IPTU	463,76	4
040.004755/96	LUIZ ESTEVAO DE OLIVEIRA NETO	IPTU	69.189,73	10
040.005835/96	LUIZ FERNANDO BRETANHA GALVAO	IPTU	221,24	2
043.000587/96	LUIZ FERNANDO VIANA ATTA	IPTU	195,82	2
040.005706/96	LUIZ PAULO COSTA SAMPAIO	IPTU	1.752,10	10
040.007559/95	LUIZ WALTER BABILONIA RAMIREZ	ISS	1.302,19	13
043.000723/96	MANOEL DOS SANTOS NERY	IPTU	199,36	2
040.006102/96	MANOEL MAXIMINO RIBEIRO	T.U.L.P	483,20	4
040.006872/96	MARCELO LIMA COSTA	IPTU	459,72	4
047.000083/96	MARCIA DE ANDRADE	IPVA	824,34	8
040.008283/96	MARCOS AURELIO DA SILVA LIMA	IPVA	458,75	4
043.000743/96	MARIA ANTONIA DOS SANTOS LIMA	IPTU	196,09	2
040.006107/96	MARIA A. AREIAS VON SCHIMIDT	IPTU	335,14	3
040.005331/96	MARIA ATHAYDE SANTOS	IPTU	839,43	2
040.005218/96	MARIA AUXILIADORA PIERRE VIEIRA	IPTU	360,68	3
040.005500/96	MARIA CRISTINA DE MORAIS	IPTU	849,84	8
043.000618/96	MARIA DE JESUS AIRES BARRETO	IPTU	127,93	1
040.005318/96	MARIA DILMA GOMES PINTO	IPTU	215,84	2
043.000697/96	MARIA DO CARMO BARBOSA SILVA	IPTU	211,39	2
040.005231/96	MARIA EUGENIA OPREA DE CARVALHO	IPVA	946,00	8
043.000769/96	MARIA JOSE DIAS DA CONCEIÇAO	IPTU	220,25	2
040.006847/96	MARIA LYDIA DO P. RIBEIRO	IPTU	1.121,55	10
040.005153/96	MARIA MARLY DE FREITAS PORTO	ISS	451,92	4
054.000903/93	MARIA OLIVEIRA DE SOUZA	INDEZ	1.757,76	24
046.000399/96	MARIA RITA MUNDIM DA SILVA	IPTU	439,08	4
043.000729/96	MARIA RODRIGUES DA SILVA	IPVA	511,87	2
040.005369/96	MARILY CARDOSO PIEPER	IPTU	980,48	10
040.005370/96	MARILY CARDOSO PIEPER	TLP	118,39	1
040.004261/96	MARIO SERGIO DE OLIVEIRA NEVES	IPVA	712,75	5
040.005949/96	MARISTELA C. DIAS DE OLIVEIRA	ISS	412,20	4
040.006044/96	MARTHA LYRA NASCIMENTO	IPVA	297,99	3
020.002125/95	MATOS-ALEM GERMINIO FERREIRA	INDEZ	1.666,68	17
040.005624/96	MAURICIO BORGES GUIMARAES	IPTU	562,28	5
043.000721/96	MAURICIO JOSE DA CUNHA	IPTU	396,96	4
048.000026/96	MENESES E PONTES LTDA	ICMS	7.629,02	10
043.000668/96	MIGUEL ABDALA DAHER	IPTU	2.511,30	10
043.000669/96	MIGUEL ABDALA DAHER	IPTU	1.273,60	10
040.006233/96	MILTON LUIS DE CARVALHO	IPTU	321,57	3
040.006420/96	MIRANDA & CHAVES LTDA	ICMS	846,84	4
040.006419/96	MIRANDA & CHAVES LTDA	ICMS	775,56	3
040.006418/96	MIRANDA & CHAVES LTDA	ISS	2.523,36	12
040.010389/95	MONTREAL GRAFICA E EDITORA LTDA	ICMS	13.851,47	36
040.005639/96	MOTOREX AFIN ELET. DE MOTORES LTDA	ISS	7.642,56	12
040.005638/96	MOTOREX AFIN ELET. DE MOTORES LTDA	ICMS	9.856,32	12
040.003707/96	MUNDO DA LIMPEZA COM. E IND. LTDA	ICMS	11.609,28	36
043.000734/96	NABILA DAOUD C. CHARROUF	IPTU	300,00	3
043.000114/96	NADIR SANTOS RAMOS	IPTU	488,06	4
048.000029/96	NATALINO JOSE DE RESENDE	IPTU	2.722,92	12
048.000028/96	NATALINO JOSE DE RESENDE	TLP	475,82	4
040.006079/96	NATAN JOIAS LTDA	ICMS	23.485,80	12
042.000554/96	NILSON DA SILVA	IPTU	841,65	8
040.004027/96	NOBEL MOVEIS LTDA	ICMS	21.728,45	12
040.004026/96	NOBEL MOVEIS LTDA	ICMS	3.664,89	12
040.008194/96	NOE GERALDO R. DE MELO	ISS	1.282,20	12
048.000041/96	NOSSA OTICA LTDA	ICMS	2.022,69	10
040.004118/96	NOTRE DAME COMERCIO E CONFEC LTDA	ICMS	3.798,50	12
042.000635/96	NOVO HORIZONTE REPRESENTACAO LTDA	ICMS	5.506,56	12
045.000112/96	OCTAVIANO CARDOSO FILHO	IPTU	400,88	4
042.000664/96	ODONTOCLINICA 3R LTDA	ISS	1.840,23	9
040.005115/96	OK BENFICA CIA NACIONAL DE PNEUS	ICMS	12.358,10	10
040.004236/96	OK BENFICA CIA NACIONAL DE PNEUS	ICMS	85.337,63	20
040.004495/96	OK BENFICA CIA NACIONAL DE PNEUS	IPTU	13.574,20	10
040.006480/96	OLENKA ANDRADE CASTELO BRANCO	IPTU	10.196,92	4

047.000089/96	ONILDO GOMES DA SILVA	IPTU	1.278,18	10
040.005758/96	ORLANDO PRADO	IPTU	735,44	7
040.006830/96	ORLINDO BALBINO ARAUJO	ISS	1.311,78	12
043.000412/96	ORNY EQUOS COM. DE COURO E CONFEC.	ICMS	4.890,12	12
040.003348/96	ORQUIPLAN PISCINAS E CONST LTDA	ICMS	28.947,99	12
043.000957/96	ORTERNACK ENG. MANUT E COM. LTDA	ISS	10.101,36	12
040.004376/96	OSWALDO R. DOS SANTOS FILHO	ICMS	1.092,28	2
040.006129/96	OTAVIO JOSE UCHOA PINHEIRO	IPTU	1.702,23	10
040.004586/96	OTICA LUXOR LTDA	ICMS	12.738,54	12
047.000059/96	OTICA OURO BRANCO LTDA	ICMS	5.671,43	12
042.000616/96	OTICAS BRASIL LTDA	ICMS	30.678,72	12
042.000617/96	OTICAS BRASIL LTDA	ICMS	1.694,64	8
020.000614/96	OZEAIS PIRES DE SOUZA	INDEZ	411,44	8
047.000067/96	PALMAS EDITORA GRAFICA E PAP LTDA	ISS	3.107,52	12
045.000070/96	PANCIEIRA MATERIAIS P/CONST LTDA	ICMS	13.031,40	12
040.011560/95	PAPELARIA AW COM. E REP. LTDA	ICMS	11.234,76	12
040.003997/96	PAPELARIA E LIVRARIA A e J LTDA	ICMS	41.341,07	12
040.011669/95	PAPELARIA E LIVRARIA GRAPHOS LTDA	ISS	540,76	2
040.005366/96	PAPELARIA ORIENTAL LTDA ME	ICMS	2.513,88	12
040.003288/96	PASTELLI COM DE ALIMENTOS LTDA	ICMS	36.495,72	36
040.003835/96	PAULO CESAR FIGUEIREDO DA SILVA	ISS	843,04	8
043.000726/96	PAULO RAIMUNDO ANTONIO	IPTU	1.999,37	10
043.000727/96	PAULO RAIMUNDO ANTONIO	IPTU	2.562,22	10
040.005533/96	PAULO ROBERTO GALVAO	IPVA	297,04	2
040.005812/96	PAULO ROGERIO DA CUNHA AJUZ	IPTU	2.190,50	10
040.006026/96	PAULO VIEIRA	IPTU	290,73	2
040.002486/96	PEDRA DE LUA LTDA	ICMS	20.064,96	36
043.001838/95	PEDRO DE ALCANTARA DIAS	IPTU/TLP	425,49	5
040.005805/96	PEDRO JORGE PINTO DE CASTRO	IPTU	2.974,08	4
045.000122/96	PEDRO MARTINS DAMASCENO	IPTU/TLP	451,12	4
040.004121/96	PERSIANAS NACIONAL LTDA	ISS	1.984,00	10
040.006619/96	PERSPECTIVA PROJ E ADM DE OBRAS LTDA	ICMS	15.854,04	12
040.006620/96	PERSPECTIVA PROJ. E ADM. DE OBRAS LTDA	ISS	26.970,60	12
040.008292/96	PESSOA SOARES JOIAS LTDA	ICMS	3.700,44	12
040.003748/96	PHELIPE AUTOMOVEIS LTDA	ICMS	1.163,65	4
040.005689/96	PINUS EMPREENDIMENTOS S/C LTDA	ISS	6.708,30	6
043.000067/96	PIONEIRA DA BORRACHA LTDA	ICMS	68.001,10	36
040.005788/96	POMPEU PUMPERMAYER NETO	IPTU	2.021,30	10
040.003364/96	POP SIDA COM. DE ROUPAS LTDA	ICMS	6.760,63	12
040.003906/96	PP & P LACHONETE E RESTAURANTE LTDA	ICMS	2.702,91	12
040.003943/96	PRE-VISAO VEST E CONC. LTDA	ISS	17.926,20	12
040.005816/96	PRENHEZ POSITIVA REP. ASSIST. TEC. LTDA	ICMS	13.482,96	12
040.005817/96	PRENHEZ POSITIVA REP. ASSIST. TEC. LTDA	ISS	201,22	1
049.000011/96	PRINCESS COM. E REP. LTDA	ICMS	425,66	2
049.000010/96	PRINCESS COMERCIO E REP. LTDA	ISS	1.263,56	6
040.003851/96	PROENCA & PROENCA LTDA	ICMS	41.614,32	12
040.003921/96	PROENCA E PROENCA LTDA	ICMS	21.258,60	12
040.006458/96	R & R PROD. OTICOS LTDA-STILLUS OTICA	ICMS	2.802,72	12
040.003929/96	R.C MARINHO INFORMATICA	ISS	18.781,78	12
040.012845/95	RADIO TECH COM REP IMP E EXP LTDA	ICMS	94.200,96	12
045.000068/96	RAFAELITO ROCHA MOURA	IPTU	530,05	5
040.008689/96	RAILDA SANTOS PEREIRA	IPVA	313,71	3
040.005142/96	RAIMUNDO NONATO BARBOSA CIRIACO	IPTU	332,38	3
040.004443/96	REFORMADORA DE MOVEIS 3000 LTDA	ISS	5.081,52	12
040.002576/96	REFRIAUTO LTDA	ICMS	30.346,81	12
043.000685/96	RENATO DE ARAUJO RIOS	IPTU	730,42	7
040.003546/96	REPLANT PLANTAS DESIDRATADAS LTDA	ICMS	9.453,86	12
040.009629/96	RIO MARKETING IND. E COM. LTDA	ISS	19.678,92	12
040.006490/96	RIVALDO DA COSTA LUCENA	IPVA	1.252,20	10
040.005755/96	ROBERTA CAZAL	IPTU	657,96	6
040.004112/96	ROBERTO MOREIRA DOS SANTOS LTDA	ICMS	5.956,92	12
043.000543/96	ROBERTO TEIXEIRA	ISS	200,00	2
040.004824/96	RODA & RODA COMERCIO E IMP. LTDA	ISS	5.970,43	12
043.000584/96	RODOCAR DIST. DE PEÇAS E SERVIÇOS	ISS	2.023,60	10
043.000640/96	RODOCAR DIST. DE PEÇAS E SERV. LTDA	ICMS	607,71	6
046.000286/96	RONALDO BIAO LIMA	IPTU	208,68	2
040.005459/96	RONALDO SCHIMIDT G. DE ALMEIDA	IPTU	4.002,87	10
040.003923/96	RONAN SOARES ROCHA	ISS	1.336,15	10
020.001273/96	ROOSEVELT DA COSTA TAVARES	INDEZ	1.521,75	15
040.006712/96	ROSA EL DENNAUI	IPTU	3.338,20	10
042.000541/96	ROSANETE R. PAULA LAURINDO SILVA	IPTU	653,62	6
043.000847/96	ROSANGELA BEZERRA DA C. RINCON	IPVA	739,64	7
040.004812/96	ROYAL ACAD. DE BALLET E DANCA LTDA	ISS	3.379,20	12
040.005452/96	ROYAL ACAD. DE BALLET E DANÇA LTDA	ICMS	1.108,64	5
141.002960/94	RUBENS BENEVIDES LAMBACH	INDEZ	1.335,36	24
040.005105/96	RUBIO ROMMEL RODRIGUES BARBOSA	IPVA	846,65	4
042.000603/96	RUVENZOR NAVES	IPTU	756,43	7
043.000731/96	RUY PASCHOAL RIBEIRO	IPTU	146,23	1
040.005790/96	SALVADOR DE OLIVEIRA JUNIOR	IPTU	386,37	3
045.000120/96	SANTA LOPES	IPTU/TLP	592,02	6
040.004618/96	SANTA MARTA DIST. DE DROGAS LTDA	ICMS	90.813,09	12
040.004616/96	SANTA MARTA DIST. DE DROGAS LTDA	ICMS	30.808,73	12
040.004615/96	SANTA MARTA DIST. DE DROGAS LTDA	ICMS	31.912,87	12
042.000562/96	SARKIS PAULO	IPTU	4.235,20	10
040.001039/96	SCORPION INFORMATICA LTDA	ISS	19.493,28	36
040.001040/96	SCORPION INFORMATICA LTDA	ICMS	59.653,08	36
042.000567/96	SEBASTIAO ALVES PEREIRA	IPTU	608,34	6
045.000123/96	SELVINA REINALDO DOS SANTOS	IPTU/TLP	716,87	7
040.004197/96	SERDUAR RESTAURANTE LTDA	ICMS	89.550,76	26
040.005966/96	SERGIO FREDERICO SILVA PESSOA	IPVA	1.272,20	10
040.005636/96	SERGIO RIBEIRO	IPTU	1.114,30	10
040.007761/95	SERMES COMERCIO E REP. LTDA	ICMS	10.562,52	12
040.008471/96	SIBELE MONTEIRO GUIMARAES	IPTU	420,12	4
040.005757/96	SIDNEY DOS SANTOS	IPTU	195,72	2
040.000690/96	SIGGLER COMERCIO DE ROUPAS LTDA	ICMS	65.062,20	12
040.007763/95	SILVERIO HENRIQUE HASTENREITER FILHO	IPVA	207,25	2
040.004234/96	SIMAO & SIMAO LTDA	ICMS	18.904,32	12
040.005222/96	SIND. DOS COND. AUT. DE VEIC. ROD. DE BSB	IPTU	7.450,12	7
040.010892/95	SINVAL GARCIA RAMOS	ISS	1.623,24	12
040.003363/96	SM COMERCIO DE ROUPAS LTDA	ICMS	21.748,20	12
042.000705/96	SO CAMINHOES COM. REP. DE PEÇAS LTDA	ISS	705,09	3
040.013476/95	SO CORTINAS LTDA	ICMS	7.183,80	12
040.003706/96	SO SUPORTES P/ TV COM IMP EXP LTDA	ICMS	12.769,20	12
040.009288/96	SOMADOR ASSIST. COM MAQ. REG	ICMS	4.593,47	12
040.009287/96	SOMADOR ASSIST. COM MAQ. REG	ISS	866,33	4
040.004050/96	SRS BOUTIQUE LTDA	ICMS	5.164,68	12
040.007602/95	STENIO MEIRELLES DE CARVALHO	ISS	1.209,47	8
040.004298/96	SUMMERTIME COM DE ROUPAS LTDA	ICMS	10.812,24	12
045.000115/96	SUPERMERCADO G & C LTDA	ICMS	5.435,80	12
042.000656/96	TEODOLINA JACINTO VALADAO	IPTU	532,83	5
040.006121/96	THELMA C. VIANA VAN DER BROOCKE	IPTU	428,00	4
020.001450/96	TRANSBARROS TRANSP MAT CONST	INDEZ	3.072,75	15
040.004608/96	TRANSFIGURAÇAO CONFECÇOES LTDA	ICMS	5.183,16	12
048.000014/96	UNIAO COM DE GEN ALIMENTICIOS LTDA	ICMS	6.791,30	10
040.004038/96	UNIAO MOVEIS LTDA	ICMS	1.756,88	4
042.000092/96	VANDA MARIA DE OLIVEIRA	IPVA	459,04	4
040.005850/93	VIAÇAO ALVORADA LTDA	ICMS	149.172,78	36
040.008405/96	VICTOR SANDERSON PEREIRA NUNES	IPVA	576,72	5
043.000689/96	VIEIRA E MENDES LTDA	IPTU	442,75	2
040.004880/96	VILA RICA JOIAS LTDA	ICMS	1.458,02	7
040.004879/96	VILA RICA JOIAS LTDA	ISS	863,19	4
040.004192/96	VISON COM DE JOIAS E OCULOS LTDA	ICMS	15.661,56	12
040.006347/96	VITOR HUGO GARCIA	IPVA	201,66	2
043.000674/96	WALDIR GOMES DE ARAUJO	IPTU	203,88	2
040.006294/96	WALMIR FERNANDES REZENDE	ISS	906,40	4
040.006217/96	WANER CONFECÇOES LTDA	ICMS	8.706,36	12
040.000855/96	WELLINGTON DOMINGOS VALENTIM	ISS	441,95	4
044.000076/96	WILSOM JOSE PEREIRA & CIA LTDA	ICMS	3.523,06	12
040.011139/95	YENDES DECORAÇOES LTDA	ICMS	11.565,14	36
	TOTAL		4.347.762,93	

BANCO DE BRASÍLIA S.A.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O BRB - Banco de Brasília S.A., para a contratação de serviços advocatícios, com a empresa Gaia, Silva, Rolim & Associados Advocacia e Consultoria Tributária e Societária, de acordo com o inciso II do artigo 25, da Lei 8.666/93, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 1431ª Reunião, ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 08.07.96. Processo nº 329/96.

DIRETORIA COLEGIADA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão de Licitação do BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o resultado do julgamento das propostas comerciais das licitações: CONVITE DIRAD/DESEG nº 96/037 - Valor total: R$6.750,00 - Empresa Vencedora: SELECONTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.; CONVITE DIRAD/DESEG nº: 96/042 - Valor total: R$28.389,00 - Empresas Vencedoras: - SANTOS & SOSTER LTDA.: Item 01 - MICRO LASER COMÉRCIO E REP. LTDA.: Itens 02, 03 e 04 - INFORMATIC COM. E REP. LTDA.: Item 05 - ORGANIZAÇÃO MENDES LTDA. : Item 07 - TECHDATA INFORMÁTICA LTDA.: Item 08; CONVITE DIRAD/DESEG nº 96/049 - Valor total: R$2.799,60 - Empresa Vencedora: FORMATUS MÓVEIS LTDA. A partir da data desta publicação, os processos nºs 041.000.153/96, 041.000.186/96 e 041.000.208/96, encontram-se com vistas franqueadas no SBS - Edifício Brasília - 16º andar, Brasília-DF.

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

CONVITE Nº 45/96

O BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A., em cumprimento à determinação do art. 1º da Lei 938, de 20.10.95, torna público os serviços contratados no mês de junho/96: CONVITE DIRAD/DESEG 96/045: Execução de serviços de adaptação para a instalação do sistema de ar da Agência Central do BRB, abrangendo o fornecimento dos equipamentos, localizada no SBS, quadra 01, bloco E, Edifício Brasília, térreo, Brasília-DF. - Valor Global: R$62.273,15 - Empresa vencedora: ÁBACO CONTRUTORA LTDA.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Termo Aditivo ao Termo de Acordo ao Contrato nº 010/94, celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e a Firma Delta Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. Objeto: retificação dos valores constantes no Anexo único em seu Item "A"-Valor Total do Débito/Data de Validade da Dívida Confessada e em seu Item "2" - Parcelamento da Dívida Confessada. Data da assinatura: 11 de julho de 1996. Assinam pela CODEPLAN: Jorge Haroldo Martins - Diretor-Presidente, Sandra Louise Oliveira Santos Dantas - Diretora Administrativa e Financeira e Francisco Luís Parisi - Diretor de Informática. Pela contratada: Daltro de Noronha Barros - Representante.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/96

Processo: **082.005640/96** - Partes: FEDF x Direcional Engenharia e Arquitetura - ass: **10.07.96** - vigência: 31.12.96 - objeto: Serviços de desenvolvimento de Projetos Arquitetônicos de reforma das Unidades escolares da rede de ensino público nas zonas urbanas e rurais da DF. - Projeto atividade: 1066-0001 - Elemento de despesa: 459051 - Fonte de Recursos: 004 - Nota de empenho nº: 2291/96 e nº: 2292/96 - valor: R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais) e 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) - Assinantes: p/ FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz** - p/ Direcional Engenharia e Arquitetura - **Almir Pereira Filho.**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/96

Processo: 082.005640/96 - Partes: **FEDF x SCB Engenharia Ltda** - Ass. : 10.07.96 - Vigência: 31.12.96 - Objeto: Serviços de desenvolvimento de projetos arquitetônicos de reforma das Unidades Escolares da Rede de Ensino Público nas Zonas Urbanas e Rurais do DF. - Projeto Atividade:1066 - 0001 - Elemento de Despesa: 459051 - Fonte de Recursos: 004 - Nota de Empenho nº 2295/96 - Valor: R$ 113.000,00 (Cento e treze mil reais) - Assinantes; p/ FEDF: **ANTONIO IBAÑEZ RUIZ;** p/ SCB Ltda: **SIGMAR CARLOS BIELFELD.**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 30/94

Processo: **082.003513/94** - Partes: **FEDF X TELEPOYNTING Rádio Comunicação Ltda** - Ass.: **04.07.96** - Vigência: **02(dois) anos** - Objeto: Prorrogar por mais dois anos o prazo de vigência do Convênio nº 30/94, firmado em 04.07.94 entre esta FEDF e a empresa TELEPOYNTING Rádio Comunicação Ltda. Assinantes: p/FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz;** P/TELEPOYNTING: **Manoel Boia Menezes.**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 31/94

Processo: **082.010147/94** - Partes: FEDF x RACIMEC Informática Brasileira S.A - ass: **11.07.96** - vigência: 02 anos - objeto: prorrogar, por mais 02 (dois) anos a vigência do Convênio nº 31/94, firmado entre a FEDF e a RACIMEC Informática Brasileira S.A. - Assinantes: p/ FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz** - p/ RACIMEC Informática Brasileira S.A. - **Edmundo Reges de Aguiar.**

EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 13/96

Processo: **082.002031/95** - Partes: FEDF x Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP - ass: **11.07.96** - vigência: 31.12.96 - objeto: Complementar recursos no valor de R$ 6.643.099,02 (seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil, noventa e nove reais e dois centavos), ao Conv. 013/95. - Projeto atividade: 1066-0001 - Elemento de despesa: 459051 - Fonte de Recursos: 000 - Nota de empenho nº: 2543/96 e outras - Assinantes: p/ FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz** - p/ NOVACAP - **Pedro Murrieta Santos Neto e Marcelo Braga Vieira Júnior.**

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS NºS 67 E 79/96

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Educacional do Distrito Federal comunica que os Resultados de Habilitação das Tomadas de Preços nº's 067 e 079/96 - FEDF, encontram-se afixados no Quadro de Avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607 Projeção "D" - 2º andar.

Brasília, 12 de julho de 1996
BÁRBARA HAMÚ
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO Nº 8/96

O Presidente da FHDF, no uso de suas atribuições regimentais, resolve prorrogar até 22.07.98 o prazo de validade do Concurso Público - Edital Normativo Nº 044/94-FHDF, para Assistente Superior de Saúde - Terapêuta Ocupacional.

Brasília, 12 de julho de 1996
JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 257/96 - Aquisição de acido acetilsalicílico 100MG e outros, perfazendo o total de 14 itens.
DATA DE ABERTURA: 31.07.96 as 14:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 258/96 - Aquisição de betametasona valerato 0,1% 15ML e outros, perfazendo o total de 15 itens.
DATA DE ABERTURA: 31.07.96 as 15:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 259/96 - Aquisição de Digoxina elixir pediátrico 0,05 MG/ML 60ML e outros, perfazendo o total de 25 itens.
DATA DE ABERTURA: 31.07.96 as 16:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 260/96 - Aquisição BOLSA COLETORA DE URINA (UNISSEX) Tamanho Adulto e outros, perfazendo o total de 04 ítens.
DATA DE ABERTURA: 01/08/96 às 08:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 261/96 - Aquisição CONJ. ELISA P/ IgG CMV 100 TESTES e outros, perfazendo o total de 11 ítens.
DATA DE ABERTURA: 01/08/96 às 09:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 262/96 - Aquisição BUPIVACAÍNA PESADA 0,5% 4ML e outros, perfazendo o total de 11 ítens.
DATA DE ABERTURA: 01/08/96 às 10:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 263/96 - Aquisição COMPRESSA DE GAZE 7.5x7.5cm (Aberta 30x15cm) 8 dobras 11 fios/cm2 Torcidos Trama Regular 100% algodão e outros, perfazendo o total de 04 ítens.
DATA DE ABERTURA: 01/08/96 às 14:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 264/96 - Aquisição LUVA P/ PROCEDIMENTO ESTÉRIL Latex Punho Longo (Mínimo 25 CM) sem/com bainha Ambidestra e outros, perfazendo o total de 06 ítens.
DATA DE ABERTURA: 01/08/96 às 15:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 265/96 - Aquisição HIDROXIUREIA 500MG e outros, perfazendo o total de 04 ítens.
DATA DE ABERTURA: 01/08/96 às 16:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 266/96 - Aquisição ALGODÃO HIDRÓFILO 20CMX100CM com Manta Uniforme separadas em camadas p/ perfil peso mínimo 500gr.e outros perfazendo o total de 21 ítens.
DATA DE ABERTURA: 02/08/96 às 08:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 267/96 - Aquisição ACYCLOVIR 200MG e outros, perfazendo o total de 08 ítens.
DATA DE ABERTURA: 02/08/96 às 09:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 268/96 - Aquisição CATETER INTRAVENOSO RADIOPACO TEFLON CAL. 14GX5 TAM. 30,4CM e outros, perfazendo o total de 10 ítens.
DATA DE ABERTURA: 02/08/96 às 10:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 269/96 - Aquisição CONTRASTE DE BAIXA OSMOLARIDADE P/ TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (EXCLUSIVO HBDF) e outros, perfazendo o total de 08 ítens.
DATA DE ABERTURA: 02/08/96 às 14:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 270/96 - Aquisição HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 62MG/ML e outros, perfazendo o total de 20 ítens.
DATA DE ABERTURA: 02/08/96 às 15:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 271/96 - Aquisição ATADURA GESSADA (SEC. RÁPIDA) 10 CMX300CM (COMP. MÍNIMO) e outros, perfazendo o total de 09 ítens.
DATA DE ABERTURA: 02/08/96 às 16:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 272/96 - Aquisição CALIBRADOR P/ AUTOMAÇÃO EM BIOQUÍMICA e outros, perfazendo o total de 18 ítens.
DATA DE ABERTURA: 05/08/96 às 08:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 273/96 - Prestação de Serviços, Mediante Contrato de Manutenção Preventiva e Corretiva, bem como Assistência Técnica, nos Equipamentos de propriedade da Fundação. AUTOCLAVE e outros.
DATA DE ABERTURA: 05/08/96 às 09:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 274/96 - Aquisição MONITOR DE ECG com 03 Derivações, no mínimo; detecção/rejeição de pulso de marcapasso; traçado congelável, e outros, perfazendo o total de 09 ítens.
DATA DE ABERTURA: 05/08/96 às 10:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 275/96 - Aquisição METFORMINA 500MG e outros, perfazendo o total de 04 ítens.
DATA DE ABERTURA: 05/08/96 às 14:30 horas.
TOMADA DE PREÇOS Nº 276/96 - Prestação de Serviços, Mediante Contrato de Manutenção Corretiva para os Equipamentos. MULTIPLEXADORES ESTÁTICOS de 08 canais.
DATA DE ABERTURA: 05/08/96 às 15:30 horas.
Maiores informações estão contidas no Edital à disposição dos interessados no Ed. Super Venâncio 2000, Bl."B"-60, Sala 340,nos horários das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Brasília, 12 de julho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 211/96

Avisamos aos interessados em participar da Tomada de Preços nº 211/96 , que sua NOVA DATA DE ABERTURA será realizada no dia 30.07.96 as 08:30 horas.

Maiores informações estão contidas no edital a disposição dos interessados, no Ed.Super Center Venâncio 2000 blocl "B"-60 sala 340,nos horários das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 16:00 horas, nos dias úteis.

Brasília, 12 de julho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

AVISO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 201/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que as empresas ARAGUAIA ENGENHARIA LTDA e VAPORENGE ENGENHARIA DE VAPOR LTDA., interpuseram recurso contra o resultado do julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 201/96, proc. 061.001039/96. Maiores informações poderão ser obtidas junto a esta CPL ou pelo tel. 226 8239.

Brasília, 12 de julho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que se encontram afixados nos quadros de avisos desta CPL os resultados dos julgamentos das licitações abertas nas seguintes modalidades:
Proc 061.009869/95 - TP. 222/96
Proc.061. 001872/96 - CV. 265/96
Proc.061.036567/95 - CV. 399/96

Brasília, 12 de julho de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADO DE RECURSO

TOMADA DE PREÇOS Nº 219/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que foi DEFERIDO parcialmente o recurso interposto pela empresa BAUMER HOSPITALAR LTDA., contra o resultado do julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 219/96, proc. 061.002926/96.

Brasília, 12 de julho de 1996
MANOEL CABRAL FOMIGA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB/DF convoca as pessoas abaixo relacionadas, inscritas no Cadastro Geral, a comparecerem à sobreloja do Edifício Sede do IDHAB/DF, situado no Setor Comercial Sul, Q. 06 Bloco A, no horário de 08:00 às 18:30 horas, a fim de formalizarem processos visando a habilitação para recebimento de imóvel em SOBRADINHO, de conformidade com o disposto no DECRETO 17.121, de 26/01/96, munidas dos seguintes documentos:

1- Fotocópias e originais:
- Carteira de Identidade (do casal);
- CIC/CPF (do casal);
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Certidão de Nascimento dos dependentes;
- Comprovante de renda;
- Comprovante de residência no Distrito Federal, nos últimos 5 anos (ano a ano) e
- Comprovante de pagamento de aluguel, se for o caso.

2- Certidões dos Cartórios de Registro de Imóveis:
1º Ofício (SCS - Ed. Paulo Sarazate, 5º andar)
2º Ofício (Ed. Venâncio 2000 - 1º andar - sala 140)
3º Ofício (CND 06 lote 14, Praça do Bicalho - TAG)
4º Ofício (QI 31/33 - Centro Empresarial Pedro Teixeira Guará II)
5º Ofício (Quadra 12 lote 10 - Setor Central Gama)
6º Ofício (CNM 01 Bl H - 1º andar - Ceilândia Centro)

As pessoas que já possuem processos formalizados no IDHAB, identificadas com o código PROC, deverão comparecer para se manifestarem a respeito do interesse na convocação, verificarem se existem exigências a serem cumpridas e apresentarem novas Certidões Negativas dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Estão isentos de apresentarem novas Certidões Negativas dos Cartórios de Registro de Imóveis os portadores de Recibo de Entrega Precária de Lote - R.E.P.L. que ainda não foram assentados, entretanto, só serão contemplados com novo endereço mediante a devolução do referido Recibo.

Os convocados, que ainda não possuem processos formalizados, deverão recolher taxa de expediente no valor de R$ 21,00(vinte e um reais) no ato da formalização dos seus processos.

O IDHAB/DF alerta aos inscritos ora convocados que a não comprovação das informações prestadas no ato da inscrição provocará uma repontuação e, consequentemente, uma reclassificação do candidato no Cadastro Geral, inclusive dos dententores de R.E.P.L.

Os convocados que, porventura, sejam proprietários ou ex-proprietários de imóvel residencial há menos de 5(cinco) anos no Distrito Federal ou que tenham sido beneficiados, em qualquer época, em programa similar, ficam impedidos de receberem outro imóvel através deste Instituto, conforme legislação e normas vigentes.

Esta convocação é válida por 30 (trinta) dias, a partir da data de sua publicação, e o não comparecimento neste prazo implicará no cancelamento da inscrição e, consequentemente, na exclusão do candidato do Cadastro Geral de Inscritos.

Brasília, 11 de julho de 1996
ALEXANDRA RESCHKE
Diretora-Presidente

ANEXO

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	CLASSIF.	PONTOS	OBSERVAÇÃO
80-0030409-3	ADEMAR BRAZ SILVA	225591831-53	7329	219,40	
80-0002338-8	ADEMAR CUSTODIO FARIAS	120282821-34	7408	219,10	
80-0030981-8	ALICE TEIXEIRA MAGALHAES	539158521-04	7761	217,80	
80-0031000-0	AMARILDO DA SILVA GOMES	344318451-00	7371	219,20	
80-0027842-4	ANTONIO TRAJANO DA SILVA	184584401-72	7283	219,60	
80-0027843-2	ANTONIO VIRGOLINO DA SILVA	296365661-00	7837	217,60	
80-0047929-2	ARCENIO ALMEIDA DA SILVA	073022821-53	7259	219,70	PROC
80-0030153-1	BELMIRA LEONOR LOPES	443397121-91	7668	218,20	
80-0027914-5	BENJAMIM VIEIRA DE BRITO	101224271-49	7830	217,60	
80-0027945-5	CARLOS PEREIRA TINO	184055681-15	7708	218,10	
80-0083940-0	CLAITON LOPES DE OLIVEIRA	183858261-49	8151	216,50	
80-0067127-4	CLEUZA CORREA LOPES	179448641-00	8009	216,90	PROC
80-0036629-3	DELZUITA PEREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA	398431811-15	8199	216,20	
80-0028072-1	DERCILIO GOMES RABELO	222873371-72	8206	216,20	
80-0028100-0	DIVINO PEREIRA ARAUJO	170078521-49	8038	216,80	
80-0028127-1	DORIVALDO ALVES DE FREITAS	222786301-30	7307	219,50	
80-0028143-3	EDES SANTOS SILVA	248565091-87	7543	218,60	
80-0030211-2	EDILSON DE CAMPOS	101688181-91	7467	218,90	
80-0030203-1	EDILSON MOREIRA DOS SANTOS	259271241-00	7965	217,10	
80-0067793-1	EDNA SOUTO DE OLIVEIRA	258095801-06	8059	216,80	PROC
80-0067189-4	ELIANE DE ARAUJO SILVA	398126931-49	7977	217,10	PROC
80-0028218-9	ELIANE TORRES TIMO	368900221-49	7623	218,30	
80-0028239-1	ELZA APARECIDA DE ALENCAR MATOS	398178141-49	7879	217,40	
80-0030361-5	EMI NUNES BERNARDES	400811331-20	7804	217,70	
80-0049802-5	EUSTAQUIO ALVES DE AMORIM	145628121-68	0193	237,80	
80-0028305-3	EVILASIO DA SILVA NEVES	271022971-49	8054	216,80	
80-0014984-5	FELICIANA MARIA DE SOUZA	249170791-78	7679	218,10	
80-0028323-1	FILOMENA CONCEICAO ABADE	339820151-20	7739	217,90	
80-0028351-7	FRANCISCA GARDENIA MIRANDA CUNHA SANTOS	225194831-72	7433	219,00	
80-0030712-2	FRANCISCO DE ASSIS CLEMENTE	226185591-91	8086	216,70	
80-0016946-3	IRACEMA SANTOS DE SOUSA	381124501-00	7871	217,40	
80-0031088-3	IRONIDES LOPES OLIVEIRA	258153771-04	7489	218,80	
80-0067314-5	IVAN NUNES DA SILVA	152792191-34	8233	216,10	PROC
80-0028601-0	IVONE PEREIRA NUNES DE FRANCA	371585031-00	7835	217,60	
80-0067324-2	JAILSON DOS SANTOS	117024511-00	7930	217,20	PROC
80-0028628-1	JAIR MARINHO DE JESUS	214165241-34	7271	219,60	
80-0007326-1	JEANE PEREIRA MARTINS FERREIRA	428407321-49	7567	218,50	
80-0002386-8	JOANA RITA DE OLIVEIRA FERREIRA	523990871-00	7393	219,10	
80-0028675-3	JOAO AMANCIO DE OLIVEIRA	289248191-00	7303	219,50	
80-0037006-1	JOAO SOUSA QUEIROZ	335248581-04	7665	218,20	
80-0078754-0	JOAQUIM FERNANDES DA SILVA	084346461-53	8189	216,30	PROC
80-0028725-3	JOEL LUIZ COSTA	838218647-53	7555	218,50	
80-0028761-0	JOSE CLEUDIMAR FAUSTINO RAMALHO	248492431-34	7966	217,10	
80-0047974-8	JOSE FERREIRA BARBOSA	082681851-04	7257	219,70	
80-0067372-2	JOSE ISIDORO DE OLIVEIRA	258209581-87	7655	218,20	PROC
80-0028801-2	JOSE MARIA ALVES DA COSTA	339321401-25	7662	218,20	
80-0028807-1	JOSE MONTEIRO SIMOES	225578301-00	7266	219,60	
80-0067963-1	JOSE PEREIRA DO AMARAL	112465701-06	7718	218,00	PROC
80-0075879-5	JOSE QUINTINO BRITO	096575251-87	7549	218,60	PROC
80-0067382-0	JOSE ROBERTO ABEL	368858941-68	8258	216,00	REPL
80-0076176-1	JOSELIA COSTA CARVALHO	310217271-72	7503	218,70	PROC
80-0030334-8	JURACI ALVES DE ANDRADE	214514941-49	7766	217,80	
80-0007421-7	LUCIANO DA COSTA LIMA	128936844-91	8025	216,80	
80-0028969-8	LUCIENE BEZERRA DA SILVA GONCALVES	417713461-91	8082	216,70	
80-0028982-5	LUCIMAR FERNANDES MACHADO NOGUEIRA	344301481-04	8349	215,70	
80-0078128-2	LUISMAR ABADE ROSAL	210627731-87	8253	216,00	PROC
80-0077598-3	LUIZ FERNANDO GOMES PINTO	143634021-72	8294	215,90	PROC
80-0067449-4	LUZIA MARTINS DE SOUZA	145498241-15	7805	217,70	PROC
80-0067996-8	LYGIA FERNANDES DE PAULO MIRANDA	536799461-04	8322	215,80	PROC
80-0060521-2	MANOEL BERNARDO SOBRINHO	175238854-20	7784	217,80	
80-0078816-3	MARIA DA CONCEICAO ARAGAO AVELINO	296404581-04	7796	217,70	
80-0029162-5	MARIA DA GLORIA MACHADO PIRES	182580181-91	8267	216,00	
80-0029184-6	MARIA DAS GRACAS ALVES DE ALCANTARA	443452161-68	8325	215,80	
80-0030727-1	MARIA DE FATIMA FERREIRA DO NASCIMENTO	359187481-72	8014	216,90	
80-0030664-9	MARIA DE JESUS MADALENA DE SOUSA LEITE	226174261-49	7849	217,50	
80-0030480-8	MARIA DE LOURDES LIMA VIEIRA	472966151-68	7764	217,80	
80-0029264-8	MARIA DO CARMO FERREIRA DE SOUSA	371726971-20	8114	216,60	
80-0049791-6	MARIA DO ROSARIO ABREU DOS SANTOS	151338691-34	8005	216,90	
80-0056490-7	MARIA DO SOCORRO NOVAIS	210559711-49	8341	215,70	
80-0029329-6	MARIA HELENA DE ASSIS	317431451-87	7870	217,40	
80-0007514-1	MARIA LUCIA RIBEIRO SABINO	386272991-53	7479	218,80	
80-0029450-1	MARIA ONDINA LEAL	116710681-49	7946	217,10	
80-0029469-1	MARIA ROSA DE SOUZA SANTOS	222839001-15	7928	217,20	
80-0067906-2	MARIA SELMA DA SILVA	536646631-87	7634	218,30	PROC
80-0067595-4	MARIANA MARIA DE SENA	258181041-68	7532	218,60	REPL
80-0030744-1	MARLUCE JACO DA CRUZ	386262921-04	8275	216,00	
80-0029551-5	MARTA MARIA DA SILVA	222769391-68	7598	218,40	
80-0029557-4	MARY GOMES DE FREITAS COUTO	223292421-15	8251	216,00	
80-0017627-3	MILTON SOUTO DE AREDA	222891191-27	8066	216,80	
80-0007552-3	MIRIAN APARECIDA DE CARVALHO	099176081-68	8332	215,70	
80-0029603-1	NATALICIA SABINO DE PAULA LUIS	258246431-72	7825	217,60	
80-0002437-6	NAZARETH DE CARVALHO SANTOS	210562501-00	7580	218,40	
80-0076505-8	NEALINA PEREIRA DA SILVA	214490071-04	7983	217,10	PROC
80-0029658-9	NOEL ALVES BARAUNA	344367821-15	7845	217,50	
80-0029674-1	OLINDO PEREIRA DE MATOS	184560901-82	7462	218,90	
80-0029689-9	OSCALINA ROSA DE QUEIROZ	371831681-15	7419	219,00	
80-0029723-2	PEDRO BISPO DE SOUZA	184137651-53	7969	217,10	
80-0029756-9	RAIMUNDA RIBEIRO ALVES	258184651-87	7714	218,00	
80-0029897-2	SEBASTIANA DE OLIVEIRA	038013571-04	7418	219,00	
80-0030826-9	SEVERINO SERAFIM IMACULADA	316754251-91	8018	216,90	
80-0029943-0	SIRLEI MARIA RIBEIRO DOS SANTOS SOUSA	296375111-72	7995	217,00	
80-0068011-7	SONIA BELO DE SOUSA	523971731-15	7809	217,70	PROC
80-0029960-0	SUELI BARRETO SILVA	371576801-06	7373	219,20	
80-0029965-1	SUELY COSTA CARVALHO	221094121-00	7245	219,70	
80-0029966-9	SUELY RIBEIRO SILVA DE ARAUJO	225210461-91	8143	216,50	
80-0029971-5	TANIA CONSUELO BISPO DE ALMEIDA CORREIA	258104801-87	8350	215,70	
80-0068106-7	TIMOTEO DE FREITAS	151369651-34	8236	216,10	REPL
80-0029999-5	TOMAZ FERNANDES DA SILVA	032610691-04	8030	216,80	
80-0076160-5	VALDECI FRANCISCA DOS SANTOS	291469091-68	7247	219,70	REPL
80-0031069-7	VALDIVINO FERREIRA BARROS	344334731-20	8023	216,90	

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/96

PROCESSO: 101.000.928/96 PARTES: FUNDACÃO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL-CODEPLAN; OBJETO: Prestacão de servicos na área de informática; LICITACÃO: Dispensada nos termos do inciso XVI, art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93; VALOR DO CONTRATO: Estimado em R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), correndo a despesa à conta do orcamento da FUNDACÃO, tendo sido emitida, inicialmente, a nota de empenho nº 1353/96, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais); CLASSIFICACÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: FUNCÃO/PROGRAMA/SUBPROGRAMA/ATIVIDADE/SUBATVIDADE: 15007002120470002; NATUREZA DA DESPESA: 349039; FONTE: 000; VIGÊNCIA: de 48 (quarenta e oito) meses a contar de 26/06/96; ASSINATURA: 26/06/96; PUBLICACÃO: No DODF a expensas da FUNDACÃO: SIGNATÁRIOS: P/FUNDACÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ CONTRATADA: Jorge Haroldo Martins e Sandra Louise Oliveira Santos Dantas.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 19/96

PROCESSO: 101.000.604/96; PARTES: FUNDACÃO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o CENTRO EDUCACIONAL DE AUDICÃO E LINGUAGEM LUDOVICO PAVONI;

OBJETO: Alterar o valor do "per capita" de R$ 1,6083 para R$ 1,6883, previsto no termo original; ASSINATURA: 11/07/96; VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/96; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/ FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Giuseppe Rinaldi.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 20/96

PROCESSO: 101.000.524/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e a ASSOCIAÇÃO DE MÃES, PAIS, AMIGOS E REABILITADORES DE EXCEPCIONAIS; OBJETO: Alterar o valor do "per capita" de R$ 1,6083 para R$ 1,6883 e o valor estimado do Convênio de R$ 33.726,00 para R$ 33.845,48, previstos no termo original; ASSINATURA: 11/07/96; VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/96; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/ FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Fernando Antonio Nogueira de Almeida.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 22/96

PROCESSO: 101.000.667/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o CENTRO DE ENSINO E REABILITAÇÃO-CER; OBJETO: Alterar o valor do "per capita" de R$ 1,6083 para R$ 1,6883 e o valor estimado do Convênio de R$ 12.383,80 para R$ 12.586,28, previstos no termo original; ASSINATURA: 11/07/96; VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/96; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/ FUNDAÇÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Martha Maria Barros dos Santos.

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.001.533./96. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 015/96-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "A"-551/96, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, para a conclusão da obra de uma unidade de Centro de Ensino, situado na Quadra 203, em São Sebastião-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma LA DART - CONSTRUÇÕES E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS REFORÇADOS LTDA. OBJETO: prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 20(vinte) dias corridos, contados a partir de 17.06.96, vencendo-se portanto em 06.07.96. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 17.06.96. PELA CONTRATADA: MÁRCIO HÉLIO TEIXEIRA GUIMARÃES. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e ANTONIO MOREIRA CAMPOLINA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.001.556/94. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nos termos do Inciso II, artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei. 8.666/93. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços ASJUR/PRES. "A"-705/96, para a elaboração de serviços de Engenharia Consultiva na execução dos projetos de ampliação e adaptação do Projeto de Estrutura e Fundações do Anexo II do Supremo Tribunal Federal-STF, em Brasília-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma PROMON ENGENHARIA LTDA. OBJETO: prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 15(quinze) dias corridos, contados a partir de 26.06.96, vencendo-se portanto em 10.07.96. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 26.06.96. PELA CONTRATADA: ELFER PHILBOIS ALBANEZE e NORBERTO GUILHERME BACHMANN RIBEIRO. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e ANTONIO MOREIRA CAMPOLINA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.003.193/96. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 087/95-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "C"-566/95, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global (Lote 02) reforma do Centro de Ensino 08, na Quadra 02 - Setor Sul, Gama-DF e reforma geral da Escola Classe 09, na Quadra 03, Área Especial nº 02, Setor Sul, no Gama-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma SEMACON - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. OBJETO: prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 30(trinta) dias corridos, contados a partir de 27.06.96, vencendo-se portanto em 26.07.96. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 27.06.96. PELA CONTRATADA: SÉRGIO VIEIRA RAMOS. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e ANTONIO MOREIRA CAMPOLINA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.004.093/96. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 056/95-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "D"-562/95, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global, da obra de reforma do Teatro da Praça, localizado no Centro Educacional EIT-Área Especial 01 - Setor Central - CNB 01, em Taguatinga-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma MERCANTIL MOREIRA CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: Inclusão de serviços complementares e a suplementação de recuros. VALOR: R$ 106.513,61(cento e seis mil, quinhentos e treze reais e sessenta e um centavos). RECURSOS: Correrão por conta do convênio nº 013/94-Secretaria de Obras, publicado em 30.06.94-Suplemento, vigente até 31.12.96, conforme Nota de Empenho nº 01845.0152, emitida em 27.06.96, pela Diretoria Financeira da NOVACAP. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 08.07.96. PELA CONTRATADA: LUISMAR GONZAGA GUIMARÃES. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e ANTÔNIO MOREIRA CAMPOLINA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.004.947/96. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência Pública nº 004/95-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "A"-509/96, para execução total, sob o regime de empreitada por preço unitário (Lote 20) execução de serviços de drenagem pluvial, com implantação de redes de diâmetro 400mm, 500mm, 600mm, 800mm, 1000mm e captações, na Primeira Avenida Norte, Quadra 429 a 433, em Samambaia-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma SERVENG - CIVILSAN S/A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA. OBJETO: prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 55(cinquenta e cinco) dias corridos, contados a partir de 19.07.96, vencendo-se portanto em 11.09.96. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 24.06.96. PELA CONTRATADA: JOSÉ HAMILTON MOTTA MEDEIROS e EVERALDO PINTO DE ARRUDA. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e JOSÉ HUMBERTO MATIAS DE PAULA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.005.130/96. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência Pública nº 002/95-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "B"-552/95, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global da obra (Lote 02) construção do Centro de Ensino, com 15(quinze) salas de aula na QS 519 Área Especial 01/02, em Samambaia-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma PROJECOL - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 30(trinta) dias corridos, contados a partir de 22.06.96, vencendo-se portanto em 21.07.96. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 21.06.96. PELA CONTRATADA: JOSÉ BATISTA SILVA ARAÚJO. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e ANTONIO MOREIRA CAMPOLINA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP: 112.008.426/95. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Tomada de Preços nº 088/95-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Termo de Aditamento ao Contrato de Empreitada ASJUR/PRES. "A"-550/96, para execução total, sob o regime de empreitada por preço global (Lote 01) da reforma no Centro de Ensino nº 11, na Quadra 01, Área Especial, Setor Sul, no Gama-DF. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma LA DART - CONSTRUÇÕES E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS REFORÇADOS LTDA. OBJETO: prorrogação do prazo do instrumento principal. PRAZO/VIGÊNCIA: o prazo para conclusão dos serviços, bem como sua vigência ficam prorrogados por mais 30(trinta) dias corridos, contados a partir de 29.06.96, vencendo-se portanto em 28.07.96. DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 28.06.96. PELA CONTRATADA: MÁRCIO HÉLIO TEIXEIRA GUIMARÃES. PELA CONTRATANTE: PEDRO MURRIETA SANTOS NETO e ANTONIO MOREIRA CAMPOLINA. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 49/96

AQUISIÇÃO DE BOBINA PARA MÁQUINA DE CALCULAR, PAPEL ALMAÇO, PAPEL JORNAL, GRAMPOS PARA GRAMPEADOR, FITAS CORREGÍVEL E CORRETIVA, CANETAS, LÍQUIDO CORRETIVO, FITA DUREX, LIVRO DE ATA, REMOVEDOR DE PELÍCULA, PENAS, ESTILETES, RÉGUAS, GRAMPO TRILHO, ENVELOPE PARDO, CLIPS E OUTROS.

Chamamos a atenção das firmas interessadas na licitação em tela, que a NOVACAP fará realizar no dia 30 de julho de 1996 às 09:30 horas, na Sala de Licitação da ASCAL/PRES., situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", em Brasília-DF. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima.

Brasília, 12 de julho de 1996
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor de Cadastro e Licitação

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 46/96

Comunicamos às firmas interessadas na licitação acima discriminada que:
Onde-se-lê: Capítulo VI - DO REAJUSTAMENTO - 6.1- Os preços serão fixos e irreajustáveis.
Leia-se: Capítulo VI - DO REAJUSTAMENTO - 6.1 - Os preços poderão ser reajustados, de acordo com o índice oficial estabelecido pelo Governo Federal.
NOVA DATA E HORÁRIO: 30.07.96 - 14:30H.
Permanecendo inalteradas as demais condições do Edital e seus anexos. .

Brasília, 12 de julho de 1996
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor de Cadastro e Licitação

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/96

Por Decisão da Diretoria Colegiada da TERRACAP, foi ratificada para os fins do Artigo 26 da Lei no 8.666/93, a inexigibilidade de Licitação em favor de REFRIGERANTES BRASÍLIA LTDA, CGC no. 00.000.539/0001-49, Lote de terreno com 47.097,814m2 de terras na Fazenda Vicente Pires, processo no 160.000.123/93-5. O presente é feito de conformidade com a Lei no 289/92 e Parecer no 028/95, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Brasília, 12 de julho de 1996
JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS DE SERVIÇOS Nº 8/96

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASILIA-CEB, através da Comissão de Licitação de Serviços-CLS, situada no Setor de Grandes Áreas Sul - SGAS - Q.904 - Bl. "A" - Sala 21, em Brasília-DF, torna público que receberá até às 14:30 horas do dia 02/08/96, os invólucros contendo os documentos e Propostas

Comerciais, relativos à Tomada de Preços de Serviços TPS-008/96-CEB, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em redes aéreas de distribuição de baixa tensão energizada até 600 V. O edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima, onde poderão obter informações complementares, no horário das 08:30 às 12:00 e das 14:30 às 17:00 horas. O edital será vendido ao preço de R$ 11,00 (onze reais).

Brasília, 12 de julho de 1996
JOSÉ CARLOS ERVILHA RODRIGUES
Presidente da Comissão

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público que o Diretor de Produção e Transmissão, HELIO MORITO SHINODA, reconheceu a dispensa de licitação para aquisição de 6 unidades de terminal telefônico móvel celular, através da empresa TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A - TELEBRASÍLIA, referente à RMM nº 483/96-GLEM, no valor de R$ 1.855,38 (hum mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos). Fundamentação legal: Inciso VIIII, Art. 24, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações impostos pela Lei nº 8.883/94.

Brasília, 12 de julho de 1996
MARCÍLIO PROVAZI PESCI
Gerente de Aquisição de Materiais

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

RELAÇÃO DE CONTRATAÇÕES
JULHO/96

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB torna público a relação de contratações, mediante licitações, em atendimento à Lei 886/95 (DF), de 19/07/95, publicada no DOU de 20/07/95.

CI-003/96 - Execução das obras da Estação de Tratamento de Esgotos da Cidade do Paranoá - RA VII, Distrito Federal - Brasil.
Valor Total: R$ 1.608.799,31 (um milhão, seiscentos e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e trinta e um centavos).
Vigência do Contrato: 270 (duzentos e setenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CI-004/96 - Execução das obras de remanejamento dos interceptores de esgotos sanitários da S.Q.S. 414/614 e 101/201, travessias do eixo central (Eixão) na Asa Sul e recuperação do interceptor da Asa Norte - UnB; execução das obras dos interceptores de esgotos sanitários para o Setor de Regimento Cavalaria e Guarda (SRCG), Setor Militar Urbano (SMU) - Brasília, Distrito Federal - Brasil.
Preço Total do Lote 1: R$ 317.392,72 (trezentos e dezessete mil, trezentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos).
Vigência do Contrato: 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Preço Total do Lote 2: R$ 299.092,92 (duzentos e noventa e nove mil e noventa e dois reais e noventa e dois centavos).
Vigência do Contrato: 210 (duzentos e dez) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Preço Total do Lote 3: R$ 247.951,08 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e oito centavos).
Vigência do Contrato: 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Preço Total do Lote 4: R$ 891.995,07 (oitocentos e noventa e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e sete centavos).
Vigência do Contrato: 270 (duzentos e setenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Preço Total do Lote 5: R$ 138.309,59 (cento e trinta e oito mil, trezentos e nove reais e cinquenta e nove centavos).
Vigência do Contrato: 270 (duzentos e setenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Valor Total da Licitação: R$ 1.894.741,38 (um milhão, oitocentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos).
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CI-005/95 - Execução das obras de ampliação do sistema Rio Descoberto no Distrito Federal - Brasil, ou seja: ampliação da estação elevatória RDN/RCP, execução da linha de recalque RDN/RCP e ampliação do "BOOSTER" RCP/Zona Alta.
Preço Total do Lote 1: R$ 173.188,66 (cento e setenta e três mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos).
Preço Total do Lote 2: R$ 244.337,32 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos).
Preço Total do Lote 3: R$ 258.349,23 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e três centavos).
Valor Total da Licitação: R$ 675.875,21 (seiscentos e setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos).
Vigência do Contrato: Até 31/01/96.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CI-005/96 - Execução de redes coletoras de esgotos sanitários no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) - Complementação, Setor Lúcio Costa - Complementação, Vila Tecnológica QE 46 (inclusive estação elevatória de esgotos sanitários e linha de recalque), expansão da QE 42 e 44, Setor de Inflamáveis (SIN), Setor de Transporte Rodoviário de Carga (STRC) - Guará RA X, Setor de Oficinas Sul e Norte (SOF Sul e Norte), Setor de Indústrias Gráficas (SIG) - Complementação e Setor de Armazenagem e Abastecimeto (SAA) Brasília RA I - DF; execução de redes coletoras de esgotos sanitários (redes públicas e ramal condominial) para o Centro de Atividades CA 01 a 11 - SHI-Norte - RA VI - DF; execução de remanejamento de redes coletoras de esgotos sanitários no Cruzeiro Velho - Cruzeiro -RA XI - DF, - Brasília, Distrito Federal - Brasil.

Preço Total do Lote 1: R$ 421.313,71 (quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e treze reais e setenta e um centavos).
Preço Total do Lote 2: R$ 311.898,88 (trezentos e onze mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos).
Preço Total do Lote 3: R$ 205.232,24 (duzentos e cinco mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos).
Preço Total do Lote 4: R$ 220.951,61 (duzentos e vinte mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos).
Preço Total do Lote 5: R$ 147.447,92 (cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos).
Preço Total do Lote 6: R$ 216.413,22 (duzentos e dezesseis mil, quatrocentos e treze reais e vinte e dois centavos).
Preço Total do Lote 7: R$ 267.209,24 (duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e nove reais e vinte e quatro centavos).
Valor Total da Licitação: R$ 1.790.466,81 (um milhão, setecentos e noventa mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos).
Vigência do Contrato: 270 (duzentos e setenta) dias consecutivos para os lotes 1, 2, 3, 4, 5 e 7, e 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura, para o lote 6.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CI-006/96 - Execução das obras do Booster, redes de distribuição de água e ligações prediais das Quadras 101 a 112, 201 e 202, 301 a 308, 405, parte do Centro Urbano e Setor Hospitalar do Recanto das Emas, com fornecimento dos materiais, Distrito Federal - Brasil.
Preço Total do Lote 1: R$ 539.247,00 (quinhentos e trinta e nove mil e duzentos e quarenta e sete reais).
Preço Total do Lote 2: R$ 430.715,33 (quatrocentos e trinta mil, setecentos e quinze reais e trinta e três centavos).
Preço Total do Lote 3: R$ 434.044,22 (quatrocentos e trinta e quatro mil e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos).
Valor Total da Licitação: R$ 1.404.006,55 (um milhão, quatrocentos e quatro mil e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CI-008/96 - Execução das obras, inclusive com fornecimento de materiais de remanejamento e substituição de rede de água nas quadras pares e ímpares do Guará I e Setor Tradicional de Brazlândia, Distrito Federal - Brasil.
Preço Total do Lote 1: R$ 874.678,88 (oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos).
Preço Total do Lote 2: R$ 992.235,22 (novecentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos).
Preço Total do Lote 3: R$ 741.940,46 (setecentos e quarenta e um mil e novecentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos).
Valor Total da Licitação: R$ 2.608.854,56 (dois milhões, seiscentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).
Vigência do Contrato: 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CP-003/96 - Fornecimento de materiais em **pvc** (tubos, conexões, acessórios e peças especiais), em **manilha cerâmica** (tubos, conexões, acessórios e peças especiais), em **concreto armado** (tubos, conexões, acessórios e peças especiais), em **ferro fundido** (tubos, conexões, acessórios e peças especiais) e em **pead** (tubos, conexões, acessórios e peças especiais), para implantação das redes coletoras, ligações prediais de áreas especiais, interceptores e linhas de recalques nas áreas de esgotamento : AE II, AE V, AE VI e AE VII no Setor de Habitações Individuais Sul (SHI-SUL) , RA XVI - DF, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO (Lote I)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Tubo de PVC Vinilfort Diâmetro = 100mm	M	4.332	2,55	11.046,60
02	Tubo de PVC Vinilfort Diâmetro = 300mm	M	792	22,50	17.820,00
03	Tubo de PVC Vinilfort PB-JE D = 350mm	M	408	28,38	11.579,04
04	Anel de borracha Vinilfort Diâmetro = 100mm	UN	722	0,36	259,92
05	Anel de borracha Vinilfort D = 300mm	UN	132	5,32	702,24
06	Anel de borracha p/ PVC Vinilfort DN = 350mm	UN	068	5,69	386,92

Preço Total do Lote: R$ 41.794,72 (quarenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO (Lote II)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Manilha cerâmica D = 150mm 22,70Kg	M	18.582	3,72	69.125,04
02	Manilha cerâmica D = 200mm 34,20Kg	M	099	6,83	676,17
03	Manilha cerâmica DE 250mm 50,00Kg	M	042	13,44	564,48
04	Selim cerâmica D = 150mm x 100mm 5,00Kg	U	062	4,68	290,16

Preço Total do Lote: R$ 70.655,85 (setenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO (Lote III)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Tubo concreto armado JE CA2 600mm 424,00 Kg	M	1.435	51,45	73.830,75
02	Tubo concreto armado JE CA3 600mm 424,00 Kg	M	145	52,53	7.616,85
03	Tubo concreto armado JE CA2 700mm 534,00 Kg	M	1.765	62,40	110.136,00
04	Tubo concreto armado JE CA2 800mm 684,00 Kg	M	575	78,03	44.867,25
05	Tubo concreto armado JE CA3 700mm 534,00 Kg	M	170	69,76	11.859,20
06	Tubo concreto armado JE CA3 800mm 684,00 Kg	M	780	91,77	71.580,60

Preço Total do Lote: R$ 319.890,65 (trezentos e dezenove mil e oitocentos e noventa reais e sessenta e cinco centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO (Lote IV)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
02	Tubo dúctil JE TK7 JE D = 250mm 41,00Kg	M	110	90,72	9.979,20
03	Registro dúctil R10FC10 D = 100mm 37,00Kg	U	001	353,57	353,57
04	Extremidade FºFº EPPAV10 500mm 147,00Kg	U	002	1.673,06	3.346,12
05	Extremidade FºFº EPPAV10 600mm 197,00Kg	U	001	1.762,14	1.762,14

Preço Total do Lote: R$ 15.441,03 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e três centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO (Lote V)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Tubo PEAD, Diâmetro 500mm, PN 5	M	2.071	195,56	405.004,76
02	Curva 45º, PEAD, Diâmetro 500mm, PN 5	UN	004	1.324,37	5.297,48
03	Tê 90º, PEAD, Diâmetro 500mm x 110mm, PN 5	UN	002	2.734,10	5.468,20
04	Colarinho PEAD, Diâmetro 110mm, PN 5	UN	002	38,39	76,78
05	Flange solto em aço, Diâmetro 500mm, DIN	UN	004	396,68	1.586,72
06	Colarinho PEAD, Diâmetro 500mm	UN	004	401,20	1.604,80
07	Curva 90º, PEAD, Diâmetro 110mm, PN 5	UN	002	19,81	39,62
08	Flange solto em aço, Diâmetro 400mm, DIN	UN	001	253,83	253,83
09	Colarinho PEAD, Diâmetro 400mm, PN 5	UN	001	251,22	251,22
10	Redução concêntrica, PEAD, Diâmetro 500mm x 400mm, PN 5	UN	001	402,13	402,13
11	Flange solto em aço, Diâmetro 110mm, DIN	UN	002	39,26	78,52
12	Tubo PEAD, Diâmetro 110mm, PN 5	M	024	9,73	233,52
13	Parafuso 1¼ " x 12" galvanizado a fogo com porcas e arruelas	UN	124	15,61	1.935,64
14	Curva 90º, PEAD, Diâmetro 560mm, PN 5	UN	001	1.740,23	1.740,23
15	Tubo PEAD, Diâmetro 560mm, PN 5	M	985	244,71	241.039,35
16	Curva 60º, PEAD, Diâmetro 560mm, PN 5	UN	001	1.323,57	1.323,57
17	Curva 45º, PEAD, Diâmetro 560mm, PN 5	UN	001	1.140,52	1.140,52
18	Curva 30º, PEAD, Diâmetro 560mm, PN 5	UN	001	911,50	911,50
19	Redução concêntrica, PEAD, Diâmetro 560mm x 500mm, PN 5	UN	001	463,51	463,51
20	Flange solto em aço, Diâmetro 560mm, DIN	UN	001	495,84	495,84
21	Colarinho PEAD, Diâmetro 560mm	UN	001	511,43	511,43

Preço Total do Lote: R$ 669.859,17 (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos).
Valor Total da Licitação: R$ 1.117.641,42 (um milhão, cento e dezessete mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).
Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias consecutivos para o lote 01, 150 dias para o lote 02, 180 dias para o lote 03, 120 para o lote 04 e 150 dias para o lote 05, contados a partir de suas respectivas assinaturas.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CP-005/96 - Aquisição de 27.180 hidrômetros taquimétricos (ou de velocidade), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO (Lote V)	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	hidrômetros taquimétricos (ou de velocidade), **tipo monojato, com opção para multijato,** leitura direta (m3), através de cifras saltantes (cilindros ciclométricos), cabeça transparente, funcionamento reversível, dispositivo totalizador do tipo seco, úmido ou imerso em meio próprio, diâmetro nominal 20mm, de vazão mínima menor ou igual a 0,030m3/h, com porcas, tubetes e arruelas, de acordo com a portaria nº 29, de 07 de fevereiro de 1994, do INMETRO, e o termo de referência da CAESB.	UN	22.380	23,20	519.216,00
02	hidrômetros taquimétricos (ou de velocidade), **tipo multijato,** leitura direta (m3), através de cifras saltantes (cilindros ciclométricos), cabeça transparente, funcionamento reversível, dispositivo totalizador do tipo seco, úmido ou imerso em meio próprio, diâmetro nominal 20mm, de vazão mínima menor ou igual a 0,030m3/h, com porcas, tubetes e arruelas, de acordo com a portaria nº 29, de 07 de fevereiro de 1994, do INMETRO, e o termo de referência da CAESB.	UN	4.800	25,40	121.920,00

Valor Total: R$ 641.136,00 (seiscentos e quarenta e um mil e cento e trinta e seis reais).
Vigência do Contrato: 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

TP-034/96 - Aquisição de cal hidratada para o tratamento de água e esgotos.
Valor Total: R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais).
Vigência do Contrato: O contrato expirar-se-á em 31/12/96.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

TP-036/96 - Aquisição de polieletrólito em pó para desidratação de lodo.
Valor Total: R$ 250.250,00 (duzentos e cinquenta mil e duzentos e cinquenta reais).
Vigência do Contrato: O contrato expirar-se-á em 31/12/96.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

TP-040/96 - Execução das obras do emissário da Estação de Tratamento de Esgotos Sanitários de Samambaia - (RA XII) - DF.
Valor Total: R$ 126.921,75 (cento e vinte e seis mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos).
Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

TP-043/96 - Aquisição de tubo cerâmico e tubo de concreto armado, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Tubo cerâmico de 250mm 50,00 kg	M	500	11,80	5.900,00
02	Tubo cerâmico de 350mm 83,00 kg	M	300	25,60	7.680,00
03	Tubo de concreto armado JE CA2 600mm 424, KG	M	300	51,45	15.435,00
04	Tubo de concreto armado JE CA2 800mm 684, KG	M	270	78,03	21.068,10

Valor Total: R$ 50.083,10 (cinquenta mil e oitenta e três reais e dez centavos).
Vigência do Contrato: 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CVO-005/96 - Prestação dos serviços de pesquisa geofísica de aquíferos nas cidades de São Sebastião-RA XIV, Paranoá-RA VII, Sobradinho-RA V, Planaltina-RA VI e Brazlândia-RA IV, no Distrito Federal.
Valor Total: R$ 76.416,48 (setenta e seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos).
Vigência do Contrato: 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

CVO-008/96 - Elaboração do projeto executivo do centro de reservação do Recanto das Emas e Reservatório de equalização na cidade satélite do Gama DF.
Valor Total: *R$ 88.193,94 (oitenta e oito mil, cento e noventa e três reais e noventa e quatro centavos).*
Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir de sua assinatura.
Reajustamento: Os preços são fixos e irreajustáveis.

Brasília, 11 de julho de 1996
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADAS DE PREÇOS Nºs 44, 47, 50 E 55/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento das Tomadas de Preços nºs TP - 044/96, 047/96, 050/96 e 055/96-CAESB, da forma que se segue:
Tomada de Preços nº TP - 044/96: MB BIOQUÍMICA LTDA, vencedora dos itens 09 e 10, com o valor total de R$ 14.474,00; JUNDILAB PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA, vencedora dos itens 02, 03, 08, 11, 12 e 13, com o valor total de R$ 20.199,76; BIO CIÊNCIA PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA, vencedora dos itens 04-A e 14, com o valor total de R$ 5.574,00; e MINASCONTROL EQUIPAMENTOS E SISTEMAS LTDA, vencedora do item 01, com o valor total de R$ 4.640,00.
Tomada de Preços nº TP - 047/96: CONEXO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS E CONEXÕES, vencedora dos itens 05, 07 a 10, 15 a 21, 25, 30, 33 e 36 a 38, com o valor total de R$ 31.345,16; ORGANIZAÇÕES SAMMAR LTDA, vencedora dos itens 11, 24, 26, 27, 39 a 46 e 48 a 53, com o valor total de R$ 10.676,62; ELETRO RIO LTDA, vencedora dos itens 23 e 31, com o valor total de R$ 9.224,00; CBEIC CARLOS BADERMANN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, vencedora dos itens 01 a 04, 06, 13, 14, 22 e 28, com o valor total de R$ 54.602,64; e COMPANHIA METALÚRGICA BARBARÁ, vencedora dos itens 12, 29, 32, 34, 35 e 47, com o valor total de R$ 9.995,28.
Tomada de Preços nº TP - 050/96: CONFLORA-CONSULTORIA PLANEJAMEENTO E ASSESSORIA FLORESTAL LTDA, vencedora com o valor total de R$ 591.619,80.
Tomada de Preços nº TP - 055/96: ELETRO RIO LTDA, vencedora dos itens 01 ao 04, 07, 14, 16 ao 22, 25 e 26, com o valor total de R$ 43.231,78; ROCCO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES, vencedora dos itens 06, 08 ao 13, 15, 23 e 24, com o valor total de R$ 3.282,80 e UNIVERSO DAS BATERIAS, vencedora do item 05, com o valor total de R$ 8.680,00.

Brasília, 12 de julho de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 27/96

DATA DE ABERTURA: 23/07/96
HORÁRIO: 09:00 horas
LOCAL: Sala de Reuniões do DRMS, no Andar Térreo do Edifício Sede da FZDF. sito no SAIN - Parque Rural.
A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal-CPL/FZDF, torna público que realizará Licitação na modalidade em epígrafe, para a execução de serviços, conforme estabelecido no Anexo I do Edital, na data, horário e local acima especificados. O Edital e demais informações poderão ser obtidos junto à C.P.L./FZDF, de segunda à sexta-feira no horário de 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, através dos telefones 274-2250 ramal: 147 e 274-0470.

Brasília, 12 de julho de 1996
HUMBERTO DE JESUS SIMÕES FILHO
Presidente da Comissão

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO Nº: 072.000.054/95. **Termo Aditivo** Nº 003/96 ao Termo de Cooperação Técnica nº 001/95. **Contratantes**: **EMATER/DF e as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF. Objeto** : *Utilização de veículo.* **Data de Assinatura** : 04.07.96.

PROCESSO Nº : 072.000.086/96. **Contrato de Responsabilidade** Técnica nº 054/96. **Contratantes**: **EMATER/DF e Carlos César da Mota. Objeto** : Prestação de serviços de assistência técnica agropecuária e agroindustrial. Vigência : 01 ano a partir da data de sua assinatura. Valor : R$ 112,00 (cento e doze reais) mensais. **Data de Assinatura** : 28.06.96.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

RELAÇÕES DE COMPRAS
JUNHO/96

A CPL do DETRAN/DF, em cumprimento a Lei nº 938 de 20 de outubro de 1995, torna p blico a relação de compras efetuadas nas modalidades de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação referente ao mês de junho/96:

Item	Quant	Un	Especificação	Vr. Unit.	Vr. Total
01	010	un	tapete para veículo uno	25,76	257,60
02	050	par	paletas pára-brisa	6,57	328,70
03	500	un	lâmpada 1 pólo	0,88	440,00
04	100	un	fusível 10 amperes	0,25	25,00
05	100	un	fusível 15 amperes	0,25	25,00
06	100	un	fusível 25 amperes	0,25	25,00
07	100	un	fusível 30 amperes	0,25	25,00
08	020	un	triângulos	10,09	201,80
09	001	un	renovação de assinatura do Correio Braziliense	408,00	408,00
10	-	-	realização de workshop com servidores da autarquia	14.599,75	14.599,75
11	-	-	remanejamento de suportes para ar condicionado	720,00	720,00
12	-	-	veiculação de mensagens de trânsito nas listas telefônicas	30.655,34	30.655,34
13	-	-	despesas com energia elétrica	52.000,00	52.000,00
14	001	un	renovação de assinatura anual dos informativos sucesu	720,72	720,72
15	012	un	confecção de balizas para organização de filas	5,00	60,00
16	001	un	assinatura anual da revista informática exame	45,90	45,90
17	280	un	refeições	3,50	980,00
18	280	un	lanches	2,58	722,40
19	094	1	água mineral	0,85	79,90
20	-	-	conserto de 1 microcomoputador 386sx	1.213,00	1.213,00
21	090	un	fitas magnéticas para Assessoria de Informática	17,70	1.593,00
22	001	un	fornecimento/instalação de painel de vidro temperado cristal	789,00	789,00
23	-	-	inscrição de 04 servidores em curso de Licitações	1.320,00	5.280,00
24	23000	un	capas de processo	0,073	1.679,00
25	001	un	assinatura da revista quatro rodas	53,10	53,10
26	001	un	assinatura anual do Jornal de Brasília	268,80	268,80
27	-	-	conserto do aparelho radar tomb. 17819	675,00	675,00
28	-	-	inscrição de 01 servidora em curso de catalogação e descrição	150,00	150,00
29	008	cx	etiqueta auto-adesiva em form. contínuo	100,00	800,00
30	002	un	renovação de assinaturas do Jornal de Brasília	268,80	537,60

A CPL do DETRAN/DF, em cumprimento a Lei nº 938 de 20 de outubro de 1995, torna publico as compras efetuadas no mês de junho/96, na modalidade de Convite:
Convite 015/96. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e colocação de tachas e tachões nas vias W1 e L1 Norte. Valor Total: R$ 16.445,00. Prazo de Execução: 30 dias consecutivos.
Convite 018/96. Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação de cruzamentos semafóricos. Valor Total: R$ 109.251,33. Prazo de Execução: 30 dias consecutivos.

Convite nº 012/96. Objeto: Aquisição de bandeiras.

Item	Quant	Un	Especificação	Vr. Unitário	Vr. Total
01	200	m	cordão em nylon para hasteamento de bandeira	0,50	100,00
02	050	un	bandeira do Brasil em tecido tergal verão med. 1,60x1,12cm	28,00	1.400,00
03	050	un	bandeira do Distrito Federal, em tecido tergal verão	29,00	1.450,00
04	005	un	bandeira do Brasil em cetim de seda com 2.1/2 panos	94,70	473,50
05	005	un	bandeira do Distrito Federal conf. em cetim de seda	94,70	473,50
06	020	un	bandeira da GPFT em tergão verão	65,00	1.300,00

Brasília-DF, 11 de julho de 1996
VALÉRIA SILVA GOMES
Presidente da Comissão

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

PARTES: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL x APF COMÉRCIO, INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. PROCESSO Nº: 050-003.215/95. OBJETO: Fornecimento de peças em geral, mecânicas, elétricas e eletrônicas, para veículos das linhas Volkswagem e Chevrolet, conforme condições previstas no Edital da Licitação e na Proposta da Contratada. LICITAÇÃO: Concorrência nº 003/96-CPL/SSP, nos termos da Lei 8.666/93. NOTA DE EMPENHO Nº: 96NE00672, emitida em 09/07/96, evento 400092, modalidade: Estimativo, reforço da 96NE00194. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSOS: 030. NATUREZA DA DESPESA: 34.90.30. VALOR: R$ 60.000,00. PRAZO: Até 31/12/96.

PARTES: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL x JUNIOR RADIADORES PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. PROCESSO Nº: 052-000.028/96. OBJETO: Recuperação de radiadores de veículos automotores das linhas Volkswagen, Chevrolet, Fiat, Ford e Merceds-Benz. LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 017/96-CPL/PCDF - Lei 8.666/93. NOTA DE EMPENHO Nº: 96NE00674, emitida em 09/07/96, evento 400091, modalidade Estimativo, reforço da 96NE00468. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSOS: 030. NATUREZA DA DESPESA: 34.90.39. VALOR: R$ 5.000,00. PRAZO: Até 31/12/96.

PARTES: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL x STARTEC CIENTÍFICA. PROCESSO Nº: 052-000.054/96 OBJETO: prestação de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças em equipamentos de laboratório do Instituto de Medicina Legal. LICITAÇÃO: Convite nº 019/96-CPL/PCDF. NOTA

DE EMPENHO Nº: 96NE00673, emitida em 04/06/96, evento 400092, modalidade Estimativo, reforço da 96NE00398. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSOS: 030. NATUREZA DA DESPESA: 34.90.39. VALOR: R$ 8.000,00. PRAZO: Até 31/12/96.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/96

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: 15.08.96
OBJETO: Obra de Construção da 6ª Delegacia de Polícia na Cidade-Satélite do Paranoá.
A CPL informa que o resumo do edital encontra-se à disposição dos interessados na sua sede, situada no endereço acima.

Brasília-DF, 15 de julho de 1996
DELSON LUIZ BASTOS FERRO
Presidente da CPL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 63/96

Aquisição de um sistema kaptor 2000 plus, um kit EEC-IV para kaptor plus, (Escort 1.6/1.8/2.0i, Gol 1000 1.6/1.8/2.0i, Logus 1.6/1.8/2.0i, Pointer, Quantum, Royale, Santana, Verona, Versalles (1.8/2.0i), Explorer EEC-IV, F-1000 4.9, Ranger, Taurus, Fiesta EEC-IV). Um kit G7/Microplex para kaptor plus, (Elba, Fiorino, Prêmio 1.5/1.6ie, Tempra ie/16v, Uno 1.5 ie/Mille). Dispositivo para medições BOB 2000. Kit EEC-IV para BOB 2000. Um Kit LE-JETRONIC para BOB 2000.
Data: 18.07.96 - Horário: 09:00 horas.

CONVITE Nº 64/96

Aquisição de três sinalizadores visual e rotativo, modelo RT-KM, 12 volts, potência de luz 48 watts, todo vermelho e três sirenes eletrônicas com três tipos de som, mais megafone, modelo RT-25C, 12 volts, potência de som 50 watts.
Data: 18.07.96 - Horário: 09:40 horas.

Local: Setor de Areas Isoladas Sul - SAIS, DAL/PMDF, Anexo do QCG sala 42.
Informações e cópias dos Convites: Diariamente das 14 às 18 horas, nos dias úteis, no endereço acima mencionado.
Publique-se.

Brasília-DF, 8 de julho de 1996

RUY SAMPAIO SILVA - Ten Cel QOPM
Presidente da CPL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
JUNHO/96

O Serviço de Orçamento e Finanças da Secretaria de Comunicação Social, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 938/95, torna público a relação de compras e serviços efetuados no mês de junho de 1996.

NE	BENS E/OU SERVIÇOS	PREÇO Unitário	VALOR Total	FORNECEDOR
174	Contrato Publicidade	variável	150.000,00	ALÔ COMUNICAÇÃO S/C LTDA.
175	Contrato Publicidade	variável	330.000,00	ATUAL PROPAGANDA LTDA.
177	Contrato Publicidade	variável	120.000,00	MAKPLAN MARKETING E PLANEJAMEN·
190	Contrato Publicidade	variável	50.000,00	MAKPLAN MARKETING E PLANEJAMEN.
176	Contrato Publicidade	variável	1.114.849,00	PROPEG BRASIL PROPAGANDA

O SERVIÇO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/96

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público para conhecimento de quem de direito, que o resultado da licitação em referência encontra-se afixado no quadro de avisos da Comissão Permanente de Licitação do SLU/DF, localizado no 2º do Edifício Lex, SEP/Sul, Entrequadras 702/902, Bloco "A", Brasília - DF.

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/96
ABERTURA REALIZADA EM: 01/07/96 às 09:30 horas
OBJETO: Aquisição de peças e acessórios novos e originais para trator agrícola da marca Valmet modelo 68.

Brasília, 12 de julho de 1996
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

1ª SUBPROCURADORIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/96

AQUISIÇÃO DE PEÇAS

PROCESSO Nº 054.001.385/95 - PARTES: DF/PMDF X CARDOSO AUTO PEÇAS LTDA. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios (originais) para as viaturas da Corporação da linha Ford, na forma do Edital de fls. 11/17. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 2.000,00 (dois mil reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28 de dezembro de 1995, sendo empenhada a importância inicial de R$ 20,00 (vinte reais). DOTAÇÃO DE ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002120600002. FONTE DE RECURSOS: 030. CÓDIGO U.O.: 24103. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 47/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 22.01.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 043/95. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 10.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: TÚLIO CABRAL MOREIRA, Cel QOPM, na qualidade de Comandante- Geral. Pela CONTRATADA: TÂNIA MARIA CARDOSO FEU, na qualidade de Sócia-Proprietária. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Ofício nº 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/96

AQUISIÇÃO DE PEÇAS

PROCESSO Nº 054.001.385/95 - PARTES: DF/PMDF X BRASIL MOTORES E ACESSÓRIOS LTDA. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios (originais) para as viaturas da Corporação da linha Mercedes-Benz, na forma do Edital de fls. 11/17. PRAZO: Até 31/12/96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), sendo empenhada a importância inicial de R$ 20,00 (vinte reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002120600002; FONTE DE RECURSOS: 030. CÓDIGO U.O.: 24103. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 48/96 emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 22/01/96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 043/95. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 10.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: TÚLIO CABRAL MOREIRA, Cel QOPM, na qualidade de Comandante-Geral. Pela CONTRATADA: ISRAEL MACEDO RIBEIRO, na qualidade de Procurador. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/96

AQUISIÇÃO DE PEÇAS

PROCESSO Nº 054.001.385/95 - PARTES: DF/PMDF X AUTOITALIANA PEÇAS LTDA. OBJETO: Fornecimento de peças e acessórios (originais) para as viaturas de Corporação das linhas CHEVROLET (GM), VOLKSWAGEN E FIAT, na forma do Edital de fls. 11/17. PRAZO: Até 31/12/96. VALOR: O valor total deste do Contrato é de R$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais), sendo empenhada a importância inicial de R$ 20,00 (vinte reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28/12/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002120600002; FONTE DE RECURSOS: 030. CÓDIGO U.O.: 24103, SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 49/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 22.01.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 043/95. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, ás expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 10.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: TÚLIO CABRAL MOREIRA, Cel QOPM, na qualidade de Comandante-Geral. Pela CONTRATADA: WELLINGTON BENÍCIO LEITE, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/96

AQUISIÇÃO DE PEÇAS

PROCESSO Nº 054.001.385/95 - PARTES: DF/PMDF X COMPANHIA COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios (originais) para as motocicletas da PMDF da linha HONDA, na forma do Edital de fls. 11/17. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhada a importância de R$ 20,00 (vinte reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002120600002. FONTE DE RECURSOS: 030. CÓDIGO U.O.: 24103. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 050/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 22.01.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 043/95. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 10.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: TÚLIO CABRAL MOREIRA, Cel QOPM, na qualidade de Comandante-Geral. Pela CONTRATADA: WALD KHAKLID YOUSEF ALKAS, na qualidade de Procurador. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/96

PROCESSO Nº 150.000.480/95 - PARTES: DF/SCE X XEROX DO BRASIL. OBJETO: A prestação de serviços de locação de 01(uma) máquina Xerox, modelo X-1065, na forma do Edital de

fls. 25/55 e da proposta de fls. 225/248. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 13.100,00 (treze mil e cem reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 3.000,00 (três mil reais).NOTA DE EMPENHO Nº 055/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 01.03.96. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:PROGRAMA DE TRABALHO: 8007002121370002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 16101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 044/95-CPL/SEA. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 28/05/96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: SÍLVIO TENDLER, na qualidade de Secretário de Cultura e Esporte. Pela CONTRATADA: CARLOS TADEU FURQUIM, na qualidade de Gerente de Filial. Brasília-DF, 08 de julho 1996. Of. nº.072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/96

PROCESSO Nº 150.000.480/95 - PARTES: DF/SCE X TYPE - MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: A prestação de serviços de locação de 05(cinco) máquinas copiadoras, ampliadoras e redutoras, marca MITA, modelo DC 4055-BR, na forma do Edital e fls. 25/55 e da proposta de fls. 225/248. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 8007002121370002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 16101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 56/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 01.03.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 044/95-CL/SEA. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, ás expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 28/05/96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: SÍLVIO TENDLER, na qualidade de Secretário de Cultura e Esporte. Pela CONTRATADA: ANDRÉ LUIZ ROCHA, na qualidade de Gerente de Sup. e Serviços. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Ofício nº 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/96

PROCESSO Nº 050.003.252/95 - PARTES: DF/SSP X MANCHESTER REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. OBJETO: A prestação de serviços de alimentação preparada, com fornecimento de refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) mediante contrato de arrendamento com utilização das instalações, móveis e equipamentos existentes na cozinha situada na Fazenda Papuda, na forma da justificativa da dispensa de fls. 25, e da proposta, de fls. 13 a 20. PRAZO: Até 31.03.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 731.701,56 (setecentos e trinta e um mil, setecentos e um reais e cinquenta e seis centavos), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhado a importância inicial de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002. FONTE DE RECURSOS: 030. CÓDIGO U.O.: 24101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 017/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 02.01.96. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação com base no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/96. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 02.01.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GILBERTO SERRA, na qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA, na qualidade de Diretor-Presidente. Brasília-DF, 08 de julho 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/96

PROCESSO Nº 136.000.048/96 - PARTES: DF/RA-VIII X ASSTEC - ASSESSORIA TÉCNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. OBJETO: A prestação de serviços de manutenção preventiva , corretiva e assistência técnica no sistema de telefonia tipo PABX, conforme especificados no Edital, anexo, item 01, fls. 10 e da proposta de fls. 21/22. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 990,00 (novecentos e noventa reais), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 115,00 (cento e quinze reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03007002120120001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 11101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 40/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 22.02.96. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 003/96-DAG. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 31.05.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ABDEL RALF HASSAN HUSNI KARAJAH, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: VALTERCIDES DOS S. CÔRREA, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 09 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/96

PROCESSO Nº 136.000.048/96 - PARTES: DF/RA-VIII X BRASITEL - BRASÍLIA SERVIÇOS DE TELEFONIA LTDA. OBJETO: A prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica no sistema telefônico tipo KS, conforme especificados no Edital, anexo, item 02, fls. 10 e da proposta de fls. 15/17. PRAZO: Até 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 1.188,00 (hum mil e cento e oitenta e oito reais), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03007002120120001. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 11101. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039. NOTA DE EMPENHO Nº 39/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 22.02.96. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 03/96-DAG. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 31.05.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ABDEL RALF HASSAN HUSNI KARAJAH, na qualidade de Administrador Regional do Núcleo Bandeirante. Pela CONTRATADA: RAFAEL IZIDORO PEREIRA, na qualidade de Diretor. Brasília-DF, 09 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/96

PROCESSO Nº 054.000.554/96 (PROCESSO Nº 27869/96-STF) - PARTES: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL-STF X DF/PMDF. OBJETO: A realização de policiamento ostensivo de guardas e de trânsito pela CONVENENTE nas áreas externas do Edifícios Sede e Anexos do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, bem como nas residências dos Exmos. Srs. Ministros. As depesas decorrentes da execução deste convênio correrão à conta de dotação orçamentária consignada ao CONCEDENTE no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho. 02004001320290001; Denominação Processamento de Causas; Natureza da Despesa: 349039; Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica, Lei nº 9.275 de 09/05/96, publicada no DOU de 10.05.96. PRAZO: Até 27.05.97. VALOR: O CONCEDENTE repassará à CONVENTE, mensalmente, a importância de R$ 42.774,51 (quarenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação com base no art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 27.05.96. SIGNATÁRIOS: STF: ALYSSON DAROWISH MITRAUD, na qualidade de Diretor Geral. Pelo CONVENENTE: TÚLIO CABRAL MOREIRA - Cel QOPM, na qualidade de Comandante-Geral. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 1/94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 139.000.823/95 - PARTES: DF/RA-XI X TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. OBJETO: DA RETIFICAÇÃO: DO ITEM 03: DO PRAZO: Fica excluído o item 3.2. DO ITEM 04: DA FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: O item 4.1 passa a ter a seguinte redação "4.1 - O valor total deste Contrato é de R$ 5.478,00 (cinco mil e quatrocentos e setenta e oito reais), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28 de dezembro de 1995, correndo o a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O.: 11113, Programa de Trabalho: 30070021216l0002, Natureza da Despesa: 349039, Fonte de Recursos: 000, sendo inicialmente empenhada a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme Nota de Empenho nº 036/96, emitida em 06.02.96, sob o evento 400091, na modalidade estimativa." PRAZO: Até 31.12.96. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01/96. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 03.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: HÉLIO LOPES DOS SANTOS, na qualidade de Administrador Regional do Cruzeiro. Pela CONTRATADA: GILBERTO ANTÔNIO BORGES, na qualidade de Proprietário. Brasília-DF, 08 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 9/94
AO CONTRATO PADRÃO Nº 1/94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 142.000.108/96 - PARTES: DF/RA-XII X BRITO E MENDES LTDA. OBJETO: Suplementar recursos para fornecimento com entrega futura, de forma continuada, de gêneros alimentícios, fósforo e guardanapos, de acordo com o processo, conforme as especificações contida no Edital da Licitação, e na proposta da contratada. DA SUPLEMENTAÇÃO - Será suplementado com a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo o total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), recursos estes procedentes do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95. PRAZO: Até 31.12.96. NOTA DE EMPENHO Nº 147/96, emitida por estimativa, sob o evento 400092, em reforço à NE nº 080/96, em 26.04.96. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 03007002121930002. FONTE DE RECURSOS: 000. CÓDIGO U.O.: 11114. SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 005/96-RA-XII. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 26.04.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JACQUES DE OLIVEIRA PENA, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: ANTÔNIO CARLOS BRITO MENDES, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 09 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO PADRÃO Nº 3/94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 139.000.825/95 - PARTES: DF/RA-XI X XEROX DO BRASIL S/A. OBJETO: DA RETIFICAÇÃO: DO ITEM 03: DO PRAZO: Fica excluído o item 3.2. DO ITEM 04: É alterada com a seguinte redação: "DA FORMA E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO - 4.1 - O valor total deste Contrato é de R$ 1.044,56 (hum mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.96, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária U.O.: 11113, Programa de Trabalho: 30070021216l0002, Natureza da Despesa: 349039, Fonte de Recursos: 000, sendo inicialmente empenhada a importância de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), conforme Nota de Empenho nº 035/96, emitida em 06.02.96, sob o evento 400091, modalidade estimativa. 4.4 - Sendo a vigência deste Contrato fixado por prazo superior a 12(doze) meses, seu valor será anualmente reajustado de acordo com o índice que vier a ser adotado por lei, e, na falta de previsão específica será adotado o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC." PRAZO: Até 31.12.96. FUNDAMENTO LEGAL: Licitação Inexigível com base no art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 19.06.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: HÉLIO LOPES DOS SANTOS, na qualidade de Administrador Regional do Cruzeiro. Pela CONTRATADA: FRANCISCO RINCON, na qualidade de Gerente. Brasília-DF, 09 de julho de 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO
AO CONTRATO Nº 1/94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 142.000.024/96 - PARTES: DF/RA-XII X ROSSETO & SILVA LTDA. OBJETO: DA RETIFICAÇÃO: DO ITEM 03: DO PRAZO - É alterada com a seguinte redação: "3.1 - O prazo de vigência deste Contrato terá início na data de sua assinatura, até 31.12.96." DO ITEM 04: DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - O item 4.1 passa a ter a seguinte redação: "4.1 - O valor total deste Contrato é de R$ 3.165,40 (três mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta centavos), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28 de dezembro de 1995, O.U.: 11114, Programa de Trabalho: 03007002121930002; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos; 000, sendo inicialmente empenhada a importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme Nota de Empenho nº 044/96, emitida em 08.02.96, sob o evento 400091, modalidade estimativa". DO ITEM 07: DA ALTERAÇÃO - Passa a ter a seguinte redação: "7.1 - Toda e qualquer alteração deste Contrato somente poderá ser formalizada com amparo no art. 65 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo e desde que não haja modificação no seu objeto." 7.2 - O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor estipulado para este Contrato, devidamente corrigido, dispensa a celebração de aditamento, na forma do § 8º do art. 65, da

Lei nº 8.666/93." PRAZO: Até 31.12.96. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 003/96-RA-XII. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no Diário Oficial do Ditrito Federal, ás expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 02.04.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JACQUES DE OLIVEIRA PENA, na qualidade de Administrador Regional de Samambaia. Pela CONTRATADA: LEOCIR ROSSETO, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 08 de julho 1996. Of. 072/96.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO
AO CONTRATO Nº 1/94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 142.000.108/96 - PARTES: DF/RA-XII X BRITO E MENDES LTDA. OBJETO: DA RETIFICAÇÃO: DO ITEM 03: DO PRAZO - Passa a ter a seguinte redação: "3.1 - O prazo de vigência deste Contrato terá início na data de sua assinatura, até 31.12.96". DO ITEM 04: DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - o item 4.1 e o 4.4 passam a ter a seguinte redação: "4.1 - O valor total deste Contrato é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), recurso esse procedente do orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O.: 11114, Programa de Trabalho: 03007002121930002, Natureza de Despesa: 349030, Fonte de Recursos: 000, sendo empenhada a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme Nota de Empenho nº 080/96, emitida em 01.03.96, sob o evento 400091, modalidade estimativa. 4.4 - Sendo a vigência deste Contrato fixado por prazo superior a 12(doze) meses, seu valor será anualmente reajustado de acordo com o índice que vier a ser adotado por lei, e, na falta de previsão específica será adotado o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC." DO ITEM 07: DA ALTERAÇÃO - Passa a ter a seguinte redação: "7.1 - Toda e qualquer alteração deste Contrato somente poderá ser formalizada com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo e desde que não haja modificação no seu objeto. 7.2 - O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor estipulado para este Contrato, devidamente corrigido, dispensa a celebração de aditamento, na forma do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93." PRAZO: Até 31.12.96. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 005/96. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 24.05.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JACQUES DE OLIVEIRA PENA, na qualidade de Administrador Regional. Pela CONTRATADA: ANTÔNIO CARLOS DE BRITO MENDES, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 09 de julho de 1996. Of. 072/96.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 11/96

Para efeito do que estabelece o art. 109, inciso I, alínea "c" e seu § 6º, da Lei nº 8.666/93, informamos a revogação do Convite em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de plaquetas de patrimônio, por interesse público, com fulcro no disposto no art. 49, c/c o art. 64, § 2º, ambos do retrocitado diploma legal.

Brasília, 10 de julho de 1996
MAURO MENDES DE LIMA
Diretor-Geral de Administração

INEDITORIAIS

ASSIM-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA SAÚDE MENTAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os sócios da ASSIM- Associação dos Amigos da Saúde Mental, nos termos do art. 6º, "a", "b", "c", "e "d" e do art. 22 do estatuto, para a Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de julho de 1.996, às 08:30 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos sócios efetivos em dia com suas obrigações sociais ou, em segunda convocação, ás 09 horas, com qualquer número de sócios, para deliberar sobre os seguintes assuntos: I - Aprovação do relatório das atividades e prestação de contas do exercício findo, acompanhado do parecer do conselho fiscal; II- Fixação do valor da contribuição dos sócios; III- Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.- Somente poderão concorrer à eleição as chapas apresentadas improrrogavelmente até 72 (setenta e duas) horas anteriores à data da Assembléia e serão entregues no horário de 8:h às 12:00 horas, em duas vias, mediante protocolo, para efeito legal do registro, na Secretaria da ASSIM- na granja do Riacho Fundo, Instituto de Saúde Mental. Do requerimento para registro da chapa constarão obrigatoriamente as assinaturas de seus integrantes, e da respectiva identidade; V- A votação será encerrada às 11 horas, seguindo-se, imediatamente, a sua apuração; VI- Para recepção dos votos, a Mesa será constituída do Presidente da Assembléia, eleito pelos sócios presentes e de dois mesários que também procederão à contagem dos votos, a proclamação da chapa vencedora e a posse de seus membros. Brasília, 11 de julho de 1.996.
(DAR R$: 38,88)

ASSOCIAÇÃO DAS OFICINAS E PEQUENAS INDÚSTRIAS DO NÚCLEO BANDEIRANTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das oficinas no Núcleo Bandeirante (AONUB), sediada à SOPI CONJUNTO "D" Lote 09 Núcleo Bandeiante-DF, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto da Entidade, comunica a todos os Associados, que haverá eleição para escolha da nova Diretoria, no dia 25 de Julho de 1.996, no horário de 8:00 Horas as 17:00 Horas, nas chapas interessadas em concorrer ao pleito terão até o dia 18 de Julho de 1.996 para pleitarem os seus registros junto a Comissão Eleitoral, não sendo prorrogado o prazo para tal assunto.
NUCLEO BANDEIRANTE -DF 10 de julho de 1996.

OSMAR JOSE DOS REIS -PRESIDENTE
(DAR R$ 42,53)

CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS DA 1ª REGIÃO

AVISO

O Conselho Regional de Nutricionistas da 1ª Região-CRN/1, dando cumprimento ao Art.14, Parágrafo 2º da Resolução CFN Nº139/93, noticia a empresa MZ Restaurante e Pizzaria Ltda-DF, CGC nº11.801.305/0004-61 sito à SCES Trecho 02 Lote 22, Brasilia-DF, mediante o fato de não ter cumprido os autos de Infração e Notificação nº105/95, infringindo assim o Art.10, Inciso IV e Art.24 da Lei nº6.583/78, combinado com o Art.15 Parágrafo 1º da Resolução CFN nº121/92, sendo penalizada com multa no valor de 2400 UFIR'S. Maria Cristina Guedes de Souza, Presidente do CRN/1.
(DAR R$ 19,44)

GRANDE ORIENTE DO BRASIL

BALANÇO GERAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995.

ATIVO			**PASSIVO**			
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**			
DISPONÍVEL						
Caixa	0,00		Fornecedores de serviços	0,00		
Bancos c/movimento	373.764,29		Obrigações trab. a recolher	0,00		
Bancos c/aplicações	2.712.507,03	3.086.271,32	Obrigações Soc. a recolher	0,00		
			Obrigações Tributarias a recolher	0,00		
DIREITOS REALIZÁVEIS			Financiamento a recolher - CEF	9.687,77		
Valores a receber	435.021,24		Credores Diversos	43.031,28		
(-) Créditos Pendentes	(125.425,77)		Cred. destaque-Desp. adm.	11.536,71		
Adiantamentos	30.000,00		Cred. destaque-Man.Cons. Predial	98.889,00		
Almoxarifado-Estoque	257.315,91		Cred. dest.-Man.Cons.Bens Imov.	3.835,00		
Deved. p/ Publicidade	0,00		Cred. destaque-Gráfica	2.000,00		
Outros Créditos	11.030,55		Cred. destaque-Rest./Cantina	0,00		
Dev.p/Contrato	82.616,94		Cred. destaque-desp.Rep.	40.000,00		
Deved. Diversos	0,00	690.558,87	Cred. dest.-Palacio do Lavradio	17.000,00		
			Cred. dest.-Maq.equip.inform.	24.098,00		250.077,76
ATIVO PERMANENTE			**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**			
Investimentos	43.300,01		financiamento Imobilizado			119.287,53
Bens Imóveis	215.562,40		**PATRIMÔNIO LIQUIDO**			
Móveis	243.382,17	502.244,58	**RESULTADO PATRIMONIAL**			
			Superávit Exer. Anteriores	1.070.450,11		
			Resultado deste Exercício			
			Superávit Verificado	2.839.259,37	3.909.709,48	
		4.279.074,77				4.279.074,77

Brasília- DF, 31 de dezembro de 1995.

Francisco Murilo Pinto — Grão Mestre Geral
Odécio Pedrosa da Fonseca — Grande Secretário Geral de Finanças
Antenor Augusto de Barros — Contador CRC-DF 04195-0/7

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995.

VARIAÇÕES ATIVAS			**VARIAÇÕES PASSIVAS**		
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			**RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**		
RECEITA ORÇAMENTARIA			**DESPESAS ORÇAMENTARIA**		
RECEITAS CORRENTES			**DESPESAS CORRENTES**		
RECEITAS ORDINÁRIAS			**DESPESAS DE CUSTEIO**		
Cota de Atividade	3.481.613,21		Pessoal	588.235,06	
Outras Cotizações	89.813,50	3.571.426,71	Encargos Socias	149.117,51	
			Serviços Públicos	127.326,26	
RECEITAS DE CAPITAL			Despesas Administrativas	256.608,56	
RECEITAS PATRIMONIAIS			Man.Cons. Predial	445.086,20	
Arrendamento de Imóveis	115.323,63		Man. Cons. Bens Imoveis	50.176,66	
Arrendamento de Móveis	10.966,50		Man. Cons. Veículos	29.865,37	
Cessões de Templos	12.507,50		Gráfica	132.395,99	
Restaurante/Cantina	7.164,99	145.962,62	Comissões	6.905,54	
			Tributos e Taxas	6.767,78	
RECEITAS DIVERSAS			Desp. Financeiras	12.525,57	
Gráfica	166.022,37		Restaurante/Cantina	43.507,88	
Comissões	13.811,05		Creche	213,83	
Doações	14.946,14		Paramentos e Condecor.	9.530,00	
Publicidade	57,60		Despesa de Repres.	113.450,57	
Boletins	31.064,24		Poder Legislativo	14.547,22	
Jornais	634,80		Poder Judiciário	2.532,50	
Livros Imp. e Docum.	99.411,50		Prev. e Assist. Social	179.678,26	2.168.468,76
Leis Especiais	8.960,00	334.907,70			
			DESPESA DE CAPITAL		
RECEITAS FINANCEIRAS			Plano Plurianual Investimentos		252.595,74
Aplicações		869.422,91	**FUNDOS ESPECIAIS**		
OUTRAS RENDAS			Fundo Amortização Fin. FAS		28.197,50
Outros Reembolsos		118.680,87	**INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA**		
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			**MUTAÇÕES PATRIMONIAIS**		
Mutações Patrimoniais			**VARIAÇÕES PASSIVAS**		
Variações Ativas			Diversas		
Diversas		646.956,61	**RESULTADO PATRIMONIAL**		398.836,05
			SUPERAVIT VERIF. NO EXERCICIO		2.839.259,37
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS		5.687.357,42	**TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**		5.687.357,42

Brasília-DF, 31 de dezembro de 1995.

Francisco Murilo Pinto — Grão Mestre Geral
Odécio Pedrosa da Fonseca — Grande Secretario Geral de Finanças
Antenor Augusto de Barros — Contador CRC-DF 04195-0/7

(DAR R$: 127,44)

LAGO SUL ASSESSORIA LTDA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento de Alteração do Contrato Social de Sociedade Civil por Quotas de Responsabilidade Limitada, as partes a seguir qualificadas: BRASAL - BRASÍLIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S.A., registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 533.0000109-0 em 06.09.63, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.000.885/0001-29, estabelecida no SIA/Sul Quadra 01 nº 555, Brasília-DF, representada neste ato por seu Diretor Vice-Presidente e Presidente em exercício, Osório Adriano Neto, brasileiro, solteiro, bacharel em economia, portador da Carteira de Identidade nº 682.251 - SSP/DF e CPF nº 306.194.591-15, residente e domiciliado em Brasília-DF, no SHIS QL 10 Conjunto 03 Casa 02; OSÓRIO ADRIANO NETO, anteriormente qualificado; FERNANDO NAVES ADRIANO, brasileiro, casado, bacharel em administração de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 682.316 - SSP/DF e CPF nº 344.230.281-15, residente e domiciliado em Brasília-DF, na SQS 302 Bloco C Aptº 401, únicos sócios da LAGO SUL ASSESSORIA LTDA., conforme Contrato de Constituição registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal, sob o nº 3.605 no Livro A-06, em 05.07.96, entre si resolvem alterar o seu conteúdo e o fazem da seguinte forma: CLÁUSULA PRIMEIRA - Retifica-se neste ato a denominação da localização da sede social, passando a Cláusula Primeira do Contrato Social a ser do seguinte teor: "CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica constituída, nesta data, uma Sociedade Civil por Quotas de Responsabilidade Limitada sob a denominação social de LAGO SUL ASSESSORIA LTDA., com sede no Setor de Indústria e Abastecimento Sul, Trecho 02, Lote 540, Brasília, Distrito Federal." CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do Contrato Social não colidentes com o teor da presente Alteração continuam em pleno vigor. E, por estarem assim justos e contratados, firmam a presente Alteração Contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo. ASSINATURA DA DENOMINAÇÃO SOCIAL POR QUEM DE DIREITO - LAGO SUL ASSESSORIA LTDA. - OSÓRIO ADRIANO NETO, Gerente - FERNANDO NAVES ADRIANO, Gerente. Brasília, 11 de julho de 1996. OSÓRIO ADRIANO NETO, P/BRASAL - BRASÍLIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S.A. - OSÓRIO ADRIANO NETO -FERNANDO NAVES ADRIANO - Testemunhas: JOSÉ WALDSON DE OLIVEIRA CAMPOS - C.I. nº 638.246 - SSP/DF, ONOFRE LOPES NUNES - C.I. nº 200.813 - SSP/DF.

(DAR R$ 54,00)

ÍNDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 17.526, 12-7-96 5761
DECRETO Nº 17.527, 12-7-96 5761
DECRETO Nº 17.528, 12-7-96 5762
DECRETO Nº 17.529, 12-7-96 5763
DESPACHOS, 11-7-96 5764
SECRETARIA DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO, 11-7-96 5764
RETIFICAÇÃO 5764
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
DESPACHO DO ADMINISTRADOR 5764
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SOBRADINHO
DESPACHOS DO ADMINISTRADOR 5765
ORDEM DE SERVIÇO, 8-7-96 5765
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DESPACHO DO SECRETÁRIO 5768
PORTARIA Nº 516, 4-7-96 5766
PORTARIA Nº 549, 12-7-96 5766
PORTARIA Nº 550, 12-7-96 5766
PORTARIA Nº 551, 12-7-96 5766
PORTARIA Nº 552, 12-7-96 5767
PORTARIA Nº 553, 12-7-96 5767
PORTARIA Nº 557, 12-7-96 5767
PORTARIA Nº 558, 12-7-96 5767
SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
ATO DECLARATÓRIO Nº 268 5768
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO
DESPACHO DO CHEFE, 11-7-96 5768
DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA
ATO DECLARATÓRIO Nº 4, 12-7-96 5768
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO
ATO DECLARATÓRIO Nº 5, 9-7-96 5768
DESPACHOS DA CHEFE, 26-6-96 5768
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
DESPACHOS DO PRESIDENTE 5769
TRIBUNAL PLENO
ACÓRDÃO Nº 3 5769
1ª CÂMARA
ACÓRDÃO Nº 73 5770
ACÓRDÃO Nº 74 5770
ACÓRDÃO Nº 75 5770
ACÓRDÃO Nº 76 5770
ACÓRDÃO Nº 77 5770
ACÓRDÃO Nº 78 5770
ACÓRDÃO Nº 79 5770
ACÓRDÃO Nº 80 5770
ACÓRDÃO Nº 81 5771
ACÓRDÃO Nº 82 5771
ACÓRDÃO Nº 83 5771
ACÓRDÃO Nº 84 5771
ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS 5771
2ª CÂMARA
ACÓRDÃO Nº 53, 4-7-96 5772
ACÓRDÃO Nº 54, 5-7-96 5772
ACÓRDÃO Nº 55, 8-7-96 5772
ACÓRDÃO Nº 56, 8-7-96 5772
ACÓRDÃO Nº 57, 9-7-96 5772
ATAS DE SESSÕES ORDINÁRIAS 5773
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 8-7-96 5773
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
DESPACHO DO PRESIDENTE 5773
SECRETARIA DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL, 10-7-96 5774
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
DESPACHO DO DIRETOR, 8-7-96 5774
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE
FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA REUNIÃO, 7-7-96 5774
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE; CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA
ORDEM DE SERVIÇO, 12-7-96 5775
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DESPACHO Nº 350 5776
DESPACHO Nº 439 5776
DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO DO DIRETOR-GERAL, 11-7-96 5776
SECRETARIA DAS SESSÕES
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3.175 5776
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3.176 5786

VENHA FAZER UM BOM NEGÓCIO

LICITAÇÃO DA TERRACAP

DIA 25 DE JULHO
Lotes comerciais e residenciais no Plano Piloto e cidades satélites.
Retire o edital no BRB ou na Terracap.

TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

SOS CRIANÇA 1407

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

VENHA FAZER UM BOM NEGÓCIO

LICITAÇÃO DA TERRACAP

DIA 25 DE JULHO

Lotes comerciais e residenciais no Plano Piloto e cidades satélites. Retire o edital no BRB ou na Terracap.

TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

Observar as instruções é planejar bem seu trabalho

INSTRUÇÕES PARA ACEITAÇÃO DE ORIGINAIS

As instruções que se seguem, para uso do presente **modelo**, devem ser rigorosamente observadas. Entregando sua matéria de acordo com estas instruções, garantimos a divulgação no Diário subseqüente à data da entrega.

1. O texto deverá ser datilografado em papel tipo ofício, usando fita nova e tipos limpos, em espaço um, pitch dez, na medida de 18cm de largura para os textos. No caso de balanços, tabelas e quadros, as medidas deverão ser de 18cm para uma coluna e de 37cm de largura para duas colunas da página.

2. Avançar dez espaços datilográficos quando abrir parágrafo no texto.

3. Datilografar em letras maiúsculas e centralizados os títulos e subtítulos.

4. Evitar anotações, erros de datilografia e quaisquer rasuras.

5. Tratando-se de balanços e/ou matérias com mais de uma lauda, indique a ordem a ser seguida, numerando-as no verso.

6. Não amarrotar nem dobrar o original, a não ser ao longo da linha pontilhada.

7. O nome do signatário constante da matéria deverá vir em letras maiúsculas e a assinatura não pode atingir o texto, sob pena de comprometer a nitidez do mesmo.

8. A matéria deve ser enviada em **três** vias, com o "**Publique-se**".

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF



BRASILIA DIZ NÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A prostituição infanto-juvenil é uma das mais cruéis formas de violência contra pessoas inocentes.
Uma agressão que marca para sempre as vidas de suas vítimas.
É preciso combater aqueles que ganham com a exploração sexual e proteger as crianças e os adolescentes contra abusos e imposições.
Toda sociedade deve participar, junto com o Governo, desta frente pela cidadania.
Faça sua parte. Denuncie essa violação dos direitos humanos. Nossas crianças e adolescentes merecem um futuro melhor.

SOS CRIANÇA 1407

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

Lugar de lixo é no lixo.



SLU Serviço de Limpeza Urbana do D. Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1.º lugar